



Economia Solidária e Incubação:

uma construção coletiva de saberes

Robinson Henrique Scholz
(Organizador)



**Economia Solidária e Incubação:
uma construção coletiva de saberes**

Incubadora de Empreendimentos Solidários
Tecnosocial Unilasalle
Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas

Robinson Henrique Scholz
Organizador

Economia Solidária e Incubação: uma construção coletiva de saberes



2014

© Dos autores – 2014
robinson.scholz@unilasalle.edu.br

Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas
Av. Victor Barreto, 2288
92010-000 Canoas/RS

Editoração: Oikos

Capa: Mayara Correa Gomes

Revisão: Rui Bender

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Impressão: Rotermund S. A.

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Antonio Sidekum (Nova Harmonia)

Arthur Blasio Rambo (UNISINOS)

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (UNISINOS)

Elcio Cecchetti (UFSC e UNOCHAPECÓ)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

Luis H. Dreher (UFJF)

Marluza Harres (UNISINOS)

Martin N. Dreher (IHSL – MHVSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raul Fornet-Betancourt (Uni-Bremen e Uni-Aachen/ Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (UNINOVE)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

Caixa Postal 1081

93121-970 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848 / Fax: 3568.7965

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

- | | |
|-----|---|
| E19 | Economia solidária e incubação: uma construção coletiva de saberes. / Organizado por Robinson Henrique Scholz. – São Leopoldo: Oikos, 2014.
242 p.; 16 x 23 cm.
ISBN 978-85-7843-402-1
1. Economia solidária. 2. Atividades de incubação. 3. Inovação social.
4. Marketing social. 5. Gestão financeira. I. Scholz, Robinson Henrique.
CDU 334.7 |
|-----|---|

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação	7
O que estamos fazendo quando incubamos?	9
<i>Eliana Perez Gonçalves de Moura</i>	
<i>Se deixar só pelo grupo, as coisas não vão andar:</i>	
Dádiva, inovação social e liderança solidária compartilhada em cooperativas de catadores	25
<i>Robinson Henrique Scholz</i>	
<i>Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier</i>	
<i>Mychel da Silva Romero</i>	
Intervenção psicopedagógica: Educação Ambiental como um caminho de transformação	47
<i>Daiana Schwengber Cerato</i>	
Produção de sentido do trabalho para recicladores por meio da ressignificação da identidade, aprendizagem e superação	60
<i>Maria de Lourdes Borges</i>	
<i>Robinson Henrique Scholz</i>	
<i>Graciema Fátima da Rosa</i>	
As práticas de inovação social nos empreendimentos de economia solidária COOPCAMATE e COOTRE	83
<i>Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier</i>	
Aplicação prática do Marketing Social: aproximando alunos em uma comunidade carente de Canoas/RS	101
<i>Elieti Biques Fernandes</i>	
<i>Alexandra Jochims Kruehl</i>	
Sociologia e psicologia na economia solidária: a realidade social e o aspecto grupal como forma de organização	122
<i>Anajá Antônia Machado Teixeira</i>	
<i>Patricia Silva de Deus</i>	

Aplicação e análise de resultados do Modelo Fleuriet em uma cooperativa de reciclagem	136
<i>Gisele Peres da Rocha</i>	
A Implantação do Programa 5S na Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Canoas – COOPCAMATE: um relato de experiência	156
<i>Fábio Luís da Silva Maia</i>	
<i>Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier</i>	
Práticas de gestão financeira: o caso do Fórum de Economia Popular Solidária de Canoas/RS	166
<i>Miryan Raquel Lourenço</i>	
O processo de negociação: a importância da negociação no desenvolvimento da COOPERCAN – Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis de Canoas.....	188
<i>Aline da Silva Venturini</i>	
Design, Economia Solidária e Sustentabilidade: juntos por uma alternativa econômica para a sociedade	205
<i>Égon Ferreira de Souza</i>	
Marketing na economia solidária: uma pesquisa-ação aplicada nas feiras de economia popular solidária de Canoas/RS.....	217
<i>Guilherme Nogueira de Brito</i>	
A importância do designer do século XXI na conscientização para a preservação do meio ambiente	230
<i>Mayara Correa Gomes</i>	
Sobre os autores e as autoras	239

Apresentação

Este livro é organizado a partir de pesquisas, práticas e atividades desempenhadas pela comunidade acadêmica junto à Incubadora de Empreendimentos Solidários e aos empreendimentos incubados. Essa sinergia existente é parte do processo estabelecido pela Incubadora de poder articular e envolver professores, alunos e a equipe da Incubadora no desenvolvimento de reflexões, sistematizações e na busca da socialização do conhecimento gerado. Assim, este livro é um esforço de vários autores do Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas que buscaram compreender o campo da economia solidária e dos empreendimentos assessorados pela Incubadora.

A produção discente foi potencializada, valorizando as pesquisas realizadas na produção de artigos de final de curso; a produção dos estudos dos estagiários da Incubadora; alunos que desenvolveram atividades em disciplinas nos cursos de graduação; bem como bolsistas de iniciação científica do Unilasalle. Essa produção foi realizada em articulação com a Incubadora e o campo investigado, com a contribuição de docentes para orientar os alunos. Dessa forma, a Incubadora cumpre um papel importante de extensão universitária, promovendo a inserção de alunos na comunidade no sentido de poder contribuir no desenvolvimento da economia solidária e em sua formação acadêmica.

Os docentes também contribuíram nesse processo e produziram artigos que vão ao encontro das práticas da Incubadora junto aos empreendimentos, no sentido de refletir, socializar e desenvolver tecnologias sociais que resultem em transformação social. Os vínculos existentes com a Sinergia Consultoria Junior, do Unilasalle, também é apresentado neste livro por meio de um relato de experiência de alunos da empresa júnior, que atuaram na formação e desenvolvimento de um projeto em uma das cooperativas incubadas.

A tessitura de temas que compõem este livro abrange aspectos da metodologia de incubação adotada, passando por estudos sobre a subjetividade, educação ambiental, psicopedagogia, *design*, *marketing* social, sentidos do trabalho, gestão financeira de empreendimentos, organização da produção de cooperativas de reciclagem, fóruns de economia solidária, negociação, liderança e inovação social. Todos esses temas são pensados à luz da economia solidária e suas possíveis adequações nesse contexto.

A abordagem relacional, humana e subjetiva é refletida em artigos que tratam da valorização do sujeito no processo de desenvolvimento no empreendimento econômico solidário, o que se faz de suma importância na construção de vínculos sociais e identidades na atuação coletiva. Aspectos técnicos também emergem dos estudos, como a questão financeira dos empreendimentos e do Fórum Canoense de Economia Solidária, fazendo uma análise das práticas sociais e a indicação de melhorias a serem feitas conjuntamente com os empreendedores. Outrossim, o *design* e o *marketing* são abordados como técnicas importantes de aplicação e que projetam a sustentabilidade dos empreendimentos nos três eixos: econômico, social e ambiental. Esses estudos e relatos de experiência são importantes para sistematizar e socializar o conhecimento gerado por meio da interação da comunidade acadêmica com a contribuição dos trabalhadores da economia solidária e a valorização da educação popular.

Este livro é resultado do convênio firmado entre a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Governo Federal do Brasil, juntamente com o Unilasalle, para o desenvolvimento das ações da Incubadora de Empreendimentos Solidários. O financiamento deste livro foi proposto no projeto, e é notório o agradecimento à FINEP pela liberação dos recursos para esta publicação e socialização do conhecimento gerado pelo desempenho das ações de incubação.

Diante desta breve apresentação, convido você leitor a navegar nas páginas deste livro na busca de descobertas que possam contribuir na construção de saberes no campo da economia solidária. Espero que seja uma leitura acessível, instigante e que os estudos possam permitir a sua aplicação em outros contextos de economia solidária. Desejo uma ótima leitura!

Prof. Me. Robinson Henrique Scholz
Coordenador da Incubadora de Empreendimentos Solidários
Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas

O que estamos fazendo quando incubamos?

Eliana Perez Gonçalves de Moura

Resumo: No período de agosto de 2011 a julho de 2013, desenvolvemos uma investigação sobre as interconexões entre trabalho e educação no campo da economia solidária, tomando como *lôcus* da pesquisa a Incubadora de Empreendimentos Solidários, do Tecnosocial/ Unilasalle. Enquanto prática de extensão universitária, a ação de incubação realiza-se por meio do fomento e acompanhamento dos empreendimentos solidários, do município de Canoas e região, visando contribuir para sua consolidação na perspectiva de construir tecnologias sociais apropriadas, fortalecer sua capacidade empreendedora e a dinâmica solidária, potencializando desse modo sua atuação sustentável e autogestionária. A realização do estudo possuía uma razão de ordem teórica: aprofundar e/ou aprimorar e/ou cunhar referenciais conceituais e metodológicos apropriados aos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, contribuindo para o debate acadêmico pelo exame dos limites e possibilidades das ações de incubação, concebidas aqui como expressão de uma tecnologia social para o campo da economia solidária. O presente texto apresenta reflexões a partir da sistematização da experiência de incubação.

Palavras-chave: Economia Solidária; Atividade de Incubação; Educação; Autonomia.

Introdução

No campo da economia solidária, toda atividade de incubação resulta da articulação de, pelo menos, dois campos disciplinares específicos: estudos sobre o trabalho e sobre a educação. Dois campos complexos e multifacetados que por si exigem esforço e persistência daqueles que se aventuram percorrê-los. Trata-se de uma tarefa que impõe atenção às sutilezas e às idiosincrasias das mais diversas ordens.

De modo simplificado, incubar consiste em uma aventura, pois implica o esforço de articulação de inúmeros campos disciplinares, buscando estabelecer conexões entre universos densos, profundos e diversificados. Incubar requer mais do que esforço intelectual, exige disponibilidade para enfrentar o desafio de perder-se em labirintos sinuosos, contando apenas com tênues fios de inteligibilidade. Incubar significa costurar vertentes teóricas distintas – às vezes antagônicas –, garimpando os fragmentos que restaram da necessária ruptura paradigmática que ali se impõe.

Especialmente no campo da economia solidária, a tarefa de incubação implica esforço reflexivo coletivo, marcado pela interdisciplinaridade, porque toma referenciais empíricos complexos e extremamente desafiadores, os quais necessariamente emergem da e na prática da extensão universitária comprometida com a redução das desigualdades.

A partir da década de 90, cresceu o número de estudos e de intervenções sobre as experiências de geração de trabalho e renda, baseadas no associativo solidário, desenvolvido nas universidades brasileiras. Naquele contexto, investindo as respostas que os/as trabalhadores/as desempregados/as construíam face ao “desemprego estrutural”, deparamo-nos com processos educativos e de produção de significados capazes de produzir novas formas de viver e trabalhar. Naqueles momentos iniciais de imersão no campo da economia solidária, aproximamo-nos dos grupos populares de trabalhadores/as desempregados/as buscando, por meio do diálogo, compreender suas ações e, ao mesmo tempo, colocando à sua disposição o conhecimento produzido na universidade, a fim de construir alternativas de trabalho.

Debruçando-nos sobre esse processo de construção de outras formas de relações sociais, percebendo que estava em curso outra sociabilidade na qual o ato de trabalhar implicava necessariamente uma autorreflexão sobre as potencialidades e capacidades criadoras de si mesmo.

Tratava-se de um processo que demandava a produção de uma nova concepção de educação, demandava repensar os próprios conhecimentos que nos são impostos e incorporados ao nosso modo de perceber o mundo e a nós mesmos/as. Para aqueles/as trabalhadores/as, falar sobre desemprego, sobre trabalho, mais do que falar sobre sobrevivência econômica, significava falar sobre suas trajetórias de vida e suas possibilidades de expansão. Significava, sobretudo, acessar e discutir um conjunto de dimensões da experiência humana de estar vivo no mundo, que geralmente estão interditas no universo do trabalho na economia capitalista.

Falar sobre desemprego e trabalho significava falar sobre sentimentos, emoções, desejos, afetos, quereres esquecidos ou amordaçados por uma lógica perversa que nos visa impedir de sentir, falar, seguir um tempo próprio, livre da pressa que a lógica do “tempo é dinheiro” nos impõe. Para aqueles/as trabalhadores/as, o estar junto, o compartilhar histórias, saberes, vivências constituía o próprio ato de viver e trabalhar.

Da riqueza dessas experiências fomos desenvolvendo pesquisas nessa direção, buscando olhar de forma mais ampliada para aqueles/as trabalhadores/as, a fim de identificar e compreender as dificuldades que se colocam quando um grupo de pessoas se envolve em experiências informais de trabalho associa-

tivo, cooperativo, voltadas para a geração do trabalho e renda. Fomos percebendo que essas ações não estavam desvinculadas de uma reflexão sobre a diversidade de experiências, de saberes, de vivências e, principalmente, sobre os sentidos que a solidariedade assume dentro dos grupos.

Assim, acompanhar os movimentos de grupos de trabalhadores/as que se reúnem em torno de objetivos associativos e solidários, voltados para a geração do trabalho e renda, tem sido nossa tarefa nas últimas décadas. Nesse percurso, vimos testemunhando e apoiando inúmeros grupos a organizar-se em torno de diversos Fóruns Municipais e Regionais de Economia Solidária, indagando como as experiências de produção associada¹, baseadas na autogestão e na solidariedade, produzem novos saberes e significados. Como esses novos saberes e significados podem contribuir para a emergência de um novo sujeito do trabalho? E ainda, como ambos se relacionam (ou não) com o surgimento de um novo modo de trabalhar e uma nova concepção de educação?

A experiência acumulada ensinou-nos que os próprios trabalhadores/as definem a situação na qual se encontram porque estão incessantemente a construí-la e re-construí-la, criando outras possibilidades de organização socioeconômica, criando a “outra economia” (CATTANI, 2003). Por meio do diálogo, passamos a refletir sobre o caráter democrático (ou não) da economia que praticamos.

Aprendemos que, para aqueles sujeitos, economia não diz respeito aos conhecimentos produzidos pelas Ciências Econômicas, mas ao saber que se constrói colado à vida, um saber que se forja nas tarefas “de gestão de um domínio que (...) deve ser assumido por um homem em complementaridade” com outros homens (FOUCAULT, 1990, p. 149). Trata-se de um saber que se constrói na casa (*oikós*) que é morada, é trabalho, é mundo. Um saber que se constrói no cotidiano das experiências, na partilha com outros e que permite conceber a economia não como algo distante, mas como um elemento que é feito de vivências e significados encarnados na vida de todos/as e cada um/a.

Enfim, a partir da imersão no campo da economia solidária, temos assistido ao nascimento de uma nova configuração social, que passou a se projetar sobre o campo educacional, problematizando a permeabilidade da educação. Uma outra organização social que, lançando outros olhares sobre o trabalho e a educação, passou a demandar da universidade outras práticas, chamadas “práticas de incubação”, no interior de uma sociedade de exclusão.

¹ Por produção associada entendemos as iniciativas de trabalhadores que se associam para produzir meios de sobrevivência de forma livre e intencional.

1. Emergência do estudo – construindo a referência empírica

O trabalho decorreu de uma demanda específica do Tecnosocial/Unilasalle² e foi desenvolvido junto à Incubadora de Empreendimentos Solidários. O estudo inscreveu-se no propósito mais amplo de organizar um centro de difusão de conhecimentos científicos sobre inovações metodológicas e tecnologias sociais, baseados nos princípios da autogestão e da solidariedade. Com base nessas diretrizes gerais, de agosto de 2011 a julho de 2013 desenvolvemos uma investigação sobre as possíveis interconexões entre trabalho e educação no campo da economia solidária, tomando a Incubadora de Empreendimentos Solidários como *lôcus* da investigação. Enquanto prática de extensão universitária, a ação de incubação realiza-se por meio do fomento e acompanhamento dos empreendimentos solidários do município de Canoas e região. Uma ação que visa contribuir para a consolidação desses empreendimentos na perspectiva de construir tecnologias sociais apropriadas, fortalecer sua capacidade empreendedora e a dinâmica solidária, potencializando desse modo sua atuação sustentável e autogestionária nos territórios onde atua.

A realização do estudo possuía uma razão de ordem prática: a sistematização da experiência de incubação desenvolvida na Incubadora de Empreendimentos Solidários, do Tecnosocial/Unilasalle. Não obstante, por tratar-se de uma instituição de ensino superior, o desenvolvimento da investigação também se justificava por razões de ordem teórica: aprofundar e/ou aprimorar e/ou cumprir “referenciais conceituais e metodológicos apropriados aos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários”, contribuindo para o debate acadêmico pelo exame dos limites e possibilidades das ações de incubação, concebidas aqui como expressão de uma tecnologia social para o campo da economia solidária.

À medida que o tema dessa pesquisa emergiu no âmbito da Incubadora de Empreendimentos Solidários, o desenvolvimento da investigação foi realizado a partir de um quadro de referências teóricas bem preciso, no qual, incessantemente, diversas noções e definições foram submetidas a um processo de “depuração e aprimoramento conceitual”.

Desse modo, elegemos as categorias teóricas trabalho e educação como fios condutores da reflexão por considerá-las chaves analíticas imprescindíveis para analisar as relações entre trabalho e educação no âmbito das práticas de incubação, identificando as possíveis repercussões dessas práticas sobre as novas formas

² Trata-se de um centro tecnológico e social cuja missão é “estimular a produção científica focada na tecnologia da economia solidária” e que mantém a Incubadora de Empreendimentos Solidários como um programa prioritário.

organizativa, baseadas na autogestão e na solidariedade dos empreendimentos econômicos solidários.

Evidentemente, lançar luz sobre esses processos implica eleger uma abordagem do trabalho que abdique das tradicionais formas de análise, baseadas exclusivamente em quadros analíticos disciplinares estanques e geralmente oriundos do “mundo econômico”. A perspectiva epistemológica aqui assumida aborda o trabalho na complexidade onde ele acontece: na história singular daqueles que vivem a experiência de trabalho. Uma história que porta desafios e indagações advindas da experiência das e nas relações de poder. Trata-se, portanto, de um trabalho que se exerce e é exercido nas tramas do poder; um trabalho que está cruzado por diversos diagramas, por esquemas móveis de relações sociais que se dão em um território histórico determinado.

No quadro de referências teóricas adotado no estudo, viver e trabalhar designam uma experiência singular de formas locais, regionais de poder, que possuem sua própria modalidade de funcionamento, procedimento e técnica; ou seja, suas especificidades históricas e geográficas (FOUCAULT, 1991).

2. Os fundamentos do trabalho de incubação

O trabalho de incubação desenvolvido no âmbito da Incubadora de Empreendimentos Solidários, objeto do estudo, constitui uma ação sistemática de monitoramento aos empreendimentos incubados através de atividades de campo desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar, seguindo um plano de trabalho com metas estabelecidas no diálogo direto com os sujeitos e uma metodologia de trabalho cuja aplicação se dá em três fases.

A primeira fase corresponde a um tempo de sensibilização e diagnóstico que inclui o diálogo de aproximação com os empreendimentos. Chamada de pré-incubação, nessa fase ocorre o estudo de viabilidade econômica do empreendimento, com estabelecimento de um plano de trabalho e com metas claramente estabelecidas em um processo dialógico instaurado entre equipe e empreendimentos.

Após essa fase, inaugura-se um período de trabalho intensivo de incubação propriamente dita, com uma presença forte da incubadora, porém dentro do princípio da subsidiariedade para não criar dependências. Essa é a fase chamada Incubação.

Finalmente, na fase da desincubação, inaugura-se com o encaminhamento para a autonomia do empreendimento, com continuação de uma ação de acompanhamento e apoio (técnico, pedagógico e acesso a crédito, etc.), assessorias pontuais e estímulo para a sua inserção em redes ou outros projetos sociais.

Do ponto de vista pedagógico, a ação de incubação organiza-se em torno de três eixos prioritários: o fortalecimento da dinâmica autogestionária; a integração territorial e a construção de redes de produção e consumo. A ação de incubação depende do recrutamento de empreendimentos, os quais podem ser atingidos por diversas formas. Por exemplo, por meio de chamadas públicas, folders, cartazes ou divulgação nos fóruns de Economia Popular Solidária. Mas também podem ocorrer solicitações indiretas, endereçadas à Incubadora através de outras entidades, tais como órgãos públicos ou ONGs parceiras. Outra forma de captação de empreendimentos é aquela que se realiza por demandas a partir do trabalho realizado pela própria Incubadora e outros projetos vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação *latu e strictu* do Unilasalle ou outras IES da região. E, finalmente, por solicitação direta quando os empreendimentos procuram a Incubadora por iniciativa própria.

Também existem os critérios que orientam a definição quanto aos empreendimentos a serem incubados, os quais levam em conta um mínimo desenvolvimento de aspectos que são fundamentais ao processo de incubação, tais como: a) trabalhar em grupo e/ou ter disponibilidade para o trabalho solidário; b) desenvolver um produto/serviço com viabilidade econômica, social e ambientalmente sustentável; e c) ter articulação ou disponibilidade para se articular com os fóruns locais e regionais de economia solidária. Assim a seleção dos empreendimentos leva em conta aspectos técnicos, organizacionais, assim como a afinidade de objetivos.

Apesar disso, o pleno desenvolvimento do processo de incubação também depende do solicitante de respeitar e cumprir o termo de cooperação que estabelece compromissos mútuos. Dentre eles, disposição para desenvolver-se como empreendimento solidário dentro dos princípios da economia solidária; disposição para colaborar nos processos de sistematização. Do ponto de vista da ação de incubação, o compromisso se estabelece no sentido de trabalhar pela efetiva melhoria da qualidade de vida dos membros do empreendimento solicitante; dando prioridade para grupos com características socioeconômicas, culturais e de escolaridade menos desenvolvidas, além da viabilidade técnico-econômica e social do empreendimento.

Além disso, também os formatos dos empreendimentos são relevantes; esses podem ser jovens ou em formação ou já consolidados em cooperativas ou associações. Conforme for o perfil do empreendimento, a metodologia será desenvolvida de forma diferenciada. Nos empreendimentos jovens ou em formação, será observada a organização coletiva do grupo para o trabalho na perspectiva da economia solidária; a formação técnica, conceitual e política para a compreensão do trabalho autogestionário; a contribuição nos espaços coletivos de

comercialização, os estudos de viabilidade econômica e o desenvolvimento local e do território.

Nos empreendimentos já consolidados na forma de cooperativas ou associações, a metodologia será desenvolvida visando à elaboração conjunta de um estudo de viabilidade econômica, potencializando o desenvolvimento da auto-gestão bem como dos processos de produção e administração. O foco serão a autonomia e a formação técnica e política dos integrantes, estimulando a reflexão das práticas e ações concretas, potencializando o fortalecimento e constituição das redes e cadeias. Finalmente, a ação visa à capacitação dos integrantes dos empreendimentos para a elaboração de projetos para a captação de recursos e seu engajamento nas instâncias governamentais para acesso a políticas públicas.

A observância das especificidades dos empreendimentos é consonante com a concepção de incubação assumida como um processo educativo que ocorre no encontro entre universidade e empreendimentos. Um processo de interação que produz conhecimentos com o objetivo de potencializar os saberes populares e, com isso, desenvolver ações de sentido social emancipatório. Incubar, desse modo, tem a ver com premeditar, planejar, predispor, preparar para viver com autonomia.

O trabalho de incubação desenvolvido enquanto processo educativo fundamenta sua prática pedagógica nos pressupostos da Educação Popular, porque essa perspectiva teórico-metodológica contém os principais pontos de partida para o trabalho com grupos populares. Assim, a prática da incubação não deve ser compreendida como um mero conjunto de atividades e técnicas de ensino/aprendizagem, mas como forma de iniciar a construção coletiva de uma leitura do mundo a partir da realidade dos (as) trabalhadores (as) associados (as). Trata-se de um processo de aprendizagem que ocorre no espaço de trabalho e precisa estar intimamente relacionado aos problemas, às necessidades e aos anseios dos grupos.

Constitui uma metodologia de trabalho que leva em conta o saber popular e leva em consideração o conhecimento produzido dentro dos empreendimentos, reconhecendo-o como um conhecimento legítimo e necessário para a transformação da realidade. A metodologia de incubação busca estabelecer a aliança do conhecimento acadêmico com esse outro tipo de saber numa relação dialógica e destituída de hierarquização. A partir daí busca-se construir propostas válidas para a autogestão dos grupos, as quais denominam-se “tecnologias sociais”.

Com esse modelo pode-se contemplar a integração de múltiplas dimensões: econômico-financeira, técnico-gerencial, educacional – saúde e qualidade de vida, relacional – organizacional comunitária e associativa.

3. Entrelaçando os fios na incubação

O trabalho investigativo ocorreu em um campo empírico repleto de embates e tensões de naturezas diversas (sociais, culturais, éticos e políticos), que se produzem em um contexto que envolve, ao mesmo tempo, cultura popular local e cultura científica. Desse modo, nosso esforço inicial foi traçar um delineamento metodológico que articulasse pesquisa participativa e estudos etnográficos a fim de viabilizarmos um estudo de caso. Segundo Yin (1988), a preferência pelo uso do estudo de caso deve ser dada quando se trata do estudo de eventos contemporâneos em situações nas quais os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas é possível fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas.

O uso desse método, portanto, permitiu-nos identificar ações, percursos e decisões importantes dos diversos agentes envolvidos nos processos de incubação, além de descrever o contexto e explorar situações que não estavam claramente definidas. Além disso, para Eisenhardt (1989), trata-se de um método que permite ao pesquisador compreender a dinâmica de contextos específicos e pode ser usado para confirmar, estender e/ou refinar teorias existentes.

Além disso, a etnografia foi adotada porque se oferece como uma técnica de ir ao campo, uma “postura” etnográfica, como condição indispensável para que o discurso do outro tenha sentido. Essa postura pressupõe uma concepção da realidade, na qual o real não se encontra aí pré-definido, mas resulta de uma elaboração social e solidária. Implica assumir o pressuposto de que são os próprios atores sociais que definem a situação na qual se encontram e que, ao fazê-la, estão a construí-la. Implica, enfim, romper com a certeza de que partilhamos um mundo comum com pontos de vista idênticos sobre uma realidade incontestável.

Investigar sob esses pressupostos, portanto, impõe trabalhar com a noção de “definição da situação”, o que significa levar em consideração e apreender a cultura dos grupos observados – num movimento pendular entre o ponto de vista do investigador e o dos atores –, reconhecendo a multivetorialidade da análise, em cujo processo os *a priori* do investigador são questionados da mesma maneira que os pontos de vista dos atores.

Sob essa perspectiva, na medida em que as técnicas de campo só ganham sentido a partir da descrição que delas se faz, no âmbito dessa investigação, nosso olhar etnográfico voltou-se sobre o campo empírico, tomando o diálogo etnográfico como dispositivo por meio de práticas de conversação. Ao longo de vinte e quatro meses foram usados desde técnicas clássicas, como a da entrevista individual, até as técnicas de inquérito em geral, associando-as a diversas formas da pesquisa-ação e à microetnografia, tomando a fotografia, o vídeo e a análise documental como fontes primárias.

Complementarmente, buscando evidenciar as conexões entre as práticas de incubação e o desenvolvimento ou não de práticas baseadas na autogestão e na solidariedade, desenvolvemos estudos de natureza teórico-conceitual, tomando como base o debate crítico acumulado nas Ciências Sociais, especialmente sobre a Economia Solidária.

Assim, recorreremos às técnicas de estudos bibliográficos, ao levantamento e à análise das informações dos documentos escritos pela equipe de incubação (diários de campo, relatórios de atividades e publicações em órgãos da imprensa e sites especializados), além da observação participante em reuniões de equipe, seminários, conferências, feiras e encontros. A unidade de análise da pesquisa foram as experiências de incubação – sua organização e ação técnico-político-pedagógica, bem como a feição tomada por essas ações no contexto da vida cotidiana dos empreendimentos incubados.

A análise voltou-se para as tensões e pressões das ações de incubação sobre a experiência que se desenvolvia nos grupos, assim como para os caminhos de reatualização e renovação do trabalho cotidiano dos mesmos perante o trabalho de incubação, buscando apreender as contradições e ambiguidades que atravessavam os eventos e que envolviam as ações coletivas dos empreendimentos.

4. Reflexões teóricas orientando a (incub)ação

A história recente tem demonstrado a fantástica capacidade do capitalismo para produzir riquezas e, ao mesmo tempo, sua brutal capacidade de concentração de renda, acarretando desigualdades de todos os tipos que implicam processos de exclusão social e infindáveis crises.

Amparado na falaciosa crença da autorregulação do mercado, o sistema capitalista sustenta uma lógica de relações sociais baseadas não apenas na competição e no individualismo, mas principalmente na subserviência de muitos em relação a alguns poucos. O modelo capitalista cada vez mais dispensa trabalho em toda a parte, produzindo o desemprego estrutural – um dos mais inquietantes problemas enfrentados pelas sociedades contemporâneas – e acentuando as desigualdades sociais. Basta mencionar a grave crise que, nos anos mais recentes, assola os países do hemisfério norte, notadamente resultado do esgotamento do modo de organização da vida social, baseada em valores econômicos de competitividade e acumulação de riquezas monetárias.

Com efeito, o fenômeno da ampliação do desemprego e sua relação com a crise financeira mundial têm jogado enormes contingentes de pessoas à crescente precarização do trabalho, sem acesso a direitos sociais e com baixa perspectiva de retorno ao mercado de trabalho formal.

No caso do Brasil da década de 90, segundo Pochmann (2001), todas essas consequências resultaram da histórica submissão da economia brasileira à lógica da globalização, a qual não favoreceu uma dinamização capaz de gerar crescimento econômico porque não estava voltada para a geração de emprego e para a melhoria da distribuição de renda.

Ante a hegemonia da lógica da liberalização e globalização da economia, a chamada “economia solidária” emergiu no cenário brasileiro propondo uma forma de organização econômica e social alternativa, que buscava a construção de outro modelo de sociedade. De lá para cá, as ações no campo da economia solidária demonstraram a existência de um setor econômico, dinâmico e estratégico, capaz de gerar trabalho e renda e promover a inclusão social. De acordo com Singer (2002), o principal instrumento da chamada “economia solidária” é a empresa cooperativa, que consiste em um agrupamento de indivíduos que desenvolve uma atividade econômica de forma autogestionária. Em outras palavras, pessoas unidas para trabalhar e gerar renda sem ter patrões.

Diferentemente do modo de produção capitalista, os princípios da economia solidária visam construir uma relação horizontal entre o capital e o trabalho, a fim de incluir amplamente a população nos frutos da atividade econômica. Entre esses princípios destacam-se: o fortalecimento da autoconfiança dos/as trabalhadores/as, a cooperação, a corresponsabilidade, o respeito à diversidade (de gênero, raça, etnia, etc.) e ao meio ambiente, a conquista da cidadania, da autogestão e o compromisso com a transformação social. A importância estratégica desse novo modelo pode ser comprovada no crescimento de experiências de geração de trabalho e renda, que, nas últimas décadas, se desenvolveram como alternativas ao aumento dos processos de exclusão social, causada pelo desemprego.

Essas experiências configuram uma alternativa de organização do trabalho e de produção diferenciada, caracterizada pelo funcionamento coletivo e democrático, baseada na solidariedade e na cooperação entre seus membros. Conforme Leite (2009, p. 32):

É no quadro atual de crise do trabalho assalariado que os estudiosos começaram a detectar desde os anos de 1980, mas especialmente a partir da década seguinte, um conjunto de movimentos empunhados por trabalhadores que perderam seus empregos e que não conseguiram se reinserir no mercado de trabalho ou, ainda, por aqueles que sempre viveram na informalidade. Centrando-se, especialmente, na formação de cooperativas de trabalho e de produção e de associações de trabalhadores, nas quais busca a autogestão sob o nome de Economia Solidária.

A expressão *Economia Solidária* nasceu na França na década de 1990, cunhada pelo pesquisador Jean Luis Laville. Contudo, do ponto de vista conceitual,

não há no horizonte próximo nenhuma perspectiva de que essa expressão encerre qualquer unanimidade no âmbito dos debates acadêmicos.

Nesse sentido, Paul Singer costuma vincular às experiências brasileiras de trabalho associativo as experiências britânicas do início do século XIX³, inspiradas por Richard Owen, nas quais sobressai a ideia da transformação social das relações de produção capitalistas e sua substituição pelos princípios socialistas de igualdade e solidariedade, baseados na ideia de autogestão e de controle operário sobre a produção (SINGER, 2000).

Por outro lado, Leite (2009, p. 32) lembra que, para outros, essas experiências constituem

(...) um fenômeno novo que tem a ver com a crise da relação salarial que se abriu no último quartel do século passado e que, embora retome experiências do século XIX, como as cooperativas e os empreendimentos autogestionários, adquire novos significados no atual contexto econômico e social.

Contudo, convém lembrar que tais experiências emergem em um contexto de crise e que, ainda que tenham atingido algum grau de sucesso, de algum modo carregam em si a marca dessa crise. De acordo com Leite (2009, p. 33),

(...) o contexto de expansão das experiências associativas é de crise generalizada (crise ambiental, de um modo de acumulação, do trabalho assalariado, de uma forma de estar no mundo); tais experiências carregam consigo as disjuntivas de risco e possibilidades, de velho e novo, emergindo, portanto, como portadoras a um só tempo de um conjunto de potencialidades e de limites.

Não obstante, ainda que a economia solidária esteja emergindo “como fruto ao mesmo tempo da crise da sociedade salarial e do processo de terceirização da economia” (LEITE, 2009: 33), discutir suas possibilidades no mundo continua sendo uma tarefa relevante e pertinente ao campo da investigação social à medida que,

a generalização do assalariamento escapa ao padrão econômico produtivo do mercado de trabalho e a responsabilização do Estado com políticas de desenvolvimento desse porte parece ter perdido sentido público na contemporaneidade, de modo que as políticas se voltam para ações de empreendedorismo (BARBOSA, 2007, p. 17).

Também porque a economia solidária se propõe sustentar relações sociais de colaboração não apenas entre o(a)s associado(a)s e entre as diversas organizações cooperativas, mas com a população em geral, colocando a satisfação plena das necessidades de todo(a)s como centro e finalidade da atividade econômica.

³ Refere-se às experiências que resgatam os princípios estabelecidos pela cooperativa de Rochdale, criada em 1844 em Manchester, na Inglaterra.

ca, numa relação de intercâmbio respeitosa com a natureza. Desse modo, a economia solidária anuncia o surgimento de um novo sujeito, porque solidário e engajado na aposta de outras possibilidades de produção, distribuição e consumo de recursos e do estabelecimento de novas relações sociais.

Contudo, para fazer uma contraposição às visões de economia dominantes, José Luiz Coraggio, economista argentino, propõe a utilização de um termo diferente de *Economia Solidária*. Ao propor o termo *Economia Social*, o referido autor pretende descolar essas práticas da concepção de economia ligada à noção capitalista de “mercado” e também distanciá-las da ideia de um Estado centralizador, que planeja e regula todas as práticas econômicas (CORAGGIO, 2002). Sua intenção é cunhar uma noção que logre operar essa dupla superação. Para tanto, segundo ele, será necessário evitar a separação entre economia e sociedade – característica do paradigma neoliberal – e, ao mesmo tempo, evitar a introdução de um Estado centralizador e regulador.

Sob essa perspectiva, Coraggio (2002, p. 01) acredita ser possível o desenvolvimento de uma socioeconomia na qual os atores econômicos são inseparáveis de sua identidade social, de sua história, de sua localização no mundo simbólico e institucional que denominamos cultura. Em suas próprias palavras:

Ao conceber a Economia inseparável da Cultura, a Economia Social encara a economia como espaço de ação construído não por indivíduos utilitaristas buscando vantagens materiais, senão por indivíduos, famílias, comunidades e coletivos de diversos tipos que se movem dentro de instituições (....) estabelecidas por acordos voluntários, que operam fazendo transações entre a utilidade material e valores de solidariedade e cooperação, limitando (não necessariamente anulando) a competição. (*tradução livre do autor*)

Evidentemente, essa perspectiva não pretende extinguir o mercado capitalista, mas apenas impor limites sociais, construindo outros mercados, cujos preços e relações sejam o resultado de uma matriz social que integra todos de maneira igualitária. Segundo essa perspectiva, o desenvolvimento da vida das pessoas e das comunidades é favorecido pela ação coletiva no âmbito local, onde os conflitos de interesses e a competitividade podem ser regulados de maneira mais transparente. Nessa perspectiva, as relações interpessoais fraternas seriam a garantia de vínculos produtivos e reprodutivos de cooperação, gerando associações livres de trabalhadores, ao contrário do que ocorre em empresas onde o trabalho é subordinado ao capital autoritário pela necessidade de obter um salário para sobreviver.

Para José Luiz Coraggio, a Economia Social é social,

(...) porque produz sociedade e não apenas utilidades econômicas; porque gera valores de uso para satisfazer necessidades daqueles que produzem ou de suas comunidades – geralmente de base territorial, étnica, social ou cultural – e por-

que não está orientada pelo lucro e pela acumulação do capital sem limites. (...) Seu fundamento é, sem dúvida, o trabalho e o conhecimento encarnado nos trabalhadores e seus sistemas de organização (CORAGGIO, 2002, p. 02).

Trata-se de uma perspectiva que, ao radicalizar a noção de solidariedade, confronta e desafia o modelo dominante. Um modelo que, ao longo de séculos, forçou os homens ocidentais a inventar modos de viver e trabalhar relativamente padronizados, centrados no assalariamento, na divisão social e técnica das tarefas e em relações de subordinação e dominação.

Um modo de viver e trabalhar que, fundado no modelo fordista-keynesiano, até concedia aos trabalhadores certa estabilidade de carreira e implicava uma atividade que poderia ser desenvolvida ao longo de toda a existência, seguida de uma aposentadoria. Conforme Barbosa (2007, p. 18), baseado nesses condicionantes, “a regulamentação do contrato de trabalho (...) caracterizava a forma emprego como aquela marcada pela estabilização do tempo de contrato e do tempo de duração da jornada de trabalho”.

No entanto, esse modo de viver e trabalhar não existe mais; o atual modelo capitalista cada vez mais promove e constrói uma lógica de objetivação de sujeitos, na qual as empresas enxergam as pessoas como peças substituíveis de um jogo de captura, onde as necessidades pessoais são utilizadas como vetores de eficácia empresarial por meio de ardilosas técnicas de adesão às finalidades organizacionais.

5. Educação e trabalho em (incub)ação

Os discursos dominantes apontam a escola como a organização social que tem a primazia na formação para o exercício da cidadania. De fato, a escola localiza-se no centro do processo de formação humana porque nasceu com essa finalidade explícita. Contudo, não é de hoje que a escola vem sofrendo críticas, acusada de não cumprir sua finalidade de transformação.

De acordo com Carvalho (2006), para a sociedade que nos toca a viver, uma política de educação fechada em si mesma perdeu seu sentido transformador. Não se quer mais uma política de educação centrada apenas em sistemas formais de ensino, materializados nos sistemas escolares. A educação somente ganha efetividade quando integrada a um projeto mais amplo de transformação social.

De fato, a educação constitui uma prática de intervenção social que põe em marcha o processo de *hominização*, meio do modo de socialização predominantemente escolar. Enquanto prática intencional, organizada e sistematizada, opera através do seu equipamento social específico – a escola. Contudo, a educação também se capilariza por meio de outras práticas sociais, cuja existência

não necessariamente possui relação direta com finalidades instrucionais, mas que acaba operando efeitos pedagógicos de forma indireta. Essas práticas não escolares possuem eficácia porque promovem a intencionalidade da educação de forma sutil, escondida numa teia de significados diversos e, principalmente, sem fazer uso dos recursos pedagógicos escolares que ainda mantêm sua tradicional feição autoritária e disciplinadora. Trata-se de práticas não escolares que, por exemplo, são utilizadas pelas empresas capitalistas para pôr em movimento inúmeros jogos de captura, nos quais as pessoas são peças “cunhadas” a serviço dos interesses de eficiência e eficácia empresarial. No contexto da empresa capitalista, as práticas de educação não escolar são utilizadas como vetores de produtividade e concretizam-se por meio de técnicas que, apesar de proclamarem respeito às necessidades pessoais, apenas visam adesão às finalidades organizacionais.

Desse modo, a educação constitui um elemento-chave na dinâmica das sociedades, constitui um vetor de engendramento do social. As práticas de educação – sejam escolares ou não escolares – engendram realidades sociais, fazem existir sujeitos. Mas, como toda educação é sempre um ato intencional, seus resultados serão sempre marcados pelos propósitos que, explícita ou implicitamente, os animam. Nesse sentido, Meszaros (2005, p. 11-12) alerta que

o acesso à escola é condição necessária [ao processo educativo], mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos. E que o deslocamento do processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela, por meio de instituições da educação formal. O que está em jogo não é apenas a modificação política dos processos educacionais – que agravam o *apartheid* social –, mas a reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil (MESZAROS, 2005, p. 11-12).

Daí que o trabalho de incubação não pode ser reduzido a uma ação sistêmica de monitoramento aos empreendimentos incubados. A ação de incubação, tal como a concebemos, constitui uma modalidade de prática de educação não escolar que está a serviço da instauração de práticas de transformação social, constitui uma proposta educacional que se coloca a favor do movimento social da economia solidária. Uma ação educativa não escolar que parte das aprendizagens que se dão no seio da vida cotidiana, na luta pela sobrevivência, que inventa meios, alternativas para atingir o mínimo necessário à sobrevivência.

Mais ainda, na medida em que a incubação constitui uma prática de educação não escolar, comprometida com o movimento social da economia solidária, ela se beneficia do caráter educativo presente no campo da economia solidária, estabelecendo uma aliança entre conhecimento acadêmico e saber popular,

visando à produção de conhecimento. Trata-se de uma ação política na medida em que “toda produção de conhecimento (...) se dá a partir de uma tomada de posição que nos implica politicamente” (PASSOS & BARROS, 2009, p. 150).

Nessa perspectiva, o político aqui não se limita às práticas que ocorrem a partir de um suposto centro do poder, entendido como o Estado. Política designa todas as ações que se viabilizam e ocorrem a partir de arranjos locais, designa micropoderes que implicam escolhas, uma tomada de posição em relação ao mundo e a si mesmo. Nessa perspectiva, concebemos a ação de incubação não apenas como um ato educativo, mas também como um ato político que visa promover a autonomia dos empreendimentos.

A autonomia, portanto, constitui o paradigma que orienta a ação de incubação, visando à superação de antagonismos fundantes das relações sociais de produção típicas do sistema capitalista; isto é: a divisão entre trabalho intelectual e manual; a cisão entre quem decide e quem executa; a separação entre quem manda e quem obedece. Enfim, a autonomia é a meta da incubação, que pretende implantar uma nova distribuição de poder.

Referências

- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O lugar da educação integral na política social. In: **Cadernos Cenpec – Educação Integral**. 2006. Disponível em: <http://www.cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/download/166/195>. Acesso em: fev. 2014.
- CATTANI, Antonio David. **Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CORAGGIO, José Luiz. **La Economía Social como vía para otro desarrollo social**. Documento de lanzamiento del debate sobre “Distintas propuestas de Economía Social” en Urbared, Red de Políticas Sociales, 2002. (www.urbared.ungs.edu.ar)
- EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of Management Review**. V. 14, n. 4, p. 533-550, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Las Redes del Poder**. Editorial Amagesto, Colección Mínima, Buenos Aires, 1990.
- LEITE, Marcia de Paula. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo. Teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 24, n. 69, Fevereiro 2009, p. 31-52.
- MESZAROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. **Por uma política da narratividade**. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 150-171.

POCHMANN, Márcio. O emprego no capitalismo globalizado. **Fórum Em Debate**, São Paulo-SP, n. 1, 2001, p. 11-27.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

YIN, Robert K. **Case Study Research: design and methods**. Newbury Park: Sage Publications, 1988.

Se deixar só pelo grupo, as coisas não vão andar: **Dádiva, inovação social e liderança solidária** **compartilhada em cooperativas de catadores**

Robinson Henrique Scholz

Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier

Mychel da Silva Romero

Resumo: Este artigo dirigiu-se a analisar como o paradigma da dádiva contribui no desenvolvimento da inovação social e de liderança solidária, compartilhada em cooperativas de catadores que trabalham com a reciclagem de resíduos sólidos urbanos. Realizou-se uma pesquisa qualitativa com a técnica de estudos de casos múltiplos. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante e pesquisa documental. E para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo. Os sujeitos da pesquisa foram os trabalhadores associados das cooperativas Cooarlas, Coopcamate, Coopermag e Cootre. Os dados da pesquisa apontam que a dádiva contribui na construção de laços sociais que potencializam as práticas de liderança solidária compartilhada e inovação social, contudo potencializando resultados utilitaristas em detrimento do solidarismo.

Palavras-chave: Liderança Solidária Compartilhada; Inovação Social; Dádiva; Economia Solidária.

1. Introdução

O pensamento contemporâneo permite relacionar o paradigma da dádiva, inovação social e liderança. Permite ainda que a relação desses conceitos seja discutida no âmbito da reciclagem. Nesse contexto, e dada a relevância dos temas no desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários (EES), a dádiva pode ser entendida neste estudo a partir da criação de vínculos sociais no campo de atuação dos catadores e as solidariedades que se estabelecem no convívio do trabalho. Para Mauss (2011), o princípio da dádiva está fundamentado na relação do dar-receber-retribuir. Relação essa normalmente estabelecida nos grupos da economia solidária. Também resultante dos vínculos sociais, a inovação social, segundo Lacerda e Ferrarini (2013), revela um novo ânimo para a combinação de apropriação de valor e criação de valor social. Para Hulgård e Ferrarini (2010), a inovação social surgiu como agente de renovação e contribuição para a mudança social. E sobre liderança no contexto da economia solidária é importante destacar

que o exercício relacional estabelece mecanismos de solidariedade e reciprocidade (BAJOIT, 2006).

Buscando compreender essas relações conceituais, o objetivo deste artigo é analisar como o paradigma da dádiva contribui no desenvolvimento da inovação social e da liderança solidária compartilhada em cooperativas de reciclagem.

O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente uma revisão de literatura sobre liderança, dádiva e inovação social para a apropriação de conceitos e ulterior utilização na análise de dados. Na sequência, apresentam-se a metodologia utilizada na pesquisa e uma breve descrição dos empreendimentos econômicos solidários (EES) pesquisados. Finalizando, a análise dos dados e a conclusão de como o paradigma da dádiva contribui no desenvolvimento da inovação social e de liderança solidária compartilhada em cooperativas de reciclagem.

2. A prática da liderança na economia solidária

A ativação de um empreendimento de economia solidária requer processos democráticos de gerenciamento e condução das atividades desempenhadas pelos associados. Essa pulsão dada ao empreendimento é resultado da(s) liderança(s) que assumem esse papel e conduzem os processos de trabalho. Esse exercício ou atitude de liderança possui alguns aspectos importantes, assim como os movimentos que fazem com que o líder tenha poder (ou não) no desenvolvimento de um empreendimento. A relevância que a liderança exerce tem aumentado nos últimos anos, principalmente em empreendimentos econômicos solidários – que é tema deste estudo. Sendo assim, entender alguns princípios é fundamental neste artigo.

Quando se lidera uma grande empresa, o líder tem a obrigação de buscar resultados lucrativos para a empresa, mas, quando se trata de economia solidária, esse tem um papel diferente, no qual defende os princípios e valores do coletivo de trabalhadores, traçando objetivos que desenvolvam o ambiente e a cultura dos cooperados, assim construindo a cultura do EES.

Como se trata de perfis de liderança ou traços (STEFANO e GOMES FILHO, 2003), cada liderança será singular em seu desenvolvimento, pois o grupo em que ela atua precisa estar sempre em sintonia para se desenvolver adequadamente. Cada líder tem uma característica pessoal, que pode ser aquele líder que não sabe dizer não, e isso pode gerar conflitos entre os liderados; por falta de transparência por parte da liderança; bem como ele também pode ser aquela pessoa que gosta de ser amada e admirada – ele precisa ser o centro das atenções – dentro do ambiente de trabalho. A necessidade de estar no controle é um estilo de liderança que leva o líder a enxergar o lado pessoal de cada um,

analisando cada movimento, porém alguns podem ser ausentes, o que torna a convivência mais complexa. Assim, pensando na necessidade do líder estar presente, essas características podem estar ligadas ou não, o que leva a crer que cada líder será único, mesmo que negativamente (KERNBERG, 2000).

Por meio de outra interpretação teórica e pertinente Senge (2004) define que a tarefa do líder é projetar os processos de aprendizagem por meio dos quais as pessoas em toda a organização poderão lidar produtivamente com os problemas críticos que enfrentam e desenvolver domínio nas disciplinas de aprendizagem. Percebe-se a importância da liderança em desenvolver de forma eficiente os processos de condução da equipe ou nos EES para o alcance de objetivos em comum. O líder direciona, orienta, participa e ensina os seus liderados e desenvolvem-os também para ser líderes. Esse pressuposto teórico pode ser transposto para o campo da economia solidária e observado algumas questões particulares, que são peculiares à prática associativa.

Essa compreensão remete à importância de esclarecer que os princípios da economia solidária – autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (GAIGER, 2004) – são de extrema relevância para o exercício da liderança solidária compartilhada (VERONESE e SCHOLZ, 2013), a qual tem como grande função distribuir as responsabilidades entre os demais cooperados do EES e fazer com que esses pratiquem a autogestão.

Outrossim, eles aprendem conjuntamente os processos de trabalho produtivo e estratégico, engajam-se na proposta do EES e difundem as informações e os conhecimentos inerentes ao grupo entre os associados. Potencialmente, ocorre a emergência da liderança solidária compartilhada, que irá (re)distribuir constantemente as responsabilidades dentro do grupo, des-centralizando o poder em níveis homogêneos e horizontais. É bem verdade que esse processo dá-se em patamares diversos nos diferentes empreendimentos. A lógica do ideal buscado pelos grupos é a de que cada indivíduo possa ter as competências necessárias para a liderança, colocando-as em prática, uma vez que todos são donos-sócios-usuários do empreendimento (VERONESE e SCHOLZ, 2013, p. 58).

Percebe-se que na economia solidária a liderança é um movimento de âmbito coletivo por meio de um determinado grupo social com pretensões de traçar objetivos coletivos (embora em alguns momentos contraditórios e dissociativos), para assim seguir o melhor caminho em determinado período (GRAMSCI, 2004; GARDNER, 1996; KERNBERG, 2000).

Por essa perspectiva, pode-se dizer que a confiança e o desenvolvimento interpessoal são essenciais para a formação de relações e associações voluntárias, uma vez que necessárias para a ativação política dos cidadãos (SENGE, 2004). Contribuindo, a prática da liderança solidária compartilhada é um processo cultural de apropriação, de entendimento do contexto em que atua o líder e os

cooperados (compreende-se a dinâmica organizacional) para a aplicação dessa postura de liderança no contexto da economia solidária. Ademais, esse exercício relacional estabelece mecanismos de solidariedade e reciprocidade (BAJOIT, 2006) e influencia o desenvolvimento do EES em variados aspectos, tais como a lógica do trabalho associado, a interação social estabelecida, a dinâmica empreendedora, os resultados econômicos, entre outros. Salienta-se que esse campo é conflitual, contraditório em muitos aspectos e que merece o devido tratamento quando abordado e pesquisado, uma vez que é uma prática que demanda exercício e interação com a cultura do EES para que seja vivenciado, também, pelos novos cooperados, que chegam para trabalhar de forma associada (VERONESE e SCHOLZ, 2013).

Tendo em vista a relevância da liderança solidária compartilhada, na seção a seguir são trazidos elementos importantes de compreensão sobre o paradigma de dádiva, para que se possam buscar elementos pertinentes de análise sobre o objetivo deste artigo.

3. Dádiva

Os estudos sobre a dádiva são possíveis de ser compreendidos na contemporaneidade, uma vez que há diversas manifestações de estabelecimento de vínculos sociais descritos pelos estudos sobre o tema. As formas de interação estabelecidas na dádiva em dar, receber e retribuir instigam questões utilitárias ou antiutilitárias inerentes sobre a liberdade e a obrigação no agir dos sujeitos.

Para que se possam apresentar algumas questões importantes sobre o paradigma da dádiva, parte-se dos estudos de Mauss (2011), Haesler (2002), Polanyi (2012), Goudbout (1998) e Caillé (1998). Dessa forma, inicia-se a partir dos estudos sobre as sociedades arcaicas, estudadas por Marcel Mauss.

Uma vez que os laços sociais são firmados em um determinado grupo ou entre grupos, passam esses a pertencer a um complexo sistema de regras que conduzem as obrigatoriedades da dádiva. As transações estabelecidas entre os sujeitos nas trocas simbólicas estudadas por Mauss nas sociedades arcaicas são práticas da dádiva, as quais se baseiam na dívida. Conforme a interpretação de Godbout (1998, p. 7), “a dívida deliberadamente mantida é uma tendência da dádiva [...] os parceiros num sistema de dádiva ficam em situação de dívida, negativa ou positiva”. Pode-se interpretar que as transações que se estabelecem nesse processo de prestações totais, a obrigação é um compromisso assumido perante a dívida, ou seja, os vínculos sociais são mantidos por meio de dívidas firmadas em uma visão holista.

Para esclarecimento, Mauss (2011) recorre ao princípio da dádiva, que está alicerçado na lógica do dar-receber-retribuir. O sujeito que doa algo a outro

pela lógica estabelecida nas trocas simbólicas de presentes, ornamentos, etc., esse sujeito firma um compromisso moral com quem recebe, ou seja, a dívida do outro para com ele. Mauss salienta que, como a moral se faz presente nessas negociações, por vezes na retribuição se amplia a devolução da dívida anterior, fazendo com que quem doou no início receba de volta algo mais valorativo, e dessa forma inicia-se um novo ciclo da dádiva, com a obrigação voluntária de novas trocas simbólicas, ou seja, formas de reciprocidade. Assim, Caillé (1998, p. 18) reforça que, em relação à reciprocidade,

[...] as análises mais opostas àquelas que raciocinam em termos de ritual são as que veem primeiramente na dádiva, em vez da obrigação, a dimensão da liberdade, na medida em que beira a espontaneidade e a criação. A generosidade, neste caso, está do lado do engendramento e da geração.

Contudo, a dádiva é liberdade de se presentear, sem objetivar algo em troca, tanto que o doador salienta que “não foi nada” ao doar, deixando quem recebeu livre para retribuir ou não. Assim, a obrigação entre os sujeitos diminui, e dessa forma pode-se estabelecer a verdadeira dádiva por parte de quem recebeu no ato da retribuição, caso ela ocorra.

Uma compreensão que pode ser adotada como um ponto preliminar é o que defende Caillé (1998, p. 5), de que “não há dádiva que não exceda, por sua dimensão simbólica, a dimensão utilitária e funcional dos bens e serviços”. Tendo essa perspectiva teórica como fio condutor de análise, verifica-se que o dom, ou o ato de doar, está intimamente conectado a uma situação, desejo, ou intenção no campo simbólico. A dádiva leva a crer que os movimentos e as trocas podem ser uma tendência de organização social, bem como a manifestação dos vínculos sociais. Godbout (1998, p. 10) salienta que “a verdadeira dádiva é um gesto socialmente espontâneo, um movimento impossível de captar em movimento, uma obrigação que o doador dá a si mesmo, mas uma obrigação interna, imanente”. A dádiva vem a dar sentido ao debate acerca da obrigação nas trocas simbólicas estabelecidas entre os sujeitos.

Haesler (2002) busca uma compreensão que pode ser favorável neste artigo, quando ele reporta que os vínculos sociais devem ser estudados para que se possa compreender, de forma elucidada, como a reciprocidade se materializa na lógica do dar-receber-retribuir, a qual orienta o paradigma da dádiva. Pode-se pensar nas práticas de construção e manutenção dos EES, bem como as práticas de liderança promovem ou inibem os vínculos sociais entre os trabalhadores.

[...] a relação social da dádiva é a figura genérica de qualquer relação social; devido à sua complexidade, à sua fragilidade e à sua interioridade, a dádiva permite-nos reencontrar uma ideia da intersubjetividade, do vínculo social e, finalmente, da sociabilidade – aliás, características que têm sido consideravel-

mente recalçadas pelas metodologias tradicionais das ciências morais, desde sua origem (HAESLER, 2002, p. 139).

Já para Bajoit (2006), a sociedade é composta por um conjunto de indivíduos que assumem frente a si mesmos compromissos identitários, cujos pontos de intersecção são as relações sociais entre os sujeitos nas suas ações e articulações, canalizando para a construção da gestão relacional de si. Sua premissa primária tem como o sentimento de tensão existencial do sujeito presente na concepção em assumir a sua identidade, homologando dessa forma o desencadeamento de lógicas de ação de um indivíduo sobre o outro, num processo relacional de troca de posições para se projetar e assumir suas identidades que assim são vivenciadas. Dessa forma:

[...] aceitar a dádiva como elemento basilar da reciprocidade leva a admitir que a dádiva pura, totalmente despojada de interesse, é um caso-limite, de menor valor heurístico, sendo preferível compreendê-la em suas modalidades recorrentes, nas quais se institui um regime misto de desinteresse e interesse (GAIGER, 2008, p. 17).

Outrossim, as interações podem também ser entendidas à luz da reciprocidade como regra: “os atos de permuta são geralmente inseridos em relações de longo alcance que implicam aceitação e confiança, uma situação que tende a obliterar o caráter bilateral da transação” (POLANYI, 2012, p. 64-65). Para as solidariedades serem concretizadas e identificadas por meio das suas lógicas, retoma-se a questão da moral e da confiança, elementos-chave para o processo de reciprocidade e da tripla relação da dádiva: o dar-receber-retribuir. Essas subjetividades permeiam o campo da economia solidária, a título de exemplo ilustrativo e análise, onde o princípio da autogestão e da cooperação socioeconômica é latente.

Assim, Bajoit (2006, p. 243-244) reforça que os grupos sociais (família, igreja, grupos de trabalho, sindicatos, etc.) “são tanto mais sólidos quanto mais conseguem articular todas as lógicas: os seus membros estão, então, ligados entre si por todos os laços ao mesmo tempo”. Salienta-se que as lógicas de solidariedade existem quando o foco está na realização dos compromissos e das identidades pessoais de cada indivíduo, não dependendo unicamente das identidades coletivas. Contudo, Bajoit (2006, p. 244) salienta que:

Evidentemente, uma das condições indispensáveis à formação da solidariedade é a socialização dos indivíduos: que eles ocupem a mesma posição na relação, que participem na mesma identidade coletiva. No entanto, não é uma condição necessária: uma solidariedade pode formar-se entre indivíduos que não ocupam as mesmas posições sociais (é o caso dos altruístas, por exemplo), tal como pode também não se formar entre indivíduos que ocupam a mesma posição social (se adotam lógicas do sujeito e de permuta diferentes). Portanto, a solidariedade é não só qualquer coisa mais que a identidade, mas também

qualquer coisa diferente. De uma forma mais geral, depende de um conjunto complexo de condições.

De acordo com Bajoit (2006) na citação acima, o conjunto complexo de condições necessárias para que a solidariedade ocorra é o que o autor chama de *ação coletiva*, formada por condições que estimulam a mobilização social dos indivíduos envolvidos e de outros que adentrem a ação coletiva. Essas condições são classificadas em três componentes da ação coletiva: *a formação de uma solidariedade organizada; a constituição de um adversário ou inimigo; e a explicitação dos objetivos da ação*. Bajoit (2006, p. 248) esclarece que apenas a presença de indivíduos engajados em algum desses componentes não fecunda a ação coletiva. A solidariedade, sim, pode ser estabelecida, mas a mobilização social durável para o alcance dos resultados almejados dependerá diretamente de uma organização, isto é, de dirigentes, de recursos e de tradições.

À luz dos conceitos tratados neste texto, pode-se refletir sobre os EES já estruturados e atuantes em um determinado tempo com um grupo de pessoas mais estável no coletivo de trabalho. Bajoit (2006) compreende que, quando os grupos sociais chegam nessa etapa dos processos de solidariedade, eles se conhecem melhor, aprendem a prever as condutas do outro, organizam-se, a comunicação torna-se mais fluida e, por conseguinte, novos laços sociais são formados e se mantêm os vínculos sociais. Com base nos fracassos, aprendem a se organizar de forma diferenciada e tomam como exemplo os sucessos alcançados. Os conflitos são importantes para motivar o grupo e fortalecer os vínculos sociais, uma vez que o sucesso total tende a desmobilizá-lo, tornando a inércia do trabalho prerrogativa à rotina e ao desânimo. Conforme Gaiger (2008, p. 17), “atitudes de lealdade, cooperação e confiança, além do zelo no trabalho na ausência de vigilância e reprimendas, numa espécie quase de colaboração clandestina para a eficiência da empresa, manifestam o princípio da dádiva igualmente no mundo funcional das organizações”. Sob essa lógica é que os empreendimentos de economia solidária podem desenvolver atividades socioeconômicas à luz da reciprocidade e da dádiva, valendo-se de princípios de solidarismo e empreendedorismo, sem perder sua essência.

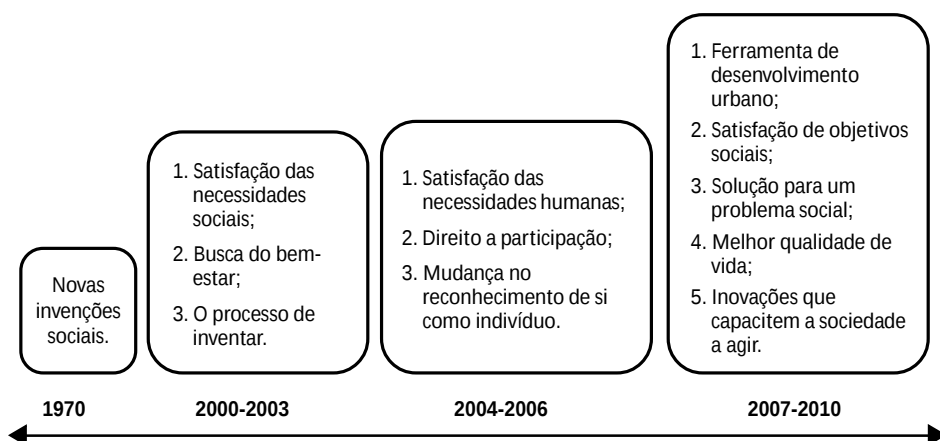
A seguir, discutem-se essas questões como ponto possível de aplicação da dádiva em um cenário de inovação social, a título de apontar possibilidades de compreensão.

4. Inovação social

Baseado no conceito de inovação – criar, renovar e inventar –, a inovação social surge como resultado do empreendedorismo social, que desde a década de 1990, segundo Hulgård e Ferrarini (2010), vem adquirindo crescente importância na agenda da política pública e no âmbito acadêmico. Lacerda e

Ferrarini (2013) mencionam que a inovação social impulsionou-se na última década no Brasil e revela um novo ânimo para a combinação de apropriação de valor e criação de valor social. Tondolo (2013) destaca a inovação social como uma maneira de solucionar problemas sociais, de forma a atender as necessidades sociais da sociedade em geral. Para Hulgård e Ferrarini (2010), a inovação social surgiu como agente de renovação e contribuição para a mudança social. Já Bignetti (2010) destaca a inovação social com o objetivo da resolução de problemas sociais. Diante disso, como há essa perspectiva relacional, pode-se entender que há interfaces com a dádiva e a atuação de lideranças na condução da inovação social. Também Bignetti (2010) em seus estudos apresenta a evolução do conceito de inovação social, conforme demonstra a figura 1:

Figura 1: Evolução do conceito de Inovação Social



Fonte: Bignetti (2010).

É possível observar que, desde período de 1970, a ideia principal do conceito de inovação social remete ao atendimento de necessidades sociais com foco no bem-estar humano. Ou seja, a inovação social, seja ela pensada ou não pelo Estado, tem como objetivo reinventar processos, formas, soluções para a resolução de problemas sociais.

Para André e Abreu (2006), a inovação social é de natureza não mercantil, com caráter coletivo, visando à transformação das relações sociais, produzida pela necessidade de vencer adversidades e riscos. É um produto da sociedade civil ou resultado da pressão da sociedade civil. Segundo Tondolo (2013, p. 26), “o princípio básico, o qual norteia a inovação social, é o atendimento das mais variadas necessidades sociais, que perpassam as questões ligadas à saúde, educação, moradia, lazer, turismo, emprego e renda”. Também a autora menciona

que “a inovação social é um produto e ou serviço das organizações do Terceiro Setor para a coletividade”.

O governo como forma de estímulo ao desenvolvimento da inovação no país possui a FINEP – Agência Brasileira da Inovação; é uma empresa pública vinculada ao MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Foi criada em 24 de julho de 1967 para institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, criado em 1965. Tem como missão: *Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas*, que muitas têm sido as iniciativas no Brasil.

A FINEP realiza desde 1998 o Prêmio FINEP de Inovação e destaca-o como um importante instrumento de estímulo e reconhecimento à inovação no país. São oito categorias que concorrem ao prêmio, entre elas: Tecnologia Social e Inovação Sustentável. Em sua primeira edição, foram 25 inscritos; já na última edição, em 2013, 570 projetos foram inscritos entre as oito categorias. Esses números demonstram que as iniciativas para o desenvolvimento da inovação são crescentes, estão ganhando força e contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável em comunidades locais por todo o país.

A saber, a FINEP também financia diversos outros projetos por todo o país por meio de seleção por editais. Para título de informação, bem como relação com o este artigo, fruto de um projeto financiado pela FINEP, o quadro 01 demonstra o número de projetos financiados pela instituição nos últimos cinco anos:

Quadro 01: Número de projetos financiados pela FINEP entre 2013-2009

ANO	Nº DE PROJETOS
2013	477
2012	565
2011	410
2010	810
2009	638

Fonte: FINEP.

Mesmo com a diminuição do número de projetos após 2010, ainda são expressivos os números de projetos financiados pela FINEP. O que se deve analisar a partir dessas iniciativas do governo é se o apoio e o incentivo financeiro se dão na tentativa de minimizar as mazelas sociais que o próprio governo não

dá conta de cuidar ou se o interesse é investimento para o desenvolvimento econômico do país.

A saber, a FINEP é atualmente a financiadora da Incubadora de Empreendimentos Solidários do Unilasalle/Canoas. A Incubadora atua como estimulador de tecnologias sociais, incluindo a criação, o desenvolvimento de empreendimentos solidários, a sistematização das práticas de incubação associada aos processos de pesquisa, ensino e extensão.

Com o objetivo de construir tecnologias sociais apropriadas para fortalecer a capacidade empreendedora e a dinâmica solidária, potencializando a atuação sustentável e autogestionária dos empreendimentos incubados, a Incubadora desenvolve atividades, tais como: i) desenvolvimento de metodologias de incubação de empreendimentos econômicos solidários; ii) sistematização das práticas desempenhadas no campo da economia solidária; iii) construção de tecnologias sociais juntamente com os atores sociais envolvidos; iv) contribuição na discussão e elaboração de propostas de políticas públicas; v) socialização de conhecimento popular e acadêmico em eventos sobre a temática de atuação.

Na prática, o trabalho da Incubadora é mais que um estimulador; a equipe da Incubadora atua como parceiro para o desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária nos empreendimentos. “[...] *através da incubadora do Tecnosocial para fazer um trabalho de que eles se conscientizem de que eles são donos do negócio e o que é realmente economia solidária e o que é o cooperativismo [...] isso foi fundamental, [...] a incubadora vir pra dentro da cooperativa*”, a exemplo da fala do entrevistado B2 dos empreendimentos pesquisados. Também o que expressa o entrevistado D1 em sua fala durante a entrevista realizada para a pesquisa: “[...] *e que esses apoios da incubadora do UNILASALLE nunca terminassem, porque parece que tá tirando a nossa vida, eles são nossos pais, nossa mães [...] a incubadora pra nós é um apoio psicológico pra nós, porque a gente não tem estudo, a gente não tem entendimento, e hoje a gente tá lutando e a gente gostaria de estar com eles e chegar a algum lugar e dizer, chegamos, com aquele nosso apoio, nosso pai e nossa mãe [...]*”. Essas falas demonstram o grau de envolvimento da Incubadora com os empreendimentos incubados, a importância do trabalho realizado, bem como seus resultados. Muitos dos cooperados não conhecem a termo inovação social e/ou possuem a consciência de seu desenvolvimento nos empreendimentos. A Incubadora tem esse papel de esclarecer, levar a informação e estimular seu desenvolvimento.

5. Método

Para o desenvolvimento deste estudo, o método adotado está alicerçado em um estudo de casos múltiplos (YIN, 2005), de abordagem qualitativa, tendo como campo empírico de investigação quatro (4) empreendimentos econômicos

solidários atuantes com a triagem de resíduos sólidos urbanos, sendo que três empreendimentos são atuantes na cidade de Canoas e um na cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul, conforme o quadro a seguir.

Quadro 02: Breve histórico dos empreendimentos econômicos solidários participantes da pesquisa

EMPREENDIMENTO	Descrição
COOARLAS	No ano de 2000, 12 mulheres iniciaram um projeto-piloto e começaram a catar o lixo da comunidade. Nesse mesmo ano, as mulheres formalizaram a associação, que se chamou Associação de Reciclagem Amigas Solidárias – ARLAS. A assembleia de constituição da Cooperativa de Trabalho Amigas e Amigos Solidários – COOARLAS ocorreu em 18 agosto de 2009. Em 2010, a COOARLAS inicia sua participação no programa de coleta seletiva compartilhada de Canoas. Hoje conta com 23 pessoas cooperadas.
COOPCAMATE	O trabalho do grupo iniciou em 1986 com cinco pessoas moradoras do bairro Mathias Velho. Em 1995, formalizaram-se como Associação dos Carroceiros e Catadores de Material de Canoas – ACCMC. Em 2003, instituiu-se a Cooperativa de Catadores de Material Reciclável da Mathias Velho – Coopcamate. Em 2010 inicia sua participação no programa de coleta seletiva compartilhada de Canoas. Trabalham na cooperativa 21 cooperados.
COOPERMAG	A Unidade de Triagem foi construída em 2001 com recursos da Caixa Econômica Federal. As atividades tiveram início em outubro de 2002 com seis mulheres. Desde 2010 possuem um contrato com a Prefeitura Municipal de Canoas para realizar a Coleta Seletiva do Município. Hoje conta com 19 cooperados.
COOTRE	A Associação de Recicladores e Catadores de Esteio – ARCA foi fundada no ano de 2003. Desde 2012, a ARCA realiza a Coleta Seletiva de Esteio. Em 2013 formalizou-se a cooperativa e passou a chamar-se Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio – COOTRE. Atualmente estão 27 pessoas cooperadas.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

A opção de escolher esses empreendimentos para a realização da pesquisa é por conta do processo de condução de suas práticas cotidianas de trabalho, que perpassam relações de liderança, dádiva e inovação social.

Nesta pesquisa, o *corpus*¹ de dados tem a soma de 12 entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa, observações diretas e documentos (BAUER e AARTS, 2002; ROESCH, 2009). Os sujeitos entrevistados foram selecionados de forma aleatória, seguindo apenas o critério de se ter entrevistas com coordenações das cooperativas e de pessoas que não exercem o papel representativo de coordenação. O principal objetivo “é entender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações em contextos que não foram estruturados anteriormente a partir de suposições” (ROESCH, 2009, p. 159).

Para o tratamento dos dados coletados, a técnica utilizada é o método da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Esse método utiliza procedimentos para averiguar deduções a partir de texto, buscando classificar o conteúdo, as palavras, analisando as relações e agrupando conceitos que foram identificados. Baseado nos conceitos definidos, cabe ao investigador avaliar e fazer a compreensão dos resultados obtidos na pesquisa (ROESCH, 2009).

Assim, as análises a seguir seguem a orientação de categorização dos dados, de acordo com o conteúdo expresso em relação à liderança, dádiva e inovação social. Foram organizados quadros com trechos de falas para cada uma das categorias, no sentido de agrupar os dados e possibilitar uma análise acurada.

6. Análises e discussão dos dados

Os dados coletados nesta pesquisa são interpretados segundo duas divisões importantes para análise, elencadas conforme o seu conteúdo: práticas de liderança e dádiva; inovação social.

6.1 Práticas de liderança e dádiva

Interpretar os dados sobre a dádiva e as práticas de liderança requer um cuidado qualitativo de análise para que se possa compreender como os cooperados dos EES investigados compreendem o assunto. Para isso, parte-se da apresentação de trechos de falas dos entrevistados para elucidar algumas questões sobre a liderança e a dádiva.

¹ O conceito de corpus é definido como “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista com (inevitável) arbitrariedade e com a qual ele irá trabalhar, o que acentua a natureza proposital da seleção, não apenas de textos, mas também de qualquer material com funções simbólicas” (BAUER e GASKELL, 2002, p. 44-45).

Quadro 03: Dados qualitativos sobre dádiva e liderança

Cooperativa	Expressões das entrevistas	Entrevistado
A	[...] eu acho que a liderança na economia solidária não muda, ela tem que tá ali pra puxar mesmo o grupo, mas ela tem que tá entrosada dentro do grupo, o grupo tem que aceitar ela, se não, não rola, ela tem que estar envolvida, ela tem que somar, ela tem que fazer, tu pegar junto com ela, ela tem que pegar junto contigo, tem que te puxar, mas tem que manter também aquela disciplina, não assim como chefe, mas tem que impor [...]	A4
D	[...] pra mim é ótimo, sem ela [presidente] eu não sei, esses tempos ela tava querendo sair da presidência, daí eu disse pra ela. Eu não sei o que vai ser de nós sem ela na presidência. Não estou desmerecendo ninguém, mas eu acho que as ideias que ela tem, só ela tem; a gente tem que agradecer muito a ela, cada vez mais ela está melhorando a nossa cooperativa [...].	D2
A	[...] eu acho que o líder não pode mudar o perfil dele. Claro, ela é uma catadora, mas ela não pode mudar, ela não pode perder a essência dela e ela perdeu muito a essência dela, e daí por isso ela foi cobrada e até hoje muitos não aceitam, mas tem que manter a essência. Se tu era um catador simples, humilde, tu lutava, tu cobrava pelos teus companheiros, tu tem que continuar, depois que tu começou a coordenar aquele grupo, tu tem que manter como tu era, se unido tu tem que lutar por aquilo, não pode fugir muito, claro, não vai ser a mesma pessoa, mas não pode fugir muito da origem daquela pessoa, porque daí os catador, os companheiros, vão rejeitar, não tem jeito [...]	A4
B	[...] aqui a gente procura usar o método democrático, com a participação de todos os cooperados, pelo fato de que todos são donos do empreendimento, todos têm a mesma responsabilidade como cooperado, como empreendimento, então é a democracia mesmo, a gente tem conseguido que os outros colegas de trabalho deem a sua contribuição, a sua opinião, sua sugestão, isso pra nós é super importante, temos conseguido através da democracia mesmo [...]	B2
C	[...] a gente tem que coordenar, tem que dar opiniões, tem que ouvir as opiniões, às vezes a gente não tem que decidir só nós né, a gente tem que decidir, mas tem que deixar elas decidir porque é do grupo todo, tem que dar atenção ao que o grupo tem a dizer, tem certas coisas que a coordenação tem que dar opinião mais que o grupo, também se deixar só pelo grupo, a coisa não vai andar [...]	C1

C	[...] como eu vou te explicar liderança, o que eu acho líder é ser uma pessoa com pulso firme, que tenha atitude e não se deixe dominar por palavras, a pessoa tem que ser ela mesma, tem que ter pulso firme porque se não, porque se não for uma pessoa de pulso firme e de atitude, eu acho que não tem condições de ser uma líder [...]	C2
---	---	----

Fonte: Elaborado pelos autores.

O exercício da liderança na economia solidária pode ser afirmativo ou destrutivo, dependendo da postura adotada. Dessa forma, inicia-se a análise com a fala do entrevistado A4: *“eu acho que a liderança na economia solidária ela não muda, ela tem que tá ali pra puxar mesmo o grupo, mas ela tem que tá entrosada dentro do grupo, o grupo tem que aceitar ela, se não, não rola, ela tem estar envolvida, ela tem que somar [...]”*. Assim, à luz dos estudos de Senge (2004), a liderança envolve processos de aprendizagem conjunta com seus liderados e dessa forma conectada no desempenho das funções. Para o entendimento do entrevistado, o líder deve participar das atividades internas e externas da cooperativa, para assim poder tomar atitudes que vão desenvolver melhor o empreendimento. Isso contribui com os estudos sobre a dádiva (MAUSS, 2011) e os vínculos sociais (BAJOIT, 2006), no que tange a construção de laços de solidariedade para a manutenção do grupo; no caso deste estudo, são os EES.

Contudo, no exercício da liderança, por ser subjetivo e personificado, nem sempre se verifica a condução conjunta das ações, no sentido de disseminar a autogestão e a liderança solidária compartilhada. O entrevistado D2 aponta isso: *“[...] esses tempos ela tava querendo sair da presidência, daí eu disse pra ela. Eu não sei o que vai ser de nós sem ela na presidência. Não estou desmerecendo ninguém, mas eu acho que as ideias que ela tem, só ela tem; a gente tem que agradecer muito a ela, cada vez mais ela está melhorando a nossa cooperativa [...]”*. Sabe-se que a dependência existe, e isso vai ao encontro dos princípios da economia solidária, uma vez que todos são donos do empreendimento. Ademais, cada indivíduo pode desenvolver as competências necessárias para a liderança (VERONESE e SCHOLZ, 2013), desde que o ambiente também seja favorável para esse aprendizado (SENGE, 2004). Esse sentimento apresentado pelo entrevistado demonstra uma questão que também está relacionada com a dádiva: a dívida. O entendimento da importância da presidente em não se afastar do cargo, ou melhor, de o entrevistado não tê-la mais como “líder”, suscita um sentimento de dívida (GOUDBOUT, 1998): a presidente doa o seu trabalho, suas ideias em prol da cooperativa, e o entrevistado, ao receber essa doação, sente-se no compromisso de retribuir (que é a dívida).

Outra contribuição importante é o que o entrevistado A4 sinaliza sobre as origens, de onde vêm as pessoas, sua identidade. Isso é muito significativo para a construção dos vínculos sociais, da dádiva e a transposição para a liderança, que pode ruir com esse processo. O trecho a seguir apresenta claramente essa questão: “[...] eu acho que o líder não pode mudar o perfil dele. Claro, ela é uma catadora, mas ela não pode mudar, ela não pode perder a essência dela, [...] e tu era um catador simples, humilde, tu lutava, tu cobrava pelos teus companheiros, tu tem que continuar, depois que tu começou a coordenar aquele grupo, tu tem que manter como tu era; se unido, tu tem que lutar por aquilo, não pode fugir muito [...]”. A relação apresentada foi fragilizada. O vínculo social (BAJOIT, 2006) estabelecido por meio da identidade (HAESLER, 2002) de grupo (catador) está comprometido, dúvida, frio. Os laços sociais estão comprometidos, e isso prejudica o convívio e a postura da coordenação (liderança). Outrossim, ao reciprocidade (GAIGER, 2008) não se concretiza na relação do líder com o grupo, o que prejudica os processos de construção da liderança solidária compartilhada (VERONESE e SCHOLZ, 2013).

Em contrapartida, a contradição novamente aparece quando o entrevistado B2 comenta que a democracia e a participação são a chave de sucesso da liderança: “[...] aqui a gente procura usar o método democrático, com a participação de todos os cooperados, pelo fato de que todos são donos do empreendimento, todos têm a mesma responsabilidade como cooperados, como empreendimento, então é a democracia mesmo [...]”. O papel da economia solidária é feito de acordo para que todos da cooperativa tenham o desenvolvimento e os objetivos do coletivo sejam alcançados, segundo os princípios da economia solidária (GAIGER, 2004). Contribuindo, numa perspectiva da dádiva, a reciprocidade é necessária para a construção dos vínculos sociais, conforme salienta Polanyi (2012, p. 64-65): “os atos de permuta são geralmente inseridos em relações de longo alcance, que implicam aceitação e confiança, uma situação que tende a obliterar o caráter bilateral da transação”. Aqui se percebe que a confiança é um elemento importante quando salientada a questão da participação e democracia, o que nos leva a entender que a prática da liderança solidária compartilhada (VERONESE e SCHOLZ, 2013) pode ser identificada. Inclusive pode-se entender que a economia solidária é um movimento de âmbito coletivo por meio de um determinado grupo social com pretensões de traçar objetivos coletivos (GRAMSCI, 2004; KERNBERG, 2000), e por isso a importância da participação e da democracia.

As sutilezas de compreensão sobre a dádiva estão apontadas pelo Entrevistado C2: “[...] a gente tem que coordenar, tem que dar opiniões, tem que ouvir as opiniões, às vezes a gente não tem que decidir só nós né, a gente tem que decidir, mas tem que deixar elas decidir porque é do grupo todo, tem que dar atenção ao que o grupo tem a

dizer, tem certas coisas que a coordenação tem que dar opinião mais que o grupo, também se deixar só pelo grupo, a coisa não vai andar [...]”. Ficaram claras as trocas existentes no processo de dar-receber-retribuir defendido por Mauss (2011) a partir do paradigma da dádiva e aplicado no contexto da economia solidária investigado nesta pesquisa. A doação da coordenação de opiniões numa reunião é recebida pelo grupo, e esse, como a dívida, vai retribuir com a aprovação, com o trabalho, o empenho. Ao mesmo tempo, a liderança também é entendida nesse contexto na lógica das suas responsabilidades outorgadas pelo grupo e que perpassa uma constante contradição: ora sou líder, ora sou um articulador de laços sociais. Eis uma boa chave analítica. E, conforme apontado, “*se deixar só pelo grupo, as coisas não vão andar*” mostra o quanto a liderança solidária compartilhada não é promovida, aplicada ou disseminada (SENGE, 2004) nos processos de aprendizagem do próprio grupo, que poderiam ter mais autonomia para conduzir os processos na ausência das coordenações nomeadas em assembleia.

Esse dado contribui para a interpretação de que a relação entre o paradigma da dádiva, a liderança solidária compartilhada e a inovação social, tema a seguir, está interligada na dinâmica social aplicada ao contexto dos empreendimentos econômicos solidários.

6.2 Experiências de inovação social

Ao analisar os dados coletados nas entrevistas, percebe-se que a inovação social é uma constante na vida dos cooperados e de fácil identificação em seu trabalho, como demonstra o quadro 04:

Quadro 04: A inovação social no cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários

Cooperativa	Expressões das entrevistas	Entrevistado
A	“[...] para melhorar o trabalho [...] daí a gente vê a melhor forma [...], por exemplo, se elas disserem assim para a gente, que o melhor é colocar só bag, a gente vai fazer um teste, entendeu”.	A2
A	“De criar novos jeitos de trabalhar? Eu acho que assim, que é muito bom, entendeu, principalmente se der certo [...]”.	A2
C	“a foi o grupo, a gente pensou em desmanchar as gaiolas que achou que em bag ia ser melhor, ia ser uma coisa só, porque antes tinha que tirar da gaiola e colocar na bag, daí o grupo achou melhor ter só uma, só a bag daí a bag já larga na mesa, bota pra triar na mesa”.	C1

C	“começou assim, umas mesa faziam 5 bag, 6 bag, e outras 2, 3, daí era todo dia aquela discussão, porque a mesa da fulana não tá fazendo nada, a mesa da fulana faz tanto, vamos fazer assim então uma meta, 10 bag no dia, mas não precisa fazer aquelas 10, não é fazer aquelas 10 e vai embora, pode fazer 11, 12 até 15 mas o mínimo é 10, e o grupo que fizer menos vai ficar até fazer os 10 e vai fechar o galpão e se responsabilizar e chegar aqui no outro dia as 7:30 pra quando o pessoal chegar, o que aconteceu, era 4 hs não tinha mais bag nenhuma, todo mundo faz as 10 bag, tem mesa que faz até 15 bag, toco ali que ia ficar fazendo, e funcionou, e agora na segunda feira a gente faz os caminhão de sábado numa manhã, no dia ali tá lá na porta o material que os guris deixa ali no chão, ficou uma maravilha isso aí, e o Eduardo também pegou de nós isso aí, diz que lá no galpão deles tá funcionando também a meta de bag”.	C3
C	“eu acho que foi isso da produção que tem uma meta que tá funcionando, tá dando resultado, conseguimos aumentar o salário das gurias que elas tão bem satisfeitas com isso, e daí é a gestão daí gente tá ali em cima, botamos o galpão em dia [...]”.	C3
A	“[...] eu acho que a gente tem feito, tem trabalhado, tem produzido muito bem, a gente alcançou uma meta que a gente tem, que nem a gente faz 30 bag as vez de material, 20, 30, e é bom [...]”.	A3
D	“[...] porque a gente acha muita coisa, e daí eu deixava levar, e eu não dava bola, e daí meu esposo disse, gente como hoje tu vai levar e aquele que tá lá na prensa e tá lá na coleta, e tá levando a matéria-prima, a gente vive da matéria-prima, o telefone a gente faz comercialização o telefone a gente vende também, então se entrar uma pilha, essa pilha é de todos os cooperados, eles têm direito a todos, vendeu um real, divide 10 centavos a todos, então vamos pegar aquele que tá levando vai pagar por aquilo, depois a gente faz a partilha com aqueles que não levaram, e tu pode levar daqui por 10 real e vende por 50 lá na rua, então como é do teu empreendedorismo, divide com todos os cooperados, isso foi uma ideia muito boa, todos estão faceiros.	D1

D	“que eu lembro assim que deu certo, que a gente mudou foi os matérias, por que antes tu deixava um ventilador funcionando e daí tu pegava e levava pra casa e deu era teu, hoje em dia tu leva, tu pega e se tiver funcionando tu paga por aqui ali, isso eu acho que foi uma coisa boa, porque daí tu não tá tirando do teu grupo e sim deixando, e daí tu tá pagando por aquilo ali e fica pro grupo, daí quando alguém leva a gente vê quando que custa e vai anotando no quadro, daí no final do mês tu divide tudo e vê como ficou no final no mês”.	D3
B	“[...] Dai eu disse pra gente pegar no sábado ou no feriado, em vez de todo mundo ir pra esteira, vamos todo mundo por a mão ali, foi o que deu, [...], daí termino num sábado, pra te ver como foi tão ligeiro, [...], foi mutirão, porque sem mutirão tu não consegue, não vai trabalhar na esteira bota quem, daí para deixa aqui, daí tá limpando lá e tá deixando outro, não vale a pena”.	B3

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas falas descritas no quadro 4, é possível observar a inovação social no dia a dia dos empreendimentos entrevistados. O próprio contexto da reciclagem de resíduos sólidos urbanos em que estão inseridos já é uma prática de inovação social. Bignetti (2010) cita a inovação social como uma ferramenta de desenvolvimento urbano. Essa é uma prática constante, e mesmo não conhecendo a terminologia quando perguntado sobre “inovação social”, em sua maioria não conseguem conceituar o termo, mas se perguntado sobre novas maneiras de fazer as coisas, surgem inúmeros exemplos, tais como demonstra o quadro. E exemplifica a fala do entrevistado A2: *“De criar novos jeitos de trabalhar? Eu acho que assim, que é muito bom, entendeu, principalmente se der certo [...]”* São ações simples, normalmente pensadas em grupo ou pelo menos decididas em grupo, sempre com o objetivo de melhorar as condições de trabalho, melhorar a produtividade pensando no aumento da renda mensal e também a qualidade de vida dos cooperados. Esse entendimento vem ao encontro da fala do entrevistado A2: *“Aí, para melhorar o trabalho é com todas elas, daí a gente vê a melhor forma que elas acham, por exemplo, se elas disserem assim para a gente, que o melhor é colocar só bag, a gente vai fazer um teste, entendeu. [...]”*. Um forte motivador para a inovação social nos empreendimentos econômicos solidários é o aumento da renda, tornar satisfatória a partilha realizada ao final de cada mês: *“[...] eu acho que foi isso da produção que tem uma meta que tá funcionando, tá dando resultado, conseguimos aumentar o salário das gurias que elas tão bem satisfeitas com isso, e daí é a gestão daí gente tá ali em cima, botamos o galpão em dia[...]”*. O exemplo citado pelo entrevistado C3

demonstra a criação de uma meta de produção para a otimização da renda, permitindo que essa renda seja o mínimo necessário para a satisfação das necessidades humanas. Bignetti (2010) destaca na evolução do conceito de inovação social a satisfação das necessidades humanas como um dos principais conceitos sobre o tema nos anos 2004 a 2006.

O entrevistado A3 também destaca a criação de meta em seu empreendimento: “[...] eu acho que a gente tem feito, tem trabalhado, tem produzido muito bem, a gente alcançou uma meta que a gente tem, que nem a gente faz 30 bag as vezes de material, 20, 30, e é bom [...]”. Muitas vezes, e como se demonstra nessas falas (C3 e A3), a inovação social é replicada, o que a fortalece mais ainda como, segundo Hulgård e Ferrarini (2010), agente de renovação e contribuição para a mudança social. Também André e Abreu (2006) mencionam que a inovação social é com caráter coletivo, visa à transformação das relações sociais, produzida pela necessidade de vencer adversidades e riscos.

Importante destacar também, conforme demonstram as falas do quadro, que normalmente há uma experiência dessas ações, e tantas tentativas foram necessárias para o acerto das novas ideias. Assim é possível relacionar o desenvolvimento da inovação social com dádiva. Pois a ideia de doar-se sem receber nada em troca remete ao que pelo menos foi destacado no quadro 04; o desenvolvimento da inovação social dentro dos grupos está voltado para o bem-estar de todos. Dessa forma, há uma doação sem esperar nada em troca; apenas se pensa em melhorar o que já é feito em grupo.

7. Os estudos e reflexões continuam...

O desafio de projetar luzes sobre a compreensão de como a dádiva pode contribuir na liderança solidária compartilhada e na inovação social é um exercício analítico e compreensivo que não se esgota neste texto, mas que abre alguns caminhos para entendimento. O que se percebe na pesquisa é que a contradição é uma forma presente nos processos de liderança; e na economia solidária mais ainda, pois entendendo a liderança solidária compartilhada como uma possibilidade de prática, poucas são as visualizações e percepções desse entendimento. Todavia, alguns dados apontaram para a prática da democracia, da participação, bem como do compartilhamento das decisões no grupo (coletivo de trabalho), e isso demonstra que em alguns momentos esse modelo de liderança ocorre. E assim, numa adequação teórica, pode-se aplicar o paradigma da dádiva e verificar o que os dados apontaram: as trocas constantes de favores, de serviços, de procedimentos e de confiança. Essas práticas sociais contribuem para a condução da aproximação de laços sociais, (re)fortalecendo a solidariedade e a reciprocidade.

Os dados da pesquisa apresentam uma racionalidade que perpassa a compreensão da dádiva no cenário dessa pesquisa aplicada a empreendimentos assessorados pela Incubadora de Empreendimentos Solidários do Unilasalle: está calcada no utilitarismo (POLANYI, 2012) e não na perspectiva do solidarismo (GAIGER, 2004). Justifica-se essa análise, pois os dados levam a interpretações de trocas existentes nas cooperativas que almejam um sentido, um significado, uma utilidade (o interesse na troca está voltado, principalmente, para a renda) e não uma relação altruísta, pura ou espontânea. Assim, a dádiva está promovendo mecanismos de construção de vínculos sociais (MAUSS, 2011) que almejam respostas para o seu trabalho: inovação social.

Tendo essa questão como ponto de análise, a inovação social entendida como agente de renovação e resultado do empreendedorismo social potencializa o trabalho, a geração de renda e a criação de valor social em EES, contribuindo na resolução de problemas sociais. Salienta-se que os processos de atuação das lideranças são inclinadas e influenciadas por meio da dádiva. Essa relação social que se estabelece é fruto da gestão relacional de si (BAJOIT, 2006), e muito tem a influenciar no desenvolvimento da inovação social, a qual se expressa de diversas maneiras.

A satisfação humana é uma das características da inovação social, um retorno aos processos de condução de ações que atendem as necessidades do ser humano. Sendo assim, percebe-se que nos dados coletados que as cooperativas tendem a satisfazer as necessidades das pessoas numa perspectiva econômica, a geração de renda; e em algumas interpretações, o desenvolvimento cognitivo: a motivação e os vínculos sociais.

Na busca de respostas ao objetivo deste artigo, os dados apontam que a dádiva está presente nas relações sociais entre os cooperados num constante dar-receber-retribuir, mas com uma visão utilitarista e voltada para aspectos econômicos. A dádiva também influi na liderança solidária compartilhada, no sentido de articular maiores vínculos e laços sociais entre os cooperados e comprometendo mais pessoas no exercício da liderança. É uma prática de aprendizado, de convívio e de ruptura de lógicas de solidariedade de acomodação, partindo para uma ativação na postura e condução dos processos. O grupo também se movimenta de forma mais articulada, e as decisões são mais democráticas.

Como os estudos sociais não são conclusivos, este artigo também busca apontar algumas questões para debates e aprofundamentos, tais como: Em que medida a inovação social contribui para construção de laços sociais entre os cooperados? É possível pensar em solidariedade quando a liderança não pratica isso com seus cooperados? Ou é possível potencializar a prática da liderança

solidária compartilhada por meio de processos formativos? A inovação social pode ser alavancada nos EES sem afetar os vínculos sociais de identidade do indivíduo e/ou grupo? Essas inquietações ficam para estudos futuros.

Referências

- ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da Inovação Social. **Finisterra**, XLI, 81, 2006, p. 121-141. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_06.pdf>. Acesso em: mar. 2014.
- BAJOIT, Guy. **Tudo muda**: proposta teórica e análise de mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.
- BARDIN, L. 2011. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 225 p.
- BAUER, Martin; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 39-63.
- BIGNETTI, Luiz Paulo. As Inovações Sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**. v. 47, n. 1, p. 3-14, janeiro/abril 2011. Disponível em: <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040/235>. Acesso em: mar. 2014.
- CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológico. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 38, 36 p, 1998.
- FINEP. **Projetos contratados pela Finep**. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/transparencia/projetos_aprovados.asp>. Acesso em: mar. 2014.
- GAIGER, L. I. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2008.
- GARDNER, Howard. **Mentes que lideram: uma anatomia da liderança**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996.
- GODBOUT, Jacques. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 38, p. 39-51, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HAESLER, Aldo. A demonstração da dádiva – Abordagens filosóficas e sociológicas. In: MARTINS, Paulo (Org.). **A dádiva entre os modernos**. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 137-160.
- HULGÅRD, Lars; FERRARINO, Adriane Vieira. Inovação Social: rumo a uma mudança experimental na política pública? **Ciências Sociais Unisinos**. v. 46, n. 3, p. 256-263, setembro/dezembro 2010. Disponível em: <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias_sociais/article/view/691/117>. Acesso em: mar. 2014.
- KERNBERG, Otto. **Ideologia, conflito e liderança em grupos e organizações**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LACERDA, Luiz Felipe Barboza; FERRARINI, Adriane Vieira. Inovação social ou compensação? Reflexões acerca das práticas corporativas. **Polis Revista Latinoamericana**, v. 35, 2013. Disponível em: < <http://polis.revues.org/9108>>. Acesso em: mar. 2014.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização de aprendizagem**. 17. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

STEFANO, Silvio Roberto; GOMES FILHO, Antonio Costa. Estilos de liderança: Um estudo comparativo entre empresas de transportes. **Anais**, XXVII Encontro Anual da ANPAD, 2003.

TONDOLO, Rosa da Rosa Portella. Aspectos emergentes entre o terceiro setor e a inovação Social: um olhar a partir do contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 1, n.1, Setembro/Dezembro – 2013. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/RBGI/article/viewFile/2413/1448>>. Acesso em: mar. 2014.

VERONESE, Marília Veríssimo; SCHOLZ, Robinson Henrique. A difícil construção da liderança solidária compartilhada. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 41-64, jul./dez. 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 2. ed. Porto Alegre: Boockman, 2001.

Intervenção psicopedagógica: Educação Ambiental como um caminho de transformação

Daiana Schwengber Cerato

Resumo: A Educação Ambiental exerce a função de intervir na relação homem e natureza para que ambos fiquem em harmonia gerando mudança na qualidade de vida e amplitude da conduta pessoal. Já a Psicopedagogia trabalha com as dificuldades de aprendizagem coletiva, intervenção e assessoramento, considerando a aprendizagem como processo. Entre as duas estão o catador e a cooperativa de reciclagem, criada para gerar trabalho, renda e melhores condições de vida a uma parcela excluída da população de uma forma digna, autônoma e democrática. Seria possível trabalhar a Educação Ambiental e a Psicopedagogia dentro desse espaço de trabalho? Este artigo tem como objetivo, através de um estudo bibliográfico, elucidar que ambas não são tão diferentes e que o caminhar lado a lado pode promover bons resultados para uma transformação de mundo.

Palavras-chaves: Educação Ambiental; Psicopedagogia; Catador; Cooperativa de reciclagem.

Introdução

A educação ainda é o melhor meio para a transformação e esperança em um mundo onde a desigualdade de oportunidades e as contradições estão presentes e destacam-se pela valorização do capitalismo e do oportunismo. A construção da autonomia, a valorização do sujeito, o desenvolvimento de novas práticas e da criticidade visam às transformações em busca de uma melhor qualidade nas relações sociais e ambientais.

Para Berna (2004, p. 88), “a educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade”; ela deve tomar dimensão e abranger os diversos espaços.

A reciclagem é considerada a mais adequada opção tanto ecológica como econômica em relação aos resíduos sólidos. Ela diminui o acúmulo de detritos na natureza e a reutilização dos materiais, tornando-se novamente matéria-prima para novas possibilidades de uso.

Portin (1998, p. 58) já dizia que “adotar a reciclagem significa ainda assumir um novo comportamento diante do ambiente, conservando-o o máximo possível”. A reciclagem possibilita um novo olhar para aquilo que era apenas descarte. Ensina a não desperdiçar e a ver o lixo como algo que pode ser útil, gerando renda, e não como uma ameaça.

O meio ambiente é patrimônio comum da humanidade. A Educação Ambiental insiste nessa dimensão e estimula a cooperação para prevenir, resolver os problemas ambientais, proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir os conhecimentos, os valores, as atitudes, as aptidões e o interesse para proteger e melhorar o meio ambiente.

Na Educação Ambiental, os sujeitos do processo apanham saberes funcionais, transformadores e desafiadores de uma nova conduta. Para Pardo Díaz (2002, p. 59), ela “é concebida como um processo permanente, no qual os indivíduos e a coletividade tomam consciência de seu meio e adquirem os conhecimentos”; os valores, as competências, a experiência e a vontade são capazes de fazê-los atuar, individual e coletivamente, para resolver os problemas atuais e futuros do meio ambiente.

A Psicopedagogia Institucional vem se preocupando com o processo de ensinar e aprender dos sujeitos nos diferentes espaços sociais e na totalidade de uma instituição, não apenas em um sujeito desse grupo.

Buscamos refletir em Barbosa (2009) para dizer que a Psicopedagogia pode acontecer em qualquer um desses âmbitos; com intenção diagnóstica ou de acompanhamento da aprendizagem; com objetivos preventivos ou curativos; atendendo desde crianças até a terceira idade; focando nos indivíduos, nos grupos, nas instituições ou na comunidade em processo de aprendizagem sistemática ou assistemática. Um psicopedagogo deve especializar-se em aprendizagem e compreendê-la como um processo que se dá no interior de cada um e é decorrente das interações e das relações desse sujeito com os grupos aos quais pertence, com as instituições das quais faz parte, com comunidade e com a cultura local e globalizada.

O trabalho do psicopedagogo nesse contexto organiza a aprendizagem de vida no espaço onde o sujeito está inserido e na instituição da qual ele faz parte, trazendo um benefício mútuo.

Porto (2009, p. 116) diz que “auxiliar o resgate da instituição com o saber e, portanto, com a possibilidade de aprender, a reflexão sobre o individual e o coletivo traz a possibilidade da tomada de consciência e da inovação por meio da criação de novos espaços de relação com a aprendizagem”, onde a mudança de pensamentos e atitudes se constrói no coletivo visando à transformação individual.

Pensando nos impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos e na importância do profissional que trabalha nas cooperativas de catadores, a Psicopedagogia vem agregar na valorização do sujeito oportunizando o repensar de suas ações como indivíduo capaz de modificar seus atos e o meio em que vive através dos conceitos e práticas da Educação Ambiental.

1. Intervenção Psicopedagógica Institucional: um novo caminho

A Psicopedagogia surge no Brasil como um caminho para o grande fracasso na aprendizagem e está evoluindo de acordo com as suas práticas. Seu objetivo inicial era tratar os sintomas das dificuldades de aprendizagens, porém se visou que mais necessário que tratar era prevenir. Silva (1998) afirma que a Psicopedagogia tem como objetivo facilitar o processo de aprendizagem removendo os obstáculos que impedem que o sujeito o faça, ou seja, trabalhar o indivíduo a partir da sua dificuldade, buscando compreender como se constrói seu conhecimento.

O objeto de estudo da Psicopedagogia é a pessoa a ser educada, seus processos de desenvolvimento e as alterações de tais processos, contribuindo com as situações de não aprendizagem e com a sua consequente superação (ESCOTT, 2004, p. 37).

A primeira vista parece bastante simplista, mas a Psicopedagogia buscou conceitos e técnicas nas áreas da Pedagogia e da Psicologia, também da Psicolinguística e da Neuropsicologia, adaptou esses referenciais para um novo olhar, em que se procura descobrir o porquê desse fracasso ou quais são os obstáculos, como construímos o conhecimento e o que está impedindo o sujeito de aprender, elaborou novas técnicas e está fazendo a diferença dentro das organizações.

Porto (2009, p. 116) diz que “a ação do psicopedagogo está centrada na prevenção do fracasso e das dificuldades” não só do sujeito, mas de todo o ambiente onde ele está inserido. Quando se previne e se trabalha com aquilo que poderá ocasionar uma dificuldade coletiva mais à frente dentro da instituição, não se pode deixar de trabalhar cada indivíduo que a compõe; são eles que formam o espaço institucional e o coletivo.

Quanto aos princípios norteadores do psicopedagogo, Lomonico (2005, p. 96) afirma que, ao atuar, esse deve ter em conta ser o facilitador e incentivador da aprendizagem, mobilizar o indivíduo de forma global, considerando os processos cognitivos, valores afetivos, condições psiconeurológicas e a problematizar a realidade em que o indivíduo está inserido para que essa aprendizagem se torne significativa.

A intervenção psicopedagógica deve investir na melhoria das relações de aprendizagem e de uma autonomia para que esse indivíduo se sinta parte integrante e essencial dentro da instituição.

A Psicopedagogia Institucional saiu das questões escolares específicas e pode abranger novos tipos de instituições. Cada espaço de trabalho necessita de intervenções e acompanhamento, que, segundo Adams (2010, p. 140), um psicopedagogo pode trabalhar através de atividades que, desenvolvam as seguintes transformações:

a) Um ambiente compreensivo que se importa com as necessidades dos sujeitos e de suas famílias;

b) O clima comunitário e de valorização mútua propício para o fortalecimento da autoestima;

c) O aprendizado exigente e permanente da autonomia;

d) O desafio da participação responsável e solidária na gestão;

e) A ajuda mútua no trabalho;

f) As vantagens de uma organização coletiva de trabalho em relação ao trabalho autônomo ou assalariado, construindo-se dia a dia como uma atividade humana socializadora, mediada pela experiência em que através das relações se constrói o conhecimento e se transformam as ideias, as ações em busca de uma melhor qualidade de vida.

O “campo de atuação da psicopedagogia é a aprendizagem, e a sua intervenção é preventiva e curativa” (PORTO, 2009, p. 150). O profissional tem o dever de investigar o que poderá atrapalhar o desenvolvimento da instituição e criar planos de intervenção para prevenir futuras dificuldades.

2. Educação Ambiental transformando caminhos

A Educação Ambiental, além da assimilação de temas essenciais como: preservação dos recursos naturais, responsabilidade e ética ambiental, degradação e poluição do planeta, também exerce a função de intervir na relação homem e natureza, para que ambos fiquem em harmonia gerando mudança na qualidade de vida e amplitude da conduta pessoal. Essa área do saber é, na verdade, uma ação transformadora que defende o reconhecimento das relações de dominação na sociedade para que seja exercida a cidadania participativa, crítica com indivíduos autônomos, competentes que privilegiam a vida.

Suas bases epistemológicas do conhecimento colocam que “o construtivismo se interpreta como uma chamada a reconhecer o papel ativo de quem aprende, o papel orientador de quem ensina, mediados pelas relações sociais e interpessoais que envolvam os sujeitos de forma integral [...] como parte do processo de ensino-aprendizagem” (MEDINA, 2003, p. 26), ou seja, aquela educação que oferece subsídios através da relação de conceitos e habilidades, modificando a visão do educando e ampliando seu senso crítico para a realidade e assimilação ativa mediada pelo mundo.

Esse diferencial na EA está associado justamente ao contato direto com o sujeito, e a sua aprendizagem se dá de forma concreta e ativa estimulando vivências que provavelmente poderão nortear as reações futuras da população humana, colocando as ações em nível favorável à vida e não apenas à produção de bens e à economia, chegando então a centros urbanos próprios e adequados à vida, derrubando mitos, preconceitos e posturas responsáveis pela atual mutilação da biosfera.

Berna (2004, p. 17) diz que “a destruição da natureza não resulta da forma como nossa espécie se relaciona com o planeta, mas da maneira como se relaciona consigo mesmo” e é através da educação que poderemos assumir uma postura reflexiva que estimule a formação do sujeito ecológico capaz de modificar suas atitudes, tornando-se um cidadão responsável com valores éticos e ambientais.

A preocupação com o meio em que vivemos estimula a busca por novas experiências e informações. Esse ambiente não é formado somente por fauna, flora, casas, ruas e estradas; ele é essencialmente constituído pelas relações culturais e históricas entre os seres vivos. Para Hutchison (2000), o meio ambiente é o espaço-tempo histórico no qual transcorre a vida dos seres humanos, e esse espaço-tempo deve ser entendido como o produto da presença e das relações existentes entre os “entes”.

Quando não conhecemos algo, não podemos e não sentimos interesse em cuidar. Ao conhecer a responsabilidade que cada indivíduo tem sobre as suas ações e o que elas refletem no planeta, esse cuidado se torna necessário e significativo.

Para Prado (1999, p. 99), “as ações para promover a vida serão consequência dessa congruência, que, por sua vez, deriva do sentido da vida”. Se vivermos tentando ser congruentes, gerando entusiasmo, a vida gerará vida e o entusiasmo gerará entusiasmo. Só assim nosso agir será congruente, e promoveremos a vida a partir de cada dia. A EA por si só não resolverá os complexos problemas ambientais planetários. No entanto, ela pode influir decisivamente para isso, quando forma cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, propondo trabalhar a responsabilidade não só com o planeta e a comunidade, mas também construindo sua identidade para que isso se reflita no ambiente.

3. A Educação Ambiental e a Psicopedagogia: caminhando lado a lado

A Educação Ambiental é a construção do conhecimento para o cuidado com o planeta e com todos os seres que nele habitam. Ela proporciona ao homem a oportunidade de conhecer-se como cidadão; estimular propiciando ao outro a mesma condição; reconhecer no mundo o mundo de todos; caracterizar

o tempo e o espaço de todos como sendo os mesmos; admitir que as gerações futuras devem ter a qualidade de vida que merecem (BERNA, 2004, p. 82).

Já a Psicopedagogia Institucional trabalha com as dificuldades de aprendizagem coletiva, intervenção e assessoramento, considerando a aprendizagem como processo, construção de maneira interativa, integrativa, estrutural e constante vínculo de causa e efeito com o ensino (SILVA, 1998, p. 27).

Ambas estão ligadas diretamente na construção do saber através de suas próprias ações, trabalhando o indivíduo como um todo de forma significativa, dando sentido à sua aprendizagem.

A Educação Ambiental quando presente no espaço não formal, recomenda Dias (2004) que se “elabore um perfil ambiental da comunidade ou instituição, onde esse perfil norteia estratégias, métodos e técnicas a serem seguidas”, tarefa similar ao “mapeamento institucional” (PORTO, 2009) adotado pela Psicopedagogia Institucional.

Após traçado esse perfil ou mapeamento, inicia-se um plano de estratégias ou projeto. Nesse projeto, o indivíduo agrega novos conhecimentos pela aprendizagem prática, conhece e interpreta o mundo em que vive se familiarizando com o ambiente para que a partir dessa construção ele se sinta como parte integrante de um todo, responsabilizando-se e adquirindo uma consciência planetária e não mais individualista. Sato (2004, p. 43) coloca que “a aprendizagem ativa é um componente vital para os Programas de Educação Ambiental, pois oferece motivos que levam os indivíduos a se reconhecer como parte integrante do meio em que vivem, esclarecendo as relações de interdependência, desenvolvendo as atividades de comunicação efetiva e pensando em alternativas para soluções de problemas ambientais”.

A construção do conhecimento a partir da Educação Ambiental relaciona-se diretamente pelo processo ensino-aprendizagem:

[...] através de um conjunto de atividades que se realizam coletiva e socialmente a partir de conceitos, experiências e sentimentos que os sujeitos da aprendizagem já possuem incorporando pelos processos de reflexão-ação, assimilação ativa de novas interpretações e concepções mais complexas e aprofundadas das inter-relações socioambientais, mediadas cultural e historicamente pelas situações concretas nas quais se concentram inseridos (SANTOS, 2003, p. 37).

A aprendizagem significativa ocorre de forma efetiva a partir da motivação no ato educativo. Na área da Educação Ambiental, os conhecimentos adquiridos devem suprir a busca de soluções dos problemas reais que afetam o seu meio ambiente. Os sujeitos do processo apanham saberes funcionais, transformadores e desafiadores de uma nova conduta. Para Pardo Díaz (2002, p. 59), ela “é concebida como um processo permanente, no qual os indivíduos e a coletividade tomam consciência de seu meio e adquirem os conhecimentos”; os valo-

res, as competências, a experiência e a vontade são capazes de fazê-los atuar, individual e coletivamente, para resolver os problemas atuais e futuros do meio ambiente.

A Psicopedagogia Institucional busca resolver e prevenir futuros conflitos, tendo como objeto de estudos o processo de aprendizagem que identificamos como o processo de construção do conhecimento, e esse processo está ancorado, de alguma forma, no sujeito, porque o trabalho psicopedagógico não se dá entre o psicopedagogo e o processo de construção do conhecimento e sim entre o psicopedagogo e o ser em processo de construção do conhecimento, ou seja, o ser cognoscente (SILVA, 1998, p. 29).

A Educação Ambiental também é coletiva. Área do conhecimento onde seu eixo principal busca solidariedade, igualdade e respeito. Segundo Berna (2004, p. 20), “à medida que se assume como educação mais política do que técnica, assume também o processo de formadora de identidade política cultural de um povo” e, portanto, torna-se processo permanente de aprendizagem, valorizando o conhecimento prévio e agregando novos subsídios de forma prática, construindo cidadãos com consciência local e planetária significativa.

4. O catador, a cooperativa e a incubadora de empreendimentos solidários: como encontrar um caminho?

Dentro do espaço da cooperativa de reciclagem, na instituição, está o catador. Uma profissão desvalorizada pela sociedade e associada muitas vezes à falta de interesse em buscar um trabalho formal ou pela exclusão devido à sua falta de escolaridade. Segundo a pesquisa de Castilho (2013), os principais motivos para a procura de trabalho nas cooperativas de catadores estão relacionados aos seguintes índices: desemprego, seguido pela baixa escolaridade, limitações físicas para exercer outra atividade, a idade já avançada e a não qualificação do trabalhador para os novos empregos que surgem.

Observando tais índices, o trabalho dos catadores com resíduos sólidos é uma questão de sobrevivência em decorrência da não inserção no mercado de trabalho por falta de estudo e oportunidade, ou seja, em sua maioria trabalham não por uma opção, mas pela falta dela.

Miura (2004) afirma o contrário, que tornar-se catador é sentido como fonte de dignidade e modo legítimo de obter renda. É uma atividade que faz do excluído um trabalhador inserido no mundo do trabalho, diferenciando-o do mendigo ou do vadio. De fato deveria ser, dessa forma, uma escolha realizada pelo indivíduo como qualquer outra profissão.

A exclusão social parte de uma visão capitalista em que as tecnologias e o consumismo tomaram grande proporção, abrindo espaço na sociedade e, de cer-

ta forma, empurrando qualquer outro tipo de economia e cultura, fazendo com que essas fiquem às margens. Boneti (1998) coloca a exclusão como situação e condição nas quais há um processo social ativo de discriminação, estigmatização, expulsão de um conjunto de âmbitos sociais não determinados por decisões individuais e associados à luta pelo seu espaço na sociedade, independente de padrões capitalistas e culturais.

Atualmente, uma maneira de o catador ter seu espaço de trabalho é a formação de cooperativas de reciclagem. Uma forma de trabalho em conjunto em que as cooperativas, em sua maioria, são pautadas com base na economia solidária e os meios de produção e a renda gerada são distribuídos entre os trabalhadores.

As cooperativas surgiram a partir do âmbito da cooperação, do trabalhar de forma mútua, em que sua principal característica é a solidariedade. Esse espaço de trabalho está relacionado ao forte desejo de emancipação da economia, porém de forma humana e igualitária. Ela emerge das próprias práticas de vida, das mãos operárias e dos movimentos de todo o povo.

A cooperativa é uma entidade que, à semelhança de qualquer empreendimento econômico, deve pautar-se pela racionalidade econômica, com clara definição dos objetivos e meios, e que demanda disciplina interna, ordem, planejamento, uso adequado dos recursos e hierarquia na busca dos seus objetivos (SCHNEIDER, 2012, p. 253).

Os valores essenciais que alicerçam o trabalho em uma cooperativa partem do esforço próprio e ajuda mútua como condição para a autonomia; a solidariedade e cooperação entre associados e entre cooperativas; a igualdade, a democracia e a participação em todas as decisões do espaço e a promoção humana (DRIMER, 1973, p. 28).

A economia solidária não está resumida ao lucro ou a um produto. Ela é a adoção de um conceito que vai além da economia propriamente dita. Essa economia de fato é solidária, respeita a cultura local, a luta pela cidadania, busca o consumo sustentável, atende diversos tipos de cooperados e luta pela cidadania. Nesse contexto, há as incubadoras universitárias, que assessoram os empreendimentos de economia solidária no sentido de potencializar as suas ações nas dimensões econômicas, sociais e culturais.

A incubação é uma forma de acompanhamento ao empreendimento solidário para o fortalecimento da economia solidária, mostrando caminhos para amparar e guiar essa nova forma de economia. A incubadora de empreendimentos solidários estimula as tecnologias sociais, auxiliando as cooperativas em sua criação, no seu desenvolvimento e no seu fortalecimento como espaço de trabalho. Cardoso (2007) diz que os objetivos das incubadoras de empreendimentos solidários são de auxiliar e acompanhar desde o nascimento essa organização

popular para que atue no desenvolvimento do cooperativismo, na formação de trabalhadores para uma organização autogestionária, na construção, implantação e na consolidação desse investimento.

Nas cooperativas de reciclagem, o grande desafio é atingir e manter o equilíbrio necessário tanto internamente como nas relações com o entorno, pois a ausência de compromisso dos cooperados pode fazer com que o empreendimento naufrague. Sousa e Mendes (2006) afirmam que o cooperativismo favorece a formação de uma consciência coletiva, o resgate da autoestima, da cidadania, dos valores da família e da solidariedade.

Com base na economia solidária, outro desafio é a autogestão. Albuquerque (2003) nos fala que a autogestão é um conjunto de práticas que propicia a autonomia de um coletivo responsável pela concepção e decisões dos processos de gestão. Ela também abrange aspectos políticos e sociais agregando ao indivíduo o poder de participação e a oportunidade de avanços pessoais, o sentir-se parte integrante e fundamental no processo e para o processo deste espaço de trabalho, neste caso a cooperativa.

Veronese (2008) acredita que não pode haver democracia verdadeira sem uma economia em bases solidárias. A autogestão é uma forma de gestão compartilhada e democrática em que todos participam das decisões e buscam o bem comum para a cooperativa e para seus cooperativados, buscando o crescimento da instituição e do indivíduo.

Desto das cooperativas, a autogestão pode muitas vezes se tornar contraditória e corre o risco da cooperação se tornar opressão pela figura de um representante, aquele que “detém maior conhecimento”. Os cooperados muitas vezes não se sentem apropriados a participar dessa gestão democrática e delegam essa tarefa, não assumindo seu papel enquanto autogestor.

Gadotti (2009) afirma que a autogestão é uma formação popular para a gestão e que não se deve tornar algo restrito ao setor administrativo. O empreendimento autogestionário deve ser construído por todo o conjunto de pessoas ligadas ao empreendimento de forma colaborativa, para que o trabalho em equipe aconteça, em que todos possam trabalhar para o mesmo fim.

O principal objetivo das cooperativas fundadas nesse modelo autogestionário é gerar trabalho, renda e melhores condições de vida a uma parcela excluída da população, além das questões ambientais e de preservação do meio ambiente. O lixo, segundo Miura (2004), representa, para os catadores, seu meio de vida, a condição para garantir sua sobrevivência, a sua integração no mercado de trabalho, sem deixar de ter a conotação negativa construída socialmente em torno do lixo, ou seja, lixo é aquilo que é jogado fora, que gera asco, discriminação e preconceito.

Esse mesmo lixo que gera renda é sinônimo de descarte, de rejeito, e isso se reflete muito na autoestima do sujeito e na sua visão quanto a seu trabalho. Para Migueles (2004), o trabalho com o lixo interfere tanto na identificação do catador com o seu trabalho como no reconhecimento da sociedade pelo trabalho desempenhado pelo catador. Muitos catadores individuais sentem-se excluídos e sozinhos; por isso aproximam-se das cooperativas como forma de estar participando de um grupo e de um espaço de trabalho.

O lixo tem uma história muito semelhante à história de vida do próprio catador. O resíduo tem como marca a exclusão, em que décadas atrás as pessoas procuravam queimá-lo ou levá-lo a lugares afastados de suas residências (EIGENHEER, 2009), às periferias; era também algo abandonado e rejeitado. Hoje o lixo é gerador de riquezas, de renda e de trabalho. O catador também é um agente transformador de mundo, tem suas riquezas. E o mais importante, além de conquistar seu tributo, o papel fundamental para esse trabalhador é a redução significativa de rejeito e da poluição da nossa casa, o planeta.

O catador dentro da cooperativa precisa receber um olhar especial; o trabalho psicopedagógico pode auxiliar nessa tarefa de valorizar o profissional e organizar essa instituição. Castro (1998) afirma que não se pode negar o benefício do trabalho ao ser humano, porém não se pode perder de vista a noção de que o trabalho só será bom se o indivíduo estiver bem realizando as suas tarefas. Quando uma pessoa tem respeito por si e pelo outro, ela possui uma autoestima estabelecida. O respeito parte justamente dessa autoimagem saudável, refletindo uma pessoa forte, vibrante e cheia de alegria. A autoestima é importante para melhorar a vida do sujeito e de quem convive com ele.

Somando a essa compreensão, na Educação Ambiental o respeito está associado à forma como cada indivíduo faz a sua ligação com o mundo. Observando as ações humanas nas últimas décadas, pode-se concluir que o ser humano ainda não respeita a si próprio, já que não relaciona o meio como sua extensão. Díaz (2002) coloca que a finalidade da Educação Ambiental é levar a fortalecer esses valores, atitudes, comportamentos, questões, como respeito, tolerância, responsabilidade e solidariedade. Ainda como uma forma de permitir o progresso e um verdadeiro desenvolvimento sustentável para essa construção humana de transformação que vem de dentro para fora, e não o contrário.

Respeitar também é valorizar o trabalho do outro, pois “o ser humano se constitui na ação individual e na coletiva, nas múltiplas ações pela conquista da sua humanidade” (ADAMS, 2010, p. 22), e será através desse olhar para o outro e para o meio que poderemos transformar caminhos.

Considerações finais

Na Educação Ambiental, é indispensável que seus objetivos e conceitos sejam esclarecidos utilizando estratégias diversas que promovam a percepção das alterações e tendências do seu ambiente total, “tornando os indivíduos e a comunidade apta a agir em busca da defesa, melhoria e elevação da sua qualidade de vida, clarificando as relações da sua espécie com o seu ambiente” (DIAS, 2004, p. 55), associado a situações reais de familiaridade e ações cotidianas.

Nesse processo, o indivíduo será estimulado a realizar uma reflexão crítica para transformar-se individualmente, ao mesmo tempo subsidiar uma prática que busque intencional e coletivamente transformar a sociedade. Segundo Layrargues (2002), esse método de conscientização se dá por intermédio de uma formação cidadã comprometida com o exercício do enfrentamento das questões socioambientais da atualidade.

A Psicopedagogia assume um papel de intervenção para a prevenção nas dificuldades de aprendizagem e também para a construção de novos conhecimentos visando a uma promoção do sujeito para a transformação de vida e de mundo.

Quanto à Educação Ambiental, “é fato que, por mais carente que seja a população, ela possui consciência ecológica, só que essa percepção é bastante romântica, associando-se mais à proteção das plantas e dos animais e menos à qualidade de vida da espécie humana, como se não fizessemos parte da natureza” (BERNA, 2004, p. 21) e não existisse essa relação do “eu” com o meio que o cerca.

Percebe-se que a Psicopedagogia Institucional e a Educação Ambiental podem trabalhar lado a lado em busca da formação desses espaços para o catador e a sua valorização enquanto sujeito agente transformador do meio ambiente desenvolvendo a sua autonomia, autoestima e o trabalho em equipe.

Essa parceria entre as duas áreas de conhecimento, aliada a um projeto de trabalho, poderá modificar essa visão romântica e lapidar o catador para que esse se sinta capaz de transformar sua visão de meio ambiente e da sua real participação nele, construir confiança, valores em solidariedade e promoção humana.

A Psicopedagogia auxilia na ressignificação das relações de aprendizagem com o espaço onde ela poderá ser inserida, desenvolvendo atividades de resgate aos conceitos de fracasso alicerçados em suas vivências, nos aspectos culturais, ideológicos e sociais de aprendizagem. O psicopedagogo é um mediador dos princípios ambientais e da valorização do indivíduo, circulando nas diversas áreas do conhecimento.

Após um diagnóstico cuidadoso da instituição, o profissional poderá planejar a sua intervenção sempre partindo das observações e das necessidades de cada grupo. Lomonico (2005) sugere três etapas para a intervenção psicopedagógica: a etapa exploratória, em que há um levantamento de dados, organiza-se um plano de ação e uma programação; a etapa de trabalho propriamente dita, em que o psicopedagogo prepara suas oficinas a partir da demanda antes observada, realiza suas anotações a partir da reação do grupo e, por último, a etapa de análise, em que todos os dados observados geram um grande parecer institucional apresentado para todo o grupo com o objetivo de traçar metas.

Adams (2010) afirma que a opção pela educação na atividade de trabalho que busque a emancipação pessoal e social implica a escolha de um tipo coerente de valores e de concepção de ser humano. Essa forma de conciliar a Educação Ambiental com a intervenção psicopedagógica fornece ao indivíduo uma educação socializadora que valoriza o seu trabalho e dá subsídios para modificações sociais e de vida.

Referências

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

BARBOSA, Laura Mont Serrat. Psicopedagogia em grupo, no grupo e com o grupo para além da patologização. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, nº 80, São Paulo: Paulus, 2009.

BERNA, Vilmar Sidnei Demamam. **Como fazer educação ambiental**. 2. ed. São Paulo, 2004.

BONETI, Lindomar W. Estado e exclusão Social Hoje. In: **Os caminhos da exclusão**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998. (Coleção Ciências Sociais).

CARDOSO, Airton. **Incubação de Cooperativas Populares: metodologia dos indicadores de desempenho**. Palmas: NESol, 2007.

CASTILHOS JUNIOR, Armando Borges et al. Catadores de materiais recicláveis: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciência e saúde coletiva**. 2013, vol. 18, n. 11, p. 3115-3124. ISSN 1413-8123.

CASTRO, Alfredo Pires. **Motivação: como desenvolver e utilizar esta energia**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DRIMER, Alicia K.; DRIMER, Bernardo. **Las cooperativas**. Fundamentos, história, doctrina. Buenos Aires: INTERCOOP, 1973.

- EIGENHEER, Emílio Maciel. **A História do Lixo** – a limpeza urbana através dos tempos. Rio de Janeiro: ELS2 Comunicação, 2009.
- ESCOTT, Clarice Monteiro. **Interfaces entre a psicopedagogia clínica e institucional: um olhar e uma escuta na ação preventiva das dificuldades de aprendizagem**. Novo Hamburgo, RS: Centro Universitário Feevale, 2004.
- GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- HUTCHISON, David. **Educação ecológica: idéias sobre consciência ambiental**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOMONICO, Circe Ferreira. **Coordenador pedagógico: o técnico e psicopedagogo institucional**. São Paulo: Edicon, 2005.
- MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição Santos. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MIGUELES, C. P. Significado do lixo e ação econômica: a semântica do lixo e o trabalho dos catadores do Rio de Janeiro. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Administração – ENANPAD**, Curitiba, PR, 2004.
- MIURA, P. C. O. **Tornar-se catador: uma análise psicossocial**. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- PARDO DÍAZ, Alberto. **Educação ambiental como projeto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PORTIN, Joel A. **Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação**. 11. ed. São Paulo: Atual, 1998.
- PORTO, Olívia. **Psicopedagogia institucional**. Rio de Janeiro: Wark, 2009.
- RUSCHEINSKY, Aloísio et al. **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SATO, Michele. **Educação ambiental**. São Carlos, SP: RiMa, 2004.
- SCHNEIDER, J. A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais. **Cadernos Gestão Social**, América do Norte, 3. abr. 2013.
- SILVA, Maria C. A. **Psicopedagogia: em busca de uma fundamentação teórica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SOUSA, C. M.; MENDES, A. M. Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal: estudo exploratório. **Revista de Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis: UFSC, v. 6, n. 2, p. 13-41, jul./dez. 2006
- VERONESE, Marília Veríssimo. **Psicologia Social e Economia Solidária**. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

Produção de sentido do trabalho para recicladores por meio da ressignificação da identidade, aprendizagem e superação

*Maria de Lourdes Borges
Robinson Henrique Scholz
Graciema de Fátima Rosa*

Resumo: Diante de um ambiente de trabalho repleto de complexidade, tal como o das cooperativas de reciclagem, questiona-se o sentido do trabalho nesse contexto. Por isso o presente trabalho objetiva analisar como trabalhadores de cooperativas de reciclagem produzem sentido para seu trabalho. O campo de estudo são seis cooperativas de recicladores incubadas, vinculadas à Incubadora de Empreendimentos Solidários do Tecnosocial – Unilasalle, no Centro Universitário La Salle, em Canoas/RS, Brasil. Os empreendimentos incubados são atuantes na área da reciclagem de resíduos pós-consumo, localizados nas periferias dos municípios de Canoas e Esteio. Os resultados indicam que a produção de sentido do trabalho ocorre por meio de uma ressignificação da identidade a partir do trabalho coletivo em cooperativas de resíduos pós-consumo por meio da autovalorização tanto do seu trabalho como do meio ambiente. Indicam também que o sentido do trabalho é fruto de aprendizado observado em termos de mudança de comportamento nos níveis interacional, pessoal e organizacional. Indicam finalmente uma possibilidade de superação através de uma autopercepção de protagonismo social, em que os sujeitos se sentem contribuindo como cuidadores do planeta, produzindo valor não somente para a sua família, mas para toda a humanidade e seres vivos.

Palavras-chave: Sentido do Trabalho; Cooperativa; Economia Solidária; Identidade; Potagonismo Social.

1. Introdução¹

A seguinte questão pode vir à mente quando se pensa sobre sentido do trabalho para sujeitos recicladores: Existe sentido no trabalho de pessoas que trabalham diretamente com reciclagem de resíduos pós-consumo? Existe a possibilidade de criação desafiadora e de reconhecimento enquanto um ser social

¹ O presente capítulo é uma versão do artigo intitulado “Identidade, aprendizagem e protagonismo social: sentido do trabalho para sujeitos recicladores”, publicado originalmente pelos autores na revista *Otra Economía* (2014).

(TOLFO e PICCININI, 2007) nesse tipo de trabalho? Os ambientes de trabalho de cooperativas de reciclagem distinguem-se dos ambientes formais e tradicionais geralmente encontrados, onde muitas vezes estão localizados os bolsões de miséria nas periferias dos grandes centros urbanos e são locais de passagem momentânea para muitos trabalhadores pobres encontrarem uma possibilidade de enfrentamento à desigualdade econômica que vivenciam. São ambientes em que as pessoas lidam diariamente com resíduos resultantes da atual sociedade de consumo, sendo que a maioria de seus trabalhadores se encontram à margem do mercado de trabalho (SINGER, 2000), ou seja, segundo Fraga (2007), é uma atividade desprestigiada e mal classificada.

Diante de um ambiente de trabalho repleto de complexidade, tal como o das cooperativas de reciclagem, questiona-se o sentido do trabalho nesse contexto. Por isso o presente trabalho objetiva analisar como trabalhadores de cooperativas de reciclagem produzem sentido para seu trabalho. O campo de estudo são seis cooperativas de recicladores incubadas, vinculadas à Incubadora de Empreendimentos Solidários do Tecnosocial – Unilasalle, no Centro Universitário La Salle, em Canoas/RS, Brasil. Os empreendimentos incubados são atuantes na área da reciclagem de resíduos pós-consumo, localizados nas periferias dos municípios de Canoas e Esteio.

Para responder à questão de pesquisa, inicialmente o referencial teórico é embasado em autores que tratam do sentido do trabalho, como Morin (2001), Kuchinke et al. (2010), Dejours et al. (1993) e Tolfo e Piccinini (2007). Identidade é embasada em Dejours (1995), Jacques (1996), Hay (2013), Agier (2001), Sahlins (2004), Velho (1994) e Maheirie (2002). E Polanyi (2012), Gaiger (2011), Henriques (2000), Mauss (2011), Asseburg e Gaiger (2007), Antunes e Pochmann (2007) e Lima e Dagnino (2013) são referenciados para melhor compreender o contexto das cooperativas de reciclagem na economia solidária no contexto da superação da desigualdade econômica. Em seguida, são apresentadas a metodologia, a análise dos dados e as considerações finais.

1.1 Sentido do trabalho

A busca pelo entendimento do sentido do trabalho pode ser iniciada a partir da colocação de Codo (1997), para o qual, ao trabalhar, o ser humano e a natureza entram em uma relação de dupla transformação, que termina por gerar significado. Assim, ao trabalhar, o ser humano consegue dar significado à natureza. Porém, quando ao trabalhar ele não consegue produzir esse significado, então decorre o sofrimento psíquico do trabalhador.

Para Morin (2001), há algumas características para um trabalho que tem sentido para o sujeito: é realizado de forma eficiente e leva a um resultado, é

intrinsecamente satisfatório, é moralmente aceitável, é fonte de experiências de relações humanas satisfatórias, garante a segurança e a autonomia e tem uma carga de trabalho adequada. Ainda para a autora Morin (2001), um dos principais aspectos para que um trabalho possa fazer sentido, o trabalhador precisa ter clareza sobre os seus objetivos. Precisa ainda que esses objetivos tenham valor para quem os realiza. E mais: é necessário que o trabalho prescindia das competências do trabalhador, estimule as necessidades de crescimento pessoal e de senso de responsabilidade. Enfim, ser um trabalho que tenha desafios, certa autonomia e constante *feedback*.

A presença dos aspectos físicos e psicológicos são importantes para Kuchinke et al. (2010) na compreensão do sentido do trabalho. O sentido do trabalho é, para o autor, dependente do grau em que diferentes aspectos são vistos como importantes pelos trabalhadores, tais como aspectos de avaliação individual das condições físicas de trabalho, oportunidades para aprender e interesse, bem como dimensões psicológicas, como por exemplo o relacionamento com pares, a autonomia e o uso das habilidades e expertises em sua execução (KUCHINKE et al., 2010, p. 397). Ao ver essa descrição, pode-se ter a impressão de que trabalhos com tantas características desejáveis podem ocorrer em escritórios luxuosos, com algum *glamour* e sofisticação. E quanto ao sentido do trabalho entre atividades mais operacionais e em ambientes mais simples?

Prates e Silva (2013, p. 1), em pesquisa sobre o sentido do trabalho para operários concluíram que “um trabalho que tem sentido permite o uso das capacidades individuais, recompensa adequadamente o trabalhador, oportuniza o uso de criatividade e o aprendizado”. Portanto observa-se que, mesmo em contextos de trabalho distintos, verificam-se características similares quando entra em pauta o que constitui o sentido do trabalho.

Porém, sobre a centralidade do papel do trabalho na vida de pessoas de diferentes idades e classes sociais, Mota e Tonelli (2013) concluíram que o sentido do trabalho é perseguido pelas pessoas na presente sociedade, especialmente no que se refere à importância da remuneração que o trabalho proporciona. Especialmente quando analisado o entendimento de jovens de diferentes estratos sociais, o trabalho é visto como “um meio para ter dinheiro e adquirir coisas”, sendo ele um “protagonista na conquista da felicidade” (MOTA e TONELLI, 2013, p. 13). Dessa maneira, o trabalho deixa de ter um papel centralizador na vida dos seres humanos, passando para um papel secundário e utilitarista, pelo menos para os jovens estudados no artigo de Mota e Tonelli (2013).

A importância do trabalho vai além dos aspectos financeiros envolvidos, pois é “também uma forma de inserção social onde os aspectos psíquicos e físicos estão fortemente implicados” (DEJOURS et al., 1993, p. 98). Segundo a

psicodinâmica do trabalho (DEJOURS et al., 1993), o trabalhador pode, dependendo da situação, desenvolver doenças em função do trabalho, como pode ser um fator de equilíbrio e desenvolvimento quando permite a cada indivíduo que as necessidades físicas sejam aliadas ao desejo de execução da tarefa.

Na realidade, as definições do sentido do trabalho precisam levar em conta que cada uma delas refere-se a um tempo e a um espaço específicos. Para Tolfo e Piccinini (2007), é necessário um olhar sociológico sobre o entendimento do sentido do trabalho. Nesse contexto, há a necessidade de *continuum* de sentido entre trabalho e vida pessoal e social. Conforme colocado pelas autoras, no entendimento de Antunes (2000), uma vida plena e dotada de sentidos começa pela possibilidade de produzir sentido a partir do trabalho, para então extrapolar a outras esferas da vida humana, envolvendo a própria liberdade. Assim também o trabalho tem um papel central na vida do ser humano, pois é a partir dele que são reforçados os relacionamentos com os outros, com a sociedade (MORIN, 2001).

Tolfo e Piccinini (2007) discutem ainda a diferença entre sentido e significado do trabalho. Analisam a literatura e concluem que, muitas vezes, os termos são utilizados como sinônimos, porém identificaram algumas diferenças, tais como: o termo significado refere-se mais ao entendimento social do significado de trabalho, enquanto sentido tem mais a ver com uma dimensão mais pessoal. As autoras enfatizam os aspectos multidimensionais dos conceitos, apontam que na essência o sentido do trabalho é uma capacidade em que os seres humanos produzem quando conseguem “criar e reconhecer-se enquanto indivíduos e seres sociais” (p. 45). Porém o oposto também é verdadeiro: o ser humano torna-se alienado quando o sentido do seu trabalho se perde, tornando-se um produtor e consumidor e não encontrando sua identidade nas atividades que executa.

1.2 Identidade do trabalhador

Para a compreensão do conceito de identidade, segundo Maheirie (2002), é preciso que ele seja visto como uma constituição (aberta e inacabada) do sujeito, ou seja, a identidade como sendo construída, destruída e reconstruída constantemente por meio da consciência. Nesse enfoque, para Maheirie (2002), a noção de identidade carrega algo de polêmico, pois prescinde de uma noção dialética como uma construção inacabada, aberta e mutável, estando assim em constante movimento. Sob esse ponto de vista, “o sujeito se faz produto e produtor do contexto em que vive” (MAHEIRIE, 2002, p. 43). Refletindo sobre os processos de mudança que ocorrem na cultura (re)construída pelo sujeito em interação social, a percepção do eu em um contexto pode ser demonstrada por George Herbert Mead, segundo o seu entendimento de que o “eu se torna co-

nhecido como objeto ao assumir a atitude de outro em relação aos atos ou gestos do sujeito – uma identificação com o outro, que é a única a permitir a reflexão sobre o eu e para a qual a linguagem é indispensável” (SAHLINS, 2004, p. 308).

A relação entre o indivíduo e o contexto, ou, em outras palavras, entre o eu e o outro, também é verificada no entendimento de Dejours (1995). Para o autor, a construção da identidade do trabalhador pressupõe um equilíbrio na relação entre pertença e originalidade, o que significa que as expectativas do ego em relação à realização do eu tornam-se possíveis em um contexto intersubjetivo de confiança relacionada com o fazer (a atividade em si) e não se encontram distorcidos por argumentos heterônomos decorrentes de poder ou dominação. Em outras palavras, para que a construção da identidade seja pautada em equilíbrio e saúde psicossocial, há a necessidade de um contexto de confiança que permita verdadeiramente o sentimento de pertença (ao outro) e de originalidade (a si mesmo). Nesse sentido, a identidade do trabalhador está pautada pelo outro, pela intersubjetividade, uma vez que “trabalhar não é somente executar os atos técnicos, é também fazer funcionar o tecido social e as dinâmicas intersubjetivas indispensáveis à psicodinâmica do reconhecimento” (DEJOURS, 1995, p. 58).

Segundo Jacques (1996), o termo identidade contém uma contradição inerente, uma vez que a palavra *idem* (que originalmente significa “o mesmo” em latim) denota uma noção de estabilidade contraposta à “processualidade e no caráter de construção permanente que lhe são próprios” (p. 21). Goffman (1985) e Habermas (1990) ajudaram a imprimir o caráter processual e interacional no conceito da identidade, mediada pela socialização na relação entre igualdade e diferença em relação aos outros. Dentro disso, o papel social de trabalhador destaca-se diante da importância e exaltação conferidas ao trabalho na sociedade ocidental. Papel social que agrupam outras características próprias do exercício laboral como atividade, força, bravura e honestidade, que terminam por se tornar atributos definitórios do eu, no sentido de “eu sou trabalhador”. Dessa maneira, a constituição do sujeito enquanto identidade psicológica não pode ser entendida como desvinculada da expressividade do trabalho em sua vida.

Assim, o mundo do trabalho impõe-se como um *locus* por excelência para a mediação do outro e de sínteses próprias de individualidade/originalidade. Esse *locus* começa a impor-se muito cedo à identidade do trabalhador desde a identificação com modelos adultos até tornar-se predicativos definitórios do eu (engraxe sapatos, sou engraxate; reciclo dejetos, sou recicladora, etc.). Pertencer ao mundo do trabalho ou “ter um trabalho” confere valor social e moral ao trabalhador, uma vez que ele passa a ser visto como “normal”, suas especificidades impactando no “modo de ser” que qualificam os pares como iguais (influen-

ciando comportamentos, modos de vestir, de falar, lugares frequentados), podendo ser caracterizada como identidade social. Segundo Velho (1994, p. 39), “o modo de falar, o sotaque, as gírias e vocábulos regionais eram uma das marcas de diferenciação. As festas, procissões e associações dramatizavam o jogo de identidades naquelas circunstâncias”. Dessa forma, no campo aqui estudado, identidade e cultura são aspectos relevantes e pertinentes de análise, uma vez que os espaços de trabalho coletivo são construídos por meio das interfaces de identidades e de culturas que cristalizam na composição das cooperativas de recicladores. Assim, pode-se entender essa interpretação à luz de que a construção de uma cultura está diretamente ligada a “qualquer intenção considerada que pode corresponder a um conjunto indefinido de práticas culturais e vice-versa, uma vez que a intenção se liga à convenção por um esquema de significação relativo e contextual” (SAHLINS, 2004, p. 305).

Nesse sentido, assim como algumas atividades podem ser vistas como portadoras de prestígio social, outras carregam um desprestígio social, com características de desqualificação do eu. Fraga (2007, p. 2) entende que o catador encontra-se em uma “fronteira mal definida socialmente entre o ‘ser marginal’ e o ‘ser trabalhador’”, repleto de atributos ambíguos e contraditórios, uma vez que sua função na sociedade é desprestigiada, mal qualificada e mal classificada. A contradição também se verifica, ainda para Fraga (2007), no próprio material com que os catadores e recicladores trabalham, que, em última instância, é o lixo. Para grande parte da sociedade, o lixo representa “aquilo que se joga fora, a sujeira e o descartável”, mas para os catadores ele representa emprego e um meio de vida. Nos achados do mesmo autor, a vergonha é o produto final pelo desempenho do trabalho em tocar algo sujo e descartado, como o lixo, constituindo-se em um “peso que os catadores trazem nos ombros”. Apesar dessa conclusão, Fraga (2007) entende que é por meio desse trabalho que os catadores recuperam sua identidade de trabalhadores.

Assim, a identidade do indivíduo sofre alguma modificação, dependendo do papel que o trabalhador exerce em seu contexto profissional. Hay (2013) entende que em tais momentos é explicitada a identidade social do trabalhador. O autor cita Watson (2008), para o qual formas de discursos são personificadas em identidades sociais que representam noções culturais, discursivas ou institucionais de quem ou o que o indivíduo pode ser. Por exemplo, no modelo de identidade gerencial de Watson (2008), gestores tendem a assumir uma identidade social de atores racionais que estão no controle dos eventos organizacionais, bem como se colocam em uma posição de “saber tudo”, orientado para metas e objetivos organizacionais (Hay, 2013). Nesse sentido, Hay (2013) chama a atenção para a centralidade das emoções nos processos de identidade no trabalho.

Hay (2013) evidencia que, quando gestores buscam conciliar a identidade social com o que ele denomina de “autoidentidade funcional”, é criada uma espécie de luta interna em que o indivíduo procura atender as expectativas de como deve ser um gerente, terminando por criar uma dissonância que gera ansiedade, culpa, frustração e preocupação. Assim fica claro que “o trabalho de identidade é um trabalho de filtragem onde nossas emoções não podem ser separadas do que somos ou do que nos tornamos” (HAY, 2013, p. 12), ou seja, as emoções são fundamentais no processo de “fazer a nós mesmos (*making ourselves*)”. O “trabalho de identidade” dos gestores, por assim dizer, torna-se ainda mais difícil pelo impedimento do afloramento das emoções diante dos discursos organizacionais dominantes, gerando uma negação das emoções desconfortáveis do trabalho e criando uma “espiral do silêncio”, como colocado por Bowen e Blackmon (2003).

Portanto, quando trabalhadores convivem em uma espiral do silêncio ou sentindo o trabalho como um peso sobre os ombros, ele pode tornar-se fonte de doenças físicas ou psíquicas, mas, quando eles convivem em um ambiente que permite a autoexpressão, em que eles podem assumir sua verdadeira identidade, pode tornar-se um fator de equilíbrio e desenvolvimento (DEJOURS et al., 1993).

1.3 As cooperativas como superação da desigualdade econômica

Frente ao discurso dos mecanismos de apropriação do capital social e econômico, os indivíduos podem estar em crise. Essas crises podem ser de ordem social, cultural, política, econômica, indetitária, etc. Crises que provocam um desabrochar de sentimentos e ações na busca de enfrentamentos individuais ou com a sociedade. Esses indivíduos em crise aqui são entendidos como os pobres que vivem nos bolsões de miséria dos grandes centros brasileiros. São brasileiros e brasileiras que, por condições infelizes de trabalho, acabam marginalizados em contextos periféricos rudimentares – as chamadas favelas – e desprovidos de trabalho formal. Trabalho, condição de venda da força de trabalho preconizada pelo liberalismo (POLANYI, 2012) e fonte de renda de milhares de cidadãos, torna-se objeto de disputa nas camadas mais empobrecidas, uma vez que o mercado seleciona os mais qualificados e aptos para desenvolver as atividades contratadas. Assim, aqueles que o mercado repugnou buscam alternativas de sobrevivência e geração de renda em espaços informais de trabalho, bem como no trabalho associado, a exemplo da economia solidária e das cooperativas populares.

Muito se discute sobre o tema das desigualdades no campo das ciências sociais, com acepções que conduzem ao debate sistemático e qualificado para ilustrar a realidade social. Não obstante, há o discurso do senso comum, que por

vezes a tônica é a crítica negativa sobre as formas e métodos adotados pelas políticas sociais no Brasil. Nesse campo contraditório e emblemático é que se estabelece essa seção na busca de conceitos centrais que possam elucidar o entendimento sobre as desigualdades econômicas e as cooperativas populares como possibilidades de superação.

Parte-se do pressuposto de que o crescimento econômico não deve ser perseguido como um fim em si mesmo. Requer uma combinação sistemática de correlação íntima de interações entre mercado, Estado e sociedade civil. Contribuindo, Henriques (2000, p. 3), à luz das teorizações de Amartya Sen, reporta que “o desenvolvimento deve referir-se à melhoria da qualidade de vida que levamos e às liberdades que desfrutamos”. Como condição emblemática de transfiguração econômica, erradicada nas trocas simbólicas das sociedades arcaicas (MAUSS, 2011), passando pelo capitalismo, o qual teve diversas fases históricas de desenvolvimento (POLANYI, 2012), até a fase atual do neoliberalismo, pode-se dizer que houve desigualdades econômicas em todas as fases históricas. Mesmo na discussão do paradigma da dádiva, onde Mauss (2011) desenvolve um longo estudo sobre a lógica do dar-receber-retribuir presentes, ornamentos e pessoas nas sociedades arcaicas investigadas, havia traços de desigualdades econômicas de uma tribo em relação a outra. Passando para a fase do capitalismo, a partir dos estudos de Karl Marx, compreende-se a transitoriedade da desigualdade no contexto da geração de riquezas, sendo essas que sugerem as diferenças de capital entre uma sociedade e outra, entre um indivíduo e outro.

Dessa forma, Asseburg e Gaiger (2007) destacam que as desigualdades no Brasil são fruto de um processo histórico que remonta à formação da sociedade escravocrata, que constituiu uma cultura de mando e subserviência, reaparecendo com o coronelismo e em nossos dias subtraindo os direitos básicos da cidadania. Como consequências políticas de tal cultura, os autores destacam o trato privado da coisa pública, que se opõe ao reconhecimento e legitimação das singularidades e diferenças. Outrossim, os mecanismos de apropriação do capital por meio da exploração da força de trabalho dos mais pobres conduzem à lógica da acumulação de bens dos mais ricos, o que é prática naturalizada nos anseios mais nefastos do capitalismo. Essa exploração, segundo Therborn (2010, p. 147), em que “as riquezas dos mais ricos derivam do trabalho árduo e da subjugação dos pobres e desfavorecidos”, reflete uma das formas de compreensão das desigualdades econômicas.

Ademais, as medidas de ativação econômica das camadas empobrecidas são dispositivos de melhoria do poder aquisitivo desses setores sociais, como também provocam efeitos favoráveis sobre o desenvolvimento (GAIGER, 2011). O empoderamento econômico da população pobre pode, inclusive, alavancar

ações identitárias em seu território, como por exemplo o desenvolvimento de redes locais de comércio de produtos ou serviços característicos desse território. São características que podem estar adormecidas e que, por intermédio do aumento do poder aquisitivo e de movimentação de recursos na economia, alavancam a perspectiva de inovação e empreendedorismo social. Corroborando essa análise, Antunes e Pochmann (2007, p. 201) sinalizam que as ações de empreendedorismo e de cooperativismo emergem da precarização do trabalho existente, sendo essas algumas das iniciativas estratégicas de sustentação desses sujeitos excluídos do trabalho formal.

Qual é a possibilidade concreta? Há iniciativas populares que reagem à exclusão social e proliferam em todo o Brasil e políticas sociais que projetam a redistribuição aos pobres. Há experiências de geração de trabalho e renda, como o caso da economia solidária, que emergem em diversos contextos sociais urbanos e rurais, muitas vezes por meio de lógicas próprias de sustentação, para não apontar como sobrevivência. Somando-se a essas práticas, há políticas de incentivo para o desenvolvimento de iniciativas coletivas de trabalho, contudo ainda superficiais, tendo como recorte histórico a partir do final do século XX.

Nessa simbiose socioeconômica, há do outro lado do abismo a relação com o mercado neoliberal, que estimula o consumo e a geração de riquezas por parte dos mais ricos. Reações antagônicas são perceptíveis no cotidiano brasileiro e que denotam um distanciamento social, mesmo com as políticas sociais de redistribuição. E o que é mais agravante, “nota-se o aparecimento de uma nova forma de reprodução da pobreza, cada vez mais concentrada no segmento da população que se encontra ativa no interior do mercado de trabalho (desempregados e ocupação precária)” (ANTUNES e POCHMANN, 2007, p. 206). Contingentes de trabalhadores à mercê da sorte procuram ofertas de vagas de trabalho, muitas vezes temporárias e precarizadas, para poder estabelecer-se como sujeitos sociais (LOPES, 2008). São grandes massas de trabalhadores em condição de vulnerabilidade, que sedimentam a zona de tensão desestruturada entre o desemprego e a considerável integração no mercado de trabalho. Uma possível alternativa de geração de renda e integração econômica – aqui não caracterizando lógicas puras de inclusão social por meio de um contrato formal de trabalho, mas sim no sentido de ativar economicamente os trabalhadores vulnerabilizados – seria por meio da economia solidária. As práticas associativas de geração de trabalho e renda, aliadas a processos de autogestão nos empreendimentos compostos pela associação de pessoas, podem (re)afirmar o espaço social, alicerçando dinâmicas de subsistência para além das fronteiras econômicas, haja vista que suas contribuições atingem as esferas sociais, políticas e ambientais. Outrossim podem quebrar elos complexos de reprodução das desigualdades.

A discussão sobre a economia solidária merece a devida atenção, pois “os membros de tais iniciativas estabelecem entre si vínculos de reciprocidade como um dos fundamentos de suas relações de cooperação [...] cumprindo funções subsidiárias em domínios como saúde, educação e preservação ambiental” (GAIGER, 2011, p. 80). Nesse sentido, os trabalhadores que se valem da economia solidária atuam também em cenários que são sociais, tais como: a) a relação comunitária na busca de melhorias das condições de moradia e convívio social; b) ampliam a discussão junto ao Estado para o desenvolvimento de políticas públicas que beneficiam toda a comunidade ou território local; e c) potencializam correlações significativas para a sustentabilidade ambiental por meio de ações que projetam o uso de produtos sustentáveis e/ou que não venham agredir o meio ambiente. Contribuindo, Asseburg e Gaiger (2007, p. 528) afirmam que, em relação ao diferencial da economia solidária, é o valor que “reside na mudança e no bem que acarretam para os seus próprios protagonistas, ao escaparem da lógica dominante de classificação social”. Ou seja, a ressignificação da vida, do trabalho, dos laços sociais, dos vínculos comunitários, da identidade cultural e, principalmente, da condição humana.

Contudo, vale salientar o que Lima e Dagnino (2013, p. 9) entendem sobre a economia solidária: “é evidente que os ideais da economia solidária foram, e continuam sendo, difíceis de colocar em prática e ser sustentados dentro do capitalismo. Muitos empreendimentos solidários acabam por se adaptar ao capitalismo e, por isso, deixam de ser solidários”. Frente a isso é que se questionam os processos contraditórios da utopia abstrata, de um ideário de cooperação defendido por Thomas Morus (2001) e a utopia concreta de Bloch (2006), no sentido de se analisar o sentido do trabalho (re)significado pelos trabalhadores das cooperativas de reciclagem aqui investigadas.

2. Método

O presente artigo embasa-se em um estudo de caso múltiplo (YIN, 2001) com ênfase qualitativa. Para a realização dessa pesquisa, utilizam-se, como delineamento, os estudos de casos múltiplos, pois, como afirma Yin (2005, p. 21), essa investigação “surge do desejo de se compreenderem fenômenos sociais complexos”. Assim adotou-se esse método para investigar seis cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos pós-consumo. Os empreendimentos estudados são atuantes nas periferias dos municípios de Canoas e Esteio, ambos no Rio Grande do Sul. Foram realizadas 18 entrevistas semiestruturadas com catadores participantes das cooperativas, bem como realizados 10 diários de campo registrados pelos pesquisadores. As entrevistas foram transcritas, sistematizadas e analisadas sob inspiração da Análise de Conteúdo. Essa técnica leva em considera-

ção os “tipos”, “qualidades” e “distinções” no texto, antes de realizar qualquer quantificação. Realiza uma codificação através de procedimentos sistemáticos, metodicamente explícitos e replicáveis, que criará uma nova informação desse texto (ROESCH, 2005). Para fins de preservação da identidade dos entrevistados, cada entrevista é identificada na análise apenas por uma numeração sequencial, independente do local em que o catador é cooperado.

O estudo de caso múltiplo foi realizado nas seguintes cooperativas, conforme especificadas no Quadro 1.

Quadro 01: Contextualização das Cooperativas Estudadas

Cooperativa	Ano de Fundação	Bairro/Município	Cooperados	Convênio com a Prefeitura Municipal	Renda Média Mensal (2013)
Cootre	2003	Votorantin/Esteio	21	Sim, com repasse financeiro.	R\$ 1.020,00
Coopcamate	1986	Mathias Velho/Canoas	21	Sim, com repasse financeiro para a prestação de serviço.	R\$ 970,00
Cooarlas	2000	Guajuviras/Canoas	32	Sim, com repasse financeiro para a prestação de serviço.	R\$ 715,00
Renascer	1983	Estância Velha/Canoas	34	Sim, com repasse financeiro para a prestação de serviço.	R\$ 890,00
Coopersol	2009	João de Barro/Canoas	6	Não	R\$ 617,00
Coopermag	2002	Mato Grande/Canoas	23	Sim, com repasse financeiro para a prestação de serviço	R\$ 950,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

É preciso ressaltar que as cooperativas de reciclagem, contexto da aplicação deste estudo, são atendidas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários² localizada no Tecnosocial/Unilasalle, qual consolida uma das ações do Centro Universitário La Salle – Unilasalle, que objetiva contribuir para o fortalecimen-

² A Incubadora é um projeto fomentado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP por meio de um convênio firmado entre o Ministério de Ciências e Tecnologia, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Desde 2008, o projeto vem desenvolvendo suas ações de assessoria e fomento a empreendimentos econômicos solidários localizados nos municípios gaúchos de Canoas, Esteio e Nova Santa Rita, intensificando o processo de incubação de associações e cooperativas de trabalho atuantes na área da reciclagem de resíduos pós-consumo.

to de empreendimentos de economia solidária de Canoas e região na perspectiva de construir tecnologias sociais apropriadas para fortalecer a capacidade empreendedora e a dinâmica solidária desses empreendimentos, potencializando sua atuação sustentável e autogestionária nos territórios onde atuam.

3. Análise e Discussão dos Dados

A partir do *corpus* de dados coletados, observou-se que o sentido do trabalho transcende, para muitos trabalhadores, os aspectos individuais, a ponto de entender os resultados do seu trabalho em benefício do prolongamento da vida no planeta, tal como apresentado no trecho de entrevista: “[...] tem uma contribuição e um fundamento né, é prolongar mais os nossos dias aqui na face da terra; se a gente não cooperar mais ligeiro, a gente vai ficar extinguido e o mundo também” (Entrevistado 10). O sentido do trabalho que aparece na fala do Entrevistado 10, que tem seu fazer como um reciclador, pode estar apontando para uma nova dimensão que pouco aparece nos trabalhos acadêmicos. Quando se discute o sentido do trabalho, a literatura aponta para o sentido do trabalho em termos individuais e sociais (TOLFO e PICCININI, 2007), porém o que se observa nas evidências encontradas nas cooperativas pesquisadas pode ser entendido como indo além de tais questões, pois também envolve uma preocupação com a dimensão ambiental e de preservação da vida no planeta: a relação cultural do cuidado com o meio ambiente. Observa-se que há, nas cooperativas estudadas, a produção do sentido do trabalho como resultado do entendimento de que o seu trabalho tem valor não somente para a sua família, mas para toda a humanidade e seres vivos, construindo uma relação identitária que se manifesta nas interações dos sujeitos e se expressa por meios de signos e símbolos culturais (SAHLINS, 2004) nos territórios onde atuam.

Outra evidência dessa nova dimensão pode ser vista na fala da Entrevistada 8.

Ah, aprendi muita coisa, a valorizar mais o trabalho, sabe que as coisa são difíceis, mas que é um trabalho como qualquer um outro, que pra muita gente tu, eles falam, ah, tu tá trabalhando num lixão, daí tu passa a ver diferente, tu passa a ver que **é um trabalho que tu tá cuidando do meio ambiente**, assim que tu tá progredindo. Hoje, hoje é pra nós, mas mais tarde é para os nossos filhos, pros nossos netos (Entrevistada 8).

Pode-se observar que a fala da Entrevistada 8 vai além de uma reprodução de um discurso presente nos meios de comunicação, tal como do ambientalismo, pois ela articula ideias a respeito da sua realidade, da representação social que seu trabalho possui, uma vez que para ela o seu ambiente de trabalho é percebido por quem ela denomina de “muita gente” como “trabalhando num

lixão”. Observa-se que a reflexão construída pela entrevistada refere-se inclusive à ressignificação de sua identidade a partir da vivência no e para o trabalho. Para Jacques (1996), a constituição da identidade passa a ser vinculada ao papel social desempenhado pelo ser humano, tal como identificado por Goffman (1985) e Habermas (1990). Esse papel social representa “as qualificações exigidas ao exercício laboral [...] constituindo-se em atributos definitórios do eu (atividade, força, bravura, honestidade etc) e inclusos na representação do ‘eu sou trabalhador’” (JACQUES, 1996, p. 22).

Dessa maneira, para Jacques (1996, p. 23), a identidade de trabalhador, bem como outros atributos socialmente valorizados passam a ser definidores da identidade psicológica como “predicado universal e genérico definidor por excelência do humano”, evidenciando a expressividade do trabalho na categoria da constituição do eu e em seus predicativos definitórios (p. ex. sou empregada doméstica, sou catadora, sou psicóloga). Assim, quando a Entrevistada 8 relata que depois de começar a trabalhar na cooperativa aprendeu que seu trabalho não representava trabalhar em um “lixão”, mas que tem um significado maior e com mais valor, pois “é um trabalho que tu tá cuidando do meio ambiente”, ou seja, percebe como um trabalho que a faz progredir, crescer e deixar um legado aos filhos e netos. Portanto pode-se compreender que houve ressignificação da própria identidade dessa trabalhadora, dado o estreito vínculo entre a identidade de trabalhador e a constituição do eu, conforme explicitara Jacques (1996). Outros aspecto pertinente de análise é a valoração do trabalho em relação a uma cooperativa, que vai ao encontro do desenvolvimento dos trabalhadores e dos setores sociais, conforme os estudos de Gaiger (2011), no sentido de que a economia solidária pode ser um espaço de construção de uma cultura da cooperação e da solidariedade para o empoderamento econômico. Esses aspectos podem ser também verificados na fala da Entrevistada 13 da Cooper Renascer:

Eu não tenho nenhuma vergonha de falar onde eu trabalho. Eu tenho orgulho sim, do trabalho que eu faço, onde eu trabalho, das pessoas que eu trabalho, é daqui que eu tiro o meu sustento, é do dinheiro do lixo, do material que a gente recicla que eu pago as minhas contas, vai fazer 2 anos isso, então eu aprendi muita coisa aqui dentro mesmo. **É um trabalho que eu me sinto vontade, eu brinco, eu posso cantar, se eu tô incomodada com alguma coisa eu vô lá e falo**, não tem aquela coisa de, se fosse outro serviço, eu também, do meio jeito, até falaria, mas aquela coisa, não falaria, de repente tudo que eu tivesse sentindo ou não ia sentir aquela abertura de dar uma opinião (Entrevistada 13).

Nessa fala da Entrevistada 13 também aparece a preocupação com o julgamento dos outros sobre o local de trabalho da recicladora, porém a entrevistada externaliza gostar do ambiente de trabalho a ponto de se sentir à vontade para o que ela categoriza como “brincar”, “cantar” e “falar”, que são expressões da cul-

tura (SAHLINS, 2004) desse espaço de trabalho. Tal aspecto pode ser compreendido como estando relacionado ao sentido do trabalho para essa trabalhadora, pois percebe-se que, no seu atual ambiente de trabalho, ela se sente bem o suficiente para “ser ela mesma”, ou seja, pode expressar-se livremente e também fornece o sustento da sua família, valores que parecem importantes para ela. Pode-se observar que a fala da Entrevistada 13 mostra a importância de um ambiente de trabalho que favoreça que ela expresse livremente suas emoções. Como colocado por Hay (2013), as emoções possuem um papel central nos processos de identidade no trabalho. Porém, ao contrário dos achados de Hay (2013), em que gestores não possuem um ambiente em que podem externalizar livremente suas emoções, observa-se na cooperativa que a entrevistada sente-se à vontade para fazê-lo, podendo-se compreender que a sua identidade social está coerente com sua autoidentidade funcional, promovendo uma maior saúde psíquica e bem-estar no trabalho. Esses aspectos demonstram certa contradição entre o sentido do trabalho e a identidade de um gestor em uma organização tradicional (inglesa no caso do artigo de Hay [2013]) e de uma catadora de uma cooperativa de reciclagem do sul do Brasil. Questiona-se diante disso quais dos dois trabalhos são mais desejáveis? Tais aspectos podem estar demonstrando o quanto a lógica da economia solidária vai ao encontro da liberdade da essência do ser humano, que, em última análise, deseja não mais do que poder ser ele mesmo, como também ao enfrentamento da desigualdade econômica (THERBORN, 2010) vivida pela entrevistada. Contudo, ressalta-se que a contradição se faz presente, pois, por um lado, a liberdade de manifestar a sua identidade no espaço operativo por vezes não assegura o rompimento da condição de pobreza como sendo uma mudança na classificação social (ASSEBURG e GAIGER, 2007). Há sim avanços concretos no processo de apropriação sociocultural, todavia nos aspectos econômicos e financeiros merecia um aprofundamento em estudos futuros.

Além disso, para Morin (2001), Kuchinke et al. (2010) e Prates e Silva (2013), a satisfação no relacionamento com pares por meio de relações humanas satisfatórias é característica que favorece a produção de sentido do trabalho. Tais aspectos são identificados na fala da Entrevistada 13, bem como podem ser vistos na fala da Entrevistada 12 da Cooper Coopersol.

Uma coisa que me encantou. Eu acho que é a **alegria** do pessoal, mesmo. No momento lá, que **a gente está comendo, tá fazendo a comida, a gente conta as histórias, começa a rir, algumas horas a gente se assusta**, acho que é o momento de quando **o grupo está junto, quando a gente conversa, se diverte**. Que é isso que eu admiro aqui no pessoal, a gente tá **cansado**, do frio, do calor, falta de material, a gente tá sempre **conversando**. Que a **união do grupo, que é legal** (Entrevistada 12).

Pode-se observar o quanto a aceitação do eu pelo outro torna-se importante para a formação de um contexto que propicie a explicitação das emoções (HAY, 2013), contribuindo para a autorreconstrução do sujeito em interação social. A fala da Entrevistada 12 personifica o entendimento de Mead de que a identificação com o outro permite a reflexão sobre o eu por meio da linguagem (SAHLINS, 2004), uma vez que, ao poder contar histórias, rir, conversar, divertir-se há o fortalecimento da união do grupo que os empodera para enfrentar as dificuldades próprias de um trabalho marginal, como o cansaço, frio, claro, falta de material. A liberdade de autoexpressão termina por favorecer a criação de um sentido positivo do trabalho, mesmo em contextos organizacionais adversos.

Ao contrário do entendimento da trabalhadora acima, a Entrevista 16 da Coopcamate, ao ser perguntada sobre “o que esse trabalho significa pra ti”, apesar de a princípio dizer que acha o trabalho na reciclagem bom e que tem familiaridade com ele, no final da fala tem a percepção de que as pessoas a olham com “cara de nojo”, tal como visto na fala dela:

Eu acho bom né. Que a minha mãe trabalhou muitos anos nisso, minhas irmãs. Só que tem gente que não dá valor pra gente viu... aquela vez a gente foi numa palestra lá no [Bairro] São Luis, tava o Lula, o Tarso. Tem gente que tem vergonha da gente, muitos lugares que tu vai, **as vezes tu vais de uniforme, as pessoas ficam te olhando com cara de nojo** (Entrevistada 16).

O sentido do trabalho não parece ser positivo para essa trabalhadora, pois a própria identidade dela sinaliza estar impregnada pela percepção de um olhar do outro como crítico e de não aceitação por conta de seu trabalho. Segundo Jacques (1996), a identidade do trabalhador constitui-se precocemente por meio da identificação com o mundo adulto e com fatores de gênero, o que pode ser verificado na fala da Entrevistada 16, uma vez que ela trabalha com reciclagem, assim como sua mãe e irmãs. Apesar de relatar que participou de palestras com o ex-presidente da República e governador do Estado, mesmo assim refere que as pessoas a olham com “cara de nojo”, especialmente por estar identificada como catadora por meio do uso do uniforme. Percebe-se que o uso do uniforme em espaços públicos representa para a entrevistada um atributo que desqualifica sua identidade como trabalhadora (JACQUES, 1996), uma vez que seu modo de vestir (uniforme) aponta para o exercício de sua atividade de catadora, que termina por interferir, no caso negativamente, em seu modo de ser, concordando com Jacques (1996). Esse aspecto está coerente com os achados de Fraga (2007), para o qual os catadores (e recicladores) sentem vergonha por trabalhar com algo sujo e descartável. Pode-se observar na fala da Entrevistada 16 que o “olhar de nojo” pode estar representando o que Fraga (2007) coloca como um peso sobre os ombros dos catadores.

Para outra entrevistada, a entrada para trabalhar nas cooperativas de reciclagem estudadas foi propulsora de mudanças pessoais positivas. Um dos primeiros aspectos que ajudaram nas mudanças pessoais foi a oportunidade de interação e abertura para entender outras realidades e histórias de outras pessoas. Tais aspectos podem ser melhor compreendidos por meio da fala da Entrevistada 13, que pode ser compreendido sob vários aspectos. No que se refere à conscientização da separação do lixo para a coleta seletiva, observa-se que a reflexão vai além: o quanto ações simples interferem na vida de outras pessoas. Ampliando a análise, verifica-se a importância da apropriação da cultura da cooperação para o desenvolvimento da identidade do sujeito e da cooperativa por meio das trocas simbólicas e da reciprocidade (MAUSS, 2011), as quais podem permitir a construção dos sentidos do trabalho associado, distintos do capitalismo neoliberal. Essa evidência pode ser observada no trecho de fala a seguir.

Antes de trabalhar aqui eu nem sabia o que era cooperativa, nunca me preocupei, nem parei para pensar pra onde que ia o lixo, só largava lá, nos dias certos o lixo e nem me importava. Não tinha aquela preocupação, que onde eu moro, na área verde, não tem a coleta seletiva. Não tinha nem aquela preocupação de separar o material. Hoje o que eu posso separar eu separo, já coloco separado, porque tem bastante pessoas que catam, né, e era uma coisa que eu nunca tinha me preocupado, apesar de sempre ver as pessoas catando na rua. Antes de trabalhar na cooperativa e entender o trabalho, entender o que é o significado, eu nem me importava, apesar de ver eles catando na rua. Tenho mais aquele cuidado quando tem uma coisa de vidro, né, tenho aquele cuidado. A gente já tinha, mas assim, trabalhando do outro lado, tenho mais cuidado ainda, né, enrolar o máximo assim que eu posso eu enrolo e **eu digo de experiência bem de vida das pessoas que trabalham aqui,** que aqui eu conheci as gurias (Entrevistada 13).

Além disso, observa-se que a entrevistada chega à ressignificação de modos de viver e conviver, uma vez que na cooperativa ela teve a oportunidade de aprender com as histórias de vida de outros trabalhadores e até mesmo se engajar na mudança de mentalidade corrente sobre a discriminação social para com as pessoas que trabalham com reciclagem de resíduos, conforme as palavras da Entrevistada 13 (a seguir).

Eu era mais acostumada na minha casa, ali só, saía do serviço e voltava para casa, não tinha nem assim, muito contato de tá conversando com as pessoas na rua e aqui, eu conheci, assim, histórias de pessoas que, tem pessoas aqui que trabalham há 30 anos, é mais tempo que a minha idade. **Trabalham com isso, e a gente vê que eles sentem prazer em trabalhar com isso.** E que o que eu tento mostrar para as pessoas é tirar esta coisa de marginalizar, quem trabalha com lixo ou cata na rua (Entrevistada 13).

Pode-se entender que a Entrevistada 13 demonstra em suas palavras que o seu trabalho na cooperativa de reciclagem tem a possibilidade de gerar significa-

do positivo, pois há um entendimento de que é possível trabalhar com prazer nesse ambiente, encontrando sua identidade no trabalho que executa, concordando com Tolfo e Piccinini (2007). Pode-se compreender que esses achados vão de encontro aos achados de Fraga (2007), para o qual o trabalho do catador significa um “peso sobre os ombros”. Pode-se observar que há uma contradição entre trabalhar com lixo, visto socialmente como algo degradante; pode estar associado a uma lógica social de trabalho como criativa e que pode gerar prazer aos trabalhadores.

A partir do trabalho nas cooperativas de catadores foram identificadas aprendizagens proporcionadas pelo estabelecimento de relações sociais próprias das cooperativas estudadas. Observaram-se vários aspectos que podem ser compreendidos como aprendizagens em vários níveis. Nos níveis pessoal e interacional, as falas a seguir podem estar demonstrando aprendizado nessas instâncias, conforme falas do Quadro 2:

Quadro 2: Excertos com exemplos de aprendizados nos níveis pessoal e interacional

Nível de aprendizado	Excerto da entrevista	Entrevistada
Interacional	o que eu mais aprendi, o que eu mais aprendo acho que é respeitar o limite dos outros , todo mundo tem o seu limite [...]. Respeitar qualquer um, acho que respeitar do mesmo jeito que tu queres ser respeitado.	Entr. 11
Pessoal	Eu não sabia nada, não sabia fazer conta, eu não sabia nada, eu não sabia, assim, me... eu aprendi... é muito bom. Aprendi bastante, que eu tenho capacidade , eu aprendi também, até o ano passado fiz o vestibular, voltei a estudar .	Entr. 15
Comportamental	Eu acho, aqui no caso, eu aprendi a conviver mais com as pessoas [...] eu aprendi ver os dois lados, né, a não tirar conclusão só de um lado, entendeu, nem sempre aquela pessoa que vai chegar perto de ti e contando ou chorando, ela está certa, entendeu, então. Sempre tem que estar ouvindo os dois lados. Eu era	Entr. 11
Pessoal e comportamental	muito de resolver as coisas... tipo ignorante né. Aí eu aprendi a conviver com as gurias melhor. Até em casa mesmo , a conviver melhor. Tem um problema a gente senta e conversa. E antes não, já estourava e saía gritando e fazendo.	Entr. 18

Assim, pode-se observar nas falas apresentadas no Quadro 2 vários níveis de aprendizado das trabalhadoras a partir de sua experiência como trabalhadoras das cooperativas de reciclagem. Para que um trabalho tenha sentido, autores apontam como fundamental a possibilidade de aprendizado e possibilidade do uso das habilidades e expertise pessoal na execução do trabalho, bem como estimular as necessidades de crescimento pessoal (KUCHINKE et al., 2010; MORIN, 2001). Nas falas também podem ser identificados elementos próprios da lógica da economia solidária e do cooperativismo como um *lôcus* de trabalho coletivo e uma inversão nas relações, sendo cada cooperado empregado e dono ao mesmo tempo (SINGER, 2000). Outrossim, a solidariedade (MAUSS, 2011; ASSEBURG e GAIGER, 2007) estabelecida nas interações entre os sujeitos são fundantes para o convívio cooperativo nesse modelo de trabalho.

Borges et al. (2013) evidenciam que em cooperativas de reciclagem há a possibilidade de uma prática de autogestão e de economia solidária por meio das interações que terminam por criar uma cultura da gestão de resíduos, com maior espaço de liberdade e ação (HENRIQUES, 2000). Esse aspecto pode ser visto na fala da Entrevistada 13 da Renascer, o que termina por impactar positivamente no sentido do trabalho.

Um dos motivos que eu estou aqui até hoje, é pela forma de trabalho e esta coisa de não ter chefe, apenas coordenadores. As pessoas, cada um pode opinar, se tu não gostou de uma coisa, tu tem espaço para dar a tua opinião, né. É tudo decidido em conjunto, em grupo, uma votação, mesmo que tu pense, o meu voto é não, só eu vou dizer não, mas se tu for lá e dizer não, tu deixou a tua opinião mesmo que o sim vença. Então eu vejo aqui, pelo menos dessa forma, aqui na cooperativa, eu vejo como uma forma boa, né, da coordenação, eu vejo que a gente tem bastante espaço (Entrevistada 13).

Finalmente, observou-se que os entrevistados identificam em seus trabalhos aspectos de protagonismo social como cuidadores do planeta pelo fato fazer o trabalho de reciclagem, e em um ambiente de cooperativa. Tais aspectos podem ser vistos na fala do entrevistado 10:

A gente aprende aqui a conviver um com o outro, conhecer a parte profissional, tendo certeza do que tá fazendo, tá sabendo que ali o que a gente tá fazendo vai dar um bom fruto não só pra mim, mas pros meus familiares, familiares dos cooperados em casa, pra comunidade, pro município, pro estado e também pro Brasil, porque nós somos uns defensores da natureza, está nas nossas mãos agora tentar recuperar o que nós mesmos destruímos, não só aqui, em outras partes (Entrevistado 10).

Observa-se na fala do Entrevistado 10 a percepção do sentido de seu trabalho com reciclagem como repleto de valor, fazendo uma reflexão sobre a abrangência e o impacto do seu trabalho do nível micro (pessoal e familiar) ao macro, (município, estado, país). O motivo é que, a seu ver, o trabalho que realiza tem

um aspecto de “defensor da natureza”. Nota-se que, na sua fala, ele se autopercebe como protagonista social para a recuperação da natureza, porém também não se exime como participante de ter causado quando fala “tentar recuperar o que nós mesmos destruímos”. Nesse momento, parece que a categoria a que ele se refere é a dos seres humanos como destruidores da natureza. Sob esse ponto de vista, o trabalho na reciclagem tem a possibilidade de uma transformação: de um trabalho considerado socialmente degradante para um trabalho com alto valor moral diante da questão ambiental. A mudança no sentido do trabalho para catadores e recicladores pode ser um dos aspectos prenunciados por Sen (2000), ganhador do Prêmio Nobel de Economia, quando previu que os empreendimentos econômicos associativos poderiam promover uma mudança no modo de pensar dos envolvidos para além dos benefícios econômicos. Tais aspectos podem ser observados ainda na fala do Entrevistado 10:

Pra mim [esse trabalho] significa muita coisa, muita coisa, parte profissional, parte de família, familiar, convívio, a participação com o município, aonde eu moro todo mundo me respeita, sabe o que eu faço, sabe quem eu sou, conhece a minha vida particular, minha vida profissional. Então eles participam da nossa vida, o município, a comunidade, dessa nossa vida 24 horas (Entrevistado 10).

Portanto, por meio da presente análise, é possível perceber que o sentido do trabalho para trabalhadores das cooperativas de reciclagem é que eles entendam tal sentido de maneira positiva, indo além dos aspectos intrínsecos ao trabalho e à organização, mas com dignidade e impacto em sua família, comunidade, município, estado, país e até mesmo envolvendo todo o meio ambiente. O resgate da cidadania, bem como do empoderamento econômico dos trabalhadores pobres (POLANYI, 2012), que vivem da reciclagem como possibilidade de manutenção familiar, demonstrando o quanto a economia solidária pode traçar respostas para além dos muros do capital: a melhora nas condições psicossociais, culturais, relacionais, políticas e, principalmente, a cultura para a cooperação em contraponto à competição. Outro aspecto que pode ser observado como evidência na fala do Entrevistado 10 refere-se à identidade como resultado de uma construção do sujeito como produto e como produtor do contexto em que vive (MAHEIRIE, 2002). Assim, é possível observar que a construção da identidade passa por questões pessoais e profissionais, uma vez que, ao que parece, sua identidade como sujeito se mostra integrada desde os aspectos individuais aos coletivos.

Considerações finais

Por meio da análise dos dados empíricos resultantes da transcrição das entrevistas realizadas em seis cooperativas de reciclagem de resíduos pós-consu-

mo vinculadas à Incubadora de Empreendimentos Solidários do Tecnosocial – Unilasalle, no Centro Universitário La Salle, em Canoas (RS – Brasil), foi possível compreender vários aspectos presentes a respeito de como trabalhadores de cooperativas de reciclagem produzem sentido para seu trabalho.

Um aspecto significativo observado foi que é possível afirmar a presença de ressignificação da identidade a partir do trabalho coletivo com resíduos pós-consumo. Os principais aspectos identificados que apontaram para tal ressignificação de alguns trabalhadores envolveram a autovalorização tanto do seu trabalho como do meio ambiente. A ressignificação da identidade pode ser observada por meio do aprendizado a partir da vivência no e para o trabalho e da valorização do papel social como trabalhador que tem um importante lugar na sociedade moderna. O aspecto da ressignificação da identidade de trabalhadores de cooperativa contempla certa contradição, uma vez que o objeto de seu trabalho é visto socialmente como algo desprezível a ser jogado fora. A análise dos dados mostra que é possível que trabalhadores sintam-se eles mesmos no contexto das cooperativas de reciclagem, podendo exercer em plenitude não somente suas emoções como a integralidade do seu eu, havendo a possibilidade de conquista de poder ser ele mesmo. Portanto, observaram-se evidências que, além das dimensões individuais e sociais, influenciam no sentido do trabalho de recicladores a relação cultural do cuidado com o meio ambiente, diante da qual sentem-se valorizados.

Outro aspecto que pode ser ressaltado é o aprendizado observado em termos de mudança de comportamento nos níveis interacional, pessoal e organizacional. Um dos aspectos que se mostrou importante como fomentador das mudanças pessoais é o início do trabalho em cooperativas de reciclagem, pois são ambientes como uma lógica diferente da empresarial (SINGER, 2000), em que as pessoas têm possibilidade de aprender umas com as outras, em termos de falar, ouvir, respeitar mais o outro, a conviver, enfim há maior possibilidade de ser ela mesma, o que termina por facilitar a geração de sentido positivo do trabalho e da identidade desse trabalhador relacionado com a cultura desse ambiente coletivo. Em outras palavras, algumas aprendizagens observadas são proporcionadas pelo estabelecimento de relações sociais próprias das cooperativas estudadas nos níveis pessoal, interacional e organizacional. O aprendizado e a capacidade de estabelecer relações sociais saudáveis são condições para a construção de um sentido positivo do trabalho.

Observou-se, porém, que nem todos os entrevistados possuem um sentido positivo do trabalho. Percebe-se que um dos aspectos limitadores é a percepção dos trabalhadores de reciclagem de que o olhar do outro é crítico e contém o qualificador “olhar com nojo”, o que termina por interferir negativamente no

sentido do trabalho. Isso é uma situação importante na identidade do sujeito e na identidade do trabalho da reciclagem, que por meio de processos de interação, aprendizagem e construção da cultura pode ser ressignificado.

Em contrapartida, os dados apontam que é possível o reconhecimento do trabalho com reciclagem realizado como uma ação de protagonismo social, em que os sujeitos sentem-se contribuindo como cuidadores do planeta. Analisa-se que há nas cooperativas estudadas a produção do sentido do trabalho como resultado do entendimento de que o seu trabalho tem valor não somente para a sua família, mas para toda a humanidade e seres vivos e como cuidadores do planeta. Além disso, a percepção do sentido do seu trabalho com reciclagem passa a ser visto como repleto de valor, abrangente e importante desde o nível micro (pessoal e familiar) ao macro (município, estado, país). Sob esse ponto de vista, o trabalho na reciclagem tem a possibilidade de uma transformação: de um trabalho considerado socialmente degradante para um trabalho com alto valor moral diante da questão ambiental, e ainda apresentando um meio de geração de trabalho e renda frente à desigualdade econômica. Tal aspecto pode estar apontando uma importante contradição: a transposição de um papel de limiaridade social, suplantando o aspecto de “ser marginal”, tal como especificado por Fraga (2007), para além do “ser trabalhador”, mas para um “ser o trabalhador”, aquele que tem uma importante missão no nível macro, resultando em um resgate da cidadania.

Ressalta-se que os achados dessa pesquisa não pretendem ser generalizáveis quanto à construção positiva de sentido do trabalho, servindo apenas para exemplificar como em um ambiente que lida com material pós-consumo existe a possibilidade de, a partir da lógica da economia social e das cooperativas, haver a possibilidade de as pessoas encontrarem sentido em seus trabalhos e em suas vidas por meio da melhora nas condições psicossociais, culturais, relacionais, políticas e, principalmente, culturais voltadas para a cooperação em contraponimento à competição.

Referências

- ANTUNES, R.; POCHMANN, M. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre, CLAC-SO/Tomo Edit. 2007. p. 195-210.
- ASSEBURG, H. B.; GAIGER, L. I. A economia solidária diante das desigualdades. **Dados**, 50 (3): 2007. p. 499-533.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2011. 225 p.

- BLOCH, E. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006. 432 p.
- BORGES, M. L.; SCHOLZ, R. H.; SOUZA, N. A. P; CHRISTMANN, I. S. Interações e ações dos sujeitos na cultura da gestão de resíduos. **Mouseion**, 14: 2013. 99-120.
- CODO, W. 1997. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In: A. TAMAYO, J. BORGES-ANDRADE & W. CODO (Eds.). **Trabalho, organizações e cultura**. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados. p. 21-40.
- DEJOURS, C.; DESSORS, D.; DESRLAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. **Revista de Administração de Empresas**. 33 (3): 1993. p. 98-104.
- DEJOURS, C. **O Fator Humano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1995. 101 p.
- FRAGA, A. B. O trabalho de quem vive do lixo: desigualdade social e suas dimensões simbólicas. **Revista Polêmica**, 22: 2007. p. 1-5.
- GAIGER, L. I. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. **Lua Nova**. 83: 2011. p. 79-109.
- HAY, A. 'I don't know what I am doing!': Surfacing struggles of managerial identity work. **Management Learning**. 0 (0): 2013, p. 1-17 (primeira publicação em 13 de maio de 2013) doi: 10.1177/1350507613483421.
- HENRIQUES, R. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p 1-18.
- JACQUES, M. G. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. **Coletâneas da ANPEP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia**, Vol. 11, N. 1, 1996. p. 21-35.
- KUCHINKE, H. Peter et al. All work and no play? The meaning of work and work stress of mid-level managers in the United States, Brazil, and Korea. **Human Resource Development International**, V. 13, N. 4, September, p. 393-408.
- LIMA, M. T, DAGNINO, R. P. Economia solidária e tecnologia social: Utopias concretas e convergentes. **Otra Economía**, 7 (12): 2013. p. 3-13.
- LOPES, J. R. Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza. **Caderno CRH**. Salvador, 21 (53): 2008. p. 349-363.
- MAHEIRIE, K. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, VII (13): 2002. p. 31-44.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. 536 p.
- MORIN, E.; TONELLI, M. J.; PLIOPAS, A. L. V. O trabalho e seus sentidos. **Psicol. Soc.** [online]. 19 (1): 2007. p. 47-56.
- MORIN, E. Os sentidos do trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, 41 (3): 2001. p. 8-19.
- MORUS, T. **A Utopia, ou o tratado da melhor forma de governo**. Trad. de Paulo Neves, Porto Alegre: L&PM POCKET, 2001. p. 143 p.

MOTA, K.; TONELLI, M. J. “Trabalhar? Para Que? Percepções Sobre Trabalho Entre Jovens de Diferentes Estratos Sociais. In: IV ENCONTRO GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO. **Anais...**, Brasília: ANPAD. 1: 2013. p. 1-16.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 306 p.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertação e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 189 p.

SAHLINS, M. **Cultura na Prática**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004. p. 679 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 409 p.

SINGER, P. **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 360 p.

THERBORN, G. Os campos de extermínio da desigualdade. **Novos estudos – CEBRAP**, n. 87, 2010. p.145-156.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicol. Soc.** [online]. 19 (1): 2007. p. 38-46.

VELHO, G. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994. p. 137 p.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001. 205 p.

As práticas de inovação social nos empreendimentos de economia solidária COOPCAMATE e COOTRE

Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier

Resumo: Este artigo busca apresentar o desenvolvimento de práticas de inovação social nos empreendimentos de economia solidária COOPCAMATE e COOTRE, ambos no campo da reciclagem. A pesquisa foi realizada utilizando a abordagem qualitativa e enfoque exploratório com a utilização da técnica de estudo de caso múltiplo. Os dados foram coletados por meio de visitas e observações durante a realização de oficinas de planejamento, entrevistas e documentos. Teve como objetivos entender inovação social segundo a literatura e compreender como se desenvolvem práticas de inovação social nos empreendimentos de economia solidária. Os sujeitos da pesquisa foram trabalhadores associados das cooperativas COOPCAMATE – Cooperativa de Catadores de Material Reciclável da Mathias Velho, Canoas/RS e a COOTRE – Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio/RS. Percebeu-se que em ambos os empreendimentos pesquisados a inovação social é uma prática constante do seu dia a dia, são grupos com forte estrutura de organização em grupo e capacidade de autogestão, o que reafirma a inovação social geradora de valor através da cooperação e passível de replicação como instrumento de resolução de problemas sociais.

Palavras-chave: Economia Solidária; Inovação Social; Cooperativismo; Reciclagem.

Introdução

Devida à expansão de seu conceito, a discussão do tema inovação tornou-se obrigatória. Essa não é mais utilizada somente nas organizações como agregação de valor econômico e em estudos acadêmicos que visam compreender as articulações das organizações para manter-se competitivas. Entrelaçado ao desenvolvimento econômico, também o desenvolvimento social cresce em larga escala, e as estruturas e as políticas públicas existentes já não são mais capazes de suportar esse crescimento, gerando dessa forma inúmeras mazelas sociais. Nesse contexto, a inovação social, segundo Bignetti (2011), surge como uma das alternativas de buscar a resolução de problemas sociais, como a desigualdade social, a sustentabilidade, entre outros. Os preconizadores conceitos de Schumpeter sobre inovação também podem ser utilizados nesse novo con-

texto de inovação, a inovação social, a partir do princípio da geração de valor, ao se fazerem coisas novas ou coisas que já estão sendo feitas de uma nova maneira.

Para Bignetti (2011), inovação social é a geração de novas e duradouras soluções para grupos sociais a partir do conhecimento aplicado às necessidades sociais e com a participação e a cooperação dos atores envolvidos. Também o autor revela que poucos são os estudos sobre o tema no Brasil, ao pesquisar os anuais do EnANPAD – Encontro do Cursos de Pós-Graduação em Administração; entre 2006 e 2011, apenas dois trabalhos abordaram o tema inovação social especificamente.

Reconhecendo a importância do tema inovação social, bem como o reconhecimento de suas práticas, o presente artigo busca compreender como se desenvolvem práticas de inovação social nos Empreendimentos de Economia Solidária COOPCAMATE e COOTRE no campo da reciclagem.

O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente uma revisão de literatura sobre inovação social, para compreensão de conceitos e posterior aplicação à análise dos dados da pesquisa realizada. Na sequência, definiu-se a metodologia utilizada na pesquisa. Também se apresenta uma breve descrição dos Empreendimentos de Economia Solidária no campo da reciclagem, COOTRE e COOPCAMATE. E, por fim, a análise dos dados pesquisados e conclusão de como se desenvolvem as práticas de inovação social nesses empreendimentos.

1. Inovação Social

Seria impossível não destacar aqui a teoria schumpeteriana sobre inovação. O professor emérito de história empresarial da Harvard Business School, Thomas K. MacCraw, refere-se a Joseph Schumpeter como o “Profeta da Inovação” no livro “O Profeta da Inovação – Joseph Schumpeter e a Destruição Criativa”. Bignetti (2011) cita que, em geral, os estudos sobre as teorias schumpeterianas partem da concepção de novas combinações como uma forma inédita de fazer novas combinações.

Também é imprescindível destacar a inovação tecnológica na intenção de um melhor entendimento sobre inovação social a partir de suas diferenças. A figura 1 destaca os conceitos de inovação tecnológica sob a ótica de alguns autores, conforme estudo de Bignetti (2011):

Figura 1: Conceitos de Inovação Tecnológica

Joseph Schumpeter	• Fazer combinações gerando resultado econômico
MIS	• Geração de novas ideias
McFadsean	• Valor adicionado e nível de novidade
Byrd e Brown	• Criatividade e tomada de risco

Fonte: Bignetti (2011).

Percebe-se na figura 1 que, em geral, a ideia central sobre inovação tecnológica é o novo, criar algo novo, com o objetivo de geração de valor econômico.

Em contrapartida, na inovação social, segundo André e Abreu (2006), há cinco dimensões analíticas sobre inovação social que facilitam a organização de ideias sobre o tema, conforme demonstra a Tabela 1:

Tabela 1: Dimensões analíticas da Inovação Social

O que é Inovação Social?	De natureza não mercantil, com caráter coletivo, visando à transformação das relações sociais.
Por que se produz a Inovação Social?	Necessidade de vencer adversidades e riscos.
Como se produz a Inovação Social?	Com recursos necessários e dinâmicas associadas à consolidação e à difusão da inovação.
Quem produz a Inovação Social?	É um produto da sociedade civil ou resultado da pressão da sociedade civil.
Onde se produz a Inovação Social?	Pessoas, individuais ou coletivos, em lugares criativos.

Fonte: André e Abreu (2006).

As dimensões analíticas apresentadas por André e Abreu (2006) demonstram que a inovação social está vinculada às necessidades sociais, caracterizada pela coletividade, adversidades, envolvimento da sociedade e a criatividade. Hulgård e Ferrarini (2010) mencionam que a inovação social surgiu como agente de renovação e contribuição para a mudança social. Já Bignetti (2010) destaca a inovação social com o objetivo da resolução de problemas sociais.

Também Bignetti (2010) apresenta a evolução do conceito de inovação, conforme quadro 1:

Quadro 1: A evolução do conceito de Inovação Social

Autor	Conceito
Taylor (1970)	Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais.
Dagnino e Gomes (2000, in Dagnino et al, 2004)	Conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.
Cloutier (2003)	Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.
Standford Social Innovation Review (2003)	O processo de inventar, garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais.
Novy e Leubolt (2005)	A inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação.
Rodrigues (2006)	Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.
Moulaert et al. (2007)	Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e empowerment) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.
Mulgan et al. (2007)	Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos propósitos primários são sociais.
Phills et al. (2008)	O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge principalmente a sociedade como todo e não indivíduos em particular.
Poi e Ville (2009)	Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida.
Murray et al. (2010)	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.

Fonte: Bignetti (2010).

Com base no quadro acima, pode-se perceber que, a partir de 1970, emergem as novas invenções sociais. Entre 2000 e 2003, houve a busca pela satisfação das necessidades sociais, a busca pelo bem-estar e o início do processo de inventar. No período de 2004 a 2006, destacam-se a busca pela satisfação das necessidades humanas, a busca pelo direito de participação e a mudança do reconheci-

mento de si como indivíduo. Já entre 2007 e 2010, a inovação social passa a ser uma ferramenta de desenvolvimento urbano em busca da satisfação dos objetivos sociais e também da solução de problemas sociais para a melhoria da qualidade de vida. E principalmente que as inovações sociais capacitem a sociedade a agir.

Também, através dos estudos de Bignetti (2010), é possível compreender a inovação social por meio de uma comparação entre suas características e as características da inovação tecnológica, como demonstra a figura 2.

Figura 2: Inovação Tecnológica e Inovação Social

Inovação Tecnológica	Inovação Social
1 – Apropriação de valor	1 – Criação de valor
2 – Vantagem competitiva	2 – Cooperação
3 – Centrada na empresa	3 – Ações comunitárias
4 – Gerenciamento de dentro para fora	4 – Participação de todos os atores e beneficiários
5 – Exclusividade	5 – Replicação e expansão dos resultados

Fonte: Bignetti (2010).

É notável a diferença entre as características de inovação tecnológica e inovação social. A inovação tecnológica estabelece um vínculo direto com o capitalismo, o resultado econômico, a exploração da mão-de-obra e a gestão hierárquica. A inovação social está voltada para o benefício da coletividade através da cooperação e da participação de todos, normalmente através da geração de trabalho e renda.

Nesse contexto, entende-se a inovação social como resultado da combinação de novos elementos, construindo novas relações sociais entre os intervenientes ao longo do processo. E também como um fenômeno inclusivo, dependente da influência de variados elementos sociais.

2. Práticas de Inovação Social – experiências

2.1 O projeto PAPESCA/ Macaé

O projeto é uma pesquisa-ação na cadeia produtiva da pesca de Macaé no Rio de Janeiro. O projeto denominado PAPESCA/Macaé iniciou em abril de 2004. Segundo a equipe do projeto, o objetivo principal era colaborar com a sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca e da Escola Municipal de Pescadores, visando ao desenvolvimento local social e solidário de Macaé. A saber, a escola Municipal de Pescadores foi criada pela prefeitura em 2002 com o objetivo de fortalecer a atividade da pesca na região.

Os objetivos do projeto consistiam na realização de um diagnóstico participativo e intervenções com base nesse diagnóstico, a divulgação dessas informações e ações à sociedade e a consolidação das metodologias participativas adotadas pelo projeto. Tanto no diagnóstico, na definição do problema e na elaboração e gerenciamento das intervenções utilizou-se a metodologia participativa. Que para o grupo é um meio de interligar o conhecimento técnico interdisciplinar com o conhecimento da comunidade local. Oficinas internas e entrevistas individuais e coletivas foram realizadas, o que serviu como base para a sistematização da cadeia produtiva da pesca.

Nesse contexto, foi criada uma árvore de problemas, identificando os entraves para o desenvolvimento da cadeia produtiva de Macaé. E a partir dessa árvore foi criada outra árvore, denominada árvore das soluções, norteador as ações de intervenção do projeto. Após um ano, esse trabalho proporcionou a criação de alguns programas como: Preservação do Meio Ambiente e Pesca Responsável; Comércio Solidário e Crédito Popular e a Consolidação da Escola Municipal de Pescadores de Macaé e também o primeiro relatório parcial da pesquisa, em que foi apresentada a sistematização da cadeia produtiva da pesca de Macaé.

2.2 O Projeto Minerva

O Projeto Minerva é um projeto de extensão que traz como objetivo principal a inclusão digital de alunos de escola pública com a participação dos graduandos da UFRJ nesse processo. O projeto teve seu início em 1994 quando um professor do Departamento de Eletrônica da UFRJ detectou que alguns computadores estavam sendo descartados do uso em função de não mais suportar os novos *softwares* utilizados no curso de informática da universidade, mas todos ainda funcionavam. Com o objetivo de levar o acesso digital às escolas públicas da região da universidade e com doação dos equipamentos então descartados, o Projeto Minerva fez sua primeira experiência com os alunos da 4ª série do CIEP Ministro Gustavo Capanema, localizado no Complexo da Maré, junto à partici-

pação dos alunos da graduação da UFRJ. O projeto mantém-se com a manutenção e a recuperação de computadores doados.

Como melhor alternativa, a metodologia utilizada foi a participativa. Como uma parte dos atores, os da UFRJ, detinha o conhecimento técnico, mas não conhecia a realidade com que iria lidar e a outra parte conhecia e vivenciava essa realidade, definiu-se que a formação seria levada aos professores das escolas públicas, e esses seriam os disseminadores. Dessa forma, os professores ficariam responsáveis por desenvolver as atividades nos laboratórios com seus alunos, com o apoio dos graduandos da UFRJ. Envolvido nesse contexto também estava o desafio de não só aprender informática, mas utilizá-la no processo de aprendizado dos alunos.

Também a partir de 2000, o projeto, em um processo de alfabetização digital, passou a atender os funcionários da UFRJ. Mas como essa atividade fugia do seu objetivo principal, foi criado o LIpE – Laboratório de Informática para Educação, como integrante do Projeto Minerva, para atender crianças e adultos da Vila Residencial da UFRJ.

Apesar de uma queda na participação de bolsistas no projeto, em função da extinção das bolsas de extensão, muitos foram os atendimentos nesse projeto. O que gerou muitos ganhos aos atores participantes do projeto. Para a escola, a sua valorização frente aos alunos e a comunidade. Para os alunos, melhoria no rendimento escolar. As famílias valorizaram mais as escolas. Os professores sentiram-se apoiados e valorizados, pois integraram a renovação junto com os alunos. E os graduandos, muitas vezes longe do contexto social real, vivenciaram a prática dentro de um contexto social real.

2.3 O projeto “Universidade, estado e prefeituras: integração para o saneamento ambiental de municípios fluminenses”

O projeto “Universidade, estado e prefeituras: integração para o saneamento ambiental de municípios fluminenses”, de Isaac Volschan Júnior, apresenta a experiência de estudos e projetos de engenharia aplicados no saneamento ambiental de áreas urbanas, com o envolvimento da universidade, do estado e das prefeituras de 12 municípios do Rio de Janeiro.

Lianza e Addor (2011) destacam a oportunidade da experiência e da aprendizagem proporcionada pelo desenvolvimento de estudos e projetos realizados pelos graduandos de Engenharia. Os positivos resultados alcançados beneficiaram 92.281 habitantes e 22 alunos da Graduação de Engenharia Civil da UFRJ.

Conforme relato do autor, os 12 municípios foram selecionados pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (SESARH) por critérios próprios. Os 22 alunos, a partir do 5º semestre da Enge-

nharia Civil, atuaram como gerentes de projeto nos respectivos municípios de seus projetos aplicados. O levantamento de dados foi realizado, em sua maioria, pelas prefeituras municipais. Os professores propuseram as soluções e acompanharam seu desenvolvimento com os alunos. Também foi desenvolvida, durante o projeto, uma cartilha para orientação da obtenção de financiamento para obras, visando à continuidade do projeto e/ou novas edições.

Para o autor, os resultados do projeto foram atingidos além das expectativas, ou seja, além dos objetivos técnicos. Ou como o próprio autor cita: *questos dificilmente atingíveis pelos mecanismos formais de ensino de Engenharia [...] perceber e assimilar a função social do exercício profissional da Engenharia.*

3. Metodologia

A abordagem qualitativa de caráter exploratório com a utilização da técnica de estudo de caso múltiplo foi utilizada para realização deste estudo. Segundo Gil (2010), a pesquisa exploratória trata da pesquisa de informações que ainda são pouco exploradas, proporcionando maior familiaridade com o problema pesquisado. Complementar a isso, Yin (2005) esclarece que o estudo de caso múltiplo investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Nessa pesquisa, foram levantados dados a fim de compreender como se desenvolveram as práticas de inovação social nos Empreendimentos de Economia Solidária COOTRE e COOPCAMATE.

Segundo descrito por Gil (2010), na técnica de estudo de caso a coleta de dados pode ser feita mediante entrevistas, observação e análise de documentos. Assim, para essa pesquisa a coleta de dados deu-se a partir do levantamento e da análise de documentos (relatórios de atividades desenvolvidas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários do Unilasalle; observação durante as oficinas de construção de um Planejamento Estratégico Participativo da Cooperativa COOTRE e oficinas de construção de Metas de Produção na Cooperativa COOPCAMATE, nas quais a pesquisadora participou do processo). E também entrevistas realizadas com cooperados dos dois empreendimentos pesquisados.

4. Análise de dados

4.1 Os Empreendimentos de Reciclagem

4.1.1 COOTRE

A Associação de Recicladores e Catadores de Esteio – ARCA foi fundada no ano de 2003, tendo como sede a Associação de Moradores do Bairro

Votorantim. No decorrer do ano de 2005, transferiu-se para o Centro de Triagem pertencente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Esteio/RS. A composição da referida Associação iniciou com oito associadas, realizando a coleta seletiva um dia por semana. Entre os anos 2005 e 2012, a ARCA buscou formação e capacitação junto ao poder público municipal, fóruns regionais de catadores (CATAFORTE), movimento nacional, parcerias (Unilasalle, Gerdau, CAMP e outras). A formação de uma nova coordenação, consciente do trabalho cooperativo, proporcionou um grande crescimento do grupo.

Desde 2012, a ARCA realiza a Coleta Seletiva de Esteio com aproximadamente 22 associados(as) por meio de um contrato com a Prefeitura Municipal de Esteio. Também nesse ano a associação tornou-se cooperativa, alterando seu nome para COOTRE – Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio/RS.

4.1.2 COOPCAMATE

O trabalho do grupo iniciou em 1986 com cinco pessoas moradoras do Bairro Mathias Velho; esses se organizaram em grupo para a realização da coleta de resíduos no bairro. Em 1995, já com um número maior de pessoas envolvidas e formalizado como Associação dos Carroceiros e Catadores de Material de Canoas – ACCMC, o grupo recebeu, em comodato, uma área de 600m² no bairro, com uma pequena sede (hoje o refeitório do grupo), da Associação de Moradores do Bairro Mathias Velho.

Em 2003, o grupo, após avaliar uma oportunidade de recebimento de material de um grande gerador da cidade, instituiu-se a Cooperativa de Catadores de Material Reciclável da Mathias Velho - Coopcamate para a formalização de um contrato.

Sete anos mais tarde, em 2010, a Coopcamate inicia sua participação no programa de coleta seletiva compartilhada de Canoas, que consiste no recebimento de verba pública através de contrato para o transporte dos materiais das residências até a associação. Esse contrato possibilitou o aumento do número de sócios e a compra de equipamentos para o trabalho.

A sede da cooperativa mantém-se no mesmo local com um prédio de aproximadamente 402m², doado por uma empresa multinacional alemã no ano de 1988.

4.2 O desenvolvimento de práticas de inovação social

4.2.1 COOTRE

O Planejamento Estratégico Participativo (PEP), construído na Cooperativa COOTRE, partiu da necessidade de pensar estrategicamente o processo de

gestão do empreendimento, visando ao desenvolvimento da tecnologia social, contribuindo, dessa forma, para a inclusão e a transformação social.

Foram realizados oito encontros no período de novembro de 2012 a março de 2013 na sede da COOTRE, onde coletivamente a cada encontro foram construídas as etapas do Planejamento Estratégico Participativo: Negócio, Princípios, Missão e Visão.

O primeiro encontro objetivou sensibilizar o grupo sobre a importância do planejamento para o grupo. Através de uma dinâmica utilizando balões, seis frases e perguntas foram lançadas para discussão: 1) Quando eu acordo, eu planejo o meu dia? 2) Como vocês organizam o trabalho? 3) O que entendemos por planejamento? 4) Planejar é... 5) Para ter organização é preciso... 6) Eu sonho que a COOTRE... A partir da discussão coletiva, o grupo demonstrou reconhecer a importância do planejamento para o empreendimento e também para as suas vidas.

O propósito do segundo encontro foi construir os princípios da Cooperativa, sendo essa a primeira etapa do PEP. Para esta construção, partiu-se do resgate dos princípios familiares e, em seguida, dos princípios da Economia Solidária através de uma dinâmica utilizando tarjetas. Alguns princípios familiares destacados pelo grupo foram: respeito às pessoas, não mentir, dar bons exemplos, dividir as coisas e os alimentos, entre outros. Como princípios da Economia Solidária sinalizaram a autogestão, a solidariedade, a cooperação, entre outros. Após o entendimento de princípios, coletivamente, o grupo construiu os princípios do Empreendimento, como seguem: Comprometimento com o Meio Ambiente; Valorização dos Cooperados; Organização, União; Diálogo em Grupo; Transparência; Respeito com os colegas; Valorização do Trabalho; Preservação da vida e da saúde.

O objetivo do terceiro encontro foi identificar as forças e as fraquezas do empreendimento (ambiente interno). A utilização da dinâmica “O limão e a laranja” permitiu a reflexão sobre o tema; a laranja representou as forças, e o limão, as fraquezas. No meio de um círculo formado pelos cooperados foram colocados uma laranja e um limão. Solicitou-se que um voluntário escolhesse um ou outro; foi escolhida a laranja, e deu-se início à atividade. O cooperado que escolheu a laranja deveria dizer uma força da cooperativa e em seguida escolher outro cooperado e passar a laranja para que esse fizesse o mesmo, até que todos citassem pelo menos uma força. Em seguida, outro cooperado pegou o limão, e da mesma forma cada um citou uma fraqueza do empreendimento. Um cartaz foi criado e fixado na parede com a descrição de todas as citações. Destacaram-se como forças: a liderança, a transparência, o diálogo aberto, a união do grupo. E como fraquezas: falhas na triagem, retrabalho, falta de senso de

cooperativismo, dependência da coordenação. Esse trabalho permitiu a reflexão do tema coletivamente e também a possibilidade de pensar estratégias de fortalecimento das forças e minimizar as fraquezas do empreendimento.

Apesar de pré-agendado, o quarto encontro precisou ser reagendado, pois, casualmente, era um dia de venda de materiais, e os cooperados estavam envolvidos no processo.

Então, no quinto encontro, a proposta era identificar as ameaças e fraquezas (ambiente externo) do empreendimento. Umas tarjetas e canetas coloridas foram colocadas no centro do círculo; em seguida, foi solicitado que cada um escolhesse uma e pensasse numa ameaça e a descrevesse. Observação: alguns cooperados não são alfabetizados, então esses se unem aos alfabetizados para a realização da atividade. Cada cooperado apresentou a ameaça descrita e a colou num cartaz fixado na parede. Na sequência, a atividade se repetiu para a descrição das oportunidades da mesma forma cada cooperado apresentou a descrição em sua tarjeta e a colou no cartaz. Vale destacar que, nesse dia, o grupo estava um pouco disperso e eufórico, pois a coordenadora acabara de chegar de uma reunião na prefeitura sobre a negociação de um contrato de coleta de triagem dos resíduos sólidos da cidade, e o grupo estava ansioso para saber do retorno. Foi necessário então que o grupo da Incubadora de Empreendimentos Solidários, dedicasse um momento para ouvir e discutir o retorno da coordenadora referente à reunião na prefeitura.

No sexto encontro, o objetivo era a construção do negócio da Cooperativa. A atividade inicial propunha montar um quebra-cabeça onde constavam marcas conhecidas e seu negócio, para que os cooperados compreendessem o sentido da formulação do negócio para o empreendimento. Depois de rapidamente montado o quebra-cabeça, solicitou-se que cada um caminhasse pelo pátio da cooperativa e pegasse algo que representasse o negócio da cooperativa. Diversos materiais foram apresentados, como: vassoura, lixeira, regador, sacola plástica, etc. No final de uma discussão sobre cada representatividade dos materiais apresentados, coletivamente construíram o negócio da COOTRE: Preservar o Meio Ambiente.

Já no sétimo encontro, com o propósito de construir a missão da cooperativa, foi apresentada ao grupo “a caixa-surpresa”, que havia sido uma ideia do próprio grupo para a coleta de ideias e críticas entre os cooperados. Na caixa havia doces, balas, chocolates e anexado a cada um deles um questionamento sobre o tema da oficina, tais como: Qual é o negócio? O que faz (através do quê)? Quais os tipos de atividades em que a cooperativa deve concentrar seus interesses? Onde faz? Resultando em... Após o “toró de ideias” (a saber, é como se chama um *brainstorming* nos empreendimentos de economia solidária), coleti-

vamente o grupo construiu a missão da COOTRE: preservar o meio ambiente através da reciclagem de resíduos sólidos no município de Esteio, contribuindo para a qualidade de vida da população. Logo após, a missão foi descrita num cartaz, e os cooperados escolheram fixar em local visível, para que, quando entrassem no refeitório, visualizassem a sua missão.

No oitavo e último encontro, a proposta era construir a visão da cooperativa. Antes do início da atividade sobre a visão, foi realizada a leitura de um ofício que o grupo havia construído para ser entregue ao Prefeito Municipal, manifestando seu apoio à coleta seletiva na cidade, pois existe a possibilidade do sistema de coleta da cidade ser containerizado. Em seguida, iniciou-se atividade sobre o tema da oficina, a visão do empreendimento. Os cooperados dispostos ao redor da mesa receberam uma folha A4 em branco e lápis de cor e canetas coloridas com a proposta de desenhar algo que descrevesse os sonhos almejados pela COOTRE. Todos iniciaram seus desenhos. Vale ressaltar que uma cooperativa muito tímida e pouco participante demonstrou grande entusiasmo na realização do desenho. Após alguns minutos, foi solicitado que cada um trocasse seu desenho com o colega do lado esquerdo e cada um colocasse um pouco de seus sonhos também no desenho do colega. Depois de mais alguns minutos, cada cooperado retomou o seu desenho e, em seguida, cada um o apresentou aos demais, descrevendo o seu sonho e interpretando o que o outro cooperado havia inserido no seu desenho. A partir da reflexão de todos os desenhos, coletivamente o grupo construiu a visão da COOTRE: ser reconhecida pelo trabalho responsável de reciclagem de resíduos sólidos, pela união dos cooperados, gerando renda e preservando o meio ambiente, até 2017.

Dada a finalização das etapas do processo de construção do Planejamento Estratégico Participativo, a equipe da Incubadora de Empreendimentos Solidários sistematizou verbalmente como grupo o trabalho realizado, retomando cada etapa a partir dos cartazes expostos na parede do refeitório, onde os encontros foram realizados. Também alguns dias após a finalização da construção do Planejamento Estratégico Participativo, a Incubadora de Empreendimentos Solidários retornou o resultado do trabalho à Cooperativa através de um banner, contendo o negócio, a missão, os princípios e a visão da COOTRE.

Também como fonte de coleta de dados foi realizada uma entrevista no empreendimento, a fim de entender o desenvolvimento de práticas de inovação social nesse espaço. A entrevista, com cinco perguntas abertas, foi realizada no espaço do empreendimento no mês de junho.

O entrevistado pertence ao grupo há 6 anos. Ao ser perguntado como são geridas as responsabilidades no empreendimento, menciona que as responsabilidades são divididas em comum acordo no grupo *aqui cada um faz um pouco*.

Destaca que aprenderam em cursos que é necessário delegar assim no grupo há responsáveis para produção, para financeiro, para vendas, para documentos e para gestão de pessoas, *até para varrer é conversado em grupo*. Também o entrevistado menciona que as pessoas não são iguais, e isso costuma ser avaliado no grupo para a divisão das responsabilidades.

Sobre cooperação o entrevistado diz que cooperação é ajudar um ao outro no trabalho, na amizade, no seu próprio negócio, mas destaca que no empreendimento algumas pessoas não compreendem o cooperativismo, não compreendem a cooperativa como seu próprio negócio. Mas que há um trabalho incansável dos demais para que haja essa compreensão, pois diariamente o grupo reforça entre si os princípios do cooperativismo e dessa forma sensibiliza os que ainda não compreenderam a dinâmica da economia solidária.

No que tange o desenvolvimento do trabalho, o entrevistado relata que o grupo costuma pensar junto sobre alternativas para o desenvolvimento do trabalho, por exemplo trabalhar no sábado para otimizar a renda, a forma de trabalho na esteira, a organização para armazenagem e melhor aproveitamento do material, visto que nem todo o galpão é coberto e, quando chove, o material molha e perde qualidade. O entrevistado cita ainda a triagem do alumínio, que é um material nobre na reciclagem, em função de seu valor de venda, que é alto em relação aos demais. Há algum tempo, por exemplo, uma panela encontrada no material triado era levada por quem a achasse, prejudicando a venda total do alumínio. Isso foi notado pelo grupo, e um cooperado sugeriu uma alternativa para a resolução da situação. Sempre que alguém quer levar algum objeto, deve pagar por ele, e esse valor é dividido entre os demais cooperados; assim o grupo não fica prejudicado. A saber, o entrevistado diz que houve um grande aumento no volume de vendas do alumínio após a aplicação da ideia.

Questionado sobre seu entendimento em relação à economia solidária, o entrevistado diz que a compreende como uma forma de inclusão, pois para trabalhar em uma empresa precisa de algum conhecimento, e no grupo, quando chega um desempregado, um ex-presidário, *a gente pensa, vamos dar uma chance, vamos confiar*. Destaca a solidariedade como uma forte característica da economia solidária. *Se vive todos os dias com a opinião de todos, isso é bonito*.

Finalizando a entrevista, ele foi questionado sobre a inovação social, especificamente, se ele enxerga a inovação social no empreendimento. Sua resposta foi precisa: *agora sim*. Explica que muitas das novas ideias que surgiram no grupo ajudaram a melhorar a renda; citou novamente a venda do alumínio. Também citou que um cooperado sugeriu que a partir da colaboração de todos poderiam fazer o almoço diariamente na cooperativa, não precisando mais comer comida fria. A ideia foi aceita pelo grupo, e um cooperado conseguiu um fogão,

compraram painéis grandes, e hoje uma cooperada faz o almoço para todos na própria cooperativa.

Também o entrevistado destaca como conquistas do empreendimento o crescimento do grupo, seu posicionamento perante o Poder Público, a valorização externa de seu trabalho e por eles mesmos, o conhecimento das leis que os amparam, isso através dos apoios externos recebidos dos projetos que circulam pelo grupo. E ressalta ainda que uma grande conquista está por vir, que é o fechamento do contrato de cooperativismo com a Prefeitura de Esteio.

4.2.2 COOPCAMATE

O Planejamento de Metas de Produção construído na Cooperativa COOPCAMATE partiu da necessidade de pensar a relação da produção e a retirada mensal dos cooperados, visto que a renda da cooperativa estava baixa, mas havia excesso de material armazenado no galpão.

Foram realizados quatro encontros de 07 janeiro de 2013 a 07 de fevereiro de 2013 na sede da COOPCAMATE, onde coletivamente a cada encontro foram desenvolvidas atividades com a perspectiva de melhorar a renda a partir do processo de produção, ou seja, maior volume de triagem no galpão.

No primeiro encontro, conforme alinhado com a coordenação do empreendimento, a equipe de Incubadora de Empreendimentos Solidários acompanhou a prestação de contas da cooperativa, já com o intuito de aproveitar o momento e realizar uma sensibilização sobre a relação da renda e a produção. A atividade proposta partiu do princípio do sonho. Foi utilizada a música Prelúdio, de Raul Seixas, para pensar nos sonhos. A letra também estava exposta num cartaz. “Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só. Mas sonho que se sonha junto é realidade”. O grupo dançou ao som da música e criou uma coreografia, onde o passo final era um abraço coletivo. Em seguida, o grupo foi questionado sobre a relação da música com a cooperativa. E logo uma fala se destacou entre eles: *Sim, eu entendi. Temos que sonhar juntos, porque sozinho a coisa não rende*. Também um cooperado destacou que em janeiro a coleta de material reduz, fazendo com que a renda reduza mais ainda. Pensando na continuidade do trabalho, a Incubadora deixou um tema de casa para o grupo: solicitou que cada um pensasse um sonho que gostaria de realizar e o apresentasse no próximo encontro. A tarefa ficou exposta em um cartaz na parede do refeitório do empreendimento.

Na realização do segundo encontro, foi proposto o desafio ao grupo de criar um jardim apenas com materiais recicláveis disponíveis no galpão. Todos os cooperados se inseriram na ideia e saíram à procura de materiais; em seguida, o jardim estava montado e decorado em uma caixa de isopor com areia e flores naturais colhidas na própria cooperativa. Foi solicitado que eles levassem o jar-

dim para o local do início da atividade: o refeitório. Para a sequência da atividade, a equipe da Incubadora retomou o tema de casa deixado no último encontro e solicitou que cada cooperado escrevesse o seu sonho em flores de papel branco que haviam levado; além de escrever, cada cooperado poderia também pintar a sua flor. E foi uma grande empolgação; os cooperados coloriram muito suas flores; segundo uma cooperada *A gente volta a ser criança*. Em seguida, cada um apresentou seu sonho e o plantou no jardim, que ficou exposto sobre a mesa do refeitório. Entre os sonhos mais citados está a aquisição da casa própria, mas também há um destaque para sonhos vinculados a sentimentos e afetos, como: paz, amor, fé, resolução de problemas familiares e saúde. Um novo tema de casa lhes foi solicitado; dessa vez deveriam pensar em um valor real necessário de ganho mensal para a realização de seu sonho.

Já no terceiro encontro, a proposta era regar o jardim; então a equipe da Incubadora lhes forneceu gotas de água, recortadas em papel branco, e aproveitando o interesse pelo lúdico, lhes foram disponibilizados lápis de cor e canetas coloridas para colorir suas gotas de água e também registrar nelas o valor real necessário de ganho mensal deixado como tema de casa para ser pensado no último encontro. Em seguida, cada cooperado apresentou seu valor e regou a sua flor no jardim construído no encontro anterior.

No quarto e último encontro, a atividade iniciou com a retomada dos demais encontros e, em seguida, lhes foi apresentado um cálculo com a média dos valores expostos no encontro anterior; após reflexão, o valor de R\$ 1.000,00 ficou estabelecido como meta para a partilha individual no mês de fevereiro. Mas, como na cooperativa se criam e vendem diversos tipos de materiais, a equipe da Incubadora organizou uma planilha com as proporções de peso por tipo de material a partir da produção de dezembro, como base para as metas do mês de fevereiro. O grupo identificou rapidamente na planilha os materiais mais rentáveis em sua produção, bem como a proporção do que havia sido produzido em dezembro e o quanto deveriam produzir em fevereiro para atingir a meta definida por eles. A saber, novos encontros ficaram pré-agendados para a avaliação de realização das metas no final de cada mês.

Também como fonte de coleta de dados uma entrevista foi realizada no empreendimento, a fim de entender o desenvolvimento de práticas de inovação social nesse espaço. A entrevista, com cinco perguntas abertas, foi realizada no espaço do empreendimento no mês de maio.

O entrevistado pertence ao grupo há 1 ano e 4 meses. Ao ser questionado sobre como são distribuídas as responsabilidades no grupo, o entrevistado relata que a maior parte do grupo entende a cooperativa como seu próprio negócio, e com o tempo aprenderam a assumir responsabilidades por si só. Exemplifica

que num dia de venda qualquer um dos cooperados possui conhecimento suficiente para realizá-la, independente da presença da coordenação.

Em relação ao desenvolvimento do trabalho no empreendimento, o entrevistado destaca que o trabalho em grupo é fundamental, que todas as articulações são realizadas em grupos através de pequenas ações. A exemplo, do último desafio do grupo, que foi a limpeza de um material armazenado no galpão há mais de dois anos. O grupo decidiu resolver esse problema, mas para isso foi necessário *abrir mão da renda*, diz o entrevistado, e justifica que o trabalho com material antigo fez baixar a renda dos cooperados em quase 50% no período do trabalho, cerca de dois meses, pois era um material de baixa qualidade.

Sobre cooperação, o entrevistado menciona, através do exemplo do trabalho de limpeza do galpão, que a maior parte do grupo possui a compreensão do tema e que normalmente há envolvimento de todo o grupo no trabalho.

Também o entrevistado descreve que a economia solidária no empreendimento é praticada através da democracia, com a opinião de todos em todas as áreas, financeira, vendas, produção. *Aqui o que prevalece é a democracia.*

Finalizando a entrevista, o questionamento foi sobre a inovação social; o entrevistado demonstrou não conhecer o termo, mas depois que lhe foi explicado... *ah, isso é importante então, estamos conseguindo então, a inovação social da Coopcamate, está ótima*, menciona o entrevistado, demonstrando seu entendimento sobre o tema, mencionando novamente as pequenas ações pensadas para o desenvolvimento do trabalho no grupo. Também destaca as conquistas do empreendimento, relacionando com a inovação social, visto que o grupo sempre pensa junto alguma nova maneira de fazer as coisas na cooperativa. Destacando, então, como a principal conquista do empreendimento, no último ano, a conquista do contrato com a Prefeitura de Canoas, após tê-lo perdido na gestão anterior por má gestão dos recursos financeiros da cooperativa; menciona que foram o trabalho e o comprometimento do grupo que promoveram essa conquista no ano de 2012.

5. Conclusão

Entrelaçado ao desenvolvimento econômico, também o desenvolvimento social cresce em larga escala, e as estruturas e as políticas públicas existentes já não são mais capazes de suportar esse crescimento, gerando dessa forma inúmeras mazelas sociais. Nesse contexto, a inovação social, segundo Bignetti (2011), surge como uma das alternativas de buscar a resolução de problemas sociais, como a desigualdade social, a sustentabilidade, entre outros. Os preconizadores conceitos de Schumpeter sobre inovação também podem ser utilizados nesse novo contexto de inovação, a inovação social, a partir do princípio da geração de

valor, ao se fazerem coisas novas ou coisas que já estão sendo feitas de uma nova maneira.

Reconhecendo a importância do tema inovação social, bem como o reconhecimento de suas práticas, o presente artigo buscou compreender como se desenvolvem práticas de inovação social nos Empreendimentos de Economia Solidária COOPCAMATE e COOTRE no campo da reciclagem.

Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente uma revisão de literatura sobre Inovação Social foi realizada para uma melhor compreensão de seus conceitos e posterior aplicação à análise dos dados. A coleta de dados deu-se a partir do levantamento e da análise de documentos (relatórios de atividades desenvolvidas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários do Unilasalle e observação durante as oficinas de construção de um Planejamento Estratégico Participativo da Cooperativa COOTRE e oficinas de construção de Metas de Produção na Cooperativa COOPCAMATE, nas quais a pesquisadora participou do processo). E também entrevistas realizadas com cooperados dos dois empreendimentos pesquisados.

Após a análise de dados, com base no referencial teórico foi possível responder ao objetivo proposto nessa pesquisa: compreender como se desenvolvem práticas de inovação social nos Empreendimentos de Economia Solidária COOPCAMATE e COOTRE no campo da reciclagem.

Tomando por base os conceitos abordados nessa pesquisa, o fato dos empreendimentos pesquisados fazerem parte do campo da reciclagem já os insere no mais básico conceito de inovação social, que, segundo Bignetti (2011), surge como uma das alternativas de buscar a resolução de problemas sociais, como a desigualdade social, a sustentabilidade e a geração de novas e duradouras soluções para grupos sociais; em ambos os casos pesquisados, é da reciclagem de resíduos sólidos.

No Empreendimento de Economia Solidária COOPCAMATE, dado o contexto em que está inserida, a formação do grupo para a coleta, reciclagem e venda de resíduos sólidos para a geração de renda já demonstrou uma prática de inovação social. Mas os destaques para essas práticas ocorrem após uma crise administrativo-financeira ocorrida no grupo no ano de 2011. Já em 2012, uniu forças para enfrentar o problema: simplesmente com pequenas práticas de inovação social e com base nos princípios da economia solidária reverteram a perda do contrato de coleta seletiva com a Prefeitura de Canoas.

Através da análise de documentos, observações no grupo e entrevistas realizadas, percebeu-se que o grupo desenvolve práticas de inovação diariamente na realização de seu trabalho enquanto catadores. Sendo importante salientar como a principal, entre as práticas já descritas, a forma de como o grupo toma as suas decisões, planeja o trabalho e se organiza como grupo, todos em conjunto,

através do compartilhamento de ideias, inclusive, destacado pelo entrevistado do empreendimento, que é fundamental o trabalho em grupo para o desenvolvimento do empreendimento.

Também no Empreendimento de Economia Solidária COOTRE percebe-se diariamente o desenvolvimento das práticas de inovação, segundo entrevista com cooperado, bem como no contexto de sua formação, inicialmente como associação e há pouco tempo como cooperativa. Esse grupo também visa a um contrato único de coleta seletiva e triagem com o município de Esteio.

O trabalho do grupo é planejado diariamente; costumam praticar o aprendizado dos cursos e ensinamentos dos parceiros (projetos). A cooperação é uma forte característica do grupo, apesar de alguns não entenderem seus princípios, mas acabam, por influência dos demais cooperados, participando do processo. Esse grupo, como a Coopcamate, também entende a economia solidária como inclusão, fazendo com que pessoas tenham a oportunidade de (re)começar suas vidas através do trabalho em grupo na cooperativa.

Também é importante ressaltar que as metodologias utilizadas no desenvolvimento das atividades nos empreendimentos COOTRE e COOPCAMATE são uma inovação social, dado o processo de criação de valor e transformação dos agentes participantes, os cooperados.

Destaca-se, portanto, que em ambos os empreendimentos pesquisados a inovação social é uma prática constante do seu dia a dia; são grupos com forte estrutura de organização em grupo e capacidade de autogestão, o que reafirma a inovação social geradora de valor através da cooperação e passível de replicação como instrumento de resolução de problemas sociais.

Referências

ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. **Dimensões e espaços da Inovação Social**. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_06.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

BIGNETTI, Luiz Paulo. **As Inovações Sociais**: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Disponível em: <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040/235>. Acesso em: mar. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HULGARD, Lars; FERRARINE, Adriane Vieira. **Inovação Social**: rumo a uma mudança experimental na política pública? Disponível em: <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias_sociais/article/view/691/117>. Acesso em: abr. 2013.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Org.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Aplicação prática do Marketing Social: aproximando alunos em uma comunidade carente de Canoas/RS

*Elieti Biques Fernandes
Alexandra Jochims Kruehl*

Resumo: Este artigo relata a experiência de intervenção dos discentes e docentes do Unilasalle por meio de uma pesquisa-ação desenvolvida durante a disciplina de Marketing Social e Ambiental. O objetivo foi associar teoria e prática utilizando o conhecimento e técnicas da disciplina em um contexto real e experienciado pelos estudantes. Esse processo de pesquisa privilegia o diálogo incentivando a participação dos indivíduos na busca do conhecimento da realidade para transformá-la, concepção que se insere na proposta de educação libertadora do sociólogo Paulo Freire. No final da disciplina, os alunos desenvolveram e apresentaram diversas propostas de ações de marketing. Essas ações, além de despertar a consciência social e ambiental nos atores envolvidos, construíram experiências significativas de aprendizado. O professor assume o papel de motivador na construção do conhecimento, e o estudante deixa a posição passiva e descolada da realidade que o cerca para protagonizar ações dentro do seu próprio contexto.

Palavras-chave: Marketing Social; Produto Social; Educação Libertadora; Pesquisa-ação.

Introdução

Este trabalho partiu de uma situação que demanda uma atuação conjunta entre comunidade e universidade, bem como de uma concepção de educação que parte da afirmação de que “*formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas*” (FREIRE, 1996, p. 14).

Por um lado, tem-se uma realidade social e econômica em um município da Região Metropolitana de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, Canoas, que abriga mais de 300 mil habitantes, produz cerca de 230 toneladas diárias de lixo domiciliar e que agrega o trabalho de uma rede formada por cinco cooperativas, que prestam serviço de coleta seletiva do lixo em diversos bairros da cidade. As cooperativas atingem menos de 1% do lixo que é produzido no município. Entre elas está a Cooperativa de Trabalho Amigos e Amigos

Solidários (COOARLAS), formada por aproximadamente trinta pessoas, que separam 38 toneladas mensais de material reciclável, coletados em cinco bairros distintos dos 18 bairros que compõem o município.

Por outro lado, tem-se uma concepção de educação que defende que o papel do educador deve ser embasado sobre uma responsabilidade ética e crítica no exercício da tarefa docente e da prática educativa, em que se reconhece não haver docência sem discência e que a relação ensino-aprendizagem é mútua, ou seja: “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” e “ensinar inexistente sem aprender e vice-versa” (p. 23). Nesse sentido, assume-se que ensinar não é transferir conhecimentos e que formar não é dar forma a um corpo indeciso e acomodado. Ao contrário, ensinar e formar significam dar possibilidades para a produção e/ou construção de conhecimentos. Assim sendo, defende-se que os discentes devem assumir-se como sujeitos da produção do saber e não como objetos de transferência de conhecimento. Ou seja, parte-se de uma compreensão de que o conhecimento é construído e inacabado e trata-se de um processo em que se pode deflagrar ou aguçar uma curiosidade crescente, que pode tornar o aluno mais criador, mais crítico e quiçá mais comprometido (FREIRE, 1996).

Frente ao exposto, percebeu-se uma necessidade comunitária e uma oportunidade de aliar aspectos técnicos da formação em gestão, gerar maior proximidade entre os acadêmicos de gestão e comunidade e fortalecer as práticas organizativas da COOARLAS através da proposição de ações de Marketing Social. Essas ações são integrantes de um Plano de Ações Estratégicas, conduzido pela Incubadora de Empreendimentos Solidários do Tecnosocial Unilasalle e pela Sinergia Consultoria Junior Unilasalle, cuja finalidade é auxiliar os líderes da COOARLAS no processo de gestão e direcionar seus esforços para o desenvolvimento e crescimento da cooperativa.

Para sua consecução, o trabalho embasou-se teoricamente na proposta de Marketing Social, o qual costuma ser desenvolvido por organizações, indivíduos ou uma aliança que busque introduzir uma modificação social (KOTLER; ROBERTO, 1992). Além disso, metodologicamente, buscou-se inspiração no método de Pesquisa-Ação (THIOLLENT, 2011; THIOLLENT e SILVA, 2007), que consiste em elucidar problemas sociais e técnicos por meio de grupos em que se reúnem pesquisadores/professores, membros da situação-problema (população) e outros atores interessados na solução dos problemas identificados ou no avanço de respostas sociais, educacionais, técnicas e/ou políticas. Ou seja, trata-se de um processo de interação com vistas a gerar soluções a problemas detectados.

O trabalho durou um semestre e gerou resultados em quatro eixos interconectados: propostas de comunicação do produto social via materiais impres-

sos, aproximação entre a COOARLAS e a comunidade do entorno, utilização das redes sociais no processo de comunicação, ações de conscientização focadas e o estabelecimento de parcerias de reforço ao produto social.

Este capítulo é apresentado em três seções: a primeira traz o Marketing Social como embasamento para o trabalho com os alunos. A segunda seção apresenta o delineamento metodológico, que traz um referencial freiriano e de pesquisa-ação, bem como o contexto de estudo e atuação. A terceira seção apresenta os resultados desse trabalho.

1. O Marketing Social

O Marketing Social costuma ser desenvolvido por organizações, indivíduos ou uma aliança que busque introduzir uma modificação social. Esses atores incorporam campanhas de mudança social e são denominados agentes de mudança (KOTLER; ROBERTO, 1992).

Uma campanha de mudança social está centrada em uma causa, a qual é um objetivo social que, na opinião dos agentes de mudança, dará uma resposta desejável a um problema social. Assim, o objetivo do Marketing Social é conscientizar ou sensibilizar os adotantes escolhidos como alvo – que podem ser indivíduos, grupos ou populações inteiras – sobre uma causa de natureza social para que os mesmos aceitem, modifiquem ou abandonem certos comportamentos (KOTLER; ROBERTO, 1992).

A expressão Marketing Social foi utilizada pela primeira vez pelos autores Kotler e Zaltman no artigo *Social Marketing: An Approach to Planned Social Change* (1971). O artigo define Marketing Social como “a criação, implementação e controle de programas calculados para influenciar a aceitação de ideias sociais e envolvendo considerações de planejamento, precificação, comunicação e distribuição de produtos e pesquisa de Marketing” (KOTLER; ZALTMAN, 1971, p. 5). Os autores argumentam que os conceitos e técnicas de Marketing são ferramentas importantes para a promoção de objetivos sociais.

Desde então, muitos trabalhos têm abordado os vários pontos de divergência e convergência entre o Marketing Social e sua contrapartida comercial. Nesse contexto, a estrutura conceitual do Composto de Marketing tem sido demandada para auxiliar o pensamento de acadêmicos e profissionais da área sobre conceitos ou problemas de âmbito social. Uma descrição adaptada ao Composto de Marketing Social é: produto social, valor social, acesso e comunicação.

O produto social pode ser constituído por três formas. A primeira forma, completamente intangível, tem correspondência direta com a causa e denomina-se ideia social. Um caso prático seria “reciclar é preservar o meio ambiente”. A segunda, também intangível, é a prática social. Aqui há uma maior especifica-

ção do comportamento desejável, como: separe o lixo seco do orgânico. E, por fim, mas não menos importante, a terceira forma compõe-se dos produtos tangíveis ou serviços que prestam suporte e/ou reforço à causa social. Ou seja, o produto social “conscientizar sobre a reciclagem de lixo” pode utilizar a distribuição de sacolas plásticas biodegradáveis e retornáveis para a separação do lixo orgânico e seco, respectivamente, ou de serviços de coleta de resíduos em dias e veículos específicos (KOTLER; ROBERTO, 1992).

Na constituição do Plano de Marketing, o produto social deve exibir uma força simbólica significativa e atraente, que, muitas vezes, pode ser obtida utilizando símbolos sociais (atores, por exemplo) e ser apresentada de forma clara, envolvente e com uma nítida diferenciação com os comportamentos considerados indesejados (DIAS, 2011). Esses comportamentos apresentam-se como correntes do produto social, visto que o elemento de escolha dos indivíduos reside entre permanecer, modificar ou abandoná-los.

Assim como no Marketing Comercial, no Marketing Social há uma expectativa dos consumidores em obter benefícios, como retorno do custo (tangível e intangível), que eles estão dispostos a pagar. Contudo, os benefícios são de natureza social, e os resultados da troca geralmente são de longo prazo.

A troca no Marketing Social enfatiza o comportamento voluntário, não desprezando a influência dos grupos primários, familiares e amigos próximos, que tem forte poder de socialização. No caso da separação do lixo domiciliar, o consumidor do produto social poderá trocar a perspectiva de um meio ambiente menos degradado por um custo traduzido no tempo despendido pelo novo comportamento. Note-se que o valor é deslocado de uma perspectiva eminentemente individual em prol do social.

Por sua vez, o Marketing Social busca facilitar o acesso ao produto social, assim como a seus produtos tangíveis e serviços de apoio. A estratégia é reduzir os custos intangíveis do produto, como o tempo de busca e obtenção, e assim aumentar as possibilidades de efetivação da troca.

A comunicação no Marketing Social objetiva promover ideias e práticas sociais a fim de estimular a sua aceitação. Muitas vezes, esse item fica restrito às campanhas de mídia que são unidirecionais, entretanto se deve considerar um escopo mais amplo, visto que está relacionado ao ato de educar e conscientizar para o coletivo. As vias de comunicação e distribuição e/ou acesso através dos quais os agentes de mudança social e os adotantes escolhidos como alvo trocam e transmitem influências e respostas entre si são denominadas como canais (KOTLER; ROBERTO, 1992).

A possibilidade de sucesso de uma campanha de mudança social ou estratégia de mudança, nos termos de Kotler e Roberto (1992), está fortemente relacio-

nada à capacidade de entender o público a que se destina e estabelecer canais de diálogo inteligíveis com o mesmo. Esse processo está embasado pela segmentação prévia do público, assim como pelo planejamento do nível de profundidade da campanha de mudança social que se deseja obter.

Kotler e Roberto (1992) classificam a estratégia de mudança social em quatro níveis de profundidade de incorporação pelos adotantes escolhidos como alvo: cognitivo, ativo, comportamental e valorativo.

Na mudança cognitiva, os agentes de mudança operam com formas de esclarecimento sobre a causa de interesse. No caso da reciclagem, os agentes interessados em aumentar o grau de cognição do público-alvo devem trabalhar com base na identificação das carências informacionais e nas fontes de disseminação preferidas pelo público em questão. A partir desse ponto é possível disseminar informações com foco em determinados segmentos, com preferência inicial sobre os formadores de opinião.

A mudança de ação é um estágio posterior à cognição. Nesse estágio são utilizados mecanismos de estímulo ao comportamento desejado com o objetivo de atingir aqueles indivíduos que não estejam sensibilizados suficientemente para uma ação voluntária.

A mudança comportamental demanda a alteração de valores individuais, o que nem sempre é possível com a simples utilização de programas de conscientização. Nesse nível são inseridos instrumentos punitivos, como a aplicação de multas.

Dentro de um programa de apoio em que a reciclagem não tenha o aporte público, quanto à disponibilização de benefícios ou instrumentos punitivos, a mudança comportamental requer a participação voluntária das pessoas. Nesse contexto, o programa atua no nível da mudança cognitiva com enfoque nos canais de comunicação de duas vias.

A tarefa mais difícil a ser realizada pelo agente de mudança é a alteração dos valores. Essa mudança exige um esforço continuado do agente com o objetivo de minimizar a dissonância cognitiva entre os pares. Nesse nível, a mudança social é incorporada por indivíduos que começam a atuar ao lado dos agentes de mudança: envolvendo-se e colaborando na disseminação das informações.

Um plano de Marketing Social desenvolvido para atuar na conscientização sobre a importância da reciclagem, sem a intervenção do poder público, concentraria ações inter-relacionadas nos níveis de mudança cognitiva e valorativa. Cabe ressaltar que há uma tendência favorável ao ato de reciclar, resultado do esforço contínuo do setor público e privado na disseminação de informações sobre temas relacionados à sustentabilidade e ao meio ambiente.

2. Delineamento metodológico

Coerentemente à ideia freiriana (FREIRE, 1996) de que ensinar não é transferir conhecimentos e que formar não é dar forma a um corpo indeciso e acomodado, mas sim dar possibilidades para a produção e/ou construção de conhecimentos, Fischer (1996) destaca que não é mais possível compreender o conhecimento meramente como um acúmulo de informações, sob o formato de um produto acabado, centrado em algum lugar (um livro, um relatório ou a cabeça de alguém), esperando para ser repassado para outro lugar, como a cabeça dos alunos. A autora defende uma concepção de conhecimento que pressupõe uma interação dinâmica e permanente entre sujeito (aluno) e objeto (conteúdo), na qual o professor torna-se um mediador, que permite tornar essa relação mais rica e efetiva. Portanto Fischer (s/d) defende que cabe ao docente desafiar o aluno a pensar por si mesmo, propor-se a facilitar seu desenvolvimento, tanto da autonomia cognitiva como da autonomia moral, a transmitir conhecimentos e a favorecer a produção de novos conhecimentos, a desencadear problematizações, a buscar novas respostas, a desconstruir paradigmas e preconceitos e a introduzir um pensamento instigante, investigativo.

Assim sendo, é preciso ter uma concepção que fuja aos moldes tradicionais de ensino em sala de aula, que fortaleça a dicotomia professor-transmissor e aluno-receptor de saber, que enalteça a centralização na figura do professor e do seu conhecimento. Ao contrário, o professor tem seu papel como mediador, provocador e, como diria Fischer (s/d), por vezes invisível.

Nesse sentido, Freire (1992) traz como exemplo o professor que faz breves e iniciais exposições sobre um determinado tema, e tanto esse professor como seus alunos buscam, conjuntamente, analisá-lo. O professor é, nesse ato, um desafiador, e os estudantes são curiosos que perguntam a si mesmos, aos colegas e ao professor, participando ativamente do aprofundamento e desdobramento da exposição inicialmente feita. E ainda: Freire (1992) traz como outro exemplo o professor que se coloca em uma relação de profundo respeito e afeto com o tema em estudo diante dos seus estudantes. Ele testemunha aos seus estudantes como se aproxima desse tema e como pensa criticamente. Desta forma, incita os alunos a ter, criar e desenvolver suas próprias capacidades críticas e incita tanto estudantes como a si mesmo a exercer uma dialogia comprometida. São, portanto, exemplos de educadores que humanizam e se humanizam, que não domesticam, que dialogam efetivamente, que respeitam os saberes de seus educandos e aprendem com os mesmos.

2.1 O Método da Pesquisa-Ação como inspiração para o trabalho

O entendimento freiriano de educação pressupõe, na prática docente e de pesquisa, um método adequado ao intento de compromisso e intervenção social. Para tanto, buscou-se inspiração no Método da Pesquisa-Ação, proposto por Michel Thiollent.

Conforme o referido autor (THIOLLENT, 2011, p. 20), define-se pesquisa-ação como “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Essencialmente, esse método consiste em elucidar problemas sociais e técnicos por meio de grupos em que se reúnem pesquisadores/professores, membros da situação-problema (população) e outros atores interessados na solução dos problemas identificados ou no avanço de respostas sociais, educacionais, técnicas e/ou políticas. Ou seja, trata-se de um processo de interação com vistas a gerar soluções para problemas detectados (THIOLLENT, 2011; THIOLLENT e SILVA, 2007).

O próprio autor (2011) informa que a estrutura metodológica da pesquisa-ação dá lugar a diversas propostas, dentre elas as conscientizadoras na área educacional e eficientizantes na área organizacional. No contexto organizacional, frequentemente a ação visa resolver aspectos de ordem técnica, como a introdução de uma nova tecnologia.

Esse método pode ter três tipos de objetivos: prático, de conhecimento e/ou de tomada de consciência. O objetivo prático visa contribuir para equacionar um problema da melhor forma possível, com levantamento de soluções e propostas de ações correspondentes às soluções, de forma a auxiliar o agente/ator na transformação da situação. No caso de um trabalho voltado para problemas coletivos, o objetivo prático consiste em diagnosticar a situação, elaborar reivindicações e ações, ou seja, buscar soluções. O objetivo de conhecimento visa obter informações, ampliar conhecimento sobre determinadas situações. Por sua vez, há também o objetivo de buscar uma tomada de consciência dos agentes/atores a respeito de sua situação-problema, evidenciando sua concretude, natureza e complexidade (THIOLLENT, 2011).

É importante salientar que esse método não se constitui somente pela ação ou participação, mas ele deve produzir conhecimento, possibilitar a aquisição de experiência, contribuir para a discussão ou o avanço dos debates sobre o problema e os aspectos relacionados a ele (THIOLLENT, 2011).

Nesse método de atuação, os pesquisadores (neste trabalho específico, professores e alunos) desempenham papel ativo no sentido de equacionar os problemas encontrados, acompanhar e avaliar as ações desencadeadas em função dos problemas diagnosticados. Todavia, salienta-se, sempre em conjunto com os demais agentes/atores e respeitando os saberes formais e informais, pois ambos são incompletos em si mesmos, mas podem complementar-se, aprofundar-se (THIOLENT, 2011). Para Thiollent e Silva (2007), a dimensão participação é fundamental na pesquisa-ação.

Em termos de campo de atuação, pode-se atuar em uma área geográfica concentrada (bairro, cooperativa) ou espalhada (catadores de resíduos) e, em alguns casos, pode ser relacionada a um “quadro de atuação”, como no caso de uma instituição de ensino. Há recomendação de técnicas de grupo, em que se podem reproduzir situações realísticas e simbólicas. O trabalho pode ser dividido entre os grupos de observação, e cada grupo leva seus achados ao seminário central (THIOLENT, 2011).

A coleta de dados e informações é realizada por grupos de observação compostos por professores, estudantes e participantes comuns, sob controle de um seminário central, a quem cabe discutir, analisar, interpretar e mesmo deliberar. Podem ser utilizadas técnicas como entrevistas coletivas nos locais de trabalho, entrevista individual em profundidade, histórias de vida, questionários tradicionais em larga escala, observação participante, diários de campo, documentos (THIOLENT, 2011).

A partir daí, necessariamente se deve gerar encontros formais e informais e desses, a elaboração de uma forma de ação planejada, que defina: a) quem são os atores ou unidades de intervenção; b) como se relacionam os atores e instituições envolvidas, seja em convergência, seja em conflito; c) quem toma as decisões; d) quais são os objetivos e metas tangíveis da ação e critérios de avaliação; e) como dar continuidade à ação, apesar das dificuldades que vierem; f) como assegurar a participação da população, receber e incorporar suas sugestões; g) como controlar o processo e avaliar os resultados (THIOLENT, 2011).

Nesse perfil de trabalho, a capacidade de aprendizagem é associada ao processo de investigação e sempre é acompanhada das ações de educar, comunicar e organizar. Assim sendo, os atores geram, utilizam e fazem circular informações, elucidam e orientam ações, tomam decisões, tanto na atividade planejada como na cotidiana. A aprendizagem também pode ser sistematizada e organizada por meio de seminários e grupos de estudos complementares e divulgação de material didático (THIOLENT, 2011). Cabe salientar que todo esse processo traz uma aprendizagem mútua entre os pesquisadores (estudantes e professores) e os usuários/população (THIOLENT e SILVA, 2007).

Por fim, mas tão importante quanto todas as fases anteriores, é preciso dar retorno a todos os participantes sobre o que foi feito, quais os resultados alcançados. É preciso divulgar externamente, e um dos maiores motivos é permitir a tomada de consciência também a outros, que, embora não estejam naquela situação específica, podem viver outras semelhantes (THIOLLENT, 2011).

2.2 Contextualizando o ambiente de trabalho e estudo e a atuação dos envolvidos

O município de Canoas abriga 323,8 mil habitantes, sendo que 39,5 mil habitantes compõem o bairro Guajuviras, segundo bairro mais populoso da cidade (CANOAS, 2012). Conforme a Secretaria de Serviços Urbanos do Município de Canoas (2013), o bairro Guajuviras produz uma média mensal de 235 toneladas mensais de lixo domiciliar; por sua vez, com uma média de 30 cooperados, a Cooperativa de Trabalho Amigas e Amigos Solidários (COOARLAS) separa 38 toneladas mensais de material reciclável coletados em cinco bairros distintos do município: Guajuviras, Igara, São José, Estância e parte do bairro Marechal Rondon, sendo o Guajuviras o principal deles.

O Relatório do Diagnóstico elaborado pela consultora Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier (2011) informa que a COOARLAS foi fundada em 18 de agosto de 2009, mas a união desse grupo de pessoas para o trabalho de reciclagem verdadeiramente existe desde 1999, quando se denominava Associação de Reciclagem Amigos e Amigas Solidárias – ARLAS. Segundo essa consultora, o principal motivador para fundar a cooperativa foi a necessidade de ampliar a comercialização de seus serviços, assim como qualificar os processos de gestão e operacionalização.

A COOARLAS faz parte de uma Rede de Cooperativas do Município de Canoas. Essa rede possui 5 cooperativas, que firmaram um contrato de prestação de serviços de coleta seletiva do lixo em diversos bairros da cidade. Atualmente, além desse contrato, a Cooarlas coleta, recicla e comercializa todo o resíduo coletado na empresa AGCO de Canoas (BROCHIER, 2011).

A COOARLAS é uma das instituições amparadas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários, instituição vinculada ao Tecnosocial Unilasalle, um núcleo acadêmico-institucional que tem como função prestar suporte ao processo de formação dos estudantes, conjugando pesquisa, ensino e extensão (UNILASALLE, 2012). A Incubadora atua com empreendimentos solidários nos municípios de Canoas, Esteio e Nova Santa Rita, contribuindo para o fortalecimento da economia popular solidária e para a criação de tecnologias sociais. Com o auxílio de profissionais, professores e alunos, oferece assessoria pedagógica e técnica, integrando a teoria e a prática de forma interdisciplinar (TECNOSOCIAL, n/d).

Em 2011/12, partindo de uma demanda da Incubadora de Empreendimentos Solidários, a Sinergia Consultoria Junior Unilasalle desenvolveu um Plano de Ações Estratégicas a fim de auxiliar os líderes da COOARLAS no processo de gestão, direcionando seus esforços para o desenvolvimento e crescimento da cooperativa.

O Plano de Ações elaborado conta com três objetivos específicos: a) incentivo à separação do lixo nas residências de Canoas; b) desenvolvimento dos cooperativados; e c) aprimoramento do processo de gestão. Cujas estratégias são, respectivamente, identificadas como: a) campanha de conscientização sobre a reciclagem do lixo nos bairros de Canoas; b) incentivo ao desenvolvimento dos cooperativados; e c) implantação do Plano de Ações Estratégicas do setor financeiro e de recursos humanos.

Desse material foi elaborada a primeira segmentação (bairro Guajuviras) e extraído o produto social: conscientização sobre a importância da reciclagem do lixo no entorno da Cooarlas. A conscientização dos adotantes escolhidos estimulará a prática social da correta separação e disponibilização do lixo domiciliar que é produzido nas residências do bairro Guajuviras. Essa prática tem como finalidade a ampliação da quantidade e qualidade do material recebido pela cooperativa, cujo reflexo direto é o aumento da capacidade de geração de trabalho e renda para os indivíduos socialmente vulneráveis do próprio bairro de atuação.

Para conhecer a realidade geográfica e socioeconômica dos adotantes escolhidos, os agentes de mudança (alunos da disciplina de Marketing Social e Ambiental) utilizaram fontes primárias e secundárias. Como fonte primária, os alunos fizeram entrevistas abertas com os indivíduos ligados ao Tecnosocial, COOARLAS e Prefeitura Municipal de Canoas e elaboraram relatórios de observação direta em visita técnica à cooperativa. Como fonte secundária, os alunos utilizaram o informativo eletrônico Canoas em Dados, disponibilizado na website institucional da Prefeitura Municipal de Canoas. Esse informativo é construído com base nos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os alunos também coletaram informações na website institucional do Unilasalle, no Planejamento Estratégico construído pela Empresa Júnior Sinergia e nos documentos informativos do Tecnosocial.

Os alunos participaram de reuniões de trabalho e deliberações junto com a docente da disciplina, Prof^a Ms. Elieti Biques Fernandes, com o representante da Incubadora de Empreendimentos Solidários, Prof. Ms. Robinson Scholz, e com a consultora da Sinergia, Rita Brochier.

Como resultado do trabalho estimulado pelo desenvolvimento da disciplina de Marketing Social e Ambiental, os alunos focaram quatro eixos de atua-

ção: propostas de comunicação do produto social via materiais impressos, aproximação entre a COOARLAS e a comunidade do entorno, utilização das redes sociais no processo de comunicação, ações de conscientização focadas e o estabelecimento de parcerias de reforço ao produto social. Cabe destacar que esses eixos operam de forma interconectada. Contudo a estrutura itemizada de apresentação justifica-se pela organização da exposição das informações.

3. Resultados

Os resultados serão apresentados nos quatro eixos referidos e mostrarão os produtos gerados pelos estudantes a seguir.

3.1 Propostas de comunicação do produto social via materiais impressos

Esse primeiro resultado deu-se sob a forma de materiais impressos, com vistas a uma divulgação mais ampla, ao estabelecimento de vínculos afetivos entre os envolvidos por meio do processo comunicativo.

O Grupo 01 desenvolveu um folder explicativo com a utilização de um *guimmick*, ou seja, um personagem representativo da cooperativa: o “Reciclinho”. Esse recurso objetiva a humanização de um produto ou instituição a fim de estabelecer vínculos afetivos entre os emissores e os receptores do processo de comunicação. Com atenção no estabelecimento de uma estratégia estruturada de longo prazo, o grupo pensou no estabelecimento de uma comunicação mensal para essa peça. O perfil demográfico da região, assim como o público-alvo selecionado pelo grupo – crianças do ensino primário – exigiram uma estratégia de fácil entendimento e que estabelecesse certo grau de interação com seu público, fatores esses que justificam a utilização do formato de uma história em quadrinhos, conforme a Figura 01.

Figura 01: Arte elaborada e apresentada pelo Grupo 01



A proposta apresentada por esse grupo utiliza papel reciclado ou papel com sementes. Esse papel tem um tempo curto de decomposição, desfazendo-se na terra no período de 10 a 12 dias, ocasião em que as sementes (geralmente agrião, boca-de-leão, cravo francês e rúcula) iniciam o processo de broto. Esse material tem apelo cognitivo importante ao resgatar conceitos do ciclo de vida dos seres vivos e da beleza inerente ao início de uma vida a partir do lixo (papel descartado).

O Grupo 02 focou a realização de ações de conscientização nas escolas públicas do bairro Guajuviras. Como material de apoio, criou-se o impresso “Reciclar fazendo arte”, conforme Figura a seguir:

Figura 02: Arte elaborada e apresentada pelo Grupo 02



O Grupo 09 desenvolveu um cartaz institucional em tamanho 40cm x 30cm, cuja finalidade é chamar a atenção e conscientizar a população sobre a importância da separação do lixo. O material, conforme Figura 03, mostra uma criança em um local com lixo acumulado. A proposta do grupo foi causar um impacto visual e posterior atenção a informações desse cartaz: quantidade de lixo recolhido na cidade (230 toneladas/dia), quantidade coletada para reciclagem (19 toneladas/mês), informações sobre o tipo de material e o dia em que é feito o recolhimento. Nessa ação, os estudantes articularam bem a proposta dos dois produtos sociais: ideia e prática social.

Figura 03: Arte elaborada e apresentada pelo Grupo 09



O material acima busca informar todas as faixas etárias, mas tem como foco principal os pais. Os locais de exposição escolhidos são as escolas, as creches, os postos de saúde, as paradas de ônibus, os pontos comerciais, as associações de bairro, os postos militares e as praças públicas.

Os Grupos 02 e 09 previram o patrocínio do Unilasalle, do Tecnosocial e da Prefeitura Municipal de Canoas para a impressão do material. Esse aspecto se encaixa no estabelecimento de parcerias entre as instituições.

3.2 Aproximação entre a COOARLAS e a comunidade do entorno

Para aproximar a COOARLAS da comunidade do bairro Guajuviras e situar a comunidade sobre os serviços prestados e necessidades da mesma, o Grupo 05 pensou em um informativo trimestral. Esse material, além das informações sobre a razão da existência da cooperativa, faria uma comparação entre as quantidades de lixo produzido pelo município e processado pela cooperativa. Essa comunicação visa externar à comunidade o quanto a falta de conscientização prejudica a cooperativa e o meio ambiente.

Assim como o Grupo 09, o Grupo 05 considerou o estabelecimento de canais de diálogo com o público infantil, que possui forte poder de socialização entre os adotantes escolhidos. No caso do Grupo 05, os alunos pensaram no estabelecimento de personagens que formariam a “Turminha COOARLAS”. Esse material buscaria a interação com o público através da possibilidade de colorir os personagens, que estariam em contextos de referência ao processo de reciclagem.

Além do informativo, o Grupo 05 pensou na confecção e distribuição de outros dois materiais: ímãs de geladeira e adesivos. Os ímãs de geladeira teriam o formato de uma lixeira estilizada com as informações do dia da semana e do turno em que a coleta seletiva é efetuada. Essa ação, assim como pensada pelo Grupo 01, busca minimizar a disponibilização dos materiais recicláveis fora da data de coleta, fato que faz com que o material seja recolhido pela coleta de lixo geral do município. Por sua vez, os adesivos com os símbolos de reciclagem serviriam para ser colocados nas lixeiras, de forma que elas servissem para o descarte dos resíduos, com separação e reciclagem correta. Essas ações trabalhavam articuladas na facilitação do acesso do produto social.

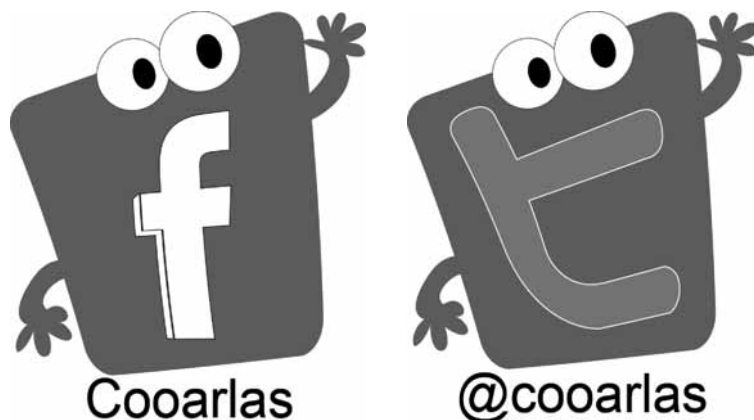
O projeto do Grupo 05 conta com uma ação integrada em que a população receberia um kit contendo o material informativo, o ímã e os adesivos, todos dentro de uma sacola que, posteriormente, seria utilizada como “lixeira para carros”, outro produto de apoio para o produto social.

3.3 Utilização das redes sociais no processo de comunicação

Pensando em estratégias de Marketing Digital, o Grupo 01 estabeleceu um plano de divulgação da instituição através do *Facebook* e do *Twitter*. Esses canais têm a finalidade de estabelecer um relacionamento com a comunidade através do esclarecimento de dúvidas e recebimento de sugestões. Por sua vez, o processo interativo seria estimulado pela criação de “tirinhas” semanais com o personagem “Reciclinho”.

Dentro do projeto desse grupo foram criados dois símbolos de participação da cooperativa nas redes sociais. Esses símbolos, apresentados abaixo, seriam impressos em todos os materiais de apoio da COOARLAS.

Figura 04: Arte elaborada e apresentada pelo Grupo 01



3.4 Ações de conscientização focadas

Para criar o hábito de separar o lixo residencial, o Grupo 06 propôs a confecção e distribuição de minilixeiras entre os adotantes escolhidos. Esse produto de apoio ao produto social é apropriado para a utilização sobre a pia da cozinha, local de fácil acesso e com grande geração de resíduos. Em um primeiro momento, o projeto do grupo previa duas separações: o lixo seco e o orgânico, considerando que, segundo os cooperativados, um dos principais problemas do lixo coletado é a presença de erva de chimarrão e/ou pó de café.

As minilixeiras contariam com os símbolos ilustrativos de cada material (seco ou orgânico) e a frase tema da campanha de conscientização, criada pelo grupo de alunos: “Guajuviras é diferente SIM!”, fazendo um contraponto de que o bairro não é diferente somente pela vulnerabilidade social e econômica, já que é um dos bairros mais pobres e violentos do município, mas que é diferente porque conhece e pratica a separação do lixo domiciliar.

A viabilização econômica das minilixeiras contaria com patrocinadores identificados no próprio produto de apoio.

O Grupo 11 trabalhou com o projeto “Grafitagem Educativa”. Esse projeto previa a utilização dos muros das onze escolas do bairro Guajuviras para que artistas do próprio bairro pudessem expor a arte em grafite com temas relativos à reciclagem e ao meio ambiente.

O Grupo 08 espelhou-se no projeto “Trashed”, que conta com a parceria de artistas locais para customizar lixeiras e promover a sustentabilidade e a reciclagem. O projeto dos estudantes foi promover oficinas com artistas de rua den-

tro de dez escolas públicas do bairro Guajuviras. Assim os artistas ensinariam aos alunos e familiares técnicas de grafite para customizar as lixeiras já existentes na escola.

A ideia dos Grupos 08 e 11 foi utilizar os muros e lixeiras escolares como veículos de comunicação entre os jovens, e esses como disseminadores das informações. A cocriação do material de comunicação entre os adotantes escolhidos e os agentes de mudança é um processo interativo que constitui um terreno fértil para a aderência ao produto social.

Os Grupos 02, 04 e 10 trabalharam com palestras de conscientização nas escolas do bairro. Os Grupos 04 e 11 projetaram a capacitação de professores como disseminadores de informação. O Grupo 11 pensou em uma cartilha de orientação dos professores sobre a reciclagem e coleta seletiva. Assim poderiam reforçar as informações visuais contidas nos muros das escolas.

O Grupo 02 projetou camisetas aos palestrantes, artistas e voluntários do projeto “Reciclar fazendo arte”, com o objetivo de identificar e assegurar como fidedignas as informações transmitidas. Essas camisetas carregariam os logotipos do Unilasalle, do Tecnosocial e da COOARLAS. Os alunos desse grupo destacaram a importância da participação dos alunos do Unilasalle nas ações de conscientização propostas. Assim, além da divulgação do cronograma de inscrições e das datas das ações, seria necessário que as mesmas fossem convertidas em horas complementares de finalidade social. Segundo o grupo, trata-se de um estímulo à participação dos estudantes.

O Grupo 03 planejou peças de teatro infantil nas escolas do bairro Guajuviras, em que o tema principal seria a reciclagem do lixo. A ideia foi propor uma ação interativa com as crianças e articulada com o grupo de teatro da Fundação Cultural de Canoas. Concomitantemente a essa ação, o grupo propôs confeccionar e distribuir sacolas ecológicas, conhecidas como *ecobags*. Essas sacolas retornáveis seriam presenteadas aos espectadores do teatro a fim de substituir as sacolas de plástico utilizadas nas compras.

3.5 Estabelecimento de parcerias de reforço ao produto social

O projeto do Grupo 07 contou com a parceria do Unilasalle. O grupo propôs a adaptação dos calendários que são anualmente confeccionados pelo instituição a fim de conscientizar e capacitar a comunidade acadêmica sobre a importância da reciclagem de lixo. Essa ação seria complementar às ações propostas pelos demais grupos.

Além das informações sobre reciclagem, marcação das cores identificadoras do processo de separação, o material seria confeccionado de material reciclado, conforme Figura 05 a seguir.

Figura 05: Arte elaborada e apresentada pelo Grupo 07



O Grupo 12 utilizou o *gimmick* “Reciclinho”, já apresentado anteriormente, para estruturar uma ação associada ao Reciclave, um projeto criado em 2011 pelo músico portoalegrense Pedro Henrique Senaque, cujo objetivo era conscientizar as pessoas em relação ao meio ambiente através da música feita com instrumentos desenvolvidos a partir de materiais recicláveis. Segundo o grupo, o projeto tem como característica reverter o conceito pejorativo que as pessoas possuem sobre o lixo, já que dele pode existir música e arte, e assim haveria espaço para uma mudança comportamental positiva em relação ao tema.

Considerações finais

De acordo com Ehlers e Calil (2004), é possível avaliar as ações em diferentes níveis: de processo de execução e operacionais, de resultados, de impactos, de contexto.

Em termos de processo de execução, trata-se de observar a sequência das ações, a metodologia adotada, o estilo de atuação. Nesse sentido, pode-se afirmar que o processo esteve adequado ao que foi proposto em termos práticos e

metodológicos. Em termos operacionais, de forma semelhante ao quesito anterior, trata-se de avaliar se o que estava previsto ocorreu nas condições e prazos programados. Nesse sentido, pode-se afirmar que o desenvolvimento de proposições de ações fundamentadas no conteúdo estudado na disciplina de Marketing Social e Ambiental atendeu a expectativa docente quanto às condições e aos prazos programados.

Contudo cabe salientar que, mesmo não aplicadas em sua essência, as ações propostas estimularam *insights* importantes para as ações futuras da Incubadora de Empreendimentos Solidários e Cooarlas. Por sua vez, a estrutura da nova edição da disciplina contempla os acertos e ajusta os procedimentos da edição de 2012.

Em termos de resultados, trata-se dos efeitos relacionados com os objetivos da proposta de atuação. Alguns autores separam essa avaliação entre produtos e impactos.

No que se refere aos produtos como resultados diretos da atuação de estudantes e comunidade, o trabalho gerou diversas propostas, desde materiais impressos até formas de interação e conscientização. Os trabalhos contemplaram diferentes ações de conscientização dos adotantes escolhidos como alvo e outros sobre o produto social: a importância da reciclagem de lixo. Dentro do seu escopo, há a prática social da separação, tratamento e disponibilização correta dos materiais.

Por sua vez, no que se refere aos impactos, trata-se do que decorre da influência do que foi realizado e do que ocorreu após sua cessação para a comunidade, para o chamado entorno. São efeitos que podem ocorrer ao longo das ações e mesmo posteriormente, como o comprometimento de estudantes e comunidade com a elaboração das propostas de ação de Marketing Social. Aqui o processo mostrou-se profícuo na aproximação dos estudantes à Cooarlas. A realidade do entorno ficou aparente, e os problemas levantados pelos cooperativados, como a forma equivocada de separação do lixo e o impacto dessa ação na geração de trabalho e renda para os indivíduos que dependem da Cooarlas, mostraram-se presentes nas ações cotidianas dos próprios alunos.

Cabe salientar que a maioria dos trabalhos apresentados ressegmenta os adotantes escolhidos, priorizando os canais de comunicação voltados para as crianças e jovens do bairro Guajuviras. Esse pensamento manifesta a importância dada ao segmento, assim como a emergência de ações voltadas para as gerações que estão em formação.

Em termos de contexto, trata-se do acompanhamento de fatores ou situações relativos ao entorno, ou seja, à vida do bairro, da comunidade e das próprias organizações envolvidas. Os trabalhos, assim como relatos dos estudantes, ma-

nifestam a vulnerabilidade dos indivíduos envolvidos com as atividades da cooperativa e a importância da organização para a comunidade do seu entorno e preservação do meio ambiente. Os alunos salientaram a importância da saída de campo, momento em que vivenciaram o trabalho de triagem de resíduos sólidos em uma forma mais abrangente, além da fria e estática realidade exposta nos retratos apresentados no início da disciplina. Com som, cheiro e vida, o contexto ganha forma, faz-se presente e estimula novas perspectivas de análise e possibilidades de ação.

Esse processo de pesquisa privilegiou o diálogo incentivando a participação dos indivíduos na busca do conhecimento da realidade para transformá-la, concepção que se insere na proposta de educação libertadora do sociólogo brasileiro Paulo Freire.

No final, além de despertar a consciência social e ambiental nos atores envolvidos, as propostas de ações de marketing construíram experiências significativas de aprendizado. O professor assume o papel de motivador na construção do conhecimento, e o estudante deixa a posição passiva e descolada da realidade que o cerca para protagonizar ações dentro do seu próprio contexto.

Referências

- CANOAS. Prefeitura Municipal de Canoas. Canoas em Dados. Disponível em: <<http://www.canoas.rs.gov.br/site/home/pagina/idDep/25/id/91>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- DIAS, Reinaldo. **Marketing Ambiental: Ética, Responsabilidade Social e Competitividade nos Negócios**. São Paulo: Atlas, 2011.
- EHLERS, Eduardo M.; CALIL, Lucia P. Monitoramento e Avaliação: uma oportunidade de aprendizagem. In: VOLTOLINI, Ricardo (org.). **Terceiro Setor: planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC, 2004.
- FISCHER, Beatriz T. Daudt. Prática docente na universidade: uma questão menor? In: MORAES, Vera (org.). **Melhoria do Ensino e Capacitação Docente**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.
- FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Universidadoviária**, ou conversando com meus botões. São Leopoldo, s/d.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- KOTLER, Philip; ROBERTO, Eduardo L. **Marketing Social: estratégias para alterar o comportamento público**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- KOTLER, Philip; ZALTMAN, Gerald. Social Marketing: an approach to planned social change. **Journal of Marketing**. V. 35, July 1971.

RECICLAVE. Website. Disponível em: < <http://tnb.art.br/rede/reciclave>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

RELATÓRIO do Diagnóstico elaborado pela consultora Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier, 2011.

SINERGIA Consultoria Junior Unilasalle. Plano de Ações Estratégicas. COOARLAS. 2012.

TECNOSOCIAL Unilasalle. Economia Solidária. Estruturação de um Novo Modelo de Gestão para Pesquisa, Empreendedorismo e Inovação. Documento fornecido pela instituição. N.d.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, Michel; SILVA, Generosa de Oliveira. Metodologia de Pesquisa-Ação na área de gestão de problemas ambientais. **R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 93-100, jan./jun. 2007.

Sociologia e psicologia na economia solidária: a realidade social e o aspecto grupal como forma de organização

*Anajá Antônia Machado Teixeira
Patricia Silva de Deus*

Resumo: No cenário social do mundo do trabalho, destaca-se o cooperativismo como uma forma de acolhimento e alternativa de geração de renda para pessoas que por algum motivo estão fora do mercado de trabalho formal. O homem, por ser um ser social, apresenta necessidade de ajuda mútua como uma condição de vida desde o princípio da civilização. A cooperação entre pessoas permite que cada um possa desenvolver-se, tendo resultados no crescimento do próprio grupo social. Nesse sentido, os homens criam instituições como forma de alcançar objetivos coletivos e individuais. Dessa forma, o grupo pode contribuir não somente para o crescimento econômico do sujeito, mas também como uma forma de crescimento pessoal.

Palavras Chave: Sociedade; Cooperativas; Psicologia; Grupo; Economia solidária.

Introdução

Neste artigo, veremos o papel da Incubadora de Empreendimentos Solidários junto aos grupos de economia solidária e como os aspectos sociais e psicológicos influenciam a vida dos sujeitos dos empreendimentos bem como a psicologia atua como um facilitador no fortalecimento dos vínculos e na articulação dos problemas grupais e auxiliando o sujeito em sua individualidade e subjetividade. Em termos psicológicos, o grupo é o local onde se manifestam angústias, conflitos e fantasias. A questão do grupo operativo coloca que existiriam dois níveis no discurso dos integrantes do grupo: o *nível explícito* e o *nível implícito*. Haveria sempre conteúdos inconscientes que atuariam defensivamente, impedindo o crescimento do grupo.

1. A realidade social na economia solidária

Valorizar o ser humano. Acreditamos que esse é o principal princípio da Economia Solidária. Contudo, ela vai além da simples valorização; ela é uma

forma de contribuir para organizar o trabalho de uma forma solidária. Essa outra estratégia, segundo Paul Singer, é:

[...] a construção da economia solidária é uma das outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente (SINGER, 2000, p. 138).

Dessa forma compreendemos que para a economia solidária o trabalhador detém os seus meios de produção, a exemplo do que já ocorre com a agricultura familiar. A economia solidária está além de apenas reivindicações econômica; ela “seria uma forma de manifestação de lutas políticas da sociedade pelo estabelecimento de uma nova relação econômica (...) um projeto político (...) no qual a economia solidária assumiria o caráter de política pública” (COSTA, 2011, p. 4). No mesmo texto, o autor coloca o trajeto feito pelos empreendimentos econômicos solidários (EES), que vai do movimento até políticas públicas, a exemplo da SENAES¹, que atua diretamente com esses empreendimentos.

Outro fato reconhecido foi a efervescência que o Brasil viveu nos anos 1980 com a abertura política que se deu com o fim da ditadura imposta ao nosso país pelos militares. Naquele momento político nasce o forte sindicato do ABC Paulista e surge um dos principais movimentos sociais da nossa época – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Nessa década, outro fato relevante das conquistas sociais foi a Constituição de 1988. A continuidade das reivindicações sociais continuou, mas essas não alcançaram aquela que seria a primeira eleição direta depois dos militares. Fernando Collor de Mello foi eleito com apenas 5% de diferença do seu oponente Lula, que fazia parte do sindicato metalúrgico do ABC Paulista.

A inflação nesse período era alta, o salário mínimo não era suficiente para manter uma família e em 1992 o povo novamente sai às ruas no “Fora Collor”. Podemos dizer que as duas últimas décadas do século XX foram a “estrada” democrática da afirmação de muitos movimentos sociais, mas todas essas mobilizações não dispunham de força para eleger um presidente que fosse das camadas populares.

À medida que as dificuldades e o desemprego avançavam, os próprios trabalhadores perceberam que somente por meio da sua organização poderiam alterar o rumo de suas histórias. Além das articulações dos trabalhadores, outras

¹ SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária.

classes de profissionais também começam a se organizar. Entre elas está o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e sua campanha “a ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida²”. Assim, cada qual iniciou dentro de seu próprio universo de trabalho e planejamento. Conforme VECCHIA:

Com o apoio de alguma igreja ou de algum sindicato ou ONG, começaram a se formar grupos de trabalho, associações, cooperativas; ou uma ou outra empresa, que falia era assumida por seus funcionários (...) em pontos isolados do país, um fenômeno econômico nutria-se de casos aparentemente isolados: catadores de material reciclável (.....) que antes trabalhavam sozinhos, formando cooperativas, agricultores familiares, que buscavam o mesmo caminho; em alguns lugares, o artesanato, a produção artística e o turismo também se organizavam (VECHIA et al., 2011, p. 120).

Com isso podemos dizer que a Economia Solidária iniciou sua consolidação nas organizações populares, chegando logo às universidades, pelo menos naquelas que por tradição já eram solidárias às causas dessa população menos favorecida. Assim, “as incubadoras são um elo numa corrente histórica, já longa de esforço para a construção de uma universidade a serviço de toda sociedade” (VECHIA et al., 2011, p. 143).

Assim, chegamos ao novo século com uma nova mentalidade econômica em muitos segmentos do Brasil. Hoje não é somente o artesanato que vemos na economia solidária. Temos massas falidas que passam a ser cooperativas organizadas pelos trabalhadores. Percebemos que a economia solidária está em pleno desenvolvimento, e nesse momento as pessoas se mostram mais receptivas a essa outra economia.

2. O egresso e a liberdade condicional do sistema carcerário

“As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou ainda pior, aumenta.” (Michel Foucault. Vigiar e Punir)

Por vezes nos questionamos o que ocorre na vida de uma pessoa para que ela acabe enveredando para o que o senso comum chama de “mundo do crime, criminoso ou marginal”. Com essas expressões dotadas de significado de exclusão podemos perceber que um dos passos para ser assim considerado é estar à margem da sociedade.

Outra questão que nos perturba é sobre o momento em que as obrigações do Estado falharam ao suprir as necessidades básicas dessa parcela da sociedade

² Essa luta não foi a única campanha, nem a mais importante articulada por Betinho depois do seu regresso do exílio político. No seu currículo está a articulação pela Campanha Nacional pela Reforma Agrária. www.ibase.br.

que se encontra numa situação de vulnerabilidade. Em que momento o indivíduo passa de cidadão para marginal? São questionamentos que este ensaio não conseguirá de imediato responder, mas que ficará para futuras reflexões.

O que nos propomos neste ensaio é buscar, no referencial teórico, algo que nos mostre como se encontra o sistema carcerário brasileiro e, junto a isso, compreender de que forma a economia solidária é uma alternativa possível para essa parcela da população no que diz respeito à inclusão produtiva. Ao depararmos com a teoria, no que tange o trabalho dentro das unidades carcerárias, notamos que “o trabalho tenha caráter ressocializante, ele deve ser dotado de meios condizentes com essa finalidade, ou seja, capazes de valorizar o preso dentro do mínimo legalmente estabelecido e de respeitar sua pessoa enquanto sujeito de direitos” (CABRAL, 2010, p. 159).

Na realidade, o que encontramos no dia a dia é a falta de oportunidade que este trabalhador encontra principalmente quando sua dívida com a sociedade já está paga. Como escrito no editorial “quem passa pelo sistema penitenciário brasileiro, mesmo após ter cumprido a pena que foi estabelecida pelo Estado, estará marcado para sempre com o estigma de ser um ex-presidiário (...) fica difícil conseguir um emprego e a tão almejada ressocialização”³. O preconceito existente faz com que muitos ex-detentos voltem a cometer delitos e reingressar nas penitenciárias, e com isso temos um círculo vicioso.

O trabalho é uma das maneiras instigantes para essa ressocialização e a “economia solidária como uma nova lógica de trabalho e de produção em oposição ao modelo de acumulação capitalista e enquanto possibilitadora de emancipação humana para a população carcerária” (SILVA, 2006, p. 74). Emancipação humana por meio do trabalho associado pode caracterizar a articulação entre as pessoas envolvidas. Com isso esses sujeitos possuem a oportunidade de vir a conhecer como se dão os seus meios de produção, a discutir sobre os próximos passos do empreendimento de economia solidária em que está envolvido.

Isso só é possível dentro de um empreendimento econômico solidário, porque ele é regido por princípios conforme o FBES, que são “a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade”⁴. Com tais conceitos permeando o universo de trabalho da economia solidária, é possível perceber o motivo que

³ <http://www.gazetadopovo.com.br>.

⁴ http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60.

facilita o ingresso do trabalhador na economia solidária e, a partir do modo da autogestão, passará a participar das decisões da economia solidária.

Com posse desse “direito” dentro de um empreendimento econômico solidário, as pessoas podem e devem opinar sobre todos os assuntos, inclusive sobre a participação ou não de um trabalhador que seja egresso do sistema prisional brasileiro. E foi exatamente isso que aconteceu na Cooperativa de Reciclagem Mãos Dadas.

Diante de uma situação diferente, os membros dessa cooperativa decidiram que o Sr. P⁵ poderia trabalhar no galpão de reciclagem. Com isso iniciou-se um processo de adaptação e de troca de conhecimento e percebeu-se “o cooperativismo como uma alternativa ao egresso do sistema prisional” (BREDOW, 2005). Diante disso, iniciou-se um espaço de diálogo e convivência com o grupo e, segundo Bredow, assim a cooperativa “colaborou para a superação do estigma de vagabundo, criminoso através do trabalho cooperado”.

Nalgumas visitas realizadas pela Incubadora a essa cooperativa, notou-se a naturalidade da participação do Sr. P, recordamos de sua simplicidade em levantar a calça e nos mostrar a tornozeleira à qual estava submetido. Em nenhum momento se questionou o que havia ocorrido, e mesmo em visitas posteriores nem os membros falavam sobre o assunto. Notou-se que com a economia solidária é possível construir a reinserção daquele que se encontra excluído da sociedade.

3. A Incubadora

A Incubadora do Unilasalle faz parte da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares do país (Rede ITCP). A Incubadora constituída em 2008 com o intuito de dar prosseguimento a projetos de economia solidária que faziam parte do Unilasalle. Dessa forma, podemos dizer que a ITCP/Unilasalle faz parte da vida acadêmica desse Centro Universitário.

Segundo Vechia, “uma ITCP é uma unidade acadêmica interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, cujo objetivo é fazer interagir o meio universitário e os grupos de trabalhadores/as, que tentam compreender economicamente de forma coletiva, solidária e autogestionária” (VECHIA et al., 2011, p. 116). Ainda no mesmo artigo, o levantamento era de 70 incubadoras desse tipo no país. Outrossim, a rede de ITCPs surgiu em 1998 e era composta por 08 incubadoras. O contexto do nascimento da Rede ITCP vem agregado ao entendimento de trabalho conjunto.

⁵ Chamaremos a pessoa em questão de Sr. P.

Com o trabalho articulado, tinha-se a intenção de organizar uma estrutura de trabalho, pesquisa e extensão dentro das instituições de Ensino Superior (IES) que fosse apropriada tanto para os empreendimentos que estariam em processo de incubação como para os professores e estudantes que estivessem dentro das incubadoras, sendo essas um local de pesquisa e aprimoramento daquilo que estudam em sala de aula.

A aproximação que ocorre com a ITCs/Unilasalle e sua comunidade se dá de muitas formas. Além da questão de terem professores diretamente ligados à incubadora, esses incentivam os acadêmicos a participar e realizar suas atividades na incubadora. Com isso a ITC/Unilasalle, assim como as demais ITCs, é um coletivo multidisciplinar de pessoas de várias áreas do conhecimento, sejam professores, técnicos ou estudantes.

Conforme a ITC/Unilasalle, envolve as mais diversas áreas de conhecimento, tais como: economia, direito, administração, engenharia, pedagogia, etc. O acúmulo dessa interação e desse trabalho coletivo gera a agregação de conhecimentos e organiza o que chamamos de Tecnologia Social, quando esse conhecimento é somado e desenvolvido com o conhecimento popular dos artesãos, catadores, artistas, entre outros, que atuam nas camadas populares da sociedade. É somente com essa junção de conhecimento que é possível efetivar uma dinâmica de conhecimentos entre os mais diversos saberes, tornando mais rica essa troca entre os atores envolvidos. Segundo Freire está:

“Tolerância e humildade são virtudes fundamentais. Na humildade eu trabalho com a hipótese de que existem outras verdades, mesma aquelas contra as quais eu luto. Não tem nada a ver com humilhação. E sim com a tolerância não no sentido da convivência, mas no sentido de aceitar a diferença e reconhecer que só podemos crescer na diferença” (PONTUAL apud FREIRE, 2011, p. 7).

O que percebemos nesse trecho de Freire é essa troca de conhecimento dos sujeitos que estudaram nos bancos escolares e outros que estudaram nos caminhos da vida, e vai além disso, pois é compreender que também se aprende quando se ensina. Foi o que nos diz Pontual: “A educação popular é aquela que estimula a criação de mecanismos de gestão democrática (...)” (PONTUAL, 2011, p. 9). Ou ainda como Freire orienta que “uma pedagogia da autonomia tem que estar centrada em práticas estimuladoras da participação, da decisão e da responsabilidade por parte de todos os atores envolvidos no processo educativo” (PONTUAL, 2011, p. 9).

Dessa forma é possível compreender por que o trabalho desenvolvido pela ITCs/Unilasalle é importante, pois agrega com os mesmos objetivos pessoais que se encontram em diferentes estágios do saber e coloca-os numa espécie de confronto para superar, organizar, criar.

4. A Cooperativa Mãos Dadas

A Cooperativa Mãos Dadas é composta atualmente por 17 pessoas, sendo a maioria mulheres. No início, ela recebia material das outras cooperativas do município de Canoas. Atualmente ela recebe o material direto da coleta seletiva, e sua renda média é de R\$ 800,00 mês. Essa cooperativa nasce da necessidade de organização do trabalho das famílias oriundas das desapropriações da construção da Rodovia 448. Com essa ação o Estado pretende reassentar as 600 famílias que estavam em situação de vulnerabilidade às margens da rodovia, conforme informações do DNIT⁶.

As famílias que serão reassentadas de Canoas, conforme o site oficial da rodovia⁷, serão alocadas nos 256 apartamentos e 343 casas que estão previstas para a construção da Rodovia do Parque. Uma das informações do site é que as casas e apartamentos deveriam, em sua maioria, ser construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

A cooperativa localiza-se ao lado da Vila de Passagem em Canoas. Essa vila foi construída para abrigar os moradores que sairiam da região por onde passa a rodovia⁸. Os moradores da Vila de Passagem permanecem nessas residências transitórias até suas casas e/ou apartamentos definitivos ficarem prontos.

O galpão foi construído com recursos do DNIT e da Prefeitura Municipal de Canoas⁹ como parte integrante do projeto de reassentamento e que visa, necessariamente, atender as famílias provenientes da Vila Dique de Canoas. Já nos primeiros passos do então “Grupo da 448”, os trabalhadores iniciaram suas atividades de reciclagem e, aos poucos, foram integrando princípios do cooperativismo, como partilhar os conhecimentos. Atualmente, essa cooperativa é incubada pela IPTC/Unilasalle, que procurará, junto com a cooperativa, construir conhecimentos, além de melhorar a organização e o aumento da renda.

⁶ Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte. – www.dnit.gov.br.

⁷ <http://www.br448rodoviadoparque.com.br/siteBr448/reassentamento.php>.

⁸ www.canoas.rs.gov.br.

⁹ www.rodoviadoparque.com.br.

Figura 03: A árvore das conquistas.

Fonte: Arquivo Incubadora

Na figura 03, temos as imagens da última oficina realizada pela ITCP/ Unilasalle. As primeiras atividades de 2014 foram divididas em três oficinas. A primeira foi a avaliação de 2013. Essa oficina contou com a memória dos cooperados, pois em 2013 a cooperativa ainda não era incubada. Os cooperados presentes trouxeram itens interessantes em relação ao galpão; um deles foi a conquista de uma cozinha por parte de um projeto do qual eles faziam parte. Mas o mais interessante está nas conquistas pessoais; uma cooperada mencionou que o maior sonho dela era tomar banho em chuveiro quente e que em 2013 esse sonho se tinha concretizado.

Os sonhos e conquistas dos cooperados ainda estão permeados pelo âmbito pessoal e pela aquisição de bens; isso ficou demonstrado pela compra de eletrodomésticos e até mesmo de roupas. A nossa percepção em relação aos princípios da economia solidária mostrou-se quando fizemos a segunda oficina que teve como título “árvores das conquistas”. Conforme a figura 03 demonstrou, o método utilizado para construir o início do planejamento da cooperativa para 2014. Com a distribuição e desenhos de flores e frutos. Os membros receberam um desenho e foram divididos em grupos.

A intenção da divisão em grupos era justamente facilitar o diálogo entre os cooperados e com isso incentivar a discussão entre o que era ou não prioridade para a cooperativa. Após, cada grupo retornou às gravuras e as colaram na “árvore das conquistas”. O interessante foi perceber que, nessa etapa, além dos diálogos criados, os cooperados trouxeram seus retornos muito parecidos para o grande grupo. Com isso eles têm a necessidade das conquistas, como empilhadeira, esteira, que são objetos de uso para o trabalho e uso coletivo; ficou para a próxima etapa planejar como essas conquistas podem ser alcançadas.

5. Psicologia e o cooperativismo – grupos na economia solidária

Em termos psicológicos, o grupo é o local onde se manifestam angústias, conflitos e fantasias. Conforme Pichón Rivière, a questão do grupo operativo coloca que existiriam dois níveis no discurso dos integrantes do grupo: o *nível explícito* e o *nível implícito*. Haveria sempre conteúdos inconscientes que atuariam defensivamente impedindo o crescimento do grupo. A explicitação e elaboração desses conteúdos latentes permitiriam o avançar grupal. No processo de vencer sempre de novo as barreiras defensivas, o grupo apresenta-se como um agente transformador da realidade, e seus membros começam a constituir relações grupais, partilhando objetivos comuns, formando vínculos e interagindo, conforme Pichon.

No cenário social do mundo do trabalho, destaca-se o cooperativismo, que é uma forma de acolhimento e alternativa de geração de renda para pessoas que por algum motivo estão fora do mercado formal.

Conforme Mauad (1999), o homem é, por natureza, um ser social. A necessidade de ajuda mútua é uma condição de vida desde o princípio da civilização. A cooperação entre pessoas permite que cada um possa desenvolver-se, tendo resultados no crescimento do próprio grupo social. Nesse sentido, os homens criam instituições como forma de alcançar objetivos coletivos e individuais. Dessa forma, o grupo pode contribuir não somente para o crescimento econômico do sujeito, mas também como uma forma de crescimento pessoal e coletivo.

6. O grupo como organizador psíquico do sujeito

Aqui veremos um exemplo da Cooperativa Mãos Dadas, uma cooperativa de catadores de lixo reciclável localizada no município de Canoas, que se encontra em processo de incubação. Essa cooperativa é formada por pessoas em situação de vulnerabilidade social e com diversos problemas sociais, físicos e mentais. Entre esses colocamos alguns exemplos, como: um detento que cumpre pena no regime semiaberto, onde passa o dia trabalhando na cooperativa como sua. Para ele, a cooperativa é uma oportunidade de resgatar sua cidadania e dignidade.

Nesse caso, o grupo pode funcionar também como organizador de vínculos do sujeito que está tentando se reinserir na sociedade trabalhando para ter seu sustento e levar uma vida melhor. Nesse processo, a pessoa passa por mudanças em seu modo de ser, de agir, pois sua condição difere dos demais.

A psicologia atua como um facilitador no fortalecimento dos vínculos e na articulação dos problemas apresentados pelos membros do grupo, tentando de forma grupal ajudar o sujeito em sua individualidade e subjetividade.

Entre esses sujeitos existem diversas histórias individuais de sofrimento, problemas psicológicos, dificuldades financeiras e de relações familiares, e isso impacta diretamente na subjetividade de cada um, e cada um vai representar e projetar dentro do grupo um pouco disso que está dentro dele.

Diante disso, o grupo, se bem articulado, pode funcionar como um organizador desses conflitos internos de cada um. O grupo estará mais fortalecido e maduro quando puder suportar a carga dos conflitos e não torná-los o centro da vida. Isso porque, se o sujeito leva consigo essas cargas conflituosas que se manifestam no ambiente de trabalho e na convivência com os outros, tornando isso o centro da sua vida, acaba em condições não favoráveis para ele mesmo, que fica o tempo todo gastando energia psíquica, refletindo pensamentos em torno de algo que não está no poder dele.

Em casos mais específicos, como outro exemplo, de um cooperado que possui uma história de vida de abandono, que foi morador de rua e se demonstra muito prestativo e eficiente dentro do grupo, mas sempre um pouco afastado/isolado, com um ar de desconfiança. Em um momento em que foi perguntado o que ele esperava do grupo enquanto cooperado, onde a maioria relatou que esperava ganhar bastante dinheiro e fazer a cooperativa crescer, esse respondeu que esperava do grupo “receber amor e carinho”, ou seja, está projetando para o grupo uma necessidade individual dele, já que possui um histórico de abandono e que por isso deve ter sofrido muitas privações que seriam essenciais para seu desenvolvimento psíquico saudável e sua formação de vínculos com as outras pessoas.

Cada indivíduo do grupo terá seus próprios limites, e esses precisam estar integrados a todo momento, pois o foco deve ser a tarefa, porque quanto mais produção, maior o retorno financeiro. Conforme Freud descreveu:

Objeto comum para seus membros que implica a perda dos limites individuais, onde predominam os mesmos sentimentos, a homogeneidade mental, a exaltação e a emotividade, as reações automáticas. O polo isomórfico do aparelho psíquico grupal é efeito do processo de não diferenciação, cuja meta é reduzir ou negar a diferença entre o aparelho psíquico grupal e o espaço psíquico subjetivo. Segundo esta polaridade, só existe um espaço psíquico grupal e não espaços psíquicos individuais separados (KAËS, 2000, p. 75).

Nesse caso, podemos verificar que, se o indivíduo não está conseguindo alcançar seus objetivos no grupo ou não consegue realizar sua tarefa com qualidade e eficácia, pode estar na verdade negando a sua própria individualidade, ou seja, a “desmotivação” aparece como um sintoma de que algo não está bem com ele.

7. O grupo de Trabalho e o Grupo de Suposto Básico

Pensando agora no olhar do psicólogo sobre o processo grupal, vou me valer das ideias de Wilfred Bion acerca do funcionamento dos grupos. Para ele, *grupo* se caracteriza pela reunião de pessoas para a execução de tarefas onde os membros têm um padrão de comportamento preestabelecido, onde cada um contribui com suas capacidades individuais, sendo essencial para a realização mental na vida de um ser humano.

Já o funcionamento dos grupos ele classifica a partir de dois polos de experiências emocionais: *Grupo de Trabalho* e *Grupo de Suposto Básico*. No nível *grupo de trabalho (T)*, que opera no nível consciente, objetivo e racional, voltado para a realização de uma tarefa. Já o grupo baseado no *suposto básico (sb)* é dominado por fantasias e defesas, dominando o grupo de forma negativa.

O grupo de *supostos básicos* é tomado por manifestações inconscientes que bloqueiam e impedem o avanço do grupo de trabalho, podendo até o grupo se desfazer por conta disso. É comandado por defesas e pulsões destrutivas que tendem à fragmentação e à perseguição. Pode recorrer a mecanismos maníacos com atitudes de desprezo e negação onipotente da realidade. O avanço do grupo, que se iniciaria quando deixasse de ser um suposto básico e passasse a ser um grupo de trabalho, poderia então retornar para o avanço do próprio grupo, pois, ao projetar o seu conflito para o coletivo e esse podendo ser elaborado no coletivo, começaria um processo de organização dos seus conflitos internos.

Já o *grupo de trabalho* não está alicerçado em supostos. Ele consegue agir em função das demandas reais e não das supostas. Por isso ele é capaz de suportar dores dos processos sem se fragmentar (luta e fuga) ou sem esperar a solução messiânica (dependência) ou ainda sem se autoimplodir (acasalamento). Sair do suposto é construir minimamente a capacidade de abstrair e simbolizar, exercer autocrítica saudável e amadurecida e suportar seus sentimentos de impotência. Com isso estaria possibilitada a busca de alternativas criativas para as situações sem “esperar uma magia onipotente”, que seria fora do real. Isto é, um grupo com suficientes recursos internos para manter os vínculos em base na tarefa.

No caso da cooperativa em questão, o modelo de grupo seria o que o autor definiria como um *suposto básico de dependência* (fantasias inconscientes), pois existe uma demanda de espera pela figura do líder, que esse seja capaz de satisfazer seus cooperados. Com essa postura de espera, o grupo se torna passivo e incapaz de lidar com suas emoções, uma vez que a figura do líder se torna uma espécie de divindade, que é responsável por tudo o que acontece ou que não acontece. Ou seja, esse suposto básico é que existe algo fora que tem função de gerar segurança para o organismo imaturo (no caso o grupo). E isso pode ser

uma pessoa, no caso o líder, uma ideia ou a própria história do grupo. E quando esse líder não age conforme o que é esperado dele, cria-se um mal-estar no grupo, que pode gerar fantasias, ou seja, algo que cada um imagina e toma como sua verdade, projetando para fora para manter-se coeso. E isso observa-se muito na cooperativa, onde se espera muito da figura do presidente (suposto líder).

Nas questões operacionais, o grande desafio em um grupo é passar de um funcionamento de suposto para um grupo de trabalho, onde as pessoas interagem de forma sistêmica, contribuindo para a geração dos resultados esperados, alcançando suas metas e objetivos comuns.

8. Tensão entre ideal e real (conflito)

No caso de uma cooperativa, por exemplo, onde existe uma filosofia de trabalho de cooperação, autogestão e participação. Entende-se que os conflitos entre os membros deveriam ser menores, já que muitas vezes ele aparece na competitividade onde “um quer ganhar do outro” e o que deveria imperar seria “um ganhar com o outro”. Essa perspectiva é correta, mas anterior aos fatos. É o que chamamos de idealização. Ou seja, espera-se isso do grupo. Mas, quando o grupo se forma, qualquer grupo, ele não funciona dessa maneira linear. Talvez muitas dessas pessoas estejam nessa condição de cooperados, trabalhando com lixo por pura necessidade e não porque gostariam, e dessa forma resistem, lutam, vivem do suposto, ou seja, daquilo que se espera.

A questão do conflito (tensão entre o Ideal e o Real) é uma experiência psíquica inerente à vida. Porém não se trata isoladamente de aspectos psicológicos e comportamentais dos indivíduos; é um conjunto, onde a falta do conhecimento e da prática dos princípios cooperativistas também contribui para a formação de discórdias no grupo. Por isso a importância de fazer um trabalho interdisciplinar com várias áreas envolvidas, buscando cada vez mais a otimização dos processos de trabalho cooperativistas e das relações interpessoais, contribuindo assim para que seus membros tenham condições de uma vida melhor.

9. Considerações finais

Enfim, por meio deste estudo, pode-se perceber que existem fenômenos grupais complexos que não estão explícitos no dia a dia de trabalho, e para que se possa auxiliar efetivamente o avanço dos processos grupais e os vínculos que nele se estabelecem, é importante entender esses fenômenos que interferem na relação e na produtividade dos membros. A psicologia contribui na articulação entre o indivíduo, o grupo e a sociedade dentro do contexto e da realidade em que se apresentam.

A partir deste estudo podemos refletir que a participação de ex-detento na Cooperativa Mãos Dadas tem demonstrado que o convívio com os demais membros é de camaradagem. Outro fato é sua participação nas decisões e formações de que ele participa junto à Incubadora. Cremos que o maior ganho é a reinclusão do ex-detento no trabalho, afastando-o dos problemas que o levaram à detenção.

Foi percebido que a participação dos integrantes da cooperativa trouxe compreensão por parte dos demais cooperados em relação à problemática da carceragem e de como os mesmos convivem no presídio. Com esse interesse o ex-detento percebeu que é possível fazer parte da sociedade e ser respeitado. Nossa intenção com este ensaio foi exatamente verificar qual era a aceitação que o Sr. P. tinha dentro daquele grupo e, por outro lado, perceber como ele havia sido recebido.

Referências

ARAKI, Martins Rodrigues; LENY, Sato. **Indivíduo, Grupo e Sociedade**: Estudos de Psicologia Social. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.

BION, Wilfred R. **Experiências com Grupos**: os Fundamentos da Psicoterapia de Grupo. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

BREDOW, Suleima Gomes. **O Cooperativismo no processo de reinserção Social de ex-apanados**, estudo de caso da Cooperativa Mista Social de Trabalhadores João de Barro. 2009. Depositório oficial Ucepel. Disponível em: <http://biblioteca.ucpel.tche.br/tede-simplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=218>. Acesso em: 25 fev. 2014.

CABRAL, Luisa Rocha; SILVA, Juliana Leite. O trabalho penitenciário e a ressocialização do preso no Brasil. **Revista do CAAP**, 2010, Belo Horizonte, p. 157-184, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CDkQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww2.direito.ufmg.br%2Frevistadocaap%2Findex.php%2Frevista%2Farticle%2Fdownload%2F277%2F274&ei=NTwGU__mLoedkQe6iICoDA&usg=AFQjCNEZSDumBC5nFSgsxexOulBkMWQgpQ&bvm=bv.61725948,d.eW0>. Acesso em: 20 fev. 2014.

COSTA, Pedro de Almeida. Para problematizar a atuação das ITCP: proposta de uma pauta de reflexões. 2011. **Anais do Congresso**. Disponível em: <<http://neaufrgs.files.wordpress.com/2012/08/artigo-congresso-rede-itcp-2011-pedro-de-almeida-costa.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

DENIT. **Reciclagem no Galpão da Vila de Passagem chega a 30 toneladas mensais**. Disponível em: <<http://www.rodoviadoparque.com.br/noticias/632-reciclagem-no-galpao-da-vila-de-passagem-chega-a-30-toneladas-mensais.html>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

GAMA, Alberto Pegolo da; KODA, Mirna Yamazato. Cooperativismo e reciclagem de resíduos sólidos: uma reflexão a partir da psicanálise de grupo. **Cadernos de Psicologia**

Social do Trabalho. v. 13, n. 2, p. 209-224, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/viewFile/25726/27459>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. Contribuições de Paulo Freire e da Educação Popular à Construção do Sistema Educacional Brasileiro. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 7, n. 3, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/7592/5544>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/br-448-rs-melhora-trafego-e-promove-reassentamento-de-familias>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

VECHIA, Renato Della et al. A rede ITCPs – passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Revista Diálogo**, Canoas, n. 18, p. 115-144, Janeiro-Junho 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/107/123>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

SAMPAIO, Jäder dos Reis. A “Dinâmica de Grupos” de Bion e as Organizações de Trabalho. **Psicol. USP.** v. 13, n. 2, p. 277-291, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642002000200015>>. Acesso em: 26 fev. 2014.

Aplicação e análise de resultados do Modelo Fleuriet em uma cooperativa de reciclagem

Gisele Peres da Rocha

Resumo: O objetivo desta pesquisa é analisar os resultados do desempenho financeiro da Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Canoas/RS – COOP-CAMATE por meio da análise dinâmica do capital de giro mediante o uso do Modelo Fleuriet. O estudo abrange o período entre os anos de 2010 a 2012. O modelo reúne vários indicadores que permitem realizar diagnósticos sobre a situação financeira, a necessidade e a estrutura do capital das empresas. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. Para atingir os objetivos específicos foi realizada a reclassificação das contas patrimoniais, conforme proposto por Fleuriet, a apuração do Capital de Giro, da Necessidade de Capital de Giro e do Saldo de Tesouraria, e a partir da combinação dessas três variáveis determinou-se o tipo de estrutura financeira da cooperativa. Os resultados da pesquisa, considerando a amostra utilizada, sinalizaram que: o desempenho financeiro da cooperativa caracteriza-se como uma situação de liquidez excelente devido a seu alto giro nos estoques. O CDG positivo apresenta-se como uma fonte de fundos para o financiamento das atividades operacionais da cooperativa. A NCG apresenta-se negativa, o que evidencia que a cooperativa possui um ciclo operacional menor que o prazo médio de pagamento, representando recursos financiados por terceiros (não onerosos). O ST positivo significa que a cooperativa possui uma reserva financeira para suprir eventuais expansões da necessidade de investimento operacional em giro, pois apresenta um adequado equilíbrio financeiro.

Palavras-chave: Gestão Financeira; Análise Dinâmica; Capital de Giro.

1. Introdução

As cooperativas de reciclagem surgiram como alternativas para a solução de problemas frente à crescente crise do desemprego e da exclusão social.

Esses empreendimentos possuem duas dimensões: econômica e social. Econômica no sentido de prover economicamente seus sócios, gerando trabalho e renda. E social no sentido de que as preocupações desses empreendimentos vão além do seu ambiente de trabalho, buscando a melhoria da qualidade de vida de seus associados através de educação, saúde e inserção social.

Os cooperados também assumem o duplo papel de donos e de usuários do empreendimento, sendo esse processo denominado de autogestão, e um dos grandes desafios para as cooperativas é firmar-se enquanto forma competitiva de organização produtiva. Ainda mais: frente à crescente complexidade do processo administrativo levando os gestores a buscar alternativas que os auxiliem na gestão financeira diária das empresas.

Dentro desse contexto, o presente artigo oferece um estudo sobre a aplicação e a análise do Modelo Fleuriet, que reúne vários indicadores que permitem realizar diagnósticos sobre a situação financeira, a necessidade e a estrutura de capital das empresas. O modelo foi empregado na Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Canoas (COOPCAMATE), situada no município de Canoas no estado do Rio Grande Sul.

A aplicação do modelo nesse estudo foi baseada no questionamento: A cooperativa de reciclagem COOPCAMATE consegue gerar resultados de forma a apresentar indicadores de desempenho que reflitam equilíbrio financeiro na sua dinâmica empresarial?

O estudo justifica-se, pois os benefícios que resultam da coleta do material reciclável, além da geração de renda para os trabalhadores envolvidos, podem ser: a contribuição à saúde pública; a redução nos gastos municipais e a contribuição à sustentabilidade do meio ambiente, tanto pela diminuição de matéria-prima primária utilizada, que conserva recursos e energia, como pela diminuição da necessidade de terrenos a serem utilizados como lixões e aterros sanitários, pois o lixo produzido nas cidades é cada vez mais constituído de elementos de difícil degradação, no entanto, por meio de processos de reciclagem, o impacto ambiental e social desses resíduos pode ser minimizado.

Diante do exposto fica evidente o papel significativo dessas cooperativas de reciclagem, que vêm se expandindo rapidamente, podendo tornar-se um negócio de futuro.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar os resultados do desempenho financeiro da COOPCAMATE através da análise dinâmica do capital de giro, mediante uso do Modelo Fleuriet, e como objetivos específicos prover a administração com informações sobre os níveis da (NCG), (CDG), (ST) e situar a cooperativa no grau de risco em que se encontra com base em sua estrutura financeira.

2. A Economia Solidária e o Cooperativismo

No Brasil, o tema economia solidária está em evidência, o que desperta o interesse de pesquisadores em virtude do aumento do número de empreendimentos que geram renda e trabalho sob o contexto da autogestão e do coopera-

tivismo. Conforme Singer (1999, p. 136), “a economia solidária lança os alicerces de novas formas de organização da produção à base de uma lógica oposta daquela que rege o mercado capitalista”. Aparecem como alternativas, principalmente no combate ao desemprego, mas também como mecanismos de apoio ao desenvolvimento humano e local.

Suas principais características são: o modelo de gestão (autogestão) e os valores de cooperação e solidariedade. A cooperação tem merecido destaque para alguns autores, como Jesus e Tiriba (2003), que destacam a tendência ao coletivismo, uma vez que as formas individuais estão sendo superadas pelo trabalho em conjunto.

Para os autores, no contexto do trabalho, a cooperação caracteriza-se pela união de forças em um objetivo comum, que produz um resultado maior do que o resultado da força individual dos trabalhadores isolados. Dessa forma, a cooperação acaba por fortalecer aqueles que não conseguem, sozinhos, ter acesso à renda e à inclusão social. Assim, esses empreendimentos econômicos solidários apresentam-se sob a forma de associações, cooperativas e empresas autogestionárias e atuam em várias áreas, desenvolvendo atividades como produção, prestação de serviços, comercialização e crédito.

Segundo Schmidt e Perius (2003, p. 63), “cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais”. Baseiam-se em valores que provocam motivações profundas no modo de agir cooperativo, como: ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia.

De acordo com os mesmos autores, a Lei 5.764/71 foi a primeira a reger o sistema cooperativo no país, determinando que cada cooperativa deva ser constituída por, no mínimo, 20 (vinte) pessoas físicas, sendo os sócios – tanto profissionais liberais como de outras profissões – os verdadeiros donos e também os responsáveis pela tomada de decisões da cooperativa. E somente em 1988, a partir da Constituição Federal, as cooperativas ganharam maior autonomia e um regime tributário adequado.

No ambiente da economia solidária existe não só a consciência de responsabilidade pelo negócio próprio, mas também se divide a responsabilidade dos “outros”. Então se desenvolve uma consciência coletiva de “nossa” responsabilidade na manutenção e sustentabilidade econômica do negócio.

3. O Modelo Fleuriet

O professor e pesquisador francês Michel Fleuriet, a partir de 1974, em parceria com a Fundação Dom Cabral, introduziu no país um novo modelo de análise do Capital de Giro, o qual ficou associado a seu nome, sendo também conhecido como Análise Dinâmica do Capital de Giro. O professor dedicou-se à atividade de pesquisar empresas brasileiras para o levantamento do perfil de suas carências na área financeira e à elaboração de um modelo de análise financeira que considerasse as características da realidade econômica do Brasil na época: crescimento rápido e altas taxas de inflação.

Para Assaf Neto e Silva (2002, p. 11), “a administração do capital de giro vem sendo cada vez mais reconhecida como uma área importante para o equilíbrio financeiro das empresas, tendo participação decisiva no sucesso dos negócios”.

Sendo assim, o modelo proposto por Fleuriet colabora com a gestão dos negócios e permite a visualização do desempenho da organização. Para Fleuriet et al. (2003), as contas do Balanço Patrimonial devem ser classificadas de acordo com a realidade dinâmica das empresas, agrupando-as conforme os ciclos da mesma.

Sob este enfoque, Brasil e Brasil (2002, p. 5) afirmam que:

[...] se devem discriminar as contas contábeis em três grandes grupos: Operacional ou Cíclico (que guarda relações diretas com a operação da empresa); Financeiro ou Tático (que possui características de cunho financeiro); e Estratégico (que possui características de investimentos e fontes de longo prazo).

É importante mencionar que a nova classificação das contas do balanço dependerá da estrutura contábil da empresa, de seu processo produtivo, de sua área de atuação, entre outras características. Isso faz com que o analista interno tenha algumas vantagens sobre o externo em termos de precisão na classificação das contas contábeis, conforme Brasil e Brasil (2002).

Nesse modelo, é possível interpretar a dinâmica financeira da empresa considerando-a em funcionamento, ao contrário do enfoque estático no modelo tradicional, que é baseado em apuração de índices financeiros a partir do balanço patrimonial e da demonstração de resultados.

3.1 A estrutura do Balanço Patrimonial a partir do Modelo Fleuriet

São utilizadas, para fins dessa análise, subdivisões do Ativo Circulante e do Passivo Circulante, de acordo com a natureza de seus componentes: financeira (ou errática) e operacional (ou cíclica). O modelo estabelece, através des-

sas relações, se uma empresa está ou não em equilíbrio financeiro. Além disso, na avaliação da capacidade de solvência das empresas, permite indicar os riscos de falência das mesmas segundo o seu tipo de situação financeira.

Quadro 1 – Estrutura do Balanço Patrimonial a partir do Modelo Fleuriet.

	ATIVO		PASSIVO	
	CONTAS ERRÁTICAS		CONTAS ERRÁTICAS	
ATIVO CIRCULANTE – AC		Financeiro – ACF Numerário em Caixa, Bancos Conta Movimento Cheques em Trânsito Títulos a Receber Títulos e Valores Mobiliários Aplicações Financeiras Depósitos Judiciais Empréstimos a Coligadas e Controladas, etc.		Financeiro – PCF Duplicatas Descontadas Empréstimos Bancários Financiamentos a Curto Prazo Títulos a Pagar Imposto de Renda a Pagar Dívidas com Coligadas e Controladas, etc.
	CONTAS CÍCLICAS	Operacional – ACO Clientes Duplicatas a Receber (-) PCLD Estoques Produtos Acabados Estoques Produtos Andamento Estoques Matérias-Primas Imposto a Compensar Despesas Antecipadas, etc.	CONTAS CÍCLICAS	Operacional – PCO Fornecedores Matérias-Primas Duplicatas a Pagar Salários e Encargos a Pagar Impostos e Taxas a Pagar Provisões Adiantamentos de Clientes, etc.
ATIVO NÃO CIRCULANTE – ANC	ATIVO PERMANENTE NÃO CÍCLICO	Realizável a Longo Prazo – ARLP Empréstimos a Terceiros Títulos a Receber, etc. Permanente – AP Investimentos Imobilizado Diferido	PASSIVO PERMANENTE NÃO CÍCLICO	Exigível a Longo Prazo – PELP Empréstimos Bancários Financiamentos, etc. Resultado Exercícios Futuros Patrimônio Líquido – PL Capital Social Reservas
				PASSIVO NÃO CIRCULANTE – PNC

Fonte: Adaptado de Fleuriet et al. (2003, p. 8).

O Modelo Fleuriet define a qualidade da situação financeira das empresas com base na configuração de certos elementos patrimoniais, sem necessidade de realizar interpretações para chegar a um diagnóstico. Essa reformulação, conforme visualizado no quadro 1, é estabelecida de acordo com as seguintes premissas de Fleuriet et al. (2003, p. 15): “as contas operacionais ou cíclicas são as contas relacionadas à atividade operacional da empresa, enquanto as contas financeiras ou erráticas não estão ligadas à sua atividade operacional”.

Assaf Neto e Silva (2002, p. 62-63) apresentam alguns comentários a respeito desses novos grupos patrimoniais:

o ativo e o passivo circulantes financeiros não apresentam vínculo direto com o ciclo operacional da empresa. O ativo varia mais em função do risco de maior ou menor liquidez que a empresa deseja assumir, e o passivo não é influenciado caso haja mudança no volume de atividade ou nas fases operacionais;

o ativo e o passivo circulantes operacionais são compostos de valores que mantêm estreita relação com a atividade operacional da empresa. São diretamente influenciados pelo volume de negócios (produção e vendas) e pelas características das fases do ciclo operacional;

o investimento fixo ou ativo não circulante, além do ativo permanente, também considera os direitos a receber em longo prazo. Já o passivo permanente representa o exigível a longo prazo, o resultado de exercícios futuros e o patrimônio líquido.

O quadro 1 demonstra que o Ativo Circulante subdivide-se em:

Ativo Circulante Financeiro (ACF) ou Errático é constituído por elementos essencialmente financeiros, como: caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos de curto prazo.

Ativo Circulante Operacional (ACO) ou Cíclico é composto pelas contas relacionadas às atividades operacionais da empresa, como: estoques, duplicatas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo influenciados pelo volume de negócios ou por características das fases do ciclo operacional, como prazos de estocagem ou política de prazos de venda.

Da mesma forma, o quadro 1 também apresenta o Passivo Circulante subdividido em: **Passivo Circulante Financeiro (PCF) ou Errático** é composto por empréstimos, financiamentos bancários, duplicatas descontadas, parcela de curto prazo referente a empréstimos de longo prazo e dividendos.

Passivo Circulante Operacional (PCO) ou Cíclico é formado pelas obrigações de curto prazo da empresa, diretamente identificáveis com seu ciclo operacional, como: fornecedores, salários e encargos, impostos e taxas.

A partir dessa segmentação surgem os conceitos de Capital de Giro (CDG), da Necessidade de Capital de Giro (NCG) e do Saldo de Tesouraria (ST), que, segundo o autor do modelo, são conceitos econômico-financeiros.

3.2 O Capital de Giro – CDG

O financiamento do capital de giro tem se tornado uma área muito significativa da administração financeira devido aos problemas de liquidez que enfrentam muitas empresas. Aliado a isso, acrescentam-se as mudanças no cenário econômico, caracterizado pela globalização e pela acirrada competição que enfrentam as organizações.

“O capital de giro representa os recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais, que vão desde a aquisição de matérias-primas, mercadorias até o recebimento pela venda do produto acabado” (ASSAF NETO; SILVA, 2002, p. 35).

Para Fleuriet et al. (2003, p. 12), “o capital de giro é um conceito econômico financeiro e não uma definição legal, constituindo uma fonte de fundos permanente utilizada para financiar a necessidade de capital de giro da empresa”.

Segundo Schrickel (1997), cada empresa deve ter aplicado em seu capital de giro uma importância que seja adequada para o seu negócio, isto é, dependendo da atividade que a empresa desenvolve, deverá apresentar maior ou menor: valor em caixa, valores a receber, estoques, etc.

A seguir, é demonstrada a fórmula do capital de giro segundo Silva (2001, p. 350):

$$\text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE} - \text{ATIVO NÃO CIRCULANTE} = \text{CDG} \quad (1)$$

É aconselhável que essa variável seja sempre positiva, pois, se seu saldo for negativo, indica que a empresa está utilizando recursos de curto prazo para o financiamento de investimentos.

3.3 A Necessidade de Capital de Giro – NCG

A análise do comportamento da NCG representa uma importante metodologia de avaliação da saúde financeira de uma empresa, tendo em vista que evidencia as mudanças ocorridas no negócio. Segundo Matarazzo (2003, p. 337), “a necessidade de capital de giro é a chave para a administração financeira de uma empresa”. O autor também comenta que a NCG não é importante apenas do ponto de vista financeiro, mas também de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade.

O valor da NCG, segundo Assaf Neto e Silva (2002), depende do fluxo de entradas e saídas de caixa operacional e, consequentemente, do ciclo financeiro da empresa, ocorrendo maior demanda por recursos quanto mais longos seus prazos se apresentarem. Problemas como déficits de caixa podem ser resolvidos ou amenizados alterando a política de capital de giro.

Fleuriet (2003) ilustra que a Necessidade de Capital de Giro ocorre quando as saídas de caixas ocorrem antes das entradas. Por tratar-se de um conceito econômico-financeiro decorrente das atividades da empresa, como: compra de matérias-primas ou mercadorias, pagamento de fornecedores, fabricação, estocagem, venda e recebimento de duplicatas, a NCG utiliza-se das contas do Ativo Circulante Cíclico e Passivo Circulante Cíclico.

Abaixo é demonstrada a fórmula da necessidade de capital de giro:

$$\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{PASSIVO CIRCULANTE} = \text{NCG} \quad (2)$$

OPERACIONAL **OPERACIONAL**

Segundo Matarazzo (2010, p. 284), com a NCG ocorrem as seguintes situações:

ACO > PCO é a situação normal na maioria das empresas. Há uma NCG para a qual a empresa deve encontrar fontes adequadas de financiamento.

ACO = PCO nesse caso, a NCG é igual a zero, e portanto a empresa não tem necessidade de financiamento para o giro.

ACO < PCO a empresa tem mais financiamentos operacionais do que investimentos operacionais. Sobram recursos das atividades operacionais, os quais poderão ser usados para aplicação no mercado financeiro ou para expansão da planta fixa.

Com base nas três situações, os gestores devem tomar as medidas cabíveis para aperfeiçoar o resultado organizacional. Observa-se que, quanto menor o valor da NCG, melhor a situação financeira da empresa.

3.4 O Saldo de Tesouraria – ST

Outra variável importante utilizada pelo Modelo Fleuriet é o cálculo do saldo da Tesouraria (ST). Para Fleuriet et al. (2003, p. 49):

a maioria das empresas que operam com o saldo de tesouraria crescentemente negativo apresenta uma estrutura financeira inadequada, revelando uma dependência excessiva de empréstimos de curto prazo, que poderá levá-las, até mesmo, ao estado de insolvência.

A expressão $ST = CDG - NCG$ constitui a essência do Modelo Fleuriet e representa, segundo Fleuriet et al. (2003), a diferença num dado momento entre os recursos empregados para financiar a atividade da empresa e as necessidades geradas por essa atividade.

Abaixo a fórmula do saldo de tesouraria segundo Fleuriet (2003, p. 13):

$$\text{ATIVO FINANCEIRO} - \text{PASSIVO FINANCEIRO} = \text{ST} \quad (3)$$

O **ST positivo** indica que a empresa tem aplicações de recursos em curto prazo. Dessa forma, os recursos de longo prazo (próprios ou de terceiros) suprem a demanda de recursos para o giro dos negócios e ainda possibilitam aplicações no mercado financeiro ou a manutenção em caixa, aumentando assim a sua margem de segurança. Além disso, gera sobra de recursos de curtíssimo prazo para a empresa; porém não é uma situação desejável um ST muito elevado, pois a empresa pode não estar aproveitando as oportunidades de investimentos disponíveis.

O **ST negativo** ocorre quando o valor do Capital de Giro for insuficiente para financiar a Necessidade de Capital de Giro, o que indicará que a empresa financia parte da NCG e/ou Ativo Permanente com fundos de curto prazo, aumentando, com isso, seu risco de insolvência (Fleuriet et al., 2003). Portanto recursos de curto prazo financiam as atividades operacionais, revelando insuficiência de recursos de longo prazo (próprios ou de terceiros) e a captação de empréstimos de curto prazo para financiamento da Necessidade de Capital de Giro, apontando para uma situação de risco de insolvência.

3.5 Risco da Estrutura Financeira

Sobre o risco da estrutura financeira, Fleuriet et al. (2003) utilizaram as variáveis NCG, CDG e ST para analisar a situação de liquidez das empresas. O autor aplica uma escala de classificação, que consiste em qualificar a situação financeira da organização. Essas análises possibilitam medir, por exemplo, se a organização está com problemas de insolvência ou quanto existe de capital de terceiros investido na empresa, conforme visualizado na tabela 1:

Tabela 1: Situação de Liquidez

Estrutura	ST	=	CDG	-	NCG	Situação de Liquidez
Tipo 1	Aplicação (+)	=	Fonte (+)	-	Fonte (-)	Excelente
Tipo 2	Aplicação (+)	=	Fonte (+)	-	Aplicação (+)	Sólida
Tipo 3	Fonte (-)	=	Fonte (+)	-	Aplicação (+)	Insatisfatória
Tipo 4	Aplicação (+)	=	Aplicação (-)	-	Fonte (-)	Alto Risco
Tipo 5	Fonte (-)	=	Aplicação (-)	-	Fonte (-)	Muito Ruim
Tipo 6	Fonte (-)	=	Aplicação (-)	-	Aplicação (+)	Péssimo

Fonte: Fleuriet et al. (2003).

Essa classificação pode ser explicada da seguinte forma, segundo Fleuri et al. (2003):

a) Tipo 1: NCG negativa representa uma situação financeira **Excelente**. Empresas que apresentam esse tipo de situação têm um alto nível de liquidez praticado, o que significa que as contas cíclicas possuem um giro elevado, em especial as contas de clientes e de estoques, o que contribui para que o ciclo financeiro se torne reduzido;

b) Tipo 2: a empresa dispõe de um saldo em tesouraria positivo que permite enfrentar as variações da NCG. Nesse caso, o CDG sempre cobre as necessidades do ciclo financeiro. Apesar da NCG ser positiva, o CDG consegue financiar a NCG, tornando-se uma situação **Sólida**;

c) Tipo 3: representa a situação financeira **Insatisfatória**, em que a NCG é maior do que o CDG. A diferença é financiada por empréstimos de curto prazo, o que justifica o ST negativo.

d) Tipo 4: representa uma situação financeira de **Alto Risco**, em que a NCG negativa financia o CDG negativo, pois essa variável estaria aplicando recursos no curto prazo, o que justifica o ST positivo.

e) Tipo 5: representa uma situação financeira **Muito Ruim**, tendo em vista que a NCG e o CDG apresentam-se negativos, o que demonstra que fontes de curto prazo financiam ativos de longo prazo.

f) Tipo 6: demonstra uma situação financeira **Péssima**, a NCG positiva, CDG e ST negativa indica que a empresa utiliza o ST para financiar a NCG e CDG; com isso a empresa possui sérias dificuldades em honrar suas obrigações. Oliveira (2008) argumenta que não se pode avaliar a qualidade do gerenciamento do capital de giro de uma empresa unicamente pela análise da sua situação financeira de acordo com o Modelo Fleuri, mas que o modelo fornece importantes atributos baseados nos princípios básicos de gerenciamento da liquidez.

4. Método

No que tange a abordagem do problema, essa pesquisa enquadra-se como quantitativa, pois, após padronização das demonstrações financeiras, calcularam-se as variáveis: Capital de Giro (CDG), Necessidade de Capital de Giro (NCG) e Saldo de Tesouraria (ST). Segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 107), “pesquisas quantitativas são aquelas em que as evidências e os dados coletados podem ser quantificados, mensurados, e posteriormente o pesquisador pode tratar os dados através da aplicação de métodos e técnicas da estatística”.

Fundamentado no fato de que a natureza deste trabalho consiste no estudo dos indicadores de desempenho com base nos resultados gerados pela cooperativa, elegendo especificamente como tema o resultado financeiro, a metodologia utilizada teve como premissa básica a vertente quantitativa, pois é a que consegue levantar os dados numéricos sobre o tema.

Este trabalho classifica-se como descritivo, pois descreve o comportamento da cooperativa de reciclagem COOPCAMATE em relação à sua situação financeira. Segundo Andrade (2005, p. 124), “nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”.

A técnica de coleta de dados enquadra-se como documental, pois utiliza as demonstrações contábeis, balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, da cooperativa dos anos de 2010, 2011 e 2012. Portanto o horizonte de tempo do estudo compreende o período de três anos. A pesquisa documental, conforme Andrade (2005, p. 125), “baseia-se em documentos primários, originais, tais como chamados ‘primeira mão’, que ainda não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa: dados estatísticos, documentos, históricos, correspondência epistolar de personalidades etc.”.

A partir das demonstrações obtidas, ocorreram as seguintes etapas relacionadas com a coleta de dados:

1) Reclassificação das Demonstrações Financeiras.

De acordo com os conceitos do Modelo Fleuriet, que define a qualidade da situação financeira das empresas, com base na configuração de certos elementos patrimoniais, conforme descrito na seção 3.1 do presente trabalho.

2) A partir da reclassificação das demonstrações financeiras realizada pelo Modelo Fleuriet, mais especificamente do Balanço Patrimonial, três variáveis relevantes estão relacionadas à gestão financeira da empresa, quais sejam: CDG, NCG e ST, em que

CDG = Capital de Giro,

NCG = Necessidade de Capital de Giro,

ST = Saldo de Tesouraria.

3) A partir da combinação das três variáveis do Modelo Fleuriet determinaram-se o tipo de estrutura e a situação financeira da cooperativa.

Quanto ao método de análise dos dados, foi utilizada a estatística descritiva, em que os dados foram organizados em tabelas e gráficos. Para Martins e Theóphilo (2009, p. 108), “a estatística descritiva possibilita organizar, sumarizar e descrever um conjunto de dados através da elaboração de gráficos, tabelas, e do cálculo de medidas a partir do conjunto de dados numéricos”.

De acordo com os procedimentos metodológicos propostos, procura-se atingir os objetivos da pesquisa.

4.1 Caracterização da Cooperativa

A cooperativa estudada é a Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Canoas – COOPCAMATE –, situada no município de Canoas no estado do Rio Grande Sul, que foi fundada em 1986 a partir de cinco moradores do bairro Mathias Velho, onde iniciaram uma organização para formar um grupo de coleta de resíduos no bairro. No começo trabalhavam em um pavilhão do bairro. Tendo a necessidade de uma associação para continuar atuando, passaram a utilizar a associação dos carroceiros, que nessa época existia apenas no papel, transformando-se assim em Associação dos Carroceiros e Catadores de Material de Canoas – ACCMC. Em 2009, com a atualização do estatuto, o nome da associação passou a ser ARMC e só a partir de 2010 se tornou uma cooperativa.

A cooperativa opera com aproximadamente 21 associados, possui 01 caminhão próprio, que foi ganho no projeto da Fundação Banco do Brasil. Em 2010, a mesma que já recebia a coleta seletiva da cidade foi contratada pela prefeitura para participar do Programa de Coleta Seletiva Compartilhada de Canoas, que consiste no recebimento de verba pública, através de contrato, com repasse de R\$ 24.000,00 mensais para o transporte dos materiais das residências até a cooperativa. O programa abrange 4% da coleta em Canoas; ainda em conjunto com a COOPERCAN (Central de Cooperativas) fazem a venda de alumínio em conjunto com mais quatro cooperativas.

A COOPCAMATE é assessorada pela Incubadora de Empreendimentos Solidários, que está localizada no Tecnosocial/Unilasalle-Canoas. A Incubadora tem como objetivo contribuir para a consolidação de Empreendimentos de Economia Solidária de Canoas e região na expectativa de construir tecnologias sociais apropriadas para fortalecer a capacidade empreendedora e a dinâmica solidária desses empreendimentos, potencializando sua atuação sustentável e autogestionária nos territórios onde atuam.

5. Análise dos dados

Esta seção traz a apresentação dos resultados do trabalho na tentativa de estabelecer as principais conexões de natureza teórica, vinculadas ao problema de pesquisa, bem como responder ao objetivo geral e específico do artigo.

5.1 Aplicação do Modelo Fleuriet

Objetivando proporcionar um estudo da estrutura financeira da COOP-CAMATE, o Modelo Fleuriet busca a identificação e a mensuração das variáveis que proporcionam a configuração da adequada saúde financeira dos empreendimentos. Em decorrência de um ambiente econômico cada vez mais sujeito a mudanças, surgiram pesquisas voltadas, segundo Marques e Braga (1995), para avaliações dinâmicas dos elementos patrimoniais de curto prazo, em oposição às análises convencionais, baseadas em relações estáticas.

A partir da elaboração da análise dinâmica do desempenho financeiro da cooperativa, os resultados do presente modelo serão apresentados e discutidos de acordo com os dados pertinentes a cada exercício a partir da tabela 2.

Tabela 2: Cálculo das Variáveis

Variáveis do Modelo Dinâmico

Valores em Reais	2010	2011	2012
PNC – Passivo não circulante	6.012,46	86.161,10	85.591,70
ANC – Ativo não circulante	–	–	2.000,00
Capital de Giro Disponível (CDG)	6.012,46	86.161,10	83.591,70
ACO – Ativo circulante operacional	3.751,62	5.724,32	36.781,38
PCO – Passivo circulante operacional	5.942,11	6.097,09	42.239,29
Necessidade de Capital de Giro (NCG)	(2.190,49)	(372,77)	(5.457,91)
ACE – Ativo circulante errático	8.202,95	86.533,87	91.589,61
PCE – Passivo circulante errático	–	–	2.540,00
Saldo de Tesouraria (ST)	8.202,95	86.533,87	89.049,61

Fonte: Autoria própria, 2013.

A tabela 2 apresenta os Balanços Patrimoniais da COOPCAMATE referentes ao período de 2010 a 2012, reclassificados de acordo com o Modelo Fleuriet e o cálculo das variáveis independentes CDG, NCG e ST.

As vendas da cooperativa no ano de 2012 cresceram 166%, atingindo o valor de R\$ 69.443,00. Acompanhando o crescimento de 162% no ano de 2011, quando o faturamento foi de R\$ 26.100,00, comparado com 2010, em que as vendas foram de R\$ 9.934,00, conforme os Demonstrativos dos Resultados dos Exercícios.

5.1.1 Análise do Capital de Giro – CDG

O gráfico 1 revela a estrutura do Capital de Giro, que demonstra que a cooperativa possui recursos próprios suficientes para a cobertura das necessidades de capital de giro, não necessitando captar recursos no curto prazo de terceiros, como: instituições financeiras ou fornecedores para cobrir o déficit, sujeito ao pagamento de juros.

Gráfico 1: Capital de Giro



Fonte: Autoria própria, 2013.

A partir da análise dos dados, pode-se constatar que o Capital de Giro (indicador de natureza estratégica operacional) da Coopcamate foi positivo em todos os anos estudados, com a média de R\$ 58.588,00, sendo o CDG positivo ($PNC > ANC$). Esse indicador evidencia que a cooperativa possui fontes líquidas de recursos permanentes que superam as aplicações permanentes, o que faz com que sejam utilizados recursos estáveis de longo prazo no financiamento de parte da NCG. Ou seja, o CDG apresenta-se como uma fonte de fundos para o financiamento parcial das atividades operacionais, segundo Assaf Neto e Silva (2002). É a situação ideal para qualquer empresa. É importante ressaltar, no entanto, que essa situação se apresenta desfavorável, pois verifica-se o aumento no CDG devido aos lucros obtidos não estar sendo reinvestidos em ativos não circulantes, como em melhoria de máquinas, equipamentos ou instalações.

5.1.2 Análise da Necessidade de Capital de Giro – NCG

A Necessidade de Capital de Giro (indicador de natureza operacional) apresentou-se negativa, com média de –R\$ 2.674,00 em todos os anos analisados, o que evidencia que a cooperativa possui um ciclo operacional menor do que o prazo médio de pagamento, representando recursos financiados por terceiros (não onerosos).

O gráfico 2 apresenta o valor da necessidade do capital de giro.

Gráfico 2: Necessidade de Capital de Giro



Fonte: Autoria própria, 2013.

Nesse caso, há uma situação favorável sendo justificada pela velocidade no giro dos estoques, no processo produtivo e no aumento do prazo de pagamento dos fornecedores, não havendo, no entanto, a necessidade de se obter Capital de Giro para honrar seus compromissos.

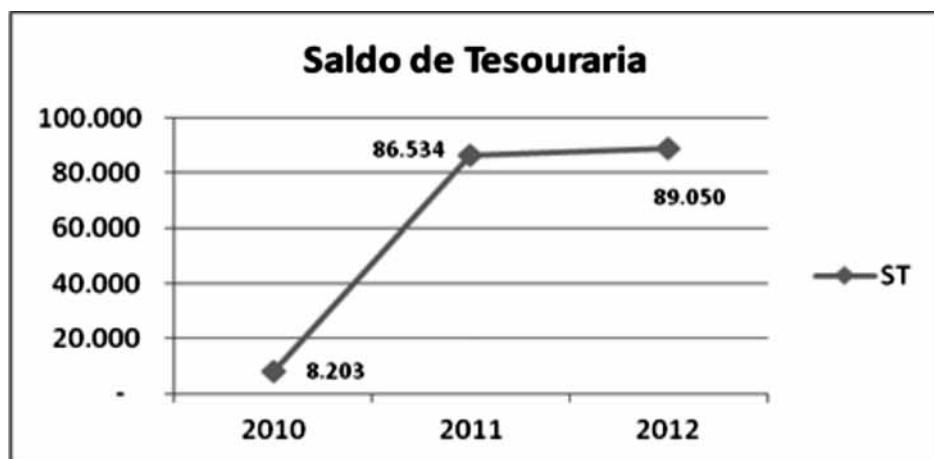
Conforme exposto anteriormente pelo autor Matarazzo (2010), a NCG negativa ($ACO < PCO$) nessa situação indica que a cooperativa possui excesso de funcionamento, ou seja, as saídas de caixa ocorrem depois das entradas de caixa. Nessa situação, o passivo de funcionamento (operacional) está financiando não somente o ativo circulante operacional, mas também outros elementos do ativo, pois o passivo operacional está maior do que o ativo operacional, o que representa fonte de fundos para a empresa.

5.1.3 Análise do Saldo de Tesouraria – ST

Com relação ao indicador de natureza financeira analisada, o Saldo de Tesouraria apresentou-se positivo ($CDG > NCG$), com saldo médio de R\$ 61.262,00. A partir dessa situação, a cooperativa realiza aplicações de recursos em curto prazo. Significa que a cooperativa possui uma reserva financeira para suprir eventuais expansões da necessidade de investimento operacional em giro, pois apresenta um adequado equilíbrio financeiro, uma vez que a liquidez dos ativos atendeu os desembolsos demandados pelos passivos.

O gráfico 3 apresenta o valor da necessidade do capital de giro.

Gráfico 3: Saldo de Tesouraria



Fonte: Autoria própria, 2013.

A cooperativa dispõe de margem de segurança financeira, que está associada à capacidade da mesma de arcar com um crescimento de sua atividade operacional ou com desembolsos necessários e inesperados. Ou ainda, dispõe de fundos de curto prazo que podem ser aplicados em títulos de liquidez imediata.

5.1.4 Estrutura e situação financeira

A combinação das três variáveis: $CDG - NCG = ST$ do Modelo Fleuriet para determinação do tipo de estrutura e situação financeira, conforme descrito pelos autores Fleuriet et al. (2003), pode ser visualizada no quadro 2.

Quadro 2: Estrutura e Situação Financeira

Estrutura Financeira	ST	CDG	NCG	Situação de Liquidez	Ano
Tipo 1	8.203	6.012	(2.190)	Excelente	2010
Tipo 1	86.534	86.161	(373)	Excelente	2011
Tipo 1	89.050	83.592	(5.458)	Excelente	2012

Fonte: Autoria própria, 2013.

Diante da configuração apresentada pela cooperativa em termos de Capital de Giro (CDG), Necessidade de Capital de Giro (NCG) e Saldo de Tesouraria (ST) no decorrer do período analisado, verificou-se que a estrutura financeira apresentada pela cooperativa é a do Tipo 1 demonstrado no quadro 2, situação essa que se manteve em 2010, 2011 e 2012, permitindo concluir que a cooperativa apresentou uma excelente situação financeira decorrente da combinação, cujo resultado seja NCG e CDG negativos e ST positivos. Na situação excelente, a variável NCG negativa ($PCO > ACO$), segundo Matarazzo (2010), significa que a cooperativa tem mais financiamentos operacionais do que investimentos. Ou seja, fontes de fundos superiores ao uso de fundos. A NCG negativa representa o ideal para uma empresa, pois as fontes de funcionamento permanentes atendem além das atividades operacionais. A segunda variável, um CDG positivo, garante a cooperativa que os fundos permanentes cobrem todas as aplicações permanentes, sendo desnecessário usar fundos de funcionamento de curto prazo para tal. Além disso, a terceira variável, o ST positivo, demonstra que as aplicações financeiras do circulante fazem frente às fontes de fundos financeiros circulantes ou de curto prazo, o que permite a aplicação em outros fundos. É uma situação de excelência, pois a estrutura patrimonial é a mais adequada possível. Geralmente ocorre em empresas que compram a prazo e vendem à vista.

6. Considerações finais

Esta última seção ressalta os principais resultados do trabalho, tendo em vista a problemática teórica e empírica relacionada com a pesquisa. Finalizam a seção as limitações do trabalho e algumas sugestões para pesquisas posteriores.

Esta pesquisa se propôs a elaborar e analisar, a partir do ponto de vista da teoria e da prática, o resultado financeiro segundo o Modelo Fleuriet, que foi desenvolvido a partir da realidade financeira da Coopcamate.

A aplicação do modelo apresentado neste estudo favorece o aprimoramento do sistema de tomada de decisão financeira, pois o emprego do modelo dinâmico de Fleuriet demonstra, a partir de uma reclassificação do balanço patrimonial e da determinação de suas variáveis, um perfil de liquidez da empresa avaliada. Essa informação, além de sua objetividade, vem acompanhada de uma forma de fácil leitura sobre o perfil da instituição, o que simplifica e possibilita o entendimento sobre o comportamento financeiro das empresas por uma quantidade maior de pessoas, visto que a leitura final da classificação dos perfis é traduzida por termos como: excelente, sólido, insatisfatório, péssimo, muito ruim e alto risco.

Para elaborar e analisar o desempenho financeiro, constituiu-se uma base de dados a partir de dados secundários extraídos do Balanço Patrimonial da cooperativa, referente ao período de 2010 a 2012.

A questão que norteou a presente pesquisa foi: A cooperativa de reciclagem COOPCAMATE consegue gerar resultados de forma a apresentar indicadores de desempenho que reflitam no equilíbrio financeiro em sua dinâmica empresarial?

A questão foi respondida por meio do objetivo geral de analisar o desempenho financeiro da cooperativa a partir da aplicação do modelo alternativo; esse, por sua vez, foi alcançado através dos objetivos específicos, em que ocorreu a reclassificação das demonstrações financeiras elaboradas pela contabilidade, apurando o valor das variáveis independentes, sendo que o Capital de Giro apresentou-se positivo em 2010, 2011 e 2012 com uma média de R\$ 58.588,00, o que indica que a empresa possui recursos suficientes para a cobertura da Necessidade de Capital de Giro, tanto que esse indicador permaneceu negativo no período analisado com o saldo médio negativo de -R\$ 2.674,00. O Saldo de Tesouraria mostrou-se positivo, com média de R\$ 61.262,00, indicando que a cooperativa possui folga financeira, tendo recursos aplicados no curto prazo. Após a análise da combinação das três variáveis: CDG (+), NCG (-) e ST (+), chegou-se ao Tipo 1 de estrutura financeira sob o aspecto dinâmico, proposto pelo Modelo Fleuriet, situação essa que se manteve em todo o período analisado, o que caracteriza como excelente o desempenho financeiro da Coopcamate, constituindo a estrutura patrimonial mais adequada possível.

Pode-se concluir, respondendo à questão problema, que em média a cooperativa é bem administrada e seus gestores são capazes de gerir de forma eficaz os recursos disponíveis, indicando que houve um equilíbrio financeiro, uma vez que o saldo em tesouraria foi positivo e, portanto, o capital de giro foi suficiente para o financiamento da necessidade de capital de giro. O saldo em tesouraria positivo assegura que a cooperativa analisada é capaz de arcar com desembolsos necessários e inesperados.

As principais contribuições do presente artigo são as seguintes:

a) sob o ponto de vista teórico, a sistematização do conhecimento sobre o Modelo Fleuriet, que permite uma análise ampla e completa, apontando as causas de modificações ocorridas na situação financeira da empresa, deve ser usada como um instrumento permanente;

b) a importância da Contabilidade, matéria-prima para a apuração dos indicadores do Modelo Fleuriet, ainda ocupa lugar de destaque na comprovação e evidência do desempenho das empresas;

c) melhor esclarecimento sobre a gestão financeira das cooperativas.

Sugere-se que essa análise seja realizada em caráter permanente pela empresa para possibilitar um acompanhamento periódico da situação financeira, ano a ano, ou até mesmo mês a mês, para permitir medidas preventivas e para fornecer informações para o processo de tomada de decisão pelos gestores.

O Saldo de Tesouraria apresentou um valor elevado. É importante acompanhar a evolução do ST, a fim de evitar que permaneça constantemente crescente. A cooperativa pode aproveitar esse alto nível de ST e montar uma estratégia dinâmica de investimentos.

Por fim, como sugestão para trabalhos futuros, que outras pesquisas envolvam uma amostra maior de cooperativas de reciclagem da região, com a finalidade de observar a atuação da administração e a estrutura financeira desses empreendimentos.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL, H. A.; BRASIL, H. G. **Gestão Financeira das Empresas: um modelo dinâmico**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

FLEURIET, Michel et al.; KEHDY, Ricardo; BLANC, Georges. **O modelo Fleuriet – a dinâmica financeira das empresas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Cooperação. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MARQUES, J. A. V. da C.; BRAGA, R. Análise dinâmica do capital de giro: o modelo Fleuriet. **Revista da Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 49-63, maio/jun., 1995.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Virgínia Izabel de. Gestão da Liquidez. In: ROSSETTI, José Paschoal et al. **Finanças corporativas**: teoria e prática empresarial no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo – cooperativa. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SCHRICHEL, W. K. **Demonstrações financeiras**: abrindo a caixa preta. São Paulo: Atlas, 1997.

SINGER, P. Economia Socialista. In: SINGER, P.; MACHADO, J. (Orgs.). **Economia Socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

A implantação do Programa 5S na Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Canoas – COOPCAMATE: um relato de experiência

Fábio Luís da Silva Maia

Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier

Resumo: Este artigo relata a experiência da aplicação do Programa 5S desenvolvido pela Sinergia Consultoria Júnior em conjunto com a Incubadora de Empreendimentos Solidários do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, denominados neste trabalho como Grupo de Trabalho (GT) junto à Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Canoas – COOPCAMATE durante o primeiro semestre de 2013. O Programa 5S objetiva modificar o comportamento das pessoas através da mudança do ambiente da organização. São descritas as estratégias empregadas para a aplicação do programa. O relato conclui que os ganhos gerados pela adoção do Programa 5S acarretam em continuidade de ambiente saudável para a cooperativa.

Palavras-chave: Programa 5S; Cooperativas; Empresa Júnior.

1. Introdução

Conforme aponta o IBRAES¹ (2002), as transformações ocorridas nas últimas décadas possibilitaram o surgimento de novos formatos gerenciais que mudaram radicalmente a forma de gerenciar organizações. Os modelos de gestão participativa, gestão do conhecimento, aprendizagem organizacional, entre outros, trouxeram um novo olhar para a estruturação administrativa. A partir da década 1990, surgiram no Brasil, empresas cooperativas e autogestionárias que aplicaram, de forma efetiva, modelos de gestão baseados na participação dos colaboradores no processo decisório (SINGER, 2002).

Como consequência da adoção de modelos de gestão participativos e contemporâneos preconizados pelo IBRAES, as cooperativas conseguem estabele-

¹ Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico, Educacional e Associativo.

cer vantagem competitiva na melhoria da geração de renda. À medida que empregam modernas técnicas de gestão, é verificável um maior grau de envolvimento e engajamento dos cooperados para o alcance de seus objetivos estratégicos (SINGER, 2002).

Em acréscimo, as organizações, independentemente de seu porte e características, buscam continuamente a redução de seus custos e o incremento de suas receitas no ambiente de trabalho no intuito de otimizar seus ganhos (MONTANA E CHARNOV, 2010); sejam eles tratados como lucro em empresa capitalista ou como renda em empreendimentos econômicos solidários. Essa perspectiva acarreta a geração de um ambiente voltado para a excelência. Assim, Singer (2002) sugere que os empreendimentos econômicos solidários surgem a partir do agrupamento de pessoas que buscam alcançar uma maneira de obtenção de renda através do trabalho coletivo e autogestionário. Diante disso, podemos dizer que a autogestão se inscreve nos aspectos da gestão democrática (SCHNEIDER, 1999) por meio dos mecanismos de participação e democracia (DEWEY, 2008), bem como nos mecanismos de produção por meio de lógicas distintas de trabalho, conforme defendem Veronese e Scholz (2013, p. 44):

O objetivo do empreendimento solidário é a obtenção da quantidade e da qualidade do produto ou serviço que venha a atender a demanda social, e não somente maximizar o lucro com a venda do produto ou serviço. O excedente terá sua destinação decidida pelos trabalhadores em assembleia, pois a propriedade e concepção coletivas dos meios e modos de gestão do trabalho é característico do empreendimento solidário, seja ele cooperativo, associativo ou comunitário.

A partir do desenvolvimento de atividades profissionais autogestionáveis, o coletivo de pessoas estruturadas em torno de empreendimentos econômicos solidários consegue alcançar os pressupostos do modelo de gestão participativa, que repercute em um modelo de difícil compreensão quando se parte do pressuposto dos aspectos de relação existentes entre os sujeitos e a relação administrativa (SCHOLZ e VERONESE, 2008). Essas ações representam uma alternativa para segmentos de baixa renda, que, por sua vez, são englobados por um quadro de desocupação e empobrecimento.

Gaiger (2003) define empreendimentos econômicos solidários como:

As diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, baseados nos princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Essas organizações apresentam as seguintes características: (1) predominância da propriedade social dos meios de produção; (2) o processo decisório é coletivo em regime de paridade de direitos e (3) a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o pro-

cesso produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido (GAIGER, 2003, p. 191).

Segundo a Organização das Cooperativas do Brasil (2011), constata-se nas cooperativas como tipologia de organizações de economia solidária uma fragilidade na condução de processos de gerenciamento voltados para a efetividade de seus resultados. Essa fragilidade pode ser minimizada através de parcerias com universidades, centros de pesquisa e empresas que, atuando de forma socialmente responsável, promovem um maior grau de profissionalismo dos trabalhadores cooperados.

O Centro Universitário La Salle – UNILASALLE como forma de inserção na realidade de ações socialmente responsáveis tem em sua estrutura organizacional o Tecnosocial. Essa instância administrativa configura-se como um núcleo acadêmico-institucional voltado para a criação e difusão de tecnologias sociais. As principais áreas de atuação das tecnologias sociais são a preservação do meio ambiente, educação alimentar, saúde, educação e empreendimentos econômicos solidários.

Assim, no UNILASALLE, as tecnologias sociais referentes a empreendimentos econômicos solidários são operacionalizadas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários, que atua em parceria com a Sinergia Consultoria Júnior, que se configura como sendo a empresa júnior do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE. A parceria entre as duas áreas volta-se para a busca de orientação gerencial das organizações de economia solidária assistidas pelo Tecnosocial. A incubação e o acompanhamento gerencial aos empreendimentos solidários e suas redes, as ações de assessoria pedagógica e técnica para o fortalecimento da economia solidária no município e região, desenvolvidos pelas duas áreas mencionadas antes, orientam a atuação do Tecnosocial como uma atuação de extensão universitária de uma instituição de Ensino Superior com clara opção pela justiça e emancipação social.

O presente relato identifica os resultados alcançados pelo Grupo de Trabalho junto à Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Canoas Ltda. – COOPCAMATE. Para tal, aqui é apresentado o processo realizado pelo GT junto à cooperativa mencionada. A intervenção consistiu em atuar com vistas a melhorias na qualidade de vida e ao fortalecimento das atividades de geração de trabalho e renda do empreendimento de economia solidária na área de reciclagem na cidade de Canoas através da aplicação do Programa 5S.

Segundo Nakata (2000), o Programa 5S, desenvolvido no Japão, é assim chamado devido à primeira letra de 5 palavras **japonesas**: *Seiri (utilização)*, *Seiton (ordenação)*, *Seiso (limpeza)*, *Seiketsu (higiene)* e *Shitsuke (autodisciplina)*, significando os cinco sentidos. Tem a finalidade de preparar o ambiente organizacional para a

melhoria contínua, promovendo a alteração do comportamento das pessoas e proporcionando a reorganização do ambiente de trabalho. Limpeza, organização dos setores e mudanças de atitudes dos cooperados são atividades conjuntas na reflexão e no desenvolvimento de comportamentos saudáveis para o entendimento do 5S.

Para Pertence e Melleiro (2010), o programa 5S é um sistema que organiza, mobiliza e transforma pessoas e seu ambiente de trabalho. Vanti (1999) destaca que as principais metas do programa 5S são a satisfação do cliente, qualidade, segurança, motivação e a economia de recursos escassos e que, sem que a organização perca a vista de seu objetivo principal, o lucro, o programa propõe criar as condições básicas para o desenvolvimento de organizações responsáveis socialmente. Ainda, Vanti (1999) menciona que o conceito-chave para o programa é a motivação coletiva; é fundamental motivar as pessoas para agir com entusiasmo. Também Silva, Beuren e Raupp (2005) afirmam que o programa 5S é simples, mas pode mudar a compreensão das pessoas referente à qualidade de vida no trabalho, porém é necessário que haja uma adequada divulgação do programa, para que todos se conscientizem da importância do mesmo para a organização.

Um galpão de reciclagem necessita tanto quanto outro ambiente de trabalho de organização para que o trabalho possua um fluxo linear. Enfatizado ainda mais pelo modelo autogestionário de um empreendimento econômico solidário, em que o trabalho realizado é totalmente coletivo, necessitando de uma maior organização, que tenha um bom desenvolvimento. Independente do ramo de atividade ou porte, as organizações buscam continuamente o aumento de produtividade e redução de custos num ambiente adequado ao trabalho, com o objetivo de otimizar seus ganhos, sejam eles tratados como lucro em organizações comuns ou como renda no caso da economia solidária. Nessa perspectiva, o foco principal da implantação desse programa na COOPCAMATE foram o aperfeiçoamento e a ampliação do processo produtivo desenvolvido na cooperativa através da aplicação dos seus três primeiros sentidos.

2. Aplicação do Programa 5S na COOPCAMATE

A COOPCAMATE – Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Canoas Ltda., constituída por pessoas que se uniram para explorar uma oportunidade de trabalho através da reciclagem de resíduos sólidos urbanos, apresenta uma precariedade na condução de seus processos internos. O galpão de reciclagem da COOPCAMATE apresentava uma desorganização na utilização do espaço físico. A Figura 1 põe à vista a situação encontrada na etapa de diagnóstico da condição real de trabalho daquela cooperativa.

Figura 1: Situação Atual do Espaço Físico da Coopcamate



Fonte: Arquivo Fotográfico Sinergia Consultoria Júnior (2013).

Créditos das fotos: Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier.

A desorganização aparente não favorecia a consecução de um processo produtivo e agregador de valor; pelo contrário, acarretava reduções na geração da renda mensal dos cooperados, perdas de produtividade e desmotivação nos cooperados. De igual maneira, a presente desorganização não visava a nenhuma preocupação com questões de qualidade de vida no trabalho.

Considerando a situação encontrada na disposição física da COOPCAMATE e, conseqüentemente, no enfoque biopsicossocial², assim como a maneira pela qual o processo produtivo se desenvolvia, verificou-se a necessidade de uma intervenção organizacional que alterasse essa realidade.

Nesse sentido, a Sinergia Consultoria Júnior (composta por alunos da graduação do UNILASALLE) propôs e acompanhou a aplicação do Programa 5S com vistas a proporcionar melhorias nas condições de trabalho, desenvolvimento social e aumento na geração de renda na COOPCAMATE. A partir de

² Equilíbrio psíquico, físico e social.

uma reunião de sensibilização com a coordenação da cooperativa foi estabelecido um processo sistemático para posicionar e relacionar a cooperativa frente às exigências requeridas com a implantação do Programa 5S. Dessa reunião de sensibilização foi formado um “Comitê 5S”. Tal instrumento, constituído de cinco pessoas, foi formado pela gerência da COOPCAMATE e pelas cooperadas com maior tempo de atuação junto ao empreendimento de economia solidária.

O objetivo do referido comitê era atuar como facilitador junto ao grupo de cooperadas sobre o treinamento dos conceitos relativos à implantação do programa; todo o trabalho do “Comitê 5S” foi supervisionado pelo Grupo de Trabalho – GT. Uma vez que o grupo de cooperadas³ estava capacitado sobre a operacionalidade da referida ferramenta gerencial, foi realizada uma Avaliação Pré-5S.

O resultado dessa etapa culminou na identificação de três focos de ação: (1) Limpeza do espaço físico; (2) Desenho do novo espaço físico; (3) Reorganização do leiaute. Essas ações provocaram maior conscientização do papel efetivo do grupo em torno da melhoria das condições de trabalho.

A análise decorrente da pré-avaliação possibilitou que fosse definido um plano de ação para o alcance do sucesso de implantação do programa, conforme quadro 1, abaixo.

Quadro 1: Definição do Plano de Ação

O que	Por que	Como	Quem	Quando	Onde
Limpeza do espaço físico	Asseio do galpão de reciclagem	Descarte dos materiais desnecessários para a reciclagem de resíduos sólidos urbanos.	“Comitê 5S” sob a orientação do GT.	Janeiro – maio 2013	Galpão de Reciclagem da COOPCAMATE
Desenho do novo processo produtivo	Otimização das etapas componentes da reciclagem de resíduos sólidos urbanos.	Padronização dos subprocessos que compõem a reciclagem de resíduos sólidos urbanos.		Maio de 2013	
Reorganização do leiaute	Melhoria na realização do processo produtivo.	Reposicionamento físico no galpão de reciclagem da esteira de produção e das duas prensas.		Junho 2013	

Fonte: Autoria Própria (2014).

³ Na COOPCAMATE até o presente momento só atuam mulheres como cooperadas. São moradoras do bairro Mathias Velho na cidade de Canoas, com faixa etária de 25 anos a 65 anos de idade.

A partir da reunião de sensibilização com o grupo de cooperadas e da Avaliação Pré-5S, o GT em conjunto com o “Comitê 5S” realizou o DIA “D”. Nessa etapa, foi iniciada a operacionalização do plano de ação como um processo contínuo para o alcance das atividades definidas durante a pré-avaliação.

Após um trabalho efetivo, quer do GT como do “Comitê 5S”, ainda no âmbito da sensibilização para o enfoque biopsicossocial de suas atividades profissionais, as cooperadas conseguiram ressignificar o modelo participativo de gestão. Como primeiro resultado foi observada uma mudança radical na disposição física dos equipamentos e na limpeza do galpão de reciclagem, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2: Novo Leiaute do Galpão de Reciclagem após a realização do Dia D



Fonte: Arquivo Fotográfico Sinergia Consultoria Júnior (2013).

Créditos das fotos: Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier.

Importante destacar que, para atingir os objetivos propostos pelo programa, as cooperadas criaram algumas estratégias para o desenvolvimento do trabalho. Houve uma divisão no trabalho de triagem entre o material antigo (material depositado na cooperativa há mais de dois anos) e o material novo (coleta seletiva diária); o grupo dividiu-se para dar conta da triagem, conforme relata cooperada: “[...] *dai ficava ali naquele canto da porta a tia Eva e a guria que tava aqui [...]*”. Também realizaram mutirão de trabalho aos sábados: “[...] *Dai eu disse pra gente pegar no sábado ou no feriado, em vez de todo mundo ir pra esteira, vamos todo mundo pôr a mão ali, foi o que deu [...]*”. E principalmente o desejo de ver o galpão limpo e organizado, tornando o ambiente de trabalho mais agradável.

A partir da implantação da ferramenta 5S na Coopcamate foram desenvolvidos instrumentos gerenciais que possibilitaram à cooperativa organizar o seu local de trabalho, mantê-lo limpo e iluminado, bem como manter condições de saúde, higiene e autodisciplina necessárias para realizar o processo de reciclagem de resíduos sólidos urbanos com qualidade. Essa tarefa acarretou um incremento na produtividade e nas relações interpessoais entre as cooperadas. Conforme se destaca a fala de uma cooperada: “[...] e agora é só botar a bola pra frente, e é só pegar, terminou o lixo velho [...]”; “agora tá muito boa essa cooperativa, precisa mais ainda, a gente não vai ficar só nisso[...]”.

O Programa 5S pode ser considerado, nesse caso, como uma ferramenta gerencial básica. Procurou, por excelência, o estabelecimento de padrões satisfatórios para uma ressignificação da cultura organizacional da cooperativa. As alterações nos processos de trabalho decorrem efetivamente da mudança no comportamento das cooperadas que atuam diretamente na produção.

Considerações finais

Foi realizada uma reunião com todos os envolvidos para a divulgação dos resultados alcançados tanto nos aspectos pertinentes à mudança do espaço físico como no aumento da geração de renda originada pela estruturação do novo processo produtivo. Nessa etapa, o Grupo de Trabalho e o “Comitê 5S” relataram as principais modificações a partir da aplicação do Programa 5S, no que tange aos ganhos econômicos oriundos da intervenção organizacional, pois já na primeira quinzena de 2013 a COOPCAMATE obteve um aumento da ordem de 50% na renda mensal dos cooperados, assim como a melhoria nas relações interpessoais entre as cooperadas. O Grupo de Trabalho destacou a importância da manutenção da nova realidade gerada pela intervenção. Outrossim, durante a realização do programa, uma parceria da Sinergia Consultoria Júnior com uma grande empresa de Canoas/RS (que inclusive é uma grande geradora de

resíduos para as cooperativas) proporcionou aos cooperados a doação de carrinhos para a movimentação de materiais no galpão e paleteiras que a cooperativa não possuía. O transporte dos bags, fardos e todo tipo de material era realizado manualmente pelas mulheres. Os carrinhos contribuíram para a diminuição do esforço físico das cooperadas e maior rendimento no trabalho diário.

Os resultados encontrados foram a redução significativa das interrupções na rotina de trabalho, diminuição da necessidade de locomoção interna devido à mudança no leiaute e melhoria na qualidade e na velocidade do atendimento interno e externo em decorrência do novo processo produtivo empregado. Cabe destacar que o principal ganho com a aplicação do Programa 5S na COOPCA-MATE foi a mudança de atitudes e comportamentos das cooperadas, à medida que se percebeu uma nova disposição mental para a adoção de ações de melhoria contínua na cooperativa.

Outro aspecto a ser considerado foi a adequação da metodologia de implantação do Programa 5S na cooperativa. Dadas as suas peculiaridades internas, tais como formação das cooperadas, recursos materiais e financeiros disponíveis para a consecução da metodologia, o Programa 5S levou a cooperativa a uma mudança interior em sua cultura organizacional e à busca de novos desafios.

Referências

BEUREN, Ilse Maria; SILVA, Aline Cristina da; RAUPP, Fabiano Maury. Aplicação dos 5 S's em um escritório de contabilidade com vistas à obtenção do selo de qualidade. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro/RJ, v. 7, n. 27, p. 10-17, 2005.

DEWEY, John. **Democracia cooperativa**: escritos políticos escolhidos de John Dewey. Porto Alegre: EDIPUCRS – PUC/RS, 2008.

FROES, C.; NETO, F. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa**: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, EDUCACIONAL E ASSOCIATIVO. **Projetos para Cooperativas e Associações**. Disponível em: <http://www.ibraes.org.br/>. Acesso em: 31 jan. 2014

MONTANA, Patrick J.; CHARNOCK, Bruce H. **Administração**: Série Essencial. São Paulo: Saraiva Brasil, 2010.

NAKATA, Kenji. **Acerto 100%, desperdício zero**: um novo conceito dos 5S. São Paulo: Editora Infinito, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Promoção e defesa dos interesses das cooperativas**. Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp. Acesso em: 31 jan. 2014.

PERTENCE, Poliana Prioste; MELLEIRO, Marta Maria. **Implantação de ferramenta de gestão de qualidade em hospital universitário**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n4/24.pdf>. Acesso em: mar. 2014.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SCHOLZ, Robinson Henrique; VERONESE, Marília Veríssimo. Liderança na economia solidária: o caso da cooperativa metalúrgica Cooperei. **Economia Solidária e Ação Cooperativa**, UNISINOS, V. 1, n. 2, p. 01-10, 2008.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 81-129, 2002.

VANTI, Nádia. **Ambiente de qualidade em uma biblioteca universitária: aplicação do 5S e de um estilo participativo de administração**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a11.pdf> >. Acesso em: mar. 2014.

VERONESE, Marília Veríssimo; SCHOLZ, Robinson Henrique. A difícil construção da liderança solidária compartilhada. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 41-64, jul./dez. 2013.

Práticas de gestão financeira: o caso do Fórum de Economia Popular Solidária de Canoas/RS

Miryan Raquel Lourenço

Resumo: Este artigo visa analisar a necessidade das práticas de gestão financeira dentro do Fórum de Economia Popular Solidária de Canoas/RS (FEPS), na busca de uma melhor compreensão das práticas utilizadas. A gestão financeira é a utilização de análises ou ferramentas para assegurar a estrutura financeira de uma organização. O planejamento financeiro é fundamental para a tomada de decisão na organização a curto e longo prazos. Para isso, o controle financeiro é indispensável e permite a compreensão do comprometimento dos recursos financeiros ou materiais de uma empresa como um fator determinante na hora de investir. A importância desta pesquisa é justificada através de um ideal maior na valorização do trabalho do fórum, mas com embasamento teórico acadêmico no que tange à aplicação de práticas financeiras para a sustentabilidade econômica do fórum. A pesquisa tem como método o estudo de caso, de cunho qualitativo e exploratório, com a aplicação das seguintes técnicas de coleta de dados: foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com parte da coordenação do FEPS e cinco observações diretas nas reuniões e análises documentais. Foi utilizada a análise de conteúdo no presente estudo, que resultou as reais necessidades como aplicação dos recursos disponíveis em caixa para um melhor controle financeiro e uma adequação na forma como são feitos registros no livro-caixa. Foi de suma importância a pesquisa; fica nítido que houve um crescimento muito significativo nos últimos anos. Os 56 empreendimentos são exemplos de uma economia solidária que promove desenvolvimento social e trabalho e renda, sendo respondido o objetivo geral da pesquisa; as práticas existentes são fundamentais para a sustentabilidade econômica na Economia Solidária.

Palavras-chave: Gestão Financeira; Economia Solidária; Fórum de Economia Solidária.

1. Introdução

O Fórum da Economia Solidária do município de Canoas é o campo de pesquisa em questão neste artigo: suas práticas e suas ferramentas de gestão, compreensão das reais necessidades de sua estrutura e se realmente podemos

com isso responder a seguinte questão: Práticas de Gestão Financeira no Fórum de Economia Solidária são necessárias para uma maior sustentabilidade econômica?

O objetivo geral é analisar as práticas que o fórum executa de forma simples e aplicável na sua estrutura de funcionamento. Os objetivos específicos desmembrados do geral são: a) identificar as práticas de gestão financeira; b) compreender os limites de sua estrutura; e c) caracterizar as práticas de gestão financeira que possam ser agregadas no dia a dia do fórum composto por 56 empreendimentos solidários.

Segundo Oliveira e Zanin (2011), nos últimos 20 anos a economia solidária aparece como uma opção para aqueles trabalhadores desempregados, para aqueles que de alguma forma foram excluídos do mercado de trabalho capitalista.

Como afirma Lisboa (2005, p. 109),

[...] uma das originalidades da economia solidária é estar no mercado sem se submeter à busca do lucro máximo, pois, alinhado com a ideia de finanças solidárias, “quando um empreendimento econômico abre mão da possibilidade de maximizar os lucros em função duma perspectiva social e ecológica, então esta empresa tem postura solidária dentro da troca mercantil”.

O artigo tem como base ajudar e valorizar o trabalho que é feito dentro do Fórum da Economia Solidária de Canoas devido à necessidade, pois os empreendimentos solidários hoje são de importância pública para que cada vez mais cresçam e possam ajudar um maior número de pessoas que estão fora do mercado de trabalho. Nesta perspectiva, busca-se contribuir na melhora da sua estrutura financeira, sem ferir sua real finalidade, que é gerar mais trabalho e renda favorecendo a inclusão social.

2. Gestão Financeira

A Gestão Financeira é uma prática utilizada para melhorar a operação dos recursos financeiros, de forma a proporcionar o melhor resultado possível, no que diz respeito ao negócio da empresa, na relação de busca a maximizar a riqueza econômica dos empreendedores, ou acionistas, no mercado capitalista; é coerente com os objetivos das empresas. Uma empresa deve ser lucrativa o suficiente para adequadamente pagar o capital investido; sua organização garante sua continuidade, eleva suas expectativas de crescimento, gerando empregos e trabalhos.

De acordo com Gitman (1997), algumas pessoas acreditam que o objetivo dos proprietários é sempre a maximização do lucro. Para atingir o objetivo de

maximização do lucro, o administrador financeiro toma apenas aquelas providências, que, espera-se, darão maior contribuição para a lucratividade da empresa. Assim, entre as alternativas consideradas, o administrador financeiro escolherá aquela que resultar no maior retorno monetário possível.

Conforme Ross, Westerfield e Jordan (1998), a maximização do lucro é o objetivo empresarial mais citado, mas não é um objetivo muito preciso, uma vez que providências tais como o adiamento de gastos de manutenção, a não reposição de estoques e outras medidas de curto prazo, tendentes a reduzir custos, provocarão aumento do lucro; não são, necessariamente, desejáveis. Portanto tal objetivo não nos diz qual é o equilíbrio apropriado entre lucro corrente e lucro futuro.

Para uma empresa, a tomada de decisão financeira é um processo contínuo e inevitável. Das três decisões (de investimento, de financiamento e de dividendos), a decisão de investimento é considerada a mais importante, pois envolve a identificação, avaliação e seleção da melhor opção de alocação de recursos capaz de contribuir para o maior resultado econômico futuro. De maneira simplificada, independentemente da natureza da atividade operacional praticada, a organização é tomadora de duas grandes decisões: decisão de investimento, ou seja, aplicação de recursos; e decisão de financiamento, ou seja, captação de recursos.

Levando isso para dentro do Fórum da Economia Solidária, deve-se considerar a diferença de visão capitalista para uma mais social e empreendedora no sentido de geração de renda familiar e inclusão social para aqueles menos favorecidos, mas não deixando de ter uma visão de concorrência dentro do mercado. Isso se justifica porque há uma busca de reconhecimento dos empreendimentos solidários na conquista de espaço com suas Feiras Solidárias, fazendo assim com que gere certa concorrência com o comércio local, devido ao preço justo dos produtos comercializados, gerando retorno aos empreendimentos.

Na visão de Gaiger (1994, p. 36-37):

Enquanto alguns procuram gerar renda, “fazendo como dá”, outros investem pesado, apostando na competitividade. Enquanto alguns nascem de necessidades materiais prementes, outros se inspiram numa grande causa social. Enquanto alguns são obra de pequenos proprietários com níveis modestos, mas reais de poupança, outros aparecem em situações de marginalização e extrema pobreza.

Com relação às práticas financeiras com a maximização da riqueza, isso não se aplica ao Fórum de Economia Solidária, pois nesse contexto não tem relação, mas de certa forma esse empreendimento tem geração de renda e oportunidade de trabalho e com isso gera rendimentos devendo ser investido e apli-

cado da melhor maneira visando à gestão financeira mais adequada para o empreendimento solidário.

2.1 Planejamentos financeiros

É um processo de desenvolvimento e implementação de um plano personalizado para evitar ou resolver problemas financeiros com o objetivo de alcançar metas previamente determinadas. Essa forma sistemática de se planejar pode ser empregada tanto na nossa vida pessoal como em ambientes empresariais. Formaliza a necessidade de crescimento de uma organização, identificando problemas e desafios futuros, para optar por ativos rentáveis e condizentes com a empresa. Um bom planejamento financeiro viabiliza ótimos resultados a qualquer tipo de serviço, tanto social como empresarial; desse modo, o objetivo do planejamento financeiro é evitar surpresas e desenvolver planos alternativos.

Segundo Ross (1998, p. 82), “Planejamento Financeiro formaliza a maneira pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Em visão mais sintetizada, um plano financeiro significa uma declaração do que a empresa deve realizar no futuro”. O planejamento dá à empresa segurança e percepção, para que possa tomar decisões e não seja surpreendida. Gitman (1997, p. 588) menciona:

O planejamento financeiro é um dos aspectos importantes para funcionamento e sustentação de uma empresa, pois fornece roteiros para dirigir, coordenar e controlar suas ações na consecução de seus objetivos. Dois aspectos-chave do planejamento financeiro são o planejamento de caixa e de lucros; primeiro envolve o planejamento do orçamento de caixa da empresa; por sua vez, o planejamento de lucros é normalmente realizado por meio de demonstrativos financeiros projetados, os quais são úteis para fins de planejamento financeiro interno, como também comumente exigido pelos credores atuais e futuros.

O planejamento financeiro é a forma de analisar melhor os problemas e agir sobre eles e criar mecanismos para atingir as metas seja no âmbito pessoal ou empresarial. Para Gitman (2001, p. 434), “o planejamento financeiro é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos”.

Segundo Ross (1998, p. 82), “Planejamento Financeiro formaliza a maneira pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Em visão mais sintetizada, um plano financeiro significa uma declaração do que a empresa deve realizar no futuro”.

Com isso, levando para a realidade do Fórum da Economia Solidária, deve se ter um planejamento sempre bem estruturado para uma visão mais sistê-

mica de problemas e dificuldades que são enfrentados diariamente para o crescimento dos empreendimentos solidários para a geração de mais renda e diminuir a diferença social nas cidades; no planejamento levam-se em consideração suas expectativas para futuro, pois independente do empreendimento todos têm objetivos, e para alcançá-los devemos planejar antes; hoje isso é imprescindível para não ser surpreendido por situações adversas do dia a dia.

2.2 Controles financeiros

Os controles financeiros devem fazer parte da política de qualquer organização, pois protegem os recursos contra desperdícios, ineficiências e desvios e segurança de seus ativos. Analisando a questão de aplicação dos controles financeiros, é adequando dentro da realidade do empreendimento e suas necessidades através da melhor forma e método.

Caixa e Bancos é o setor mais provável de sofrer desvios e desfalques, como fazer o registro da venda a menor, deixar de registrar vendas, etc. Efetivamente é o controle das entradas e saídas do caixa e controlar o saldo do banco através de extratos.

Controle de Contas a Receber é usado para que se possa acompanhar o resultado das vendas a crédito e evitar a inadimplência.

Controle de Contas a Pagar controla os pagamentos de fornecedores e de outros pagamentos que tenham a ver com outras atividades da empresa.

Dessa forma, é possível afirmar que ferramentas importantes e indispensáveis para os empreendimentos são o planejamento e o controle financeiro, pois eles oferecerão condições mais confiáveis para a tomada de decisões importantes na gestão do negócio (RICARDINO; MARTINS, 2004).

Segundo Nakayasu e Sousa,

[...] o orçamento e o controle financeiro permitem à organização ter parâmetros das necessidades dos recursos materiais, humanos e financeiros que precisará. Ao mesmo tempo, ambos viabilizam uma melhor utilização de caixa, uma vez que permitem dimensionar quando e quanto será necessário em determinados períodos. Outro ponto importante é poder detectar se um determinado investimento ou negócio é viável financeiramente, pois as fontes de recursos financeiros são limitadas para a maioria das organizações e empresários (2004, p. 2).

Concretizando o raciocínio, levando para dentro da lógica do Fórum, o controle de Caixa é considerado uma ferramenta indispensável. Como todo empreendimento sempre tem entradas e saídas de valores, esse controle pode ser utilizado para uma melhor adequação e segurança, para concretizar objetivos como aquisições, investimentos, pagamentos de despesa dos empreendimentos,

mas como essas ferramentas podem ser precárias como somente um livro-caixa e falta de segurança do caixa podem levar a uma falha ou até mesmo ao enfraquecimento econômico de sua estrutura e funcionalidade.

3. Economia Solidária

Ao longo das últimas décadas, a Economia Solidária vem sendo estudada como uma oportunidade de crescimento interno, bastante focada na economia dentro de comunidades de baixa renda, fazendo muita diferença e criando mecanismos de desenvolvimento social, mas com cooperação de todos os envolvidos. “A economia solidária articula o desenvolvimento socioeconômico nas regiões em que tem sido aplicada, proporcionando distribuição de renda e inclusão social às classes de baixa renda, desempregados e empobrecidos” (HESPANHHA et al., 2009, p. 162).

A economia popular vem buscando novas formas de geração de renda para que haja um desenvolvimento econômico de um país, pois

nas últimas décadas do século XX e no limiar do XXI, estão ocorrendo transformações relacionadas ao processo de trabalho. Estas transformações vêm gerando uma substituição dos trabalhadores – especialmente os menos qualificados. Assim, a atualidade vem exigindo a criação de alternativas de geração de trabalho e renda como fonte de subsistência aos sujeitos que comumente estão à margem do mercado formal de trabalho. Diante desta realidade, a Economia Popular Solidária vem configurando-se no Brasil – diante do processo de reestruturação do capital – como uma das alternativas existentes para os sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho, visando à geração de trabalho e renda (GOERCK, 2009, p. 85).

Segundo Leboutte (2003), quando o trabalhador não é proprietário dos meios produtivos, a economia solidária surge como a força propulsora dos próprios trabalhadores; o processo ocorre nos países que não fazem parte do grupo dos países mais desenvolvidos e é fruto também da evolução do próprio processo de trabalho.

Conforme Gaiger (2000), a economia popular, apesar de estar dentro de um sistema capitalista, tem como importância maior gerar renda aos trabalhadores fora dos sistemas oficiais de trabalho e de acumulação de capital; a economia popular tem um caráter informal e de emergência.

Na visão de Singer (1999, p. 136), “a economia solidária lança os alicerces de novas formas de organização da produção à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista”. O que significa que a economia solidária vem se fortalecendo e mesmo que de uma forma diferenciada do mercado capitalista.

Segundo Zart et al. (2009, p. 45),

são participantes da economia solidária os empreendimentos urbanos ou rurais, baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão. São organizações de produtores, consumidores e de crédito que se diferenciam por estimular e praticar a solidariedade entre os membros e a autogestão.

Para Hespanha et al. (2009, p. 162), o conceito de economia solidária, mesmo que com algumas diferenças, é utilizado em todo o mundo, surge com o mesmo idealismo de solidariedade, diferente do individualismo arraigado no capitalismo. Fazendo referência ao “agir coletivo da economia solidária, substanciado na autogestão, institui novos protagonistas no mundo de trabalho e nos embates da cidadania, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa”.

Como podemos observar na figura a seguir, uma estrutura bem organizada da Economia Solidária em nosso país não deve confundir os empreendimentos solidários com instituições de caridade, mas sim empreendimentos com uma visão de empreendedorismo, com uma nova proposta de trabalho e geração de renda, pois nos dias de hoje com a competitividade e falta de trabalho a Economia Solidária só vem ajudar no combate ao desemprego e no desenvolvimento social.

Figura 1: Economia Solidária no Brasil



Fonte: Site www.fbres.org.br.

Segundo Singer (apud CALDAS et al., 2011, p. 297), a economia solidária difunde-se dentro de uma supremacia capitalista com um modo diferenciado de ver as coisas, emergindo da necessidade “do capitalismo em atender todos os modos de produção, caminhando a seu lado, podendo combater o sentido de capitalismo feroz e selvagem, sem declarar guerra ao sistema; buscando um ponto de equilíbrio com igualdade e equidade social e econômica para todos”.

A gestão de uma rede colaborativa solidária necessariamente tem que ser democrática, “pois a participação dos membros é inteiramente livre, respeitando-se os acordos firmados entre eles. Em sua identidade destacam-se caracterís-

ticas de gestão descentralizadora e participativa, coordenação e regionalização que asseguram a autogestão de cada rede” (HESPANHA et al., apud CALDAS et al., 2011, p. 298).

A economia solidária e as instituições apoiadoras buscam maneiras de gerar trabalho e renda de forma coletiva, sem, entretanto, estar fora do sistema econômico capitalista nos 27 estados brasileiros e exerce papel de suma importância. Na visão de vários autores, temos muitos conceitos sobre economia solidária, mas em síntese as características principais são solidariedade e autogestão, que são geridos pelos próprios trabalhadores, que são os maiores beneficiários.

As universidades têm um papel muito importante na construção e no apoio à economia solidária com predisposição à pesquisa e extensão, contribuindo com a assistência técnica, pesquisa e elaboração de novas perspectivas e alternativas desenvolvidas por intermédio de incubadoras universitárias, que contam com o apoio e o envolvimento de técnicos, professores, pesquisadores e acadêmicos, sua participação e valorização da economia solidária. A mobilização acadêmica tem como objetivo assessorar esses trabalhadores com capacitação e inserção de cooperativas de diversos ramos no mercado de trabalho.

Pode-se, portanto, entender a economia solidária como forma de desenvolvimento social através da cooperação na busca de se inserir no mercado de trabalho, mesmo que seja de uma forma não convencional, pois há necessidades e falta de oportunidades para esses trabalhadores que estão na busca de melhores condições de trabalho e renda.

4. Fórum Brasileiro de Economia Solidária

O FBES é fruto do processo histórico que surgiu no I Fórum Social Mundial (I FSM), que contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001. Aí foram realizados debates e reflexões dos participantes na oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, em que se tratava da auto-organização dos trabalhadores, políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda. Existem no país 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios angajados pela Rede de Gestores em Economia Solidária.

Segundo informações retiradas da IV Plenária Nacional de Economia Solidária:

O FBES é a ferramenta que movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela constru-

ção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico do país que idealizamos. Tem finalidades importantes de representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais, ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais (p. 55).

Neste contexto está a importância do FBES como instrumento que os movimentos de Economia Solidária utilizam na busca de melhoria nas políticas públicas e espaços de trabalho nessa economia que se aponta como uma mola precursora de uma economia sustentável, dando apoio aos fóruns na hora de acompanhar de forma ativa e crítica.

Na compreensão de Gaiger (2003, p.135),

os empreendimentos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência.

4.1 Empreendimentos Solidários

São reconhecidas pelo FBES organizações que sigam os seguintes critérios como: cooperativas, associações, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos informais e bancos comunitários. Com relação aos participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbano ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como destinos dos resultados e vários outros critérios; mas o fundamental é que sejam organizações que respeitam gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, grupos sociais minoritários como comunidades e respeitam o direito dos trabalhadores e a não exploração do trabalho infantil e trabalho forçado coagido e que valorizam o compartilhamento, entre homens e mulheres, do trabalho reprodutivo e do cuidado com as pessoas.

Quanta à atuação, os empreendimentos no meio em que estão inseridos devem: buscar organizar-se em redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidários, conglomerados, entre outras formas coletivas para além do empreendimento isolado. Já com relação ao fórum local, os empreendimentos que foram eleitos para as coordenações locais e nacionais devem representar o conjunto dos demais empreendimentos, independente do ramo produtivo, e considerar que ele representa o fórum local nas reuniões nacionais e não apenas o segmento de empreendimentos. Com isso, para a representação dos fóruns locais, deve-se priorizar a escolha de empreendimentos que se articulam e que haja discussões mais amplas sobre desenvolvimento, ampliando

sua ação política, tanto localmente (comunidade, bairro, cidade) como nos debates em nível nacional e internacional.

4.2 Entidades de assessoria

O FBES reconhece como entidades que desenvolvem efetivamente ações nas mobilidades de apoio direto junto ao empreendimento solidário, como capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomenta o crédito e a assistência técnica e organizativa. E que tenham suas atividades e participação regulares dentro do Fórum, e não eventuais ou corporativas, e subsidiem o Fórum na elaboração e no fomento de políticas. Tenham critérios ambientais nas suas atividades e respeito às diferenças de gênero, raça, etnia, geração e diferenças sexuais em suas ações e atividades, assumindo práticas autogestionárias na sua atividade e fomento e assessoria. As entidades de assessoria devem trabalhar coletivamente e articular-se na busca de ações conjuntas de apoio aos fóruns locais (IV Plenária Nacional de Economia Solidária).

4.3 Gestores Públicos

São os responsáveis pela elaboração e execução e coordenam a políticas públicas de economia solidária. Mas para que os gestores públicos participem do FBES, devem ter os seguintes critérios: a sua representação deve ser em rede e não de modo individualizado. Dessa forma, trazem o debate que não reflete apenas a sua atuação específica, mas de uma forma ampla de política pública para a economia solidária e ter representação em rede em qualquer nível de federação – municipal, estadual, federal – e também devem respeitar as diferenças de raças, etnias, gênero em suas atividades (IV Plenária Nacional de Economia Solidária).

O FBES é originado das necessidades de uma luta ao bem maior, independente de classe ou diferenças humanas ou situação financeira, mas sim uma forma de buscar melhorias e sustentabilidade na geração de renda e formação cultural e política e autogestão, que através do fórum fomenta a luta por melhorias nas políticas públicas, de forma que os envolvidos se respeitem e lutem pelos seus direitos ao trabalho e renda para um desenvolvimento social; principalmente para que nas classes mais carentes tenham um forte impacto.

De acordo com Nanci (1993, p. 52):

Precisamos ter em mente que as organizações de superfície comuns de autogoverno e de interesse social não são tão simples como parecem. Cada tipo representa uma solução idealizada para a natureza de um conflito particular que a respectiva organização enfrenta e, naturalmente, há diversas variações possíveis de cada tema principal. Depende muito dos interesses sociais envolvidos e

da interação dos líderes e membros das organizações à medida que ela se move da democracia participativa para a autogestão.

Nessa concepção de autogestão aplicada dentro dos fóruns locais e estaduais ou brasileiro, são formas de liberdade e direito iguais entre todos os participantes dos empreendimentos solidários que fazem parte dessa nova economia, que aponta em nosso presente e no futuro para a idealização de um bem maior sem exploração de trabalho, acabando com as raízes da hierarquia aplicadas nas empresas capitalistas, trazendo uma visão participativa e de uma gestão que busca o desenvolvimento econômico sem diferenças.

5. Método

Esta pesquisa se caracterizou por uma abordagem de natureza qualitativa e configurou-se como um estudo de caso. A tipologia desse estudo investigativo pode ser definida como descritiva e exploratória.

A abordagem qualitativa permite ir além de números e dados estatísticos, tendo a realidade social através da vida individual e/ou coletiva e seus significados. Segundo Minayo, “essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela” (2004, p. 15).

Uma pesquisa exploratória segundo Gil (1999, p. 21):

Visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.

A abordagem é coerente com a formulação do problema e com os objetivos do projeto; por tratar-se de um estudo de caso, foi desenvolvido através de observações e relatos dos participantes do Fórum.

Contribuindo com essa afirmação, para Yin (2010), estudo de caso é uma investigação de natureza empírica e baseia-se fortemente no trabalho de campo. Estuda uma dada entidade no contexto real, tirando todo o partido possível de fontes múltiplas de evidência, como entrevistas, observações, documentos e artefatos.

Conforme Yin (2010, p. 24), “como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados”. Por essa razão foi o método que melhor se aplicou no caso em questão tratando-se de uma organização totalmente fora dos termos capitalistas e de uma estrutura informal em questões financeiras.

A investigação realizou-se através de observações diretas e anotações que aconteceram em encontros e reuniões do Fórum. Deve-se conhecer o campo de estudo primeiramente para depois estruturar questionamentos sobre o problema que será tratado ao longo da pesquisa. Primeiramente, foi feito o reconhecimento do campo teórico e aprofundamento com algumas participações e entrevistas semiestruturadas. Nessa coleta de dados foram utilizadas algumas ferramentas, como gravador, por exemplo, para uma melhor segurança nas informações para que tudo ficasse registrado e que não houvesse distorções ou perda de informações.

Através da coleta de dados a pesquisa começa realmente a tomar forma; os conceitos teóricos são embasamentos que fortalecem os objetivos e as análises. Dessa forma se torna questionável a real finalidade do problema de pesquisa; torna-se difícil no primeiro momento identificar conceitos para uma melhor coleta; com isso o pesquisador deve ter uma visão sistêmica e uma mente questionadora, segundo Yin. “Os estudos de caso exigem uma mente questionadora durante a coleta de dados, não apenas antes ou depois da atividade. A capacidade de formular e propor uma boa questão são, portanto, um pré-requisito para os investigadores de estudos de caso” (YIN, 2010, p. 95).

A análise de documentação, pela sua própria particularidade, é uma importante fonte de dados, e nela as informações podem ser originadas de vários documentos existentes no ambiente pesquisado. O uso da documentação necessita ser cauteloso, visto que, conforme Yin (1989), os documentos não podem ser aceitos como registros literais e precisos dos acontecimentos ocorridos e seu uso deve ser planejado para que convenha para informar e aumentar as evidências decorridas de outras fontes.

Para esta pesquisa se utilizaram os documentos existentes no Fórum, como livro-caixa dos últimos anos, de 2009 até junho de 2013, e o livro de Atas das reuniões, nas quais foram registradas todas as decisões tomadas neste último ano de forma mais detalhada; o período da pesquisa iniciou em março 2013 e foi até outubro de 2013; tratando-se de um empreendimento que é totalmente diferente de empresa convencional é necessário entender detalhadamente sua forma de gestão com todos os seus documentos existentes.

Para uma melhor compreensão, as entrevistas semiestruturadas são uma fonte eficaz de evidências para o estudo de caso (YIN, 1989), uma vez que os estudos de caso em pesquisa social lidam geralmente com atividades de pessoas e grupos. A dificuldade é que isso pode sofrer a influência dos observadores e entrevistadores e, por isso, podem ser reproduzidas e explicadas de acordo com o comportamento peculiar de quem faz e relata a entrevista. Dessa forma foram realizadas duas entrevistas pela autora deste artigo, sem nenhum interesse ou

vínculo pessoal com o Fórum a não ser entender os processos para uma melhor contextualização da pesquisa realizada, sendo as entrevistadas duas coordenadoras do Fórum; uma delas foi responsável pelo financeiro no período anterior a 2013, e a outra é responsável no período em que ocorreu a pesquisa.

Mas, através das observações diretas no local estudado, um observador preparado pode fazer observações e coletar evidências a respeito do caso em estudo. “Essas evidências geralmente são úteis para prover informações adicionais sobre a questão de estudo” (YIN, 1989, p. 91). Com relevância às observações diretas no empreendimento estas foram fundamentais para agregar à pesquisa informações essenciais nas coletas de dados. Foram realizadas cinco observações diretas nas reuniões realizadas no Fórum no período de abril até setembro de 2013, em que houve intervalos maiores de 15, 30 até 60 entre as observações.

A Análise de Conteúdo foi o método mais apropriado para essa pesquisa. Conforme esclarece Bardin (2009), este é caracterizado pela expansão das aplicações da técnica a disciplinas muito diversificadas e pelo aparecimento de interrogações e novas respostas no plano metodológico. A análise de conteúdo constitui uma metodologia de investigação empregada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos e textos para atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

5.1 Contextualizações do Fórum de Economia Popular Solidária de Canoas

O Fórum de Economia Popular Solidária de Canoas está localizado no município de Canoas e conta com a entidade de apoio Centro Universitário La Salle por meio do Tecnosocial; tem o projeto da Incubadora de Empreendimento Solidário, o qual apoia o Fórum. Conta também com apoio da Prefeitura Municipal de Canoas por meio da Diretoria de Economia Solidária, ligada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O Fórum conta com 56 grupos de trabalho; todos são voluntários: 1 Grupo de Agricultura Familiar, 5 Grupos de Alimentação e 50 Grupos de Artesanato.

Sua coordenação é composta por área de atuação. Na Agricultura Familiar tem um coordenador e um vice, na Alimentação um coordenador e um vice e na área maior, que é o Artesanato, têm dois coordenadores e dois vices.

Existem também dentro do Fórum os GTS – são dez pessoas do Fórum, que são responsáveis pela divulgação, cultura e infraestrutura das Feiras e Eventos Sociais Solidários; possui uma Comissão de Ética, que tem o papel de regulamentar ou até mesmo de punir algum tipo de infração que possa estar fora dos regulamentos do FBES; os seus representantes são três membros da cada grupo.

As Feiras Solidárias geram as movimentações econômicas do Fórum de Canoas, com apoio da Prefeitura de Canoas, que fornece a infraestrutura com 40 espaços para a exposição dos produtos diferenciados, que são produzidos pelos grupos de trabalho do Fórum com preço justo e com uma valorização social, pois são fabricados no intuito de gerar renda e trabalho e na luta contra o desemprego e pela valorização do trabalho artesanal do município de Canoas.

O controle financeiro do Fórum é feito por uma pessoa que faz parte da coordenação, ficando com a responsabilidade de controlar e receber o valor de cada evento solidário realizado pelo Fórum, com exatidão dos dados. Esses dados são repassados para um livro-caixa, em que constam todos os registros de entradas e saídas; o valor fica sob sua responsabilidade, que acaba guardando em sua casa, porque o Fórum não pode ter personalidade jurídica. Sua finalidade não é ser uma empresa, mas sim um espaço solidário que promove autogestão e fornece à população mais carente inclusão social, gerando renda e trabalho com igualdade. O problema de pesquisa está relacionado com o financeiro do Fórum; seu controle ainda está muito precário, podendo haver confusão nos dados e distorções com o controle de seus recursos. Com relação a esse problema de não ter uma segurança e controle maior sobre seu caixa, que fica à mercê de reais situações adversas que possam estar afetando o seu crescimento e desenvolvimento na ampliação dos negócios solidários. Nessa relação de práticas financeiras originou-se o problema de pesquisa; pois a segurança com que esse rendimento vem sendo mantido de uma forma precária e deixando de gerar mais investimento ou ser multiplicado em uma aplicação, promovendo o desenvolvimento tanto estrutural ou econômico-social do Fórum.

6. Análise dos dados

Nas presentes análises aplicadas no FPES de Canoas foram de suma importância as observações diretas, os encontros; muitos se caracterizaram de forma inclusiva no ambiente de pesquisa, dando o pesquisador certa relevância ao conhecimento do empreendimento estudado, para que houvesse maior entendimento dos assuntos abordados e fazendo uma integração com os participantes. As entrevistas e os documentos captaram dados para análises justificativas ao estudo, tratando-se de uma gestão que todos os envolvidos têm direito e dever de participar de tudo o que envolve o Fórum. Apresento nos tópicos seguintes os objetivos específicos desse estudo.

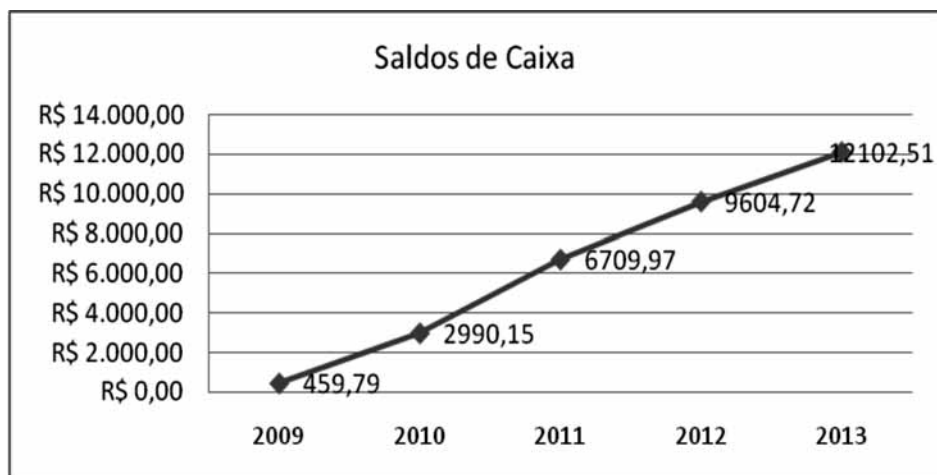
6.1 Identificar as Práticas de Gestão Financeira no FPES

De acordo com as análises baseadas no livro-caixa, ficou bem evidenciado que as anotações entradas e saídas originaram um fluxo financeiro, mas com

intervalos de um mês a mais em sua atualização, como é relatado pela entrevistada 1, coordenadora responsável por esse controle: *Assim a gente não costuma fazer mensal porque a gente não tem um fluxo grande de entrada assim não tem porque fazer então seria somente na época de feiras são seria quatro depende dos eventos que têm na cidade que a gente participa, mas a principio seria o chá que tem todo o ano em março a feira das mães a feira dos pais a semana farroupilha e natal.*

Na análise dos registros do livro-caixa do FEPS foi feita uma apuração nos caixas para verificar seus fluxos e seus saldos; com base nesses lançamentos foi criado um gráfico em que foi mensurado um saldo que vem sobrando e somando desde janeiro 2009 até 30/08/2013.

Representação Gráfica dos Saldos dos caixas de 2009 até o 1º semestre de 2013



Fonte: Produzido pela autora.

O orçamento e o controle financeiro permitem à organização ter parâmetros dos comprometimentos dos recursos materiais, humanos e financeiros de que precisará. Ao mesmo tempo, os dois viabilizam uma melhor utilização de caixa, uma vez que deixam quantificar o tempo e quanto será necessário no período; outro ponto importante é poder detectar se existe investimento (NAKAYASU e SOUSA, 2004).

Pode ser visto na entrevista 1:

Isso assim [...] digamos que sejam pequenas a própria coordenação que resolve não precisa o fórum passar pelo fórum que libere que a gente vá fazer uma faixa não então a coordenação que é representada pelos três seguimentos artesanato alimentação e agricultura familiar eles que decidem neh a coordenação decide [...] vamos fazer [...] duzentos panfleto pra feira de natal exemplo então a gente vai lá eu como sou do financeiro vou liberar o dinheiro.

Aqui ficou bem definido que existem na gestão decisões que são tomadas conforme as necessidades e que, para isso, existe uma coordenação que é responsável e que responde aos demais participantes dos empreendimentos do FEPS por eventuais despesas dos eventos em que o fórum participa, tomando decisões em prol de todos; é nítido nesse momento uma prática de gestão que analisa a necessidade de um gasto para uma finalidade comercial e investimento.

6.2 Compreender os limites existentes da sua Estrutura Financeira

Nas observações diretas ficou bem visível que a gestão do FPES é uma gestão de cooperação e participativa. Todos têm sua opinião própria, mas de maneira respeitada na hora de uma decisão a ser tomada através de votação tudo fica justo e democrático. Com isso fica bem definido que é autogestionário sem que nada fique centralizado, pois todos têm o mesmo direito ao decidir onde os recursos financeiros são aplicados, através da prestação de contas.

Entre os documentos analisados, as atas das reuniões servem como ferramenta de verificação e prova de tudo o que acontece a respeito de todas as decisões tomadas; para que não haja distorções cria-se um registro e formaliza-se tudo o que é feito para se tomar uma decisão em todos os aspectos de movimentos sociais e das feiras solidárias.

Conforme relato da entrevistada 2, coordenadora da Alimentação: *Decidem então lá no regimento nos decidimos que o fórum é um espaço de livre participação de debate e não pode em momento nenhum se formalizado se pessoa jurídica*. Os empreendimentos solidários compreendem as várias modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com embasamento em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade (GAIGER, 2002).

Com base na fala das entrevistadas ficou claro que, por questões regimentais, não conseguem achar uma solução para o problema do controle de caixa, ocasionando uma limitação na sua estrutura financeira: *Daí pra mim ficou meio complicado é abrir uma conta em meu nome porque o fórum não é uma pessoa jurídica então é muito difícil alguém tem que se responsabiliza por isso e como eu declaro imposto de renda fica difícil pra mim ter um dinheiro assim no meu nome que não é meu neh*. Com base na análise ficou bem visível a dificuldade do Fórum de ter limitação em relação à aplicação ou controle de seus rendimentos financeiros, sujeitos à desvalorização desse ativo no caixa (SINGER, 2011). A economia solidária difunde-se dentro de uma hegemonia capitalista com uma maneira distinta de ver as coisas, nascendo da necessidade de atender todos os modos de produção, podendo combater o sentido do capitalismo selvagem e brutal, sem declarar guerra ao sistema, procurando um ponto de equilíbrio com igualdade e justiça social e econômica para todos.

6.3 Visualização e Caracterização da Gestão Financeira do FEPS

Na análise de observação direta nas reuniões do Fórum ficou bem evidenciado que ele é autogestionário, que com dedicação, cooperação e democracia, sua maior característica de gestão, tudo decide em conjunto e formaliza tudo em ata, como pode ser visto na entrevistada 2:

[...] dentro do fórum aquele espaço de encontro de debate não pode se não pode de maneira nenhuma ser jurídico isso vai acarreta regimentos regulamentos e outras coisas que aí isso inviabiliza o empreendimentos [...] eu posso participar como uma pessoa não preciso nem chega no fórum como um empreendimento posso entra como uma pessoa neh então isso já começava por aí porque já é uma associação de empreendimentos então quem tem voz e voto como é que fica [...] no fórum qualquer pessoa pode chegar entrar participa de repente se senti chamado a ingressa em algum empreendimento ou ajudar a contribuir com as propostas traz a visão dele e não é necessariamente precisa se empreendimento [...].

Conforme o documentado em ata, toda e qualquer decisão de medidas, seja ela de exaltação ou punição por descumprimento dos regimentos internos existentes, no Fórum são levados à comissão ética, formada pelos próprios participantes dos empreendimentos, através de votação. Contém princípios importantes de representação, articulação e incidência na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais, ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais (IV Plenária Nacional de Economia Solidária).

Na análise feita no livro-caixa fica bem claro como é feito o controle, e de quanto em quanto tempo são feitos os registros de suas entradas e saídas de caixa, caracterizando não um fluxo periódico de movimentação. Com base nestas movimentações na hora de identificar os registros de 2009 até 2012, houve uma dificuldade por ter intervalos maiores entre um evento e outro, com muitas rasuras, dificultando o entendimento na hora da análise, ocasionando confusão nos registros; conforme um bom controle de caixa, deve-se ter cuidado nas informações; as despesas e entradas financeiras são de suma importância, seus registros devem ser sempre atualizados, e sem nenhum tipo de mudança contínua na maneira de colocar as informações de despesas e entradas no livro.

O empreendimento utiliza uma forma simples de controle; a caneta é a ferramenta utilizada no registro no livro-caixa, mas não é a forma mais segura e organizada; fica fácil ter rasuras, podendo gerar irregularidades nas informações. No entanto, esta foi a maneira definida pelos participantes e pelo responsável do caixa do FEPS, acreditando ser prático, de fácil entendimento devido à dificuldade com informática. No início de 2013 houve uma melhora bem significativa; atualmente os registros são mais uniformes e mais frequentes; sendo assim, há mais controle na gestão financeira do empreendimento estudado. Segundo Gilman (2001), plano financeiro é um aspecto importante das operações

nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, aproveitar as ações dos empreendimentos e das famílias para chegar a seus objetivos.

Planilha elaborada conforme registro no Livro-caixa

[illegible]

Fonte: Produzido pela autora.

Na situação financeira com base nos dados retirados do livro-caixa para criar a planilha evidenciada acima, ficou bem visível que houve aumento nas movimentações, principalmente nas despesas com as feiras, fazendo assim uma forma de gestão bem aplicada nas decisões com o financeiro, pois houve aumento de entrada de recursos entre os participantes de acordo com as saídas de caixa, evidenciando uma visão empreendedora. Todos participaram nas decisões sobre os gastos, que foram necessários para melhorar os empreendimentos nas feiras e o desenvolvimento pessoal, rendimentos; assim geraram um saldo bem considerável de 2011 a 2012 e com perspectivas bem grandes para 2013, respondendo ao objetivo específico de visualização de gestão participante com foco no crescimento, conforme visto nas análises do livro-caixa.

7. Considerações finais

A pesquisa realizada apresentou resultados significativos na lógica de responder a questão-problema dentro do que foi apurado pelo método e pela análise aplicados, mas deixando ainda muito a agregar em conhecimento financeiro ao empreendimento analisado. Sua lógica de gestão é autogestionária e descentralizada: todos os envolvidos são donos do negócio; por esse motivo, no que se diz respeito a lucro e rentabilidade são recursos que são denominados de uma prática financeira que não se adota num Fórum de Economia Popular Solidária; com isso acabou gerando no pesquisador uma série de dúvidas no decorrer da pesquisa, as quais foram surgindo e sendo sanadas. Estavam relacionadas a como funcionava a gestão financeira dentro FEPS, e se existia algum tipo de controle.

Na busca de respostas foram se traçando objetivos específicos que tornaram a pesquisa mais visível para responder ao objetivo geral. Foram analisados todos os documentos existentes. Isso não foi tarefa fácil devido à enorme diferenciação de natureza de registro; em relação ao livro-caixa foi verificado que existe uma enorme confusão nos documentos de 2009 até 2012, pois seus registros não eram atualizados, frequentemente se fazendo uma enorme confusão dos dados. Deu para perceber que foram se acumulando despesas que foram registradas em meses posteriores, gerando na época até desconfiança da pessoa que cuidava do caixa; mas não houve nenhum tipo de desvio e sim uma enorme falta de controle e falha de informação e atualização das despesas que deveriam ser feitas com mais frequência e sem rasuras.

Sendo um empreendimento que não visa lucro e nem rentabilidade, mas sim uma busca contínua de desenvolvimento social na geração de trabalho e renda. Contudo foi verificado pelas análises que houve um aumento significativo no saldo do caixa, fazendo os participantes ficarem com um valor alto em

caixa, sem nenhum tipo de investimento. Esse recurso se mantém guardado de uma forma peculiar na casa de uma das coordenadoras do FEPS; foi uma das minhas preocupações no início; um dinheiro parado sem nenhum tipo de rendimento e segurança. Foi então que fiz na época uma pergunta a uma das coordenadoras: se eles tinham algum projeto ou sonho para o FEPS; ela comentou que eles sonhavam com mais espaços para poder trabalhar durante o ano inteiro, não somente em feiras eventuais durante o ano. Foi idealizada uma forma de utilizar esse recurso parado. Foi identificado que existem sim práticas de gestão financeira, mesmo que de forma muito simples. Nesses controles sempre houve um cuidado com as despesas e a manutenção dos dados, pois de tudo é prestado conta a todos os integrantes. Durante 2009 até o 1º semestre 2013, houve saldo em caixa para um futuro investimento num espaço solidário, que vai gerar mais recursos financeiros ao FEPS; o fundamental: mais trabalho e renda aos participantes. O objetivo é, assim, atingido. As Práticas de Gestão Financeira dão maior sustentabilidade ao Fórum Popular de Economia Solidária do município de Canoas.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- CALDAS et al. Controles financeiros na economia solidária são necessários. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 2, n. 2, p. 292-312, ago./dez. 2011.
- FBES – Economia Solidária. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: 03 jun. 2013.
- GAIGER, L. I. Sobrevivência e Utopia. Os projetos alternativos comunitários no RS. **Cadernos Cedope** (série movimentos sociais e culturas, 10). São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- GAIGER, L. I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- GAIGER, Luis. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. Essencial. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Harbra, 1997.
- GOERK, C. **Programa de economia solidária em desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul**. 2009. 405 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre.

HESPANHA, P. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **IV Plenária Nacional de Economia Solidária**. Relatório final.

LEBOUTTE, P. **Economia popular solidária e políticas públicas**: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.

LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, p. 109-115, jul./set. 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

NANCI, Valadares de Carvalho. **Autogestão**: O nascimento das ONGs. São Paulo: Brasiliense, 1993.

NAKAYASU, G. N.; SOUSA, A. F. **Planejamento e controle financeiro**: Economic Value Added (EVA) como instrumento de controle financeiro. 2004. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Finan%E7as/FIN21_-_Economic_value.PDF>. Acesso em: 10 jun. 2013.

OLIVEIRA, M. C. S. B.; ZANIN, Maria. Economia Solidária: Uma temática em evolução nas dissertações e teses brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências, Tecnologia e Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 181-193, jan./jul. 2011.

RICARDINO, Álvaro; MARTINS, S. T. A. Governança corporativa: um novo nome para antigas práticas? **Rev. contab. finanç.** vol. 15, n. 36, São Paulo. Sept./Dec. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772004000300008&script=sci_arttext. Acesso em: 05 maio 2013.

ROSS, S. A.; WASTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford, D. **Princípios de Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1998.

SINGER, P. Economia Socialista. In: SINGER, P.; MACHADO, J. (Orgs.). **Economia Socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SINGER, P. I. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

YIN, Robert K. **Case Study Research – Design and Methods**. Sage Publications Inc. USA, 1989.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZART, L. L. et al. (Org.). **Educação e socioeconomia solidária**: processos organizacionais e socioeconômicos na economia solidária. Cáceres: Unemat, 2009. 228 p. (Sociedade solidária; v. 3).

O processo de negociação: a importância da negociação no desenvolvimento da COOPERCAN – Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis de Canoas

Aline da Silva Venturini

Resumo: Considerando a importância da negociação e sua evolução no decorrer dos últimos anos, assim como sua presença em nosso cotidiano, o conteúdo deste estudo consiste na apresentação dos pontos relevantes de uma negociação. Através de uma fundamentação baseada em autores conceituados, são abordados os conceitos de negociação, os elementos fundamentais que a envolvem, as etapas a serem seguidas em uma negociação e a importância do planejamento. Após a observação dos eventos ocorridos atualmente nas negociações da empresa adotada como ambiente de pesquisa, foram identificadas algumas deficiências, e com base na literatura pesquisada foram apresentadas propostas de melhorias nos procedimentos, que são foco deste estudo.

Palavras-chave: Negociação; Planejamento; Procedimento.

1. Introdução

O processo de negociação está cada vez mais exigindo das empresas a reformulação das estratégias e conceitos no sentido de elevar seu grau de competitividade. Todos negociam, seja de maneira formal ou informal. Inúmeras são as necessidades, os problemas, as expectativas e as oportunidades que envolvem negociar. O conhecimento nessa área é importante para que se possam avaliar questões sobre como deve ser o comportamento efetivo em uma negociação. Assim se pode dizer que a negociação é um processo interativo de comunicação entre duas pessoas ou mais. A negociação está presente no dia a dia de todas as pessoas, o que torna o desenvolvimento dessa capacidade essencial para todos os momentos de nossas vidas, principalmente no campo profissional.

Neste trabalho, o tema principal é a negociação na Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis de Canoas – COOPERCAN, uma sociedade civil sem fins lucrativos, criada com o objetivo de promover o desenvolvimento das cooperativas dos catadores em todos os aspectos. Nesse sentido desenvolveram-

se as pesquisas, tendo como problema de investigação a seguinte questão: como a falta de um processo estruturado de negociação pode gerar dificuldades para a Coopercan?

O objetivo geral deste estudo de caso visa analisar as estratégias de negociação desempenhadas pela Coopercan. Como objetivo específico, busca-se compreender os processos de negociação de conflitos existentes, diagnosticar as técnicas de negociações estabelecidas e analisar o possível potencial e obstáculos das negociações praticadas.

A principal razão para a existência das redes solidárias é gerar trabalho e distribuição de renda; os resultados são compartilhados entre todos os participantes. Como esse empreendimento, existem milhares em todo o país, produzindo, vendendo e comprando. A partir dessa constatação, o presente estudo justifica-se pelo interesse em analisar, descrever e demonstrar de forma mais aprofundada os impactos das estratégias de negociação praticadas dentro de um modelo diferente de gestão, em que o processo de tomada de decisões é coletivo e não se dá através de uma única pessoa, como ocorre em muitos casos nas empresas capitalistas.

2. Fundamentação teórica

Os fundamentos teóricos, resumidos a seguir, compreendem a teoria da negociação, a definição das estratégias de negociação, a negociação de conflito e os conceitos e desafios da economia solidária.

2.1 Negociação: conceito

Existem diversas formas de conceituar negociação. As negociações fazem parte de todos os momentos do dia a dia, quando se tomam decisões. No ambiente de trabalho, em decisões familiares, na vida social e profissional, negocia-se o tempo todo, na maioria das vezes sem a devida atenção (FIRMINO, 2012).

Para melhor entender o significado do termo Negociação, pode-se definir da seguinte forma: segundo Mello, “A negociação é um processo social utilizado para fazer acordos e resolver ou evitar conflitos. É utilizada quando as partes interessadas desejam estabelecer regras de relacionamento mútuo ou quando desejam mudar as regras de um acordo já existente” (MELLO, 2008, p. 18). Assim se pode dizer que negociar é um processo de interatividade entre duas ou mais partes e dessa forma obter um novo resultado ou melhorar algo que já existe.

A negociação é um processo complexo, que exige habilidade e leva tempo para ser dominada, embora existam diversos estudos nessa área já há alguns

anos. As negociações acontecem quando dois ou mais lados têm interesses comuns e estão em conflitos, e é o modo mais eficiente de alcançar metas e objetivos (RIBEIRO, 2008).

Embora algumas pessoas acreditem que negociar significa ganhar e obter vantagens, as negociações podem ser consideradas uma situação em que todas as partes saem ganhando. Durante esse processo podem-se identificar dois tipos de habilidades: técnicas e interpessoais. As habilidades técnicas referem-se ao conhecimento técnico, condução dos processos e estratégias de negociação. Já as habilidades interpessoais referem-se ao conhecimento interpessoal dos negociadores em estar ciente de qual o estilo de cada negociador, necessidades, motivação, dentre outros (BRITO, 2011). Percebe-se que cada vez mais as habilidades técnicas têm tido maior importância no cotidiano dos profissionais devido à facilidade em buscar cursos e treinamentos técnicos nessa área (BRITO, 2011).

No processo de negociação, além das habilidades, é importante obter a maior quantidade possível de informações sobre o projeto de negociação, levantar dados referentes ao mercado, concorrência e aspectos financeiros e econômicos que possam afetar a negociação. Existem diversas fontes que recomendam várias técnicas de negociação e visam ao sucesso no resultado final, para ambas as partes (AZEVEDO, 2001).

Após mencionar alguns conceitos de negociação, pode-se abordar também a respeito da comunicação, pois sem ela não há negociação. Alguns autores mencionam que a negociação é um relacionamento, e em todo tipo de relacionamento deve haver comunicação. Esse processo aparentemente parece simples, mas não é, e a comunicação só existe quando uma ideia é transmitida de uma fonte emissora para uma receptora (FIRMINO, 2012). Nessa mesma linha, pode-se dizer que as fontes de mensagens de uma negociação são as mensagens transmitidas de uma pessoa para outra e podem ser divididas em mensagens auditivas ou visuais. O importante é que o negociador esteja atento a todas as mensagens, sejam elas auditivas ou visuais (FIRMINO, 2012).

Mello (2008) afirma que o negociador deve perceber corretamente quem é a outra parte ou outro negociador; por tratar-se de pessoas e interesses diferentes, deve-se observar que existem motivos, formas de pensar e de agir diferentes. Para que a negociação tenha sucesso, esses fatores devem ser levados em consideração.

O bom negociador deve estar sempre atento a todas as diferenças existentes nas questões culturais, nos costumes e nas crenças. Os interesses dos grupos podem ser diferentes, portanto o negociador deve precaver-se de informações e respeitar o outro indivíduo (MELLO, 2008).

Como uma negociação normalmente faz parte de um processo competitivo, a ética é uma questão muito importante e deve ser levada em consideração. Para Mello (2008), a ética é um assunto que surgiu para direcionar o comportamento humano, e há uma grande preocupação quanto a esse assunto nas negociações.

Toda negociação pode ser considerada um processo que envolve fases, por tratar-se de um processo contínuo; uma negociação não se inicia quando pessoas se reúnem em uma mesa, assim como também o seu término poderá estender-se para outra oportunidade (AZEVEDO, 2001).

No campo teórico, existem diversas obras que recomendam a utilização de técnicas de negociação visando à perfeição e ao resultado final positivo, em geral para ambas as partes. A seguir, analisam-se alguns exemplos de técnicas e estratégias de negociação, que podem auxiliar nas negociações diárias e proporcionar resultados vantajosos às partes. Naturalmente essas técnicas não são apropriadas a todos os tipos de negociação; o uso delas depende de cada caso e também do comportamento adotado por todas as partes envolvidas no processo, podendo em situações apropriadas proporcionar resultados vantajosos (AZEVEDO, 2001).

2.2 Estratégias de negociação

De acordo com as pesquisas, verifica-se que a estratégia é o ponto de partida de qualquer negociação; pode-se fazer uma negociação bem-sucedida ou um mau negócio; vai depender das técnicas e habilidades adotadas durante o processo. A estratégia de negociação deve começar primeiramente com o entendimento da situação e organização das informações (BRITO, 2011).

A capacidade de conduzir o processo de negociação está ligada, na maioria dos casos, à habilidade de comunicação. A comunicação deve ser clara e objetiva, deve-se fazer entender e deixar claros os objetivos, expor interesses e necessidades e explicar o ponto de vista, trocar informações, argumentos e tentar persuadir a outra parte (BRITO, 2011).

Nessa mesma linha de raciocínio, Mello (2008) menciona algumas alternativas no processo de negociação: na primeira está a preocupação com os ganhos financeiros, que é alta, e a importância do relacionamento futuro, que é baixa. Nesse caso, aplica-se a estratégia de competição. Na segunda, a preocupação com ganhos financeiros continua alta, mas o negociador também se preocupa com o relacionamento; nesse caso, a estratégia utilizada é a cooperação. Na terceira, o relacionamento é mais importante do que os ganhos financeiros e se utiliza a estratégia voltada para o relacionamento.

2.3 Estratégia de competição

De acordo com Mello (2008), a estratégia de competição ocorre quando existe a necessidade de obter vantagens financeiras e não há o interesse em manter um relacionamento futuro, ou essa hipótese é baixa. O termo competitividade refere-se a como uma empresa decide competir no mercado, em resposta às estratégias de seus concorrentes, de modo a obter vantagem. A competitividade está ligada a como seus consumidores diferenciam seu produto ou serviço dos seus concorrentes; é a diferença entre um produto e outro que determina a escolha do consumidor. A estratégia da diferenciação refere-se a ofertar produtos e serviços com características específicas, podendo assim atribuir um custo por esse diferencial. Esse custo consiste em oferecer benefícios para seus clientes; é a vantagem que a empresa possui em relação a seus concorrentes. Portanto entende-se que o objetivo da estratégia competitiva é conseguir vantagens em relação aos concorrentes.

2.4 Estratégia de cooperação

A cooperação está baseada na necessidade de colaboração entre indivíduos e organizações. Nesse caso, obter vantagens financeiras ainda é importante, mas também existe a preocupação em manter relacionamentos com clientes e concorrentes (MELLO, 2008). Visando a um melhor desempenho competitivo, as empresas e organizações buscam não apenas manter-se líderes de mercado, mas principalmente investem na parceria entre empresas. Todas buscam a liderança, mas é importante manter o relacionamento em um nível aceitável para obter sucesso. Os autores mencionam que as organizações colaboram entre si para reduzir e controlar os problemas cotidianos, mas nenhuma oferece um modelo compreensivo de colaboração.

Um processo de negociação que visa à cooperação busca a superação da desconfiança entre as partes que negociam. Se existe a negociação, existe também a possibilidade de conflito, podendo ocorrer em qualquer situação. Com base nesse conceito, o processo de negociação do tipo cooperativo é aquele em que as partes envolvidas entendem que a troca efetiva e proveitosa de informações irá auxiliar na obtenção de um acordo satisfatório para todos. Esse processo de superação da desconfiança passa a ser a grande barreira a ser superada e, quando isso ocorre, a negociação tende a ser satisfatória (MELLO, 2008).

2.5 Estratégia de relacionamento

Nesse caso, obter vantagens financeiras não é importante; utiliza-se a estratégia de relacionamento para construir uma relação para oferecer vantagens temporárias a um cliente estratégico (MELLO, 2008). As decisões e negociações evoluem à medida que conquistamos relações de afinidade com nossos clientes. Devemos levar em consideração que, para mantermos ou iniciarmos um negócio, em alguns casos, é necessário ofertarmos vantagens temporárias, como por exemplo para iniciarmos uma relação de fornecimento para uma empresa. Porém esse modelo de estratégia envolve questões financeiras e de mercado; a empresa deve estar preparada para não obter lucro nesse primeiro momento. Qualquer modelo de estratégia com o cliente deve envolver fidelização e a continuidade desse relacionamento. Quando se consegue identificar o perfil e importância do cliente, é possível determinar o nível do investimento em estratégia de relacionamento a ser adotado pela empresa.

2.6 Negociação de conflito

Entre alguns modelos de negociação, um dos mais comuns é a situação de conflito, que se caracteriza pela falta de recursos. O conflito é um processo de confronto que inicia quando uma das partes percebe que a outra parte pode afetar algo que a primeira considera importante; é sustentado pela interação de ambas as partes (GIL, 2008).

Os conflitos apresentam-se de várias formas: a) interpessoal, o qual ocorre entre indivíduos; é a situação onde duas ou mais pessoas divergem na avaliação sobre um ponto em comum; b) organizacionais, que entendem que os conflitos nas organizações são inevitáveis; podem ser divididos em conflito intergrupal, onde o conflito ocorre entre grupos da mesma organização, e os conflitos inter-organizacionais, que ocorrem entre organizações e abrangem a generalidade das partes da organização (GIL, 2008).

Alguns autores informam que os conflitos podem ser funcionais – ocorrem quando melhoram o desempenho – ou disfuncionais – quando atrapalham o desempenho do grupo. Como exemplo de conflitos funcionais citam-se os desacordos, malentendidos e os desafios. Os conflitos disfuncionais entendem-se por ataques verbais, ameaças, agressão física e destruição da outra parte (GIL, 2008).

Rondeau propõe alguns modelos na abordagem dos conflitos. O modelo racional que se refere à tomada de decisões deve ser racional, reconhecendo que se trata de uma “racionalidade limitada” pelas capacidades do gestor. Nessa

opção, o conflito aparece como inevitável, mas é o caráter emotivo e subjetivo que prejudica a organização. No modelo político, o conflito aparece naturalmente nas organizações, reconhece a importância para a organização de relatar mecanismos de gestão de conflito. O modelo de relações humanas reconhece a possibilidade de desacordos organizacionais, porque podem existir divergências entre os objetivos individuais e os organizacionais. No modelo sistêmico, o conflito aparece ao mesmo tempo como inevitável e funcional, pois a organização é submetida a um processo constante de adaptação (RONDEAU, 1996).

No processo de negociação, cada um deve mostrar mais as forças do seu estilo, cuidando para que as fraquezas não apareçam mais do que o necessário. Ouvir, dando oportunidade à outra parte de manifestar todos os seus argumentos. Falar e ser entendido, podendo usar todos os recursos que estiverem disponíveis. Poder conviver com a solução definida, isso é consenso (JUNQUEIRA, 1998).

2.7 Economia Solidária

A economia solidária foi criada tendo em vista as necessidades dos operários no início do capitalismo industrial, com o objetivo de combater a pobreza, a desigualdade e o desemprego, que eram iminentes. Para um melhor entendimento, utilizam-se neste texto alguns conceitos de pesquisadores nessa área.

O assunto economia solidária tornou-se uma realidade no cenário econômico brasileiro. O objetivo principal da economia solidária é gerar renda, melhorar o padrão de consumo de todos os envolvidos, proteger o meio ambiente e construir uma sociedade mais justa, onde não haja a exploração do trabalho ou a degradação do meio ambiente (MANCE, 2003). A economia solidária visa estabelecer relações cooperativas e solidárias, considerando sempre o contexto socioambiental, e tem como objetivo a cooperação, a democracia, a solidariedade, a autogestão, o respeito à natureza, a valorização do saber local, da aprendizagem e do trabalho humano, assim como o desenvolvimento sustentável (LIMA, 2013).

Fazem parte da rede de colaboração solidária grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização. As cooperativas, que são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente, foram criadas pelos trabalhadores com o objetivo de recuperar a força de trabalho e a autonomia econômica. Todos os envolvidos nessas redes se propõem a praticar o consumo solidário, comprar produtos e serviços da própria rede, com o intuito de garantir trabalho e renda a seus membros e também para preservar o meio ambiente. O objetivo é produzir tudo o que as pessoas necessitam de maneira ecológica e socialmente sustentável (MANCE, 2003).

As cooperativas encontram algumas dificuldades para enfrentar o crescente nível de competitividade entre empresas. Então as pessoas procuram agrupar-se, tornando suas atividades mais bem-sucedidas e operacionalizadas na busca de resultados comuns e compartilhados igualmente.

Essas dificuldades devem ser enfrentadas para que a Economia Solidária continue existindo, sem deixar para trás os seus princípios. Essas dificuldades podem em muitos casos enfraquecer os esforços dos envolvidos nesse movimento, já que são diferentes as formas de suporte. Podem-se descrever alguns obstáculos para a sustentabilidade da Economia Solidária, como quatro grandes desafios: a estruturação da comercialização; a manutenção da consistência ideológica; a organização de políticas públicas de incentivos; e a contribuição técnico-social (ADDOR, 2006).

A economia solidária tornou-se nos últimos anos um caminho alternativo ao desemprego, surgindo como um modelo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado pelos que se encontram fora do mercado de trabalho. A origem de um empreendimento solidário é formada por ex-empregados de uma empresa capitalista ou por companheiros de jornadas sindicais, estudantes, etc. (SINGER, 2000).

Segundo Singer (2000), para construir uma economia solidária, essa depende primeiramente dela mesma, de sua disposição para aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição para seguir esses princípios no dia a dia, entre outros fatores.

Os princípios da economia solidária citados produzem modos diferentes de se inserir e se apropriar do trabalho, possibilitando a construção de uma cultura autogestionária, que exige modelos muito diferentes dos encontrados na produção capitalista. Nesse contexto, o trabalhador assume a autoria do seu trabalho, do seu fazer, constrói e acompanha o desenvolvimento do trabalho, além de preocupar-se com a comercialização dos produtos que resultam das suas atividades (LIMA, 2013).

2.8 Desafios para a Economia Solidária

O primeiro desafio são as variações de mercado que influenciam tanto a compra como a venda dos produtos ofertados pelos empreendimentos solidários. A formação de redes solidárias é um dos desafios em que são baseados muitos estudos. O papel das redes solidárias é conectar os empreendimentos da cadeia produtiva com o objetivo de as cooperativas e associações se interligarem. Com essa interação aumentam as possibilidades de sustentação e desenvolvimento das cooperativas ou empresas que estiverem envolvidas.

Outro desafio citado é a manutenção da consistência ideológica, em que a estabilização e o sucesso dos empreendimentos solidários podem ter uma influência negativa, levando em consideração que o acúmulo de capital pode trazer ambições individuais dentro do grupo. À medida que o negócio toma maiores proporções, aumenta a necessidade de tomada de decisões com maiores complexidades. E nesse quesito baseiam-se muitos estudos, pois muitas cooperativas acabam ou terminam pelos conflitos nas tomadas de decisões (ADDOR, 2006).

Quanto à organização de políticas públicas de incentivos, pode-se dizer que a tarefa é incluir a Economia Solidária dentro do desenvolvimento nacional, interferindo nas políticas públicas do país. Um ponto importante nesse quesito são as leis; o governo deve elaborar e fazer alterações nas leis com o intuito de contribuir para a sobrevivência desse movimento (ADDOR, 2006).

Na contribuição técnico-social existem dois problemas a serem abordados: a formação dos trabalhadores e a contribuição dos acadêmicos. A emancipação do trabalhador resulta em um novo desafio para ele; além de possuir conhecimentos técnicos, as preocupações administrativas passam a ser de sua responsabilidade também. Para posicionar-se nesse novo mercado, o trabalhador precisa desenvolver habilidades, já que a grande maioria não tem experiências nessas áreas. Dentro do processo de formação educacional é de suma importância a participação da comunidade acadêmica, não somente como transmissora de conhecimento; as universidades e centros possuem uma responsabilidade muito maior. Tauile coloca que devem ser incentivados “o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias de informação (NTI) adequadas aos propósitos dos participantes dessas redes solidárias” (TAUILE, 2001). Faz-se vital a mobilização acadêmica para o enfrentamento desses desafios.

3. Delineamento metodológico

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e exploratória, em que o objetivo é a análise do problema, sua classificação, definição e proporcionar maior familiaridade dos envolvidos com as negociações.

A pesquisa qualitativa distingue-se pela ausência de medidas numéricas. Nessa modalidade examinam-se aspectos mais profundos e subjetivos do tema em estudo, proporcionando melhor visão e compreensão do contexto do problema; é utilizada para enfrentar uma situação de incerteza ou quando os resultados são insatisfatórios (DENZIN, 2006).

De acordo com Roesch (2005), com a utilização da pesquisa qualitativa percebem-se a individualidade e os significados atribuídos a determinado assunto através de informações e o entendimento dos motivos e causas. Os métodos

qualitativos proporcionam um relacionamento flexível entre o pesquisador e os entrevistados e trabalham com informações amplas e com maior riqueza de detalhes quando comparados com o método quantitativo.

Geralmente a pesquisa qualitativa exploratória ocorre quando o pesquisador está interessado em testar aspectos operacionais desse modelo de pesquisa ou quando o objetivo é estimular o próprio pensamento por meio de dados aprofundados de um problema e da geração de novas ideias a serem testadas.

A presente investigação trata de um estudo de caso que, segundo Yin, “investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (2010). Essa definição, apresentada como uma definição técnica por Yin (2010), auxilia, segundo ele, a distinguir e compreender o método de estudo de caso de outras estratégias de pesquisa.

É objetivo da pesquisa apresentar o método de estudo de caso como uma estratégia e considerar aspectos relevantes para a condução do trabalho com uso desse método, levando em consideração suas vantagens e desvantagens. A preferência por esse método acontece quando ocorre o estudo de eventos contemporâneos em situações em que os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, e sim onde é possível fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas (YIN, 2010).

Para a obtenção das informações pertencentes a esse estudo de caso, optou-se por utilizar as técnicas de pesquisa de observação direta como fonte principal. Uma característica relevante da observação direta é que ela estuda o comportamento por meio da simples observação da reação ao objeto em estudo, sem interferir nele e apenas registrando as reações e decisões dos envolvidos (REA, 2002).

Como instrumento para a coleta de materiais optou-se também pela utilização de técnicas de entrevistas pessoais; essas são estruturadas para permitir ao entrevistador solicitar informações diretamente ao entrevistado. Cita-se como vantagens dessa técnica a flexibilidade, em que o entrevistador pode utilizar recursos para buscar mais detalhes e explicar perguntas obscuras. Nesse caso, podem-se aplicar questionários e fornecer informações detalhadas com opções de respostas alternativas, com o objetivo de não intimidar os entrevistados. Nessa modalidade de coleta de dados, o índice de respostas é consideravelmente mais alto para entrevistas pessoais do que outros meios. Com frequência, as pessoas sentem-se mais à vontade em compartilhar seus conhecimentos e experiências verbalmente do que por escrito; assim se pretende dar mais esclarecimentos sobre as questões em pauta (REA, 2002).

O propósito dessa pesquisa partiu do interesse na experiência de trabalho coletivo. Esclarecidos os princípios da economia solidária, verificou-se a possi-

bilidade de atribuir importantes conhecimentos e auxiliar nos processos e estratégias de negociação desempenhadas pela COOPERCAN.

Para a análise dos dados obtidos, optou-se pela técnica de análise de conteúdo, uma vez que a mesma permite a análise dos relatos dos entrevistados, possibilitando o desenvolvimento qualitativo de maneira flexível e mais transparente das informações contidas no referencial teórico, nas respostas dos entrevistados e nos relatórios feitos através de observação direta (VERGARA, 2005).

A análise do conteúdo é uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou qualitativos) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens (VERGARA, 2005).

Conforme Yin (2010), toda pesquisa tem suas possibilidades e limitações. A principal limitação da observação está em que a presença do pesquisador pode provocar alterações no comportamento dos observados, comprometendo assim a espontaneidade dos envolvidos e produzindo resultados pouco confiáveis. De modo geral, as pessoas, ao serem observadas, tendem a ocultar seu comportamento, pois temem ameaças à sua privacidade. Podem-se citar algumas limitações na utilização das entrevistas: a falta de motivação do entrevistado para responder as perguntas; a inadequada compreensão do significado das perguntas; o fornecimento de respostas falsas, determinado por razões consistentes ou inconsistentes; a influência das opiniões pessoais do entrevistador sobre a resposta dos entrevistados.

Uma falha comum encontrada nas análises dos estudos de casos, de acordo com Yin (2010), ocorre quando o pesquisador elabora longos textos narrativos para os elementos de estudo, como entrevistas individuais, reuniões, relatórios, enquanto o melhor seria que a análise fosse guiada por algumas proposições, questões ou atividades.

3.1 Contextualização da empresa

A Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis de Canoas – Coopercan é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada, criada no dia 19 de junho de 2012; atua em uma rede na defesa de uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores da coleta de materiais recicláveis de Canoas. A Coopercan enfatiza os valores do cooperativismo, da economia solidária e do tratamento humano igualitário para todas as pessoas envolvidas no processo da reciclagem.

Para a sua fundação foi necessário elaborar um Estatuto Social, no qual consta que o trabalho será baseado nos princípios da autogestão, autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos, democracia interna, solidariedade, respeito ao meio ambiente e equidade nas relações de gênero.

A Coopercan é composta por quatro cooperativas, Coopcamate, Cooarlas, Coopermag e Renascer, que reúnem-se semanalmente na sala de reuniões do Tecnosocial do Unilasalle para avaliar e discutir ações. As cooperativas têm suas sedes localizadas no município de Canoas, nos bairros Mathias Velho, Guajuviras e Mato Grande. Todas as quatro cooperativas foram fundadas a partir da necessidade das pessoas em continuar exercendo o trabalho como forma de garantir seu sustento. Fazem parte dessas cooperativas em torno de 100 pessoas.

O Tecnosocial Unilasalle desenvolve importante papel no desenvolvimento das cooperativas. Seu objetivo principal é promover ações sociais que envolvam as comunidades da região e a criação e difusão de tecnologias sociais que representem efetivas inovações. Constitui-se em um núcleo acadêmico-institucional que tem como função prestar suporte ao processo de formação dos estudantes, conjugando ensino, pesquisa e extensão.

A Coopercan objetiva promover o desenvolvimento e aprimoramento dos integrantes das Cooperativas de Catadores através do estímulo à prática do cooperativismo, em aspectos financeiros, tecnológicos, gestão, recursos humanos, produção e prestação de serviços, beneficiamento, industrialização e comercialização de materiais recicláveis e de produtos oriundos de materiais recicláveis.

O principal objetivo das cooperativas, representadas pela Coopercan, é gerar trabalho, renda e melhores condições de vida para todos os envolvidos, visando garantir a sobrevivência, o desenvolvimento, o crescimento e o fortalecimento dos catadores, bem como seu papel econômico e social por intermédio da geração e manutenção de postos de trabalho para os cooperados das Cooperativas filiadas.

4. Análise de dados e apresentação dos resultados

Esta seção tem o propósito de atender o objetivo geral e os específicos deste trabalho com base em entrevistas com pessoas que fazem parte das reuniões semanais realizadas pela Coopercan. Com base no diagnóstico encontrado, pretende-se propor procedimentos de negociação, focando o objetivo da pesquisa.

Para a coleta inicial dos dados, em maio/2013 foi realizada uma observação direta, buscando obter informações globais das reuniões e da estrutura das cooperativas envolvidas. Desde a primeira reunião observada, percebe-se que se

trata de uma oportunidade para o exercício da autogestão das cooperativas à medida que ocorrem em um clima de democracia e mesmo contendo uma pauta pré-definida. O responsável pela reunião abre espaço para que as cooperativas se manifestem.

Para execução da análise de conteúdo foi utilizado um questionário contendo onze perguntas dissertativas, previamente elaboradas e estabelecidas.

Com o término da coleta de informações, realizada mediante a análise das entrevistas e do questionário aplicado, a próxima etapa foi interpretar os dados coletados com o intuito de responder ao propósito do objetivo de estudo. Por fim, deu-se início à análise do processo de negociação adotado pela empresa estudada.

4.1 Negociação de conflito

Buscou-se dessa forma compreender os processos de negociação de conflito existente. Os conflitos nesse contexto apresentam-se na forma interpessoal, ocorrem em diversas situações, em que uma pessoa diverge da opinião de outra sobre um ponto em comum.

A Coopercan realiza reuniões em que são definidas questões do contrato que possuem com a prefeitura, traçam os objetivos e propostas que serão apresentadas posteriormente para os gestores desse contrato. Dentro deste contexto verifica-se claramente a situação de conflito, em que a prefeitura através do seu representante diverge das cooperativas em alguns assuntos comuns. As cooperativas, em alguns casos, por questões políticas acabam cedendo a algumas exigências, pensando em benefícios futuros.

As negociações de conflito aumentam conforme o tamanho do grupo, o grau de complexidade da tarefa e quando é possível aumentar os ganhos das cooperativas através do esforço individual de seus membros. Os coordenadores e líderes das cooperativas possuem um papel fundamental para manter o equilíbrio para que não haja competições, mantendo a equipe focada na busca dos melhores resultados para todas as cooperativas que fazem parte desse grupo.

Uma vez que conflitos nas organizações são inevitáveis, verificou-se através das entrevistas que não existe um momento ou setor onde ocorram mais conflitos; depende dos objetivos e aonde cada cooperativa pretende chegar, pois em algumas situações percebe-se uma mais receptiva a novos desafios do que as outras.

A informação, que é um quesito básico para a negociação, é negligenciada em algumas situações, isso porque há momentos em que os responsáveis pela cooperativa não obtêm todas as informações necessárias para a realização da negociação e, em muitos casos, tomam a decisão sem obter as informações necessárias.

4.2 Técnicas de negociação

Apontada como a solução para os problemas relacionados às questões de desemprego, aos problemas ambientais e à ruptura de modelos de gestão, as cooperativas de materiais recicláveis consideram a participação de todos no processo de negociação.

Verifica-se que a Coopercan utiliza a estratégia de cooperação como técnica de negociação, baseada na colaboração dos indivíduos. Os representantes das cooperativas tomam decisões buscando o autodesenvolvimento de todos, o que contribui para a qualidade dos serviços, que passam a ser executados com metas traçadas previamente e continuamente avaliadas. Verificou-se, de acordo com as informações dos entrevistados, que as decisões tomadas nessas reuniões gerais são respeitadas e cumpridas pelos demais associados, estejam ou não presentes nas reuniões.

4.3 Potencial e obstáculos das negociações praticadas

Considerando que toda negociação deve ter início, meio e fim, nas observações diretas verificou-se que a metodologia adotada nas reuniões na maioria dos casos não atende a esse quesito, pois algumas negociações são decididas de imediato, sem respeitar um processo normal.

Percebeu-se que algumas etapas são negligenciadas durante a negociação, talvez por falta de planejamento. A preparação para uma reunião é uma das etapas mais importantes nesse processo; as informações que deveriam ser coletadas antes do início das reuniões acabam sendo evidenciadas durante a negociação, comprometendo assim a tomada de decisão.

A comunicação é sempre clara e objetiva, proporcionando aos participantes das negociações o entendimento das necessidades de ambos os lados. Procura-se demonstrar a real importância dos assuntos em questão.

Durante a apresentação das informações, percebeu-se que, em alguns casos, não é dada a devida atenção, assim como também não são feitas perguntas que demonstrem o interesse, pois em alguns casos não são observados muitos detalhes importantes de negociação.

4.4 Proposta de procedimentos

Após a análise do processo de negociação adotado atualmente na Coopercan, empresa de estudo, observou-se que já existem alguns princípios desenvolvidos na área de negociações, mas cabe ressaltar alguns procedimentos que trarão benefícios para a empresa.

Cabe ressaltar que, em negociações que envolvem baixos valores financeiros, não é necessário utilizar os mesmos procedimentos recomendados para negociações de valores financeiros considerados de maior significância. Sugere-se que seja feito um planejamento prévio. A pauta da reunião pode ser enviada previamente por e-mail para os envolvidos, para que eles possam assim preparar-se e discutir os assuntos de maior importância com os cooperados. As informações devem ser coletadas antes das reuniões, evitando assim surpresas desagradáveis.

O planejamento do tempo disposto para as reuniões deve ser sempre bem avaliado, para que as reuniões não sejam abreviadas ou comprometidas devido ao mau gerenciamento do tempo. Os integrantes da reunião devem estar comprometidos com os horários das reuniões, demonstrando assim interesse e comprometimento.

A comunicação utilizada nas reuniões pode ser aperfeiçoada através de equipamentos audiovisuais para facilitar o entendimento dos envolvidos. Outro ponto importante que deve ser trabalhado dentro da comunicação é a prática de saber ouvir. É essencial que os envolvidos façam perguntas que demonstrem interesse nas colocações dos outros negociadores, obtendo assim mais informações.

Outra etapa a ser aperfeiçoada é tornar as informações claras. É necessário que nesse momento sejam identificadas todas as dúvidas; pode-se fazer isso repassando todos os pontos acordados na negociação e questionando o outro negociador se entendeu todos os assuntos abordados.

5. Considerações finais

O objetivo principal deste estudo de caso foi compreender os processos de negociação em empreendimentos econômicos solidários. Os objetivos específicos foram atingidos à medida que os conceitos teóricos foram sendo apropriados e eventualmente confirmados na pesquisa através das observações e das entrevistas. Alcançados os objetivos específicos, fica enfatizada a importância do processo de negociação na organização estudada.

Considerando que a negociação é um assunto que nos acompanha desde a antiguidade e que está evoluindo juntamente com as demais ciências, este estudo possibilitou entender o assunto com maior clareza. Ainda que negociemos todos os dias, consciente ou inconscientemente, seja de maneira formal ou informal, percebeu-se através deste estudo a necessidade de aperfeiçoar nossos conhecimentos nessa área.

Nesse contexto, na empresa estudada descrevo como ponto de melhoria o planejamento prévio das reuniões, visando melhorar os processos de comunicação entre as cooperativas que fazem parte da Coopercan.

A pesquisa não pretendeu esgotar o tema de estudo. Sugere-se, para uma melhor análise e aprofundamento do assunto, a execução de novas pesquisas para verificar o papel da negociação no processo estratégico da Coopercan.

Dentro do processo de negociação verifica-se também que existem inúmeras formas serem implantados e realizados, cabendo aos participantes das reuniões utilizarem o que mais esteja adequado às suas necessidades e condições financeiras, buscando e aprimorando conhecimentos e habilidades no desenvolvimento das negociações, demonstrando comprometimento e maior dedicação aos serviços prestados.

Por meio da pesquisa bibliográfica foram relatados vários assuntos concernentes a negociações, entre eles a origem, os conceitos e a importância do planejamento e da comunicação. Também foram abordadas as etapas e os elementos fundamentais de negociação. Diante das informações mencionadas pelos autores, percebeu-se que a negociação não é um assunto que pode ser reduzido a quatro ou cinco mandamentos, pois, além de complexo, leva tempo para ser dominado. Ficou evidente que um negociador deve desenvolver habilidades e técnicas para desempenhar com sucesso seus objetivos.

Este estudo possibilitou conhecer profundamente as negociações, distinguindo aquilo que é relevante e que, de fato, faz a diferença entre o sucesso e o fracasso em uma negociação.

Concluindo, bons profissionais são aqueles que possuem a habilidade de negociar, utilizando competências, entendendo que existem estratégias específicas para cada tipo de negociação; somente conhecendo os diversos tipos e elaborando um planejamento eficiente, podem-se atingir os resultados desejados.

Referências

- ADDOR, Felipe. **Desafio da Economia Solidária no Brasil**: uma sistematização da literatura existente. Artigo acadêmico. 12 f. SOLTEC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- AZEVEDO, André Gomma de. O processo de negociação: uma breve apresentação de inovações epistemológicas em um meio autocompositivo. **Revista dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Território**, n. 11, jul./dez. 2001. p. 13-24.
- BRITO, Emílio Péricles Araujo. Técnicas de Negociação. **Revista Científica do ITPAC**, Volume 4, n. 1, jan. 2011. p. 20-28.
- DENZIN, Norman K. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: Teorias e Abordagens, 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FIRMINO, Fabiano. **Análise de gestão de negociações**. Monografia (MBA em Gestão Empresarial) – UNESC, Criciúma, 2012.
- GIL, Denise Lila Lisboa. **Negociação e Gestão de Conflitos**. Artigo Científico. 11 f. – Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, Coimbra, 2008.

JUNQUEIRA, Luis Augusto Costacurta. **Negociação: Tecnologia e Comportamento**. 27. ed. Rio de Janeiro: COP Editora, 1998.

LIMA, Maria Isabel Rodrigues. **Economia Solidária e Vínculos**. Prefácio de Paul Singer. São Paulo: Ideias & Letras, 2013.

MANCE, André Euclides. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IfIL, 2003.

MELLO, José Carlos Martins F. de. **Negociação Baseada em Estratégia**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

REA, Louis M. **Metodologia de Pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

RIBEIRO, Vinícius Farias. **Negociação Internacional: a percepção do negociador brasileiro – Um estudo de caso**. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de Pesquisa em Administração: Guia para Estágios, Trabalhos de Conclusão, Dissertação e Estudo de Caso**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

RONDEAU, Alain. **O Indivíduo na Organização: Dimensões Esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Brasil**. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

TAUILE, J. R. **Do Socialismo de mercado à economia solidária**. Seminário internacional de teorias de desenvolvimento do novo século. 2001. Disponível em: <<http://blogecosol.wordpress.com>>.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos de pesquisa em administração**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Design, Economia Solidária e Sustentabilidade: juntos por uma alternativa econômica para a sociedade

Égon Ferreira de Souza

Resumo: O artigo aborda a questão ambiental colocando os problemas causados pelo atual sistema econômico capitalista ao meio ambiente. O design pode vincular-se à sustentabilidade, sendo ela o caminho a ser seguido. Logo têm-se medidas a serem adotadas em prol da diminuição dos impactos ambientais. Além de problemas ambientais, o sistema econômico capitalista gera a desigualdade social. Nesse contexto entra a economia solidária, que é uma alternativa de produção e geração de renda ao capitalismo. A economia solidária, além de promover a inclusão social, é uma forma mais digna de trabalho e tem a preocupação ambiental como um de seus princípios. Sendo assim, ela pratica ações de sustentabilidade. Apesar de sua complexidade, a sustentabilidade aparece na economia solidária em suas práticas de produção e forma de trabalho. O design em conjunto com a economia solidária pode ser um fornecedor de conhecimento e técnica, sendo que ambos podem trocar saberes e experiências, havendo um conhecimento mútuo. A partir de pesquisas bibliográficas e pesquisa-ação aplicada junto às feiras de economia solidária no município de Canoas (RS), o artigo mostra que existe então uma alternativa para a sociedade, que é produzir de forma solidária e sustentável, mas para isso deve haver um trabalho educacional por parte de diferentes setores, sendo o design um importante elo.

Palavras-chave: Design; Economia Solidária; Sustentabilidade.

1. Introdução

O atual modelo socioeconômico está gerando impactos ambientais e desigualdade social. O homem depende da natureza para sobreviver, e a sociedade está diretamente ligada aos danos causados à natureza. Nesse meio, o design é o responsável pela criação de produtos que são necessários para a sociedade, debruçando-se com problemas ambientais causados pelo excesso de consumo desses produtos.

Perante isso, o artigo tem como objetivo mostrar que existem formas de diminuir os danos causados ao meio ambiente e que também é possível aliar a

diminuição desses danos à inclusão social através da economia solidária, que, por sua vez, é enfatizada neste artigo. A economia solidária agrega valores nos quais a sustentabilidade se inclui e com isso o design tem a oportunidade de se estabelecer como ferramenta de trabalho para fortalecer os produtos solidários.

A sustentabilidade é um tema atualmente bastante discutido e deve ser compreendido para ser colocado em prática. Sua definição é complexa, porém algumas práticas de sustentabilidade já ocorrem e podem servir de exemplo para possíveis melhorias em termos comportamentais por parte das empresas e sociedade.

Este artigo também coloca que o atual sistema econômico capitalista tem uma dinâmica voltada ao individualismo, ao contrário da economia solidária, que tem como fundamento o trabalho cooperado e solidário. Assim, ela vem a se tornar uma realidade de economia na qual se podem buscar a dignidade e a geração de renda.

Para haver mudanças sociais e ambientais, poder-se-ia então adotar a economia solidária como meio. Os valores nela contidos são importantes para um bom convívio social. Também ela pode ser um caminho para colocar em prática a sustentabilidade, e o artigo busca expor esses fatores.

O design está contextualizado de acordo com seu papel social, que, nesse caso, é buscar através da criatividade, técnica e pesquisa alternativas para praticar a sustentabilidade dentro da economia solidária.

2. Impactos ambientais

Os produtos fazem parte do nosso dia a dia. Consumimos bens materiais e serviços. Mas o modo como esses produtos vêm sendo consumidos está gerando impactos ambientais. Vezzoli (2010) diz que “desde o início da segunda metade do século 20, a produção e o consumo comprometem mais recursos do que a Terra é capaz de repor e produzem mais emissões do que a geosfera é capaz de absorver” (p. 23). Isso mostra que o atual sistema de mercado é insustentável, pois o modo como ele ocorre reflete-se na escassez de recursos naturais, considerando que os mesmos são limitados.

Segundo Vezzoli (2010, p. 22): “Nos anos 1960, quando os países industrializados viram uma forte aceleração do desenvolvimento dos sistemas de produção e consumo, logo se descobriu que não seria possível obter somente vantagens”. Os problemas gerados por esse modo de produção e consumo são maléficose para o meio ambiente e consequentemente para o homem. Deve haver um equilíbrio entre o que é extraído da natureza e o tempo que ela leva para repor esse recurso extraído. Manzini e Vezzoli (2002) explicam que a extração de recursos e a liberação das várias emissões causam impactos que o ecossistema não

absorve, comprometendo o equilíbrio de sobrevivência da flora, da fauna e até mesmo do próprio homem.

O design tem grande potencial para ser um vilão nesse contexto, pois cria produtos que são muitas vezes consumidos de forma exacerbada e irresponsável. Mas ele ainda pode trabalhar de forma a reduzir impactos ambientais, de acordo com os conceitos de sustentabilidade.

3. Sustentabilidade

De acordo com Manzini e Vezzoli (2002), as atividades humanas não devem interferir nos ciclos naturais e empobrecer o capital natural (recursos renováveis, não renováveis e variedade de espécies do planeta), que será transmitido às gerações futuras. Além disso, há o princípio da equidade, pelo qual se afirma que, no quadro da sustentabilidade, cada pessoa (incluindo as futuras gerações) tem direito ao mesmo espaço ambiental.

Ainda os autores Manzini e Vezzoli (2002) listam algumas medidas a serem adotadas por empresas visando à sustentabilidade:

- Basear-se fundamentalmente em recursos renováveis (garantindo ao mesmo tempo a renovação);
- Otimizar o emprego de recursos não renováveis (compreendidos como o ar, a água e o território);
- Não acumular lixo que o ecossistema não seja capaz de renaturalizar (isto é, fazer retornar as substâncias minerais originais e, não menos importante, as suas concentrações originais).

Diante disso, vê-se que existem alternativas para diminuir o impacto causado ao ambiente. Cabe às empresas e à sociedade terem o conhecimento dos problemas por elas causados e tomar iniciativas que resultem ao menos na diminuição desses impactos ambientais.

Além de problemas ambientais, o atual sistema econômico capitalista gera a desigualdade social, o que faz com que muitas pessoas fiquem desempregadas ou assalariadas, muitas vezes recebendo um salário insuficiente para o sustento da família. Surge aí uma alternativa ao atual sistema econômico capitalista: a economia solidária.

4. Economia solidária

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a economia solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem exploração, sem levar vantagem sobre o outro, sem destruir o ambiente,

cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem comum e no próprio bem.

Ainda o MTE explica que a economia solidária é uma alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Sendo essas práticas econômicas realizadas em forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Diante dos problemas sociais resultantes do atual sistema capitalista de economia, a economia solidária é uma opção de busca de renda para muitas pessoas em vulnerabilidade social. Segundo os autores Singer e Souza (2003, p. 13): “A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”. Nota-se que a questão social é um fator de grande importância nesse meio. Singer e Souza (2003) ainda explicam que o sistema capitalista de empresas possui uma ditadura do capital, em que o dono dos meios de produção tem poder ilimitado, enquanto os empregados fazem a vontade do empregador, podendo esse demiti-los conforme sua vontade. Isso é uma crítica da economia solidária ao capitalismo.

A busca por melhores condições de trabalho é um dos fatores que impulsionam o trabalhador a procurar alternativas de trabalho para manter sua dignidade. Os autores Alves e Rocha (2012) colocam que a economia solidária ocorre em realidades diferentes, tanto na Europa como na América Latina. Sendo assim, ela não está necessariamente relacionada à pobreza, mas sim a condições mais justas de produção e distribuição de ganhos e de melhor condição de vida. E esse meio de trabalho se tem revelado como eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda.

Nesse contexto, a busca por uma nova ocupação e fonte de renda exige trabalho e criatividade. Muitas pessoas utilizam sua criatividade criando produtos artesanais para comercializar de acordo com as práticas de economia solidária. Preto et al. (2012) colocam que a criatividade surge da necessidade do homem e que os grupos produtivos são comparados às comunidades criativas e comunidades de prática, pois se organizam em prol de um interesse comum, que é a inclusão no mercado de trabalho e geração de trabalho e renda. Assim, os grupos que trabalham de forma autônoma para gerar sua própria renda desenvolvem sua criatividade para fazer produtos comercializáveis.

Visando à sustentabilidade, a economia solidária tem um grande potencial para trabalhar a favor da mesma, pois um de seus fundamentos é a valorização do meio ambiente. Segundo os autores Manzini e Vezzoli (2002), a sociedade

sustentável terá uma economia de mercado, mas não só essa. A solução do problema ambiental requer também outras formas de economia: não só as atividades fora do mercado, geridas pelas entidades públicas, mas também vai haver espaço para as atividades desenvolvidas de maneira informal e voluntária. Isso reforça a ideia de que a busca por alternativas de trabalho vem ocorrendo de forma a se adaptar a um mundo mais sustentável, sendo comum a diferentes realidades sociais.

O design é um aliado das questões de criatividade e sustentabilidade, pois trabalha de modo abrangente, buscando visões diferentes e referências para resolver algo ou até mesmo para criar algo. No caso da sustentabilidade, ele pode buscar formas sustentáveis de trabalho, não se limitando à utilização de materiais que causem baixo impacto ambiental.

5. Práticas de sustentabilidade

O termo sustentabilidade é complexo, pois não está diretamente ligado ao uso de materiais que aparentemente causem menor impacto; está ligado ao produto em si e a todo o seu ciclo de vida (desde a extração da matéria-prima até o descarte do produto, passando pela logística de distribuição do produto pronto). Vezzoli (2010) faz uma comparação entre duas cadeiras, uma feita de papelão e outra construída no século XVI sem nenhuma preocupação ambiental, porém com maior durabilidade. Aparentemente, a cadeira de papelão parece ser mais sustentável em relação à cadeira construída sem nenhuma preocupação ambiental, pois, por ser de papelão, se tem a ideia de que o produto causa menor impacto ambiental. Tendo essa ideia, comete-se um erro, pois a cadeira de papelão leva um menor tempo para ser descartada em função da sua baixa durabilidade, enquanto a cadeira construída no século XVI tem uma durabilidade muito maior. Além disso, a produção, distribuição e descarte das cadeiras de papelão geram mais impacto do que apenas uma cadeira durável do século XVI. Diante disso, percebe-se que tudo o que envolve o produto deve ser considerado.

A produção de bens e serviços é inevitável. Manzini e Vezzoli (2002) colocam que mesmo a economia menos materializada das economias necessita de suportes materiais que devem ser produzidos; assim, são gerados impactos, sendo que o objetivo é reduzir drasticamente o consumo de recursos e a geração de resíduos. Diante disso, questiona-se como organizar a produção perante essa problemática. Os impactos ambientais são constantes; o que se pode fazer é diminuí-los através de novas formas de produção e também com uma nova postura por parte dos consumidores, que são os responsáveis pela escolha do produto e pela destinação dos resíduos do produto por eles adquirido. Além disso, o

consumo deve ser medido de acordo com as reais necessidades; deve ser modificado para um consumo mais consciente.

Os grupos de economia solidária que criam e produzem produtos trabalham, na maioria das vezes, com matérias-primas recicladas ou reutilizadas (recicladas quando são utilizadas para fazer um novo produto com uma nova forma e reutilizadas quando é mantida a forma física e criado um produto a partir dessa forma). Além disso, a mão-de-obra geralmente é artesanal, fazendo com que o produto tenha uma originalidade, uma personalidade própria.

A reutilização é uma alternativa que muitas pessoas usam para gerar sua própria renda através do artesanato e também simplesmente pelo fato de ser um jeito racional de suprir suas necessidades. Ao invés de descartar matérias-primas, pode-se dar uma nova utilidade às mesmas, considerando o aspecto ambiental e socioeconômico. Muitas pessoas são beneficiadas pelo trabalho realizado a partir de matérias-primas reutilizadas ou recicladas. Os autores Peltier e Saporta (2009, p. 104) dizem que, nos países subdesenvolvidos, as embalagens, esvaziadas de seu conteúdo, são sistematicamente reutilizadas, até mesmo transformadas, para ganhar outra vida. É sem igual o gênio dos artesãos de países menos favorecidos para encontrar novas alternativas para uma velha embalagem. Aí está um bom exemplo de criatividade gerada a partir de uma necessidade.

Peltier e Saporta (2009) ainda dizem que o resíduo é um produto inevitável de qualquer ciclo de vida e de consumo. Também dizem que fazer o novo a partir do velho (reciclagem) é algo que já existe há bastante tempo. Sendo assim, a reciclagem passa a ser uma atitude cultural surgida a partir da oportunidade e necessidade de fazer uso de uma matéria-prima antes utilizada. A necessidade de reciclar pode ser vista como uma questão de sobrevivência perante as condições precárias de vida. Nesse contexto, há uma harmonia entre a geração de renda ou suprimento de necessidades e a preservação ambiental.

Outro ponto forte referente à sustentabilidade na economia solidária é a forma como a produção se dá. Geralmente ela é feita em cooperativas ou até mesmo nas residências dos trabalhadores, sendo um trabalho local. Assim, por exemplo, os trabalhadores não precisam pegar trânsito para locomover-se até o local de trabalho. No ponto de o trabalho ser feito em casa ou em algum lugar que não seja dentro de uma empresa, pode-se comparar ao teletrabalho. De Masi (2000) diz que o teletrabalho vem sendo e tende a se tornar uma realidade cada vez mais comum. Além de proporcionar ao trabalhador um conforto maior, estimula a criatividade e dá liberdade, pois o trabalhador não se submete a um ambiente limitado, comparado aos escritórios das empresas convencionais. Se boa parte das pessoas praticasse o teletrabalho, haveria uma diminuição no trânsito, por exemplo, o que diminuiria o estresse das pessoas e a poluição do ar.

Essas são algumas das vantagens do teletrabalho, que podem ser comparadas às formas de trabalho na economia solidária.

6. Práticas de design

O design sendo uma área de grande abrangência pode trabalhar em parceria com diversos setores. No meio da economia solidária, ele é um agregador de valor ao produto, sendo que o produto em si contém uma peculiaridade de acordo com fatores culturais e regionais. No meio da economia solidária, cabe ao designer trabalhar em parceria com os grupos, mostrando formas de melhorar os produtos em aspectos de funcionalidade e adequação ao mercado, considerando que esses produtos competem com os produtos industrializados. Um exemplo disso aparece em um trabalho realizado com artesãos, no qual os autores Pazmino e Ferreira (2011) dizem que “o projeto buscou levantar os elementos característicos dos artesãos, não apenas para conservar a herança cultural, mas também para considerá-la e adaptá-la às necessidades da sociedade contemporânea”.

O conhecimento técnico do designer é muito válido para os grupos de economia solidária; questões de funcionalidade, ergonomia e estética podem ser colocadas pelo designer na elaboração de um produto. Esse trabalho em conjunto traz conhecimento mútuo, havendo troca de experiências, que juntas resultam num trabalho bem elaborado e de qualidade. Esse trabalho em conjunto pode resultar em produtos mais atraentes para o consumidor.

Pazmino e Ferreira (2011) dizem que os produtos comercializados pelos grupos de economia solidária são muitas vezes vistos pelos clientes como produtos de baixa qualidade e pouco atraentes. Esse é um problema enfrentado pelos grupos. Um dos fatores mais relevantes nesse contexto é a concorrência que se tem com os produtos industrializados, que, por sua vez, são produzidos em larga escala e vendidos a preços mais atrativos. O trabalho realizado pelos grupos é geralmente manual, o que requer muita dedicação e tempo de trabalho. Esse fator muitas vezes não é visto pelo consumidor.

Para um produto agregar valor, deve-se trabalhar sobre ele fazendo pesquisas de mercado e até mesmo pesquisas antropológicas, havendo um contato com o consumidor final para ter o conhecimento do público-alvo e o que esse público deseja, direcionando as características do produto ao estereótipo desejado pelo consumidor. A internet é uma ferramenta que facilita bastante esse trabalho, mas não se pode descartar o contato pessoal com o consumidor, que traz melhores percepções. O designer tem aí uma boa oportunidade para colocar em prática seu conhecimento e exercer o papel de pesquisador de mercado, adap-

tando uma nova gama de produtos ao mercado, que, por sua vez, se torna cada vez mais competitivo.

7. Metodologia

A elaboração deste artigo foi feita através de pesquisas bibliográficas com referência nos temas aqui abordados, que são impactos ambientais, sustentabilidade, economia solidária e design. A partir disso foi feita uma ligação entre os diferentes temas, colocando-os num contexto teórico e prático que favoreceu o desenvolvimento da pesquisa. Também foi realizada uma pesquisa-ação de caráter quali-quantitativo em feiras do Fórum de Economia Popular Solidária de Canoas/RS, com exposição de produtos dos empreendimentos de agricultura familiar, alimentação e artesanato. Buscava-se a opinião do cliente em relação às feiras através de um simples questionário com perguntas relacionadas à satisfação, visando apontar os pontos fracos em termos de produto (voltando-se ao artesanato). O objetivo era buscar melhorias para tais produtos. Assim foram feitas observações de acordo com conceitos de design, relacionando os produtos a esses conceitos e gerando resultados que corroboraram as pesquisas bibliográficas e estão expostos no desenvolvimento deste artigo.

8. Resultados da pesquisa

Com os dados da pesquisa-ação foram feitas observações voltadas ao design, buscando a resolução de problemas, ou seja, como os produtos deveriam ser; como aperfeiçoá-los para tornar-se mais atraentes. Foi concluído que os produtos vendidos nas feiras deveriam ser trabalhados nos aspectos de estética, cor, diversidade de matéria-prima, utilidade, criatividade e qualidade, para assim se tornar mais atrativos e diversos para agregar valor. O atendimento ao consumidor também era um fator que deveria ser aperfeiçoado. Essas conclusões encaixaram-se com as pesquisas bibliográficas e fortaleceram a ideia de que a qualidade do serviço e do produto deve ser uma prioridade no mercado. Assim, os empreendimentos de economia solidária devem trabalhar principalmente em cima desses requisitos para ter um melhor desempenho na competitividade do mercado.

As imagens a seguir mostram exemplos de produtos que fizeram parte da pesquisa-ação:



A imagem à esquerda mostra a visão comum que se tem das feiras de economia solidária, com produtos relativamente pouco atrativos. À direita está a imagem de um tapete, que é um exemplo de produto característico das feiras de economia solidária, porém com o desenho de um campo de futebol se torna um produto mais atrativo e diferenciado dos demais.



Este foi apelidado como “quadro em 3D”, exemplo de produto criativo.



Esses produtos são bolsas com duas utilidades: quando abertas, elas se tornam mantas. Um bom exemplo de design, produto criativo com dupla utilidade e consequentemente agregando valor.

Os exemplos acima foram base para as conclusões referentes ao estereótipo que os produtos deveriam buscar.

9. Considerações finais

A pesquisa apresentada mostra que é possível manter a produção de bens de acordo com as necessidades humanas, colaborando com a preservação ambiental. Os exemplos dados apontam que muitas pessoas se beneficiam financeiramente, agindo com uma consciência ambiental e solidária.

Mais do que gerar renda, muitas pessoas excluídas do mercado de trabalho se incluem numa nova proposta de economia, a qual traz benefícios sociais e ambientais. Na pesquisa, houve relatos de que “o trabalho feito pelos artesãos deve ser mais valorizado”, pois é uma proposta de trabalho diferente.

A economia solidária é uma alternativa de economia, mas pode ser vista também como um meio para agregar valores na sociedade, valores que se perderam no atual sistema em que o individualismo é característico. Percebe-se que a

questão ideológica é também bastante característica nesse meio, pois o trabalho solidário exclui o individualismo, que é uma característica ideológica proveniente do capitalismo.

O sistema econômico pode influenciar os valores da sociedade, gerando consequências na educação e na ideologia. Comparada ao capitalismo, a economia solidária agrega valores imateriais e propõe uma ideologia em que o bem-estar comum é o mais importante. Sendo que no capitalismo os valores materiais são mais salientes, e o objetivo de vida está é mais voltado ao sucesso individual.

A educação é muito importante para que ocorram mudanças sociais; isso deve ser trabalhado por diversos segmentos da sociedade. O design encontra-se no papel de suprir das necessidades materiais da sociedade, podendo utilizar material para expressar uma consciência de que o mesmo deve estar em harmonia com o imaterial. Ou seja, o designer pode ser um educador também, criando produtos que corroboram para uma nova educação que respeite os valores sociais e o meio ambiente.

Referências

- ALVES, Cleóinsia Rodrigues do Vale; ROCHA, Rebeca Grangeiro. Indicadores de Design para a Sustentabilidade no Artesanato de Juazeiro do Norte/CE e suas relações com a Economia Solidária. **Cadernos Gestão Social**, V. 3, n. 1, p. 39-52, Bahia, 2012.
- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**: entrevista a Maria Serena Palieri. 2. ed. Tradução de Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis**: os requisitos ambientais dos produtos industriais. São Paulo: Ed. da USP, 2002.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 9 nov. 2013.
- PAZMINO, Ana Veronica P.; FERREIRA, Mirrele Mathiê. Design e Economia Solidária: Desenvolvimento de Identidade Visual e Material Gráfico. In: CONGRESSO NACIONAL DE DESIGN, 1, 2011, Bento Gonçalves. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://www.desenhandoofuturo.com.br/anexos/anais/design_e_sociedade/design_e_economia_solidaria_desenvolvimento_de_identidade_visual_e_material_grafico.pdf. Acesso em: 12 nov. 2013.
- PELTIER, Fabrice; SAPORTA, Henri. **Design Sustentável**: caminhos virtuosos. São Paulo: Editora Senac, 2009.
- PRETO, Seila Cibele Sitta; FIALHO, Francisco Antônio Pereira; FIGUEIREDO, Luiz Fernando Gonçalves de. A importância da criatividade no trabalho artesanal dos grupos produtivos de um programa de Economia Solidária. **Revista Científica de Design**, v. 3, n. 1, Londrina, 2012.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

VEZZOLI, Carlo. **Design de sistemas para a sustentabilidade:** teoria, métodos e ferramentas para o design sustentável de 'sistemas de satisfação'. Salvador: Ed. da UFBA, 2010.

Marketing na economia solidária: uma pesquisa-ação aplicada nas feiras de Economia Popular Solidária de Canoas / RS

Guilherme Nogueira de Brito

Resumo: Este artigo versa sobre uma experiência de intervenção social em parceria entre a Incubadora de Empreendimentos Sociais do Tecnosocial Unilasalle e o Fórum de Economia Popular Solidária de Canoas. Esta pesquisa teve por objetivo identificar e construir junto aos participantes do Fórum possíveis estratégias de marketing a fim de qualificar e reorganizar a Feira de Economia Popular Solidária de Canoas de acordo com as perspectivas da Economia Solidária. Por meio de pesquisas de mercado, observações dos pesquisadores e a aplicação de questionários de cunho quali-quantitativo aos clientes, construiu-se uma análise do nível de satisfação dos clientes da feira em termos de produto, praça, preço e promoção. A partir da análise e de debates com os integrantes dos fóruns foram realizadas oficinas de capacitação para que as melhorias necessárias fossem implementadas nas próximas feiras.

Palavras-chave: Economia Solidária; Marketing Social; Feiras.

1. Introdução

A Economia Solidária é um modo alternativo de produzir e comercializar produtos, sem exploração de mão-de-obra, matéria-prima e sem grandes impactos no meio ambiente. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de grupos cooperativos, que realizam atividades de produção de bens, comércio justo e consumo solidário.

O conceito de economia solidária é um dos mais amplamente difundidos na atualidade. Segundo Singer (2003), as especificidades que distinguem um empreendimento solidário de um pautado pelas regras de corrente econômica hegemônica são o estímulo à solidariedade entre os membros via autogestão e a reintegração de trabalhadores que foram expurgados do mercado de trabalho por questões estruturais, advindas do paradigma econômico neoliberal.

Considerando essa concepção, a economia solidária vem se apresentando como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. A Economia Solidária¹ possui as seguintes características:

a. Cooperação: existência de interesse e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias, redes de produção, associações comunitárias de produção, grupos informais produtivos de segmentos específicos, etc.

b. Autogestão: os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.

c. Dimensão econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, benefício, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

d. Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito aos direitos dos trabalhadores.

O cenário atual da economia solidária apresenta desafios consideráveis, posto que o leque de carências e de aspirações amplia-se e não pode ser atendido através da lógica capitalista de produção incessante de mercadorias. Simultaneamente, essa mesma lógica introduz requisitos cada vez mais exigentes de competências, inovação e desempenho competitivo para a viabilidade das empresas capitalistas.

Alguns enxergam a economia solidária meramente como uma resposta dos setores populares à crise no mundo do trabalho, enquanto outros enxergam, além disso, também seu potencial de transformação política e social. Para muitos desses, a economia solidária configura-se como uma alternativa real ao modo de produção capitalista (CUNHA, 2002).

¹ Informações disponíveis em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>. Acesso em: 10 jan. 2014.

2. A importância da Economia Solidária no Brasil

A Economia Solidária teve origem no início do século XIX sob a forma de cooperativismo, como resistência ao avanço do capitalismo industrial. No Brasil, ressurgiu no final do Século XX como resposta por parte dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mercado de trabalho.

No Brasil, a economia solidária expandiu-se a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária se tem articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária². Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro.

Entende-se por economia solidária, segundo Singer (1999), o conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizadas por princípios solidários, espalhadas por diversas regiões do país e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários e diversas organizações populares, urbanas e rurais.

Em diversas regiões do país, algumas com maior intensidade, vêm se desenvolvendo experiências de geração de trabalho e renda de forma solidária. A aplicação de uma iniciativa orientada para uma economia alternativa atualmente está em um processo concreto de desenvolvimento como alternativa de renda e inclusão social. Gaiger et al. (1999), ao analisarem a viabilidade e as perspectivas da Economia Solidária no estado do Rio Grande do Sul, mostraram que, se antes as experiências de geração de trabalho e renda eram consideradas pelos pesquisadores como circunstanciais e efêmeras, de difícil registro, a partir da década de 1990, aumentam ano após ano, algumas com mais dez anos de atividades contínuas.

Os empreendimentos econômicos solidários (ESS) são definidos por Gaiger et al. (1999) como sendo organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda, regidos, idealmente, por princípios de auto-gestão, democracia, participação, responsabilidade, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

² Informações disponíveis em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.html>. Acesso em: 18 fev. 2014.

Segundo Singer (2002), os EES desenvolvem principalmente atividades econômicas como plantio, alimentação, artesanato, beneficiamento e comercialização de produtos primários, prestação de serviços, confecções, entre outras. Para viabilizar a expansão da Economia Solidária, uma série de desafios são enfrentados, desde a criação de novas políticas e instituições públicas e populares, voltadas à representação e ao apoio, à incubação de empreendimentos solidários, ao acompanhamento permanente das demandas de formação, crédito, tecnologia, mercado, gestão e outras.

O conceito de Economia Solidária abrange, portanto, variadas formas de organização associativa e um sem-número de grupos comunitários informais, além de programas direcionados ao setor e às tecnologias de incubação de empreendimentos (VERONESE, 2008).

Além das iniciativas vindas da própria sociedade civil, outro fator responsável para o aumento das experiências coletivas de trabalho foi o apoio de instituições governamentais e da sociedade em forma de entidades, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais e, especialmente, as universidades e instituições de ensino superior (SINGER, 2003).

As universidades atuam principalmente por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que surgiram a partir de 1995 com o objetivo principal de disseminar conhecimentos tecnológicos e de gestão, produtos ou processos para comunidades carentes interessadas em formar cooperativas (SOUZA et al., 2003).

Para que as iniciativas de ES tenham êxito em suas práticas de ação e interlocução com a sociedade, faz-se importante desenvolver mecanismos de gerenciamento dos empreendimentos, bem como de estratégias de comunicação com os consumidores. Nesse sentido, a seção a seguir aborda a temática do marketing social como um campo em desenvolvimento na perspectiva de valorização dos produtos e serviços disponibilizados pelos empreendimentos econômicos solidários.

3. Marketing Social

Relacionando as práticas de marketing com as novas posturas sociais exigidas pelos consumidores, onde são cada vez mais influentes no processo de decisão de compra questões como sustentabilidade e responsabilidade social; um dos termos mais difundidos é o marketing social.

Nesse sentido, a definição comumente aceita para marketing social é a de Kotler (1978), que define o Marketing Social como planejamento, execução e controle dos programas que buscam incrementar a aceitação de uma ideia social

e que contêm considerações sobre o produto, preço, distribuição, comunicação e pesquisa de mercado.

Para Vaz (1995), marketing social é a modalidade de ação mercadológica que tem como objetivo principal atenuar ou eliminar os problemas sociais, as carências da sociedade relacionadas principalmente às questões de higiene e saúde pública, de trabalho, educação, habitação, transporte e nutrição.

O marketing social é uma estratégia utilizada para buscar uma mudança de comportamento. Ele combina os melhores elementos das abordagens tradicionais da mudança social num esquema integrado de planejamento e ação (KOTLER; ROBERTO, 1992)

A definição social de Kotler (2000) é por ele denominada como “orientação de marketing societal”. Ela prevê que a busca pelo mercado deve ser realizada de tal forma que preserve ou melhore o bem-estar do consumidor e da sociedade, levando em consideração o interesse público e a ética. Atucha propõe a seguinte definição:

Marketing social é uma ferramenta democrática e eficiente que aplica os princípios e instrumentos do marketing de modo a criar e outorgar um maior valor à proposta social, redescobrimo o consumidor por meio de diálogo interativo, gerando condições para que se construa o processo de reflexão, participação e mudança social (SCHIAVO, 1999, p. 25).

Estruturado como uma ferramenta que visa promover uma mudança social ou a viabilização de uma ideia comportamental, o Marketing Social “é a gestão estratégica do processo de introdução de inovações sociais a partir da adoção de comportamentos, atitudes e práticas, individuais e coletivas, orientadas por preceitos éticos e fundamentadas nos direitos humanos, na equidade social” (FONTES, 2001, p. 78) e no vínculo estreito com as políticas públicas.

Na Economia Solidária, o principal produto social é a prática do trabalho solidário, isto é, o trabalho solidário representa um comportamento, base para a estratégia de inclusão social, evolução financeira e cultural da sociedade. Dessa forma, pode-se concluir que Marketing Social é o processo de reflexão, participação e mudança social, orientado por princípios éticos, fundamentados nos direitos humanos e na equidade social.

4. A Feira de Economia Popular Solidária de Canoas

Em consonância com o objetivo deste estudo, é importante descrever o campo de atuação desta pesquisa e as análises geradas a partir das práticas de marketing juntamente ao Fórum de Economia Popular Solidária de Canoas, o qual é composto atualmente por 52 grupos associativos e cooperativas de economia solidária. Esses grupos autogestionários produzem principalmente alimen-

tos, produtos da agricultura familiar, artesanato e recicláveis. Iniciou suas atividades em meados de 2001 com o intuito de organizar e fortalecer os empreendimentos de economia solidária em Canoas.

Atualmente, o Fórum realiza reuniões mensais nas dependências do Centro Universitário La Salle e recebe suporte e apoio da Incubadora de Empreendimentos Solidários do Unilasalle. As reuniões têm diversas pautas, como eleger representantes e lideranças, discutir diversas questões de cada empreendimento e, principalmente, planejar a promoção e a ampliação da demanda dos produtos produzidos.

A principal oportunidade de exposição e comercialização do mix de produtos dos grupos participantes do Fórum são as Feiras de Economia Popular Solidária de Canoas. Feiras essas realizadas no centro da cidade de Canoas em semanas antecedentes às datas comemorativas do ano, como Natal, Dia das Mães e Dia dos Pais. Conforme o Regimento Interno do Fórum, cada grupo dispõe de um *stand* para expor e vender seus produtos ao grande público, produzidos por meio do esforço do trabalho cooperativo e solidário.

A Feira de Economia Popular Solidária de Canoas tinha um grande potencial de vendas, porém uma baixa adesão do público que visitava as instalações dos *stands*. Por intermédio de observações prévias, identificamos que a feira possuía produtos atrativos, vindos de quase todos os grupos, porém muitos apresentavam baixa diversificação. Por exemplo, o item pano de prato é vendido por praticamente todos os empreendimentos de artesanato e tem uma boa aceitação pelo público. O problema é que todos os artesãos da feira confeccionam os mesmos, tornando assim, pela vista dos clientes, uma feira de um produto só.

Outro elemento da feira observado que deixava a desejar dizia respeito ao atendimento ao cliente prestado por parte dos feirantes. Por vezes, observamos que alguns feirantes não faziam uso de uniforme e deixavam seus *stands* desocupados. Ao receber a visita de clientes, por não estarem acostumados à função de vendedores, alguns feirantes não eram tão atenciosos quanto deveriam.

Visualmente, a feira chamava muita atenção, com produtos expostos bem coloridos e uma praça de alimentação com produtos diferenciados, como pães caseiros, cucas, tapiocas, entre outros, porém ao longo dos dias de exposição não havia nenhuma novidade a ser apresentada a quem a visitava. Da maneira que os produtos eram expostos no primeiro dia, também no segundo, e assim seguia todos os dias de feira.

Apesar de possuir produtos atrativos, a feira jamais se propôs a realizar algum tipo de promoção, desconto ou qualquer outro incentivo para atrair consumidores pelo preço. Os feirantes não possuíam instrução adequada sobre como formular o preço dos produtos.

Feitas essas observações preliminares nos primeiros dias da feira, por meio da Incubadora de Empreendimentos Solidários do Unilsalle, que atualmente é financiada pelo FINEP, identificou-se a necessidade de um acompanhamento das atividades voltadas aos campos de marketing e design de produto. Então se iniciou um trabalho de pesquisa-ação com a proposta principal de criar junto ao fórum estratégias de marketing a fim de qualificar, reorganizar e potencializar as vendas da feira.

5. Metodologia da investigação

Quanto ao método, essa pesquisa pode ser classificada como pesquisa-ação, tendo em vista que o objetivo da pesquisa foi identificar o nível de satisfação dos clientes da Feira de Economia Popular Solidária de Canoas e a partir desses dados iniciar junto ao Fórum, dentro do conceito de economia solidária, um processo de construção de possíveis estratégias de marketing, a fim de qualificar e reorganizar as futuras edições da feira. Kemmis e McTaggart (1988, apud ELIA e SAMPAIO, 2001, p. 248), ampliam essa forma de entendimento do conceito de pesquisa-ação com as seguintes palavras:

Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social, de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações em que essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa... (KEMMIS e MC TAGGART, 1988, apud ELIA e SAMPAIO, 2001, p. 248).

Quanto à abordagem, essa pesquisa é um estudo de caso (YIN, 2005), de cunho quali-quantitativo, tendo em vista que, para identificar o nível de satisfação dos clientes em pontos específicos do composto mercadológico da feira, foram usadas questões quantitativas. E para ouvir relatos dos clientes sobre a feira, sugestões e críticas, os 124 questionários (64 aplicados na feira de Natal de 2012; 40 aplicados na feira do Dia das Mães e 20 aplicados na feira do Dia dos Pais) utilizados como ferramenta de pesquisa contaram com questões qualitativas. Além disso, foram realizados registros fotográficos para elucidar a evolução das práticas de intervenção ao longo das feiras pesquisadas. Para complementar o corpus de dados, foram realizadas observações diretas e participantes para contribuir no processo de melhoria do mix de marketing.

Devido à necessidade de ouvir e entender a opinião dos clientes das feiras, foi necessário o método quali-quantitativo, sendo que [...] essas abordagens precisam contribuir para a explicação e compreensão mais aprofundada dos fenômenos humanos, que, por sua grande complexidade, necessitam ser

pesquisados sob os mais diferentes ângulos [...] (SANTOS FILHO, GAMBOA, 2000, p. 54).

6. O marketing na Feira de Economia Solidária

No início das atividades, percebemos que o conceito tradicional de marketing não era adequado para o contexto do fórum; pelas características de empreendimento solidário e ambientalmente sustentável, o conceito mais adequado, no qual nos propusemos a trabalhar e desenvolver, foi o de marketing societal, como proposto por Kotler (2000).

O trabalho prático foi iniciado em dezembro de 2012 após o desenvolvimento de um questionário quanti-qualitativo, utilizado como ferramenta de pesquisa na edição da Feira de Natal. O questionário continha cinco questões, que diziam respeito à percepção dos visitantes da feira quanto ao preço dos produtos, à qualidade e ao conhecimento dos visitantes sobre se tratar de uma feira de economia solidária.

Havia uma preocupação por parte dos feirantes quanto à localização da feira; havia uma possibilidade da feira ser transferida do centro de Canoas para outra parte da cidade. Foi solicitado então para os clientes entrevistados na feira que tomassem uma posição sobre a mudança de local na próxima edição da feira.

A partir dos 64 questionários aplicados no decorrer de dez dias da edição de Natal da feira e das observações feitas pelos pesquisadores, foi montada uma apresentação com os resultados da pesquisa, fotos da feira e sugestões de melhoria para os participantes do fórum.

Essa primeira pesquisa serviu para apontar alguns pontos em que a feira tinha muito a melhorar. A pesquisa indicou que 64% dos entrevistados não sabiam que se tratava de uma feira de economia solidária; a grande maioria comentou que achava tratar-se simplesmente de uma feira de artesanato. Houve também relatos de que a feira possuía muitos produtos repetidos, além de ser quase que na totalidade da feira produtos especificamente femininos.

Por meio da pesquisa pudemos comprovar que a feira tinha grande aceitação do público, dos entrevistados que apenas circulavam pela feira. 97% já tinham comprado algo ou tem a intenção de comprar. Além desses, 66% estavam satisfeitos com os preços praticados na feira. Sobre a saída da feira do centro de Canoas, 97% dos entrevistados mostraram-se contra a mudança.

Nesse primeiro encontro entre pesquisadores e o fórum foram passadas algumas sugestões, como a utilização do avental que identifica os feirantes, a confecção de uma faixa que identificasse que ali estava acontecendo uma feira

de economia solidária, melhorar a abordagem sobre economia solidária com os clientes, bem como a postura de venda e a organização do *stand*.

Como demanda do fórum, por meio de sugestão dos seus participantes, agendamos uma oficina de capacitação em preço para a próxima reunião do fórum, realizada em abril de 2013, onde foram discutidas e passadas aos feirantes algumas técnicas de formação de preço.

Na segunda edição da feira acompanhada, que foi a edição do Dia das Mães em maio de 2012, foram aplicados 40 questionários, e percebemos um aumento significativo no número de pessoas que sabiam se tratar de uma feira de economia solidária. Na feira de dezembro, apenas eram 38% os que sabiam; já na feira de maio, 60% dos entrevistados compreendem a feira como economia solidária. A percepção dos entrevistados quanto à qualidade dos produtos também cresceu: passou de 81% para 93% a porcentagem de clientes satisfeitos.

Além dos números apresentarem um avanço no nível de satisfação dos clientes, observamos um progresso significativo na feira no que diz respeito à organização dos feirantes. O fórum confeccionou duas faixas (figura 1) para identificação da feira, que foram postadas nas duas entradas principais da feira. Além disso, notamos que todos os feirantes vestiam o avental confeccionado pelo fórum e adotado como uniforme da feira (figura 2).

Figura 1: Faixa na entrada principal da Feira de Economia Popular Solidária.



Fonte: Fotografia do autor.

Figura 2: Feirantes uniformizados



Fonte: Fotografia do autor.

Além da apresentação dos dados apontados pela pesquisa na reunião do fórum de junho de 2013, ficou decidido que nas duas reuniões seguintes, de julho e agosto respectivamente, ocorreriam duas oficinas de capacitação: uma de organização de *stand* e outra de atendimento ao cliente. Ambas as oficinas foram conduzidas por professores do Unilasalle, dos cursos de Marketing e Administração.

Ao longo das reuniões e oficinas de julho e agosto surgiram diversas sugestões por parte dos participantes, tanto para a feira como para o questionário a ser aplicado na edição de dia dos pais da feira. Foram discutidas questões como a possibilidade dos feirantes aceitarem cartão de crédito e débito como forma de pagamento na feira. Nas oficinas foram abordados aspectos relevantes para um bom atendimento aos clientes e discutidas formas de conquistar e fidelizar o público das feiras. Foi sugerido o uso de etiquetas com o preço de cada produto, para que o cliente fique mais à vontade, sem a necessidade de ficar perguntando o preço de cada coisa pela qual se interesse. E quanto à organização foi proposto que os feirantes dessem uma “enxugada” no visual dos *stands* para que facilitasse a apreciação de cada produto pelos visitantes, evitando que um produto esconda o outro.

A edição do Dia dos Pais da feira, realizada em agosto de 2013, foi a última edição em que aplicamos questionários junto aos clientes. Dessa vez foram 20 questionários, que mais uma vez apontaram um crescimento satisfatório no nível de conhecimento dos clientes sobre economia solidária. Dessa vez, 65% dos entrevistados diziam ter algum conhecimento sobre o assunto. Além disso, 80% dos entrevistados diziam não ser a primeira compra na feira, sendo assim clientes de outras edições da feira. Todos os entrevistados mostraram-se favoráveis ao uso do cartão de crédito ou débito como forma de pagamento na feira e que isso provavelmente os faria comprar mais.

Observamos que a edição da Feira do Dia dos Pais contou com o lançamento de alguns elementos novos, como produtos identificados com a cidade de Canoas, alguns *stands* com sistema de cartão-crédito, sacolas para presentes com o nome da associação e cartões com os dados de contato (figura 3).

Figura 3: Elementos inovadores de destaque da Feira do Dia dos Pais.



Fonte: Fotografia do autor.

A readequação das estratégias de marketing da feira foi motivada pela vontade dos feirantes em aumentar o fluxo de vendas da feira por meio da pesquisa mercadológica aplicada, das oficinas realizadas e dos debates praticados no fórum, e assim cada grupo associativo pôde desenvolver de maneira autônoma suas próprias estratégias de marketing.

7. Desafios futuros

Todas as ações da pesquisa-ação, a pesquisa mercadológica aplicada na feira às oficinas de capacitação desenvolvidas e até de assessoria durante o processo envolvimento com o fórum, foram baseadas nos conceitos de economia solidária e marketing societal como estratégia de geração de renda e inclusão social sem a exploração de mão-de-obra ou recursos naturais.

A expectativa inicial era grande por poder desenvolver uma pesquisa de mercado para logo intervir na prática. Podendo então medir os resultados que realmente afetaram os clientes e a evolução da feira a cada mês. Trazendo assim para os grupos associados ao fórum estratégias de marketing que viabilizaram um progresso significativo na viabilidade da feira.

As avaliações após o término da pesquisa foram positivas quanto à aplicação de um conteúdo básico sobre marketing para os participantes do fórum. As visões foram de um extremo ao outro, desde desenvolvimento de produtos, estimulando a parte criativa dos artesãos, até noções de visão estratégica, juntando esforços de todos os grupos para uma evolução na feira como um todo.

A pesquisa derrubou barreiras, comprovando que empreendimentos solidários podem sim ter estratégias de marketing. Reconhecendo que o marketing

pode ser uma ferramenta gerencial de grande importância para a viabilização de produtos criados a partir de empreendimentos economicamente solidários. Bem como pode o marketing social, por meio da economia solidária, ser uma estratégia de participação na mudança ética de parte da sociedade.

Porém a expansão da economia solidária requer continuidade no processo estratégico por parte dos seres atuantes, visando não apenas à presença no mercado, mas, conforme Lisboa (2003), a demonstração de que há outras forças econômicas, além da hegemônica, que buscam construir a possibilidade de uma maior democratização da economia e, portanto, da sociedade, alicerçadas num controle genuinamente social sobre os meios de produção, realizadas por indivíduos cooperativamente associados.

Todas as informações e experiências adquiridas com o desenvolvimento da pesquisa-ação serão utilizadas como base para a elaboração de um plano de marketing social na disciplina Plano de Marketing I do Unilasalle, que dará continuidade aos esforços para a mobilização da sociedade em favor da inclusão social por meio da Economia Solidária.

Referências

- CUNHA, G. C. **Economia solidária e políticas públicas**: reflexões a partir do caso do programa incubadora de cooperativas, da prefeitura municipal de Santo André, SP. São Paulo. 2002.
- FONTES, M. **Marketing Social Revisitado. Novos Paradigmas do Mercado Social**. 1. ed. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- GAIGER, L. et al. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. **Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura**, n. 15, 1999.
- KOTLER, P. **Administração de Marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall.
- KOTLER, P. **Marketing para Organizações que não visam o lucro**. São Paulo: Atlas, 1978.
- KOTLER, P.; ROBERTO, E. **Marketing Social: Estratégias para alterar o comportamento público**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- LISBOA, A. M. Mercado Solidário. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, Silvio S. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 3. ed. São Paulo, 2000.
- SCHIAVO, M. R. **Conceito e evolução do marketing social**. Conjuntura Social. São Paulo, 1999.
- SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Possibilidades da economia solidária no Brasil. In: **CUT BRASIL**. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. p. 51-60, 1999.

SOUZA, M. C. de A. F. de; AZEVEDO, A. de; OLIVEIRA; L. J. R. de; BALDEÓN, N. T. Incubadora Tecnológica de Cooperativas – ITCP x Incubadora de Empresas de Base Tecnológica – IEBT – Diferenças e semelhanças no processo de Incubação. **Revista Iberoamericana de Ciência, Tecnologia, Sociedade e Inovação**, n. 6, 5, maio/ago. 2003.

VAZ, G. N. **Marketing Institucional: O Mercado de Ideias e Imagens**. São Paulo: Pioneira, 1995.

A importância do designer do século XXI na conscientização para a preservação do meio ambiente

Mayara Correa Gomes

Resumo: Para existir uma sociedade mais consciente, sabendo que o meio ambiente está comprometido devido ao mau uso de seus recursos naturais, faz-se necessária a contribuição do designer, pois ele sabe que recursos devem ser usados e reutilizados com equilíbrio. Esses recursos são limitados e não podem ser desperdiçados. Essa contribuição dada pelo designer pode e deve atingir a consciência das pessoas de uma maneira eficaz e permanente.

Palavras-chave: Design; Consciência Ambiental; Design Ecológico.

1. Introdução

O propósito deste trabalho é esclarecer a importância que o designer tem na sociedade frente à necessidade global da preservação do meio ambiente, tendo em vista a vantagem que esse profissional apresenta na sociedade como criador e consequentemente educador, levando à boa prática do uso de materiais que podem ser agressivos ao nosso planeta, se descartados de maneira imprópria.

Design é a palavra deste século. Essa palavra nunca esteve tão presente na vida das pessoas como agora. Outra palavra que também é muito presente atualmente – um assunto que tem provocado muita discussão – é a Sustentabilidade Ambiental. Isso ocorre devido aos reflexos negativos que a industrialização causou e ainda tem causado. Por isso a preocupação com esse assunto se torna cada vez maior.

Tem sido um desafio à sociedade a preservação do meio ambiente. É um desafio constante conscientizar as pessoas sobre as consequências que nossos atos podem causar, além da busca de alternativas que amenizem essas consequências.

Criar produtos mais sustentáveis é fundamental nos dias atuais; isso é possível devido ao foco nos inúmeros problemas reais que esperam por solu-

ções. Levando em conta a conexão que o design possui com a responsabilidade social, nota-se que os designers podem dar forma a um novo modo de criar. A sustentabilidade e a qualidade de vida do mundo dependem da maneira de reeducar através do criar focado na preservação ambiental.

2. Referencial teórico

De acordo com Bezerra apud Charles Owen¹, *teorias de design aparecem na literatura desde o tempo dos romanos. O novo agora é o reconhecimento da complexidade que há por trás desse fantástico processo, já que o design que chamamos de simples – soluções diretas e acertadas – é o mais difícil de ser alcançado*. Bezerra acrescenta que criar o simples é complexo, requer reduções e economias no entendimento do problema e na solução adotada. Nossa mente é um sistema adaptativo complexo que usa um processo de design para criar sistemas, que, por sua vez, geram problemas não previsíveis que exigem novas respostas de nossas mentes criadoras. Esse é o ciclo da complexidade do design: Ao solucionarmos problemas, de certa forma criamos outros. Por exemplo: criamos os veículos para a nossa locomoção, mas eles geram enormes problemas ambientais.

Outro problema causado pelo homem é a questão do lixo. Muitos resíduos que são jogados no lixo poderiam ser reutilizados para outros fins, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável do planeta. Para que sejam reutilizados todos os resíduos passíveis de ser reciclados é necessário a conscientização da população. Por isso fez-se necessária a aprovação de uma Lei Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10 de 2 de agosto de 2010), que responsabiliza os cidadãos pelo uso e destinação correta dos resíduos para a redução dos impactos ambientais. Essa lei é de extrema importância, pois valoriza ainda mais a importância da preservação do meio ambiente.

No Art. 9º da lei citada anteriormente, é apresentado o princípio básico do Design Ecológico, conhecido como os 3 Rs, que são: redução, reutilização, reciclagem. Ordem de prioridade na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos. São ações práticas que visam estabelecer uma relação mais harmônica entre consumidor e meio ambiente. Adotando essas práticas, é possível diminuir o custo de vida (reduzir gastos, economizar), além de favorecer o desenvolvimento sustentável. Porém a sustentabilidade, de maneira mais ampla, apresenta o princípio dos 4Rs. São eles: reduzir, reutilizar, reciclar e repensar. À medida que o

¹ Bezerra, Charles. *O designer humilde: lógica e ética para inovação*. Coleção Textos. Design, Rosari, 2. ed., 2008.

designer utiliza os 4Rs no desenvolvimento de produtos, ele está levando uma forte mensagem de consciência ecológica aos usuários desses produtos.

Segundo Charles Owen² (metodologista do design) – “design é a profissão que se preocupa com a criação de produtos, sistemas, comunicações e serviços que satisfazem necessidades humanas, melhora a vida das pessoas e faz tudo isso respeitando o equilíbrio do meio ambiente”. Focando diretamente em produtos, saber que o reaproveitamento de materiais é essencial em nossos dias atuais e envolver as pessoas nesse entendimento é necessário. Deixar de dar a devida atenção a esse assunto é o mesmo que negar que os recursos de nosso planeta estão acabando e que, se esses recursos não forem preservados, estaremos à beira de um caos. O design, segundo o designer Buckminster Fuller, é o oposto do caos. Tendo em vista que o caos atualmente é a degradação do meio ambiente, o oposto é paralisar essa situação. Para que isso aconteça, é necessário mudar a forma de pensar dos causadores desse problema. E esse causador é o homem. No momento em que o designer consegue por meio de seu trabalho, desenvolver no homem uma consciência sustentável, ele não está sendo somente importante para a sociedade, mas também extremamente necessário para ela.

Alguns autores (ABDALA; RODRIGUES; ANDRADE, 2008; PINTO-COELHO, 2009) mencionam que o desenvolvimento ambiental está dentro do reuso, reutilização e a volta ao que era antes. Os números satisfatórios de reciclagem do Brasil nos últimos anos deixam claro os resultados preventivos e de redução dos resíduos jogados nos aterros, rios e córregos. Uma parcela significativa da população é beneficiada com geração de renda por meio de toneladas de materiais que são novamente utilizados.

3. Metodologia

As fontes de informações que contribuíram para os resultados obtidos neste trabalho foram o uso de bibliotecas, internet, observações diretas por meio do trabalho com cooperativas de coleta e seleção de materiais descartados.

O parecer dos autores envolve resultados concretos, obtidos por meio de pesquisas e experiências. A internet contribuiu para a coleta de informações relevantes e mais atualizadas referentes ao assunto em questão. As cooperativas analisadas atualmente são incubadas na Incubadora de Empreendimentos Solidários, do Tecnosocial Unilasalle. A incubação dessas cooperativas proporcio-

² BEZERRA, Charles. *O Designer humilde: lógica e ética para inovação*. Coleção Textos. Design, Rosari, 2. ed., 2008.

nou um contato direto para analisar alguns rejeitos, suas destinações e entender o papel do designer nesse contexto.

4. Resultados

Dentro do universo das cooperativas de reciclagem da região percebeu-se que o catador de materiais reciclados não está inserido na compreensão do universo geral da reciclagem, apenas na seleção – primeiro processo desse ciclo. Consequentemente não é de seu conhecimento a reutilização desses materiais para a produção de novos produtos, apesar do contato próximo que seu meio de trabalho lhe proporciona para a exploração desse assunto. Tendo em vista esses aspectos, levanta-se um questionamento acerca do interesse individual de cada cooperado direcionado a essa preocupação, o destino final dos rejeitos.

Para que houvesse um envolvimento maior dos cooperados e até mesmo da sociedade em geral, um levantamento foi feito nas cooperativas de Reciclagem incubadas pelo Tecnosocial do Centro Universitário La Salle. Esse levantamento feito por meio de pesquisa de campo deixou claro que muitos materiais recebidos por essas cooperativas não têm destino final, sendo que os três itens do topo da lista são: isopor, copos PS e embalagens plásticas de biscoito. Tendo em vista a dificuldade da reciclagem para esses três materiais, a equipe de profissionais do Tecnosocial Unilasalle elaborou alguns produtos sustentáveis servindo como alternativas de reutilização de rejeitos, e esses mesmos produtos foram apresentadas no evento “Natal dos Catadores” do município de Canoas, Rio Grande do Sul. Esse evento proporcionou um encontro central dos catadores de materiais recicláveis, o qual envolveu também a comunidade. Foi proporcionada no evento, através dessa ideia, a importância da reutilização de rejeitos e a preocupação que devemos ter acerca desse assunto.

O isopor surgiu como alternativa de enchimento para almofadas, conforme Figura 1. Copos descartáveis foram utilizados para a elaboração de um boneco de neve, o qual também foi útil para a decoração do evento, conforme Figura 2. As embalagens plásticas serviram para a produção de miçangas para pulseiras, conforme Figura 3.

Figura 1: Almofada com isopor



Fonte: Criada pelo autor.

Para a confecção da almofada, foram necessários um forro de tecido e blocos de isopor descartados. Os blocos foram separados em flocos com o auxílio de um ralador. Tendo uma quantidade suficiente de flocos, os mesmos foram colocados dentro do forro, proporcionando um volume suficiente para ser utilizadas como almofada.

Figura 2: Boneco de copos



Fonte: Criada pelo autor.

A união dos copos descartáveis para a confecção do boneco de neve foi feita com o auxílio de um grampeador. Os copos foram posicionados um ao lado do outro e grampeados até chegar a um formato redondo. Foi posicionado o conjunto de dois círculos quase fechados e ocos, um sobre o outro. Os adornos foram feitos com cartolina e papel pardo. A finalidade desse produto foi a utilização do mesmo para a complementação da decoração de Natal do local onde foi exposto.

Figura 3: Pulseira de embalagem plástica



Fonte: Criada pelo autor.

Embalagens de salgadinho e biscoitos foram cortadas em várias tiras com mais ou menos 2 cm de largura; cada tira foi enrolada em volta de um palito de madeira, com a parte interna da embalagem para fora e segura com fita adesiva no final de cada uma. Muito semelhante a miçangas, foram incluídas em uma fita mimosa com tamanho suficiente para dar algumas voltas no pulso.

Conclusão

Uma vez que o foco da sustentabilidade gira em torno das duas dinâmicas, reciclagem e reutilização, o design ganha a oportunidade de entrar nesse universo como agente educador na cadeia de processos sustentáveis para a preservação do meio ambiente, focado principalmente na importância da reutilização de materiais recicláveis.

Quando é feita a reutilização de uma peça que foi descartada, a intenção não é apenas dar um destino a esse material e sim promover na consciência das pessoas uma percepção mais sustentável, tendo em vista que os impactos ambientais devem ser reduzidos. Reduzindo, reutilizando e reciclando os materiais, é estabelecida uma relação harmônica entre a sociedade e o meio ambiente, de-

envolvendo assim uma nova maneira de pensar. Um móvel usado, por exemplo, não precisa ir para o lixo; nele pode ser utilizado o princípio da reutilização. Com muito pouco e com muita criatividade, seu valor pode ser agregado. Ele pode ser transformado em uma peça única, voltando para sua antiga utilização, porém com um novo visual, muitas vezes rústico, tendência mantida há muitos anos no mercado de decoração.

O design sustentável é uma motivação para criações, tendo em vista que elas podem gerar renda, principalmente para catadores de materiais recicláveis. Para haver uma responsabilidade para com o futuro, hoje, além do desenvolvimento no processo de criação sustentável, o mais importante para se trabalhar é a evolução da consciência ecologicamente correta por meio do criar.

Referências

ABDALA, W. J. S.; RODRIGES, F. M; ANDRADE, J. B. Educação ambiental e coleta seletiva: importância e contextualização no mundo atual. **Revista Travessias**, v. 2, 2008. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/2907/2071>. Acesso em: 20 ago. 2013.

BEZERRA, Charles. **O Designer humilde: lógica e ética para inovação**. Coleção Textos-Design, Rosari, 2. ed., 2008.

BONSIEPE, Gui. **Design, cultura e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2011.

BRASIL, Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n 9.605 de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Publicação em 03/08/2010.

MANZINI, E. **Design, ethics and sustainability: Guidelines for a transition phase**. Texto de estudo. Milão: DIS – Indaco. Politecnico di Milano, 2006.

PINTO-COELHO, E. M. **Reciclagem: desenvolvimento sustentável no Brasil**. [s.l.]: Re-cóleo, 2009. 340p.

Sobre os autores e as autoras

Alexandra Jochims Kruehl é graduada em Administração Hospitalar pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É especialista em Saúde Pública pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre e Doutora em Administração (UFRGS). Professora do Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Administradora no Grupo Hospitalar Conceição (GHC), na Gerência de Pacientes Externos e na Escola GHC. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do GHC. Atua com pedagogia voltada à formação de cidadania e comprometimento social e ambiental.

Aline da Silva Venturini é graduada em Gestão Financeira no Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Foi orientada pelo Prof. Robinson Henrique Scholz no desenvolvimento de seu artigo na disciplina de Projetos Integrados I.

Anajá Antônia Machado Teixeira é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialização em Ensino de Sociologia – em andamento (UFRGS). Analista de Projetos da Incubadora de Empreendimentos Solidários – Tecnosocial Unilasalle.

Daiana Schwengber Cerato é graduada em Ciências Biológicas e possui pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Centro Universitário La Salle (Unilasalle). Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda em Saúde e Desenvolvimento Humano (Unilasalle). Bolsista CNPq no Projeto Incubadora de Empreendimentos Solidários – Unilasalle Canoas.

Égon Ferreira de Souza é graduando em Design de Produto no Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Foi estagiário de Design de Produto na Incubadora de Empreendimentos Solidários – Tecnosocial Unilasalle.

Eliana Perez Gonçalves de Moura é graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Mestra em Psicologia Social e Personalidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Atualmente é docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social (prof. titular) da Universidade Feevale. De 2011 a 2013 foi integrante da equipe da Incubadora de Empreendimentos Solidários – Tecnosocial Unilasalle.

Elieti Biques Fernandes é graduada em Administração/Hab. Comércio Exterior pelo Centro Universitário La Salle (UNILASALLE). Especialista em Política Internacional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestra em Administração – Área de Concentração: Organizações pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do UNILASALLE – disciplina: Marketing Social e Ambiental, em que vem articulando trabalhos com os projetos da Incubadora de Empreendimentos Solidários – Tecnosocial Unilasalle.

Fábio Luís da Silva Maia é graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Administração da Produção com ênfase na Qualidade Total pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Atualmente é Professor de Graduação de Administração da FGV/Decision – Base Operacional POA, Professor de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Administração do Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Exerce a coordenação da Sinergia Consultoria Júnior do Unilasalle. Professor de Graduação do curso de Administração da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – FADERGS.

Gisele Peres da Rocha é graduada em Gestão Financeira no Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Foi orientada pelo Prof. Robinson Henrique Scholz no desenvolvimento de seu artigo na disciplina de Projetos Integrados I e II.

Graciema Fátima da Rosa é graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora dos Cursos de Psicologia, Administração e Tecnólogos no Centro Universitário La Salle – Unilasalle –

Canoas. Colaboradora do Grupo de Pesquisa Tecnologia Social, Inovação e Desenvolvimento no Unilasalle para estudos no campo da economia solidária.

Guilherme Nogueira de Brito é graduando em Marketing no Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Foi estagiário de Marketing do Tecnosocial – Unilasalle. Assistente Administrativo no Escritório de Projetos do Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas.

Maria de Lourdes Borges é graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre e doutora em Administração (UNISINOS). Pesquisadora e professora do Mestrado Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologia Social, Inovação e Desenvolvimento com lócus de pesquisa nos processos de incubação e parceria com a Incubadora de Empreendimentos Solidários – Tecnosocial Unilasalle.

Mayara Correa Gomes é graduada em Design de Produto pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle. Analista de Projetos da Incubadora de Empreendimentos Solidários – Tecnosocial Unilasalle.

Miryan Raquel Lourenço é graduada em Gestão Financeira no Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Foi orientada pelo Prof. Robinson Henrique Scholz no desenvolvimento de seu artigo na disciplina de Projetos Integrados I e II.

Mychel da Silva Romero é graduando em Gestão Financeira no Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Bolsista de Iniciação Científica pelo ABI no Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Foi orientado pelo Prof. Robinson Henrique Scholz no desenvolvimento de seu artigo na disciplina de Projetos Integrados I e II.

Patricia Silva de Deus é graduada em Administração/Hab. Recursos Humanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário La Salle – UNILASALLE. Bolsista pelo CNPq no Projeto Incubadora de Empreendimentos Solidários – Unilasalle Canoas.

Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier é bacharela em Administração de Empresas pelo Centro Universitário La Salle/Canoas (UNILASALLE). Mestranda em Educação (UNILASALLE). Presidente da Sinergia Consultoria

Júnior do UNILASALLE. Bolsista Voluntária da Iniciação Científica (UNILASALLE). Ex-estagiária da Incubadora de Empreendimentos Solidários do Unilasalle.

Robinson Henrique Scholz é graduado em Administração/Hab. Recursos Humanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Ciências Sociais (UNISINOS). Doutorando em Ciências Sociais (UNISINOS). Professor dos cursos de Administração e Tecnólogo em Processos Gerenciais do Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas e Coordenador da Incubadora de Empreendimentos Solidários – Tecnosocial Unilasalle. Colaborador do Grupo de Pesquisa Tecnologia Social, Inovação e Desenvolvimento, no Unilasalle.



TECNOSOCIAL
UNILASALLE



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



ISBN 978-85-7843-402-1



9 788578 434021

